Graziela Martins de Medeiros

INDEXAÇÃO EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: EM BUSCA DE APROFUNDAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Tese de doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação, área de concentração Gestão da Informação, linha de pesquisa Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento**,** sob a orientação da Professora Doutora Marisa Bräscher.

Florianópolis,
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Medeiros, Graziela Martins de
Indexação em documentos arquivísticos : em busca de aprofundamento teórico-metodológico / Graziela Martins de Medeiros ; orientador, Marisa Bräscher, 2019.
350 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Indexação. 3. Indexação de assunto. 4. Representação arquivística. I. Bräscher, Marisa. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Graziela Martins de Medeiros

INDEXAÇÃO EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: EM BUSCA DE APROFUNDAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutora em Ciência da Informação e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2019

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros – UFSC/PGCIN –
Orientadora

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa – UFPB/PPGCI –
Membro titular externo

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto
Coordenador PGCIN/CED/UFSC
Portaria 2282/2017/GR

Profa.Dra. Natália Bolfarini Tognoli – UFF/PPGCI – Membro
titular externo

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto
Coordenador PGCIN/CED/UFSC
Portaria 2282/2017/GR

Profa. Dra. Eva Cristina Leite da Silva – UFSC/PGCIN –
Membro titular interno

AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento desta tese pude contar com o apoio, a compreensão e o incentivo de algumas pessoas, para as quais deixo o meu agradecimento:

À profa. Dra. Marisa Bräscher, orientadora, por ter me inspirado e contribuído de forma significativa para vencer todos os desafios.

À profa. Dra. Fernanda Ribeiro, da Universidade do Porto (Portugal), por ter me recebido para o Doutorado Sanduíche e por ter contribuído para essa pesquisa.

Aos colegas do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina pelo incentivo e apoio no afastamento para realizar a pesquisa.

Aos meus pais Pedro e Eliete e aos irmãos Paulo, Daniela e Leandro, por serem o meu laço de amor e afeto nesta vida.

Aos meus sobrinhos Kaique (afilhado) e Dafne, que mesmo sem saber o que se passava, contribuíram com carinho, abraços e sorrisos.

Aos meus avós paternos Antonina e Antônio (*In memoriam*), que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos, mas foram peças fundamentais na minha educação.

Ao meu esposo Jonathas, pelo apoio e incentivo incansáveis.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

A representação da informação é discutida na área de Ciência da Informação (CI) e Biblioteconomia e se reveste de interesse para a Arquivologia em processos como a classificação e a descrição. Além desses processos basilares, a indexação aparece como uma lacuna a ser estudada, pois apesar de seu desenvolvimento significativo no âmbito da CI, carece de aprofundamento teórico no campo arquivístico. Assim, esta tese foi elaborada sob a justificativa de que a indexação é um processo fundamental para o acesso à informação, especialmente a indexação de assunto. O objetivo geral é analisar a indexação de assunto em documentos arquivísticos, com base na literatura científica nacional e internacional, sob uma perspectiva teórico-metodológica. Para cumprir este objetivo, foram traçados outros quatro: verificar aspectos terminológicos e conceituais; identificar os processos, etapas e instrumentos; investigar os produtos, metodologias e fundamentos para a indexação de documentos arquivísticos e averiguar as lacunas ou *gaps* de pesquisa existentes nas evidências de pesquisa. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática da literatura. O levantamento foi realizado em bases de dados, eventos, bancos de teses e dissertações, sites de programas de pós-graduação, páginas de arquivos nacionais e de associações profissionais e científicas. As buscas realizadas foram simples, avançada ou por navegação, nos idiomas português, espanhol, inglês e francês. Foram selecionados um total de 49 textos para serem analisados, após a aplicação dos critérios de qualidade. Os textos mais aprofundados foram destacados na discussão dos resultados, que apresenta as definições, princípios e fundamentos, normas, etapas e padrões aplicáveis aos documentos de arquivo e os *gaps*. As conclusões sintetizam os resultados e as evidências de pesquisa, as quais mostram que há o acesso por proveniência e por assunto, além de duas acepções para a indexação, sendo uma delas a indexação por assunto ou temática, a qual é motivada por um pedido de acesso por assunto feito pelos usuários. Dentre as evidências principais estão: a indexação deve ser realizada conforme os níveis de descrição; o assunto é um dos elementos do conteúdo e se refere especialmente ao *subject*, tema ou tópico e deve ser diferenciado do produtor ou criador. Além disso: as etapas de indexação previstas na norma ISO 5963: 1985 podem ser aplicadas aos documentos de arquivo, com adaptações; há um processo de análise comum à descrição e à indexação; há a necessidade de elaborar políticas e manuais de indexação, tendo em vista fornecer uma indexação mais

consistente; o LCSH, o formato MARC e o UNESCO *Thesaurus* podem ser aplicados aos documentos de arquivo e as dificuldades estão relacionadas a tratar os documentos por conjunto. Comprova o pressuposto inicial de que a representação arquivística não ocorre somente com base na função ou origem, mas também com base no conteúdo e assunto, embora este último seja considerado um acesso adicional, que não dispensa a representação por proveniência. Conclui que não é possível afirmar que existe uma indexação que seja especificamente arquivística, mas para indexar devem ser consideradas as especificidades dos documentos e do processo em qualquer contexto.

Palavras-chave: Representação da informação. Indexação. Indexação de assunto.

ABSTRACT

The information representation is discussed in the area of Information Science (IS) and Librarianship and it is of interest for Archival Science in processes such as classification and description. In addition to these basic processes, indexation appears as a gap to be studied, because despite its significant development in the scope of IS, it needs a theoretical deepening in the archival field. Thus, this thesis was elaborated under the justification that the indexation is a fundamental process for the information access, especially the subject indexing. The general objective is to analyze the subject indexing in archival documents, based on national and international scientific literature, from a theoretical-methodological perspective. In order to fulfill this objective, four more were traced: verifying terminological and conceptual aspects; identify the processes, stages and instruments; investigate the products, methodologies and foundations for indexing archival documents and investigate gaps or research gaps in the research evidence. The methodology used was the systematic review of the literature. The survey was conducted in databases, events, thesis and dissertation banks, postgraduate program sites, national archives pages and professional and scientific associations. The searches were simple, advanced or by navigation, in the Portuguese, Spanish, English and French languages. A total of 49 texts were selected for analysis after the application of quality criteria. The more in-depth texts were highlighted in the discussion of results, which presents the definitions, principles and foundations, norms, steps and standards applicable to records and gaps. The conclusions summarize the results and the research evidences, which show that there is access by provenance and by subject, besides two meanings for indexing, one of them subject indexing, which is motivated by a request access by subject made by users. Among the main evidences are: indexing must be performed according to the levels of description; the subject is one of the elements of the content and refers especially to the subject, theme or topic and must be differentiated from the producer or creator. In addition: the indexing steps provided for in ISO 5963: 1985 can be applied to archival documents, with adaptations; there is a process of analysis common to description and indexing; there is a need to develop indexing policies and manuals in order to provide more consistent indexing; the LCSH, the MARC format and the UNESCO Thesaurus can be applied to archival documents and the difficulties are related to handling the documents by set. It proves

the initial assumption that the archival representation does not only occur based on the function or origin, but also on the basis of the content and subject, although the latter is considered an additional access, which does not dispense representation by provenance. It concludes that it is not possible to affirm that there is an indexing that is specifically archival, but to indexing the specificities of the documents and the process in any context.

Keywords: Information Representation. Indexing. Subject Indexing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tratamento Temático da Informação (TTI)..... 6
Figura 2 - Etapas da revisão sistemática..... 8
Figura 3 - Etapas para a busca nas fontes selecionadas..... 9
Figura 4 - Processo de indexação 15
Figura 5 - Relação entre os níveis de descrição e Thema..... 21
Figura 6 - Análise arquivística e seus níveis 22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produtos do Tratamento Temático da Informação indicados por Dias e Naves (2013)..... 69
Quadro 2 - Definições de linguagens documentárias..... 77
Quadro 3 - Questões da pesquisa..... 86
Quadro 4 - Fontes selecionadas para a amostra..... 88
Quadro 5 - Termos de busca (*UNESCO Thesaurus*)..... 97
Quadro 6 - Fontes, tipo de busca e textos selecionados..... 107
Quadro 7 - Teses e dissertações analisadas..... 116
Quadro 8 - Distribuição dos textos por periódicos..... 118
Quadro 9 - Artigos científicos analisados..... 119
Quadro 10 - Textos distribuídos por evento..... 123
Quadro 11 - Trabalhos publicados em eventos..... 124
Quadro 12 - Capítulos de livro..... 127
Quadro 13 - Tipos de consultas feitas pelos usuários..... 134
Quadro 14 - Métodos de acesso por assunto do BCA..... 137
Quadro 15 - Métodos de acesso ao assunto nos arquivos..... 140
Quadro 16 - Indexação temática e não temática..... 144
Quadro 17 - Formas de acesso, níveis e instrumentos de pesquisa... 155
Quadro 18 – Definições (autores internacionais)..... 164
Quadro 19 - Definições (autores brasileiros)..... 176
Quadro 20 - Análise de conteúdo e análise de assunto. 202
Quadro 21 - Aplicação dos princípios arquivísticos em um sistema de indexação nos arquivos..... 212
Quadro 22 - Níveis e profundidade da indexação nos arquivos..... 218
Quadro 23 - Princípios de indexação nos arquivos..... 223
Quadro 24 - Norma ISO 5963: 1985 e sua aplicação nos arquivos .. 231
Quadro 25 - Etapas da indexação conforme o Manual de Indexação 234
Quadro 26 - Etapas análise de conteúdo previstas no Manual de Indexação..... 236
Quadro 27 - Regras gerais para a redação de descritores previstas no Manual de Indexação..... 238
Quadro 28 - Regras para descritores de assunto nos arquivos conforme o Manual de Indexação..... 240
Quadro 29 - Elementos da política de indexação de Campos (2006) 245
Quadro 30 - Síntese dos aspectos referentes aos padrões..... 263
Quadro 31 - Padrões de descrição e a representação do conteúdo.... 267
Quadro 32 - Lacunas ou *Gaps* de pesquisa..... 270

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABC – *Archives Association of British Columbia*
AAC - Associació d'Arxivers -Gestors de Documents de Catalunya
AACR2 – *Anglo-American Cataloguing Rules*
AAQ – *Association des Archivistes du Québec*
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACA – *Association of Canadian Archivists*
ACAL – *Asociación de Archiveros de Castilla y León*
AD – Análise Documentária
ANSI – *American National Standards Institute*
ARA – *Archives & Records Association*
BCA – *Bureau of Canadian Archivists*
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAM – Congresso de Arquivologia do MERCOSUL
CBA – Congresso Brasileiro de Arquivologia
CCA – *Canadian Council of Archives*
CNA – Congresso Nacional de Arquivologia
DACS – *Describing Archives: a Content Standart*
EDICIC – Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe
ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ICA – *International Council on Archives*
ISAAR (CPF) – *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias*
ISAD(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISKO – *International Society for Knowledge Organization*
ISO – *International Organization for Standardization*
LD – Linguagens Documentárias
LISA – *Library and Information Science Abstracts*
LISTA – *Library, Information Science & Technology Abstracts*
MAD – *Manual of Archival Description*
NBR – Norma Brasileira

NDLTD – *Networked Digital Library of Theses and Dissertations*
NEDA – *Norma Española de Descripción Archivística*
NISO – *National Information Standards Organization*
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NUDA – *Norma Uruguaya de Descripción Archivística*
OATD – *Open Access Theses and Dissertations*
OC – Organização do conhecimento
OI – Organização da informação
PIAF – *Portail International Archivistique Francophone*
PGCIN – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RAD – *Rules for Archival Description*
RC – Representação do conhecimento
REPARQ – Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
RI – Representação da informação
SAA – *Society of American Archivists*
TTI – Tratamento Temático da Informação
VC – Vocabulário controlado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19
1.1 PROBLEMA 21
1.2 OBJETIVOS 24
1.1.1 Objetivo geral 24
1.1.2 Objetivos específicos 24
1.3 JUSTIFICATIVA 25
1.4 ESTRUTURA DA TESE 28
2 REFERENCIAL TEÓRICO 31
2.1 A ARQUIVOLOGIA E SEU OBJETO DE ESTUDO 31
2.1.1 O documento arquivístico 41
2.2 REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA 48
2.2.1 Funções arquivísticas: classificação e descrição 52
2.3 O PROCESSO DE INDEXAÇÃO 61
2.3.1 As linguagens documentárias 73
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 81
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 81
3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS 83
3.2.1 Questões da pesquisa 85
3.2.2 Definição do protocolo de pesquisa 87
3.2.3 Seleção dos estudos 88
3.2.4 Definição das estratégias de busca 95
3.2.5 Critérios de inclusão e exclusão dos textos 98
3.2.6 Avaliação da qualidade 99
3.2.7 Extração e síntese dos dados 100
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 103
4.1 DESCRIÇÃO DAS BUSCAS 103
4.2 CARACTERÍSTICAS DAS PUBLICAÇÕES 112

5 ANÁLISE DA INDEXAÇÃO DE ASSUNTO EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS 129
5.1 DEFINIÇÕES 129
5.1.1 Assunto e conteúdo..... 198
5.2 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS 211
5.2.1 Níveis e profundidade 211
5.3 ETAPAS, NORMAS E PADRÕES..... 229
5.3.1 Manual e política de indexação..... 233
5.3.2 Linguagens documentárias..... 246
5.3.3 Padrões.....252
5.4 LACUNAS OU *GAPS* DE PESQUISA..... 269
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 274
REFERÊNCIAS..... 284
APÊNDICE A – CRITÉRIOS DE EXTRAÇÃO DE DADOS..... 300
APÊNDICE B – BUSCAS NAS FONTES DE INFORMAÇÃO... 301
APÊNDICE C – TEXTOS SELECIONADOS 339

1 INTRODUÇÃO

A representação da informação é um tema amplamente discutido no campo da Ciência da Informação e visa otimizar o processo de recuperação da informação e possibilitar seu acesso e uso. O tema também se reveste de interesse para a Arquivologia[1], área que se encontra em desenvolvimento teórico, especialmente no que tange às questões de representação.

No campo da Arquivologia, a representação se desenvolve em diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação e ocorre por meio das funções arquivísticas, dentre as quais destaca-se a classificação e a descrição.

A primeira tem como objetivo a organização dos documentos segundo suas funções e atividades[2], que reflitam a estrutura orgânico-funcional das instituições e permitam manter as ligações entre os documentos. A descrição, por sua vez, visa representar elementos de contexto e conteúdo documental e gera como resultado a elaboração de instrumentos de pesquisa, o que contribui para o acesso aos documentos.

O padrão internacional para a descrição arquivística é a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – a ISAD(G), traduzida e

[1] Adotou-se nesta tese o termo Arquivologia em detrimento de Arquivística. O uso desses dois termos e seus respectivos significados tem sido objeto de estudo e de discussão na literatura da área, especialmente no Brasil, mas o uso dos termos ainda carece de consenso. Acreditamos que essa discussão não cabe nesta tese, por não ser nosso objetivo. Assim, longe de afirmar qual termo deve ser adotado na área, a escolha aqui evidenciada diz respeito à esta tese, sob a justificativa de que, no contexto brasileiro, o termo parece ter ganhado mais adeptos. O predomínio de Arquivologia neste contexto, segundo Silva (2006) está relacionado à necessidade de considerar a área como autônoma, sendo esta uma característica específica do Brasil e da América latina. Assim, considerando a publicação deste trabalho no Brasil, adotou-se Arquivologia.

[2] Utilizou-se nesta tese a noção de classificação funcional, dentre outras possíveis, como a classificação estrutural.

adaptada em 2006 para o português e a realidade brasileira, dando origem à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Ambas apresentam regras para o preenchimento dos campos de descrição, porém a NOBRADE acrescenta a "área 8", destinada à representação dE assunto, definida como "área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição." (BRASIL, 2006). Apesar do aparente avanço com a criação deste campo, não consta na norma como desenvolver essa representação.

Além disso, autores nacionais e internacionais, tais como Ribeiro (1996, 2013) e Barros (2016) destacam a existência da indexação na representação de documentos de arquivo, especificamente a indexação de assunto, porém indicam a necessidade de aprofundamento teórico sobre o tema.

Ribeiro (1996, 2013) estuda a indexação e a representação temática nos arquivos há mais de 15 anos. Verifica-se em suas pesquisas que a utilização da indexação nos arquivos ocorre principalmente com o objetivo de criar políticas de indexação e linguagens de indexação, visando à recuperação da informação, inclusive em ambiente digitais e em bases de dados. Em pesquisa apresentada no âmbito da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), a autora relata que depois de duas décadas o tema ainda não aparece aprofundado na literatura da área de Arquivologia internacional:

> é legítimo que nos questionemos sobre o modo como evoluiu o tratamento da **informação por assuntos** nos arquivos e que nos interroguemos sobre como se tem processado a integração dos arquivos na sociedade digital e em rede em que nos movimentamos. **Não se conhecem estudos de síntese que analisem esta problemática** [...] (RIBEIRO, 2013, p. 536, grifo nosso).

Embora no sentido mais amplo da Ciência da Informação seja perceptível a utilização do assunto no processo de representação da informação, na área de Arquivologia o tema ainda carece de aprofundamento teórico.

Diante dessa lacuna e dos aspectos dispostos por Ribeiro (2013) e pelos autores supracitados, esta tese foi elaborada e leva em conta, ainda, o fato de que: os estudos que tratam sobre indexação temática em Arquivologia são fragmentados, há ausência de aportes teóricos e metodológicos consolidados que sustentem esse processo; e suas aplicações não estão descritas e sistematizadas na área.

1.1 PROBLEMA

A caracterização do tema de pesquisa apresentado na seção anterior dá a tônica da discussão e do problema já evidenciado: carência de aprofundamento teórico e clareza conceitual quanto à indexação de assunto em documentos arquivísticos.

Nesse sentido, questiona-se: Quais são as definições, etapas, processos, produtos, instrumentos e metodologias para a indexação de assunto em documentos arquivísticos discutidos na literatura científica nacional e internacional?

Esclarece-se que a denominação “indexação de assunto” foi utilizada nesta tese, especialmente nesta parte inicial, para se referir ao processo de representação de assunto realizado em documentos de arquivo, por meio da análise de seu conteúdo e assunto. Pode haver na

literatura da área outras denominações e entendimentos, sendo o intuito desta tese identificar as possíveis diferenciações.

De forma geral, pretende-se analisar a literatura das áreas de Ciência da Informação e Arquivologia sobre a indexação em documentos arquivísticos, em busca de aprofundamento do tema do ponto de vista teórico-metodológico.

No que tange à indexação e à representação da informação, esclarece-se que os documentos arquivísticos refletem as funções, as atividades e a estrutura da instituição que os produzem. Pode-se afirmar, assim, que a informação a ser representada é orgânica, funcional ou ainda "orgânico-funcional", termo utilizado por Tálamo e Aguiar (2012).

Nessa pesquisa parte-se do pressuposto que a representação do documento arquivístico não ocorre apenas com base nas funções e atividades do produtor, mas também com base em seu conteúdo e assunto. São representados elementos contextuais, mas também de conteúdo e assunto no que chamamos de "representação temática", especificamente quando nos referimos à indexação de assunto.

Salienta-se que a representação contextual foi utilizada para designar a representação arquivística com base nas funções e atividades da instituição que a criou, ou seja, as circunstâncias e razões que levaram à sua produção, ao passo que a "representação temática" se refere à representação do assunto do documento.

Nesse sentido, considera-se que a indexação de assunto é um processo fundamental para a organização e recuperação dos documentos arquivísticos e visa ampliar as possibilidades de acesso a esses

documentos. Sobretudo, é necessário considerar as especificidades do documento arquivístico ao representá-lo.

Além disso, cabe frisar que no contexto das tecnologias de informação e comunicação, no qual os documentos podem ser produzidos e gerenciados digitalmente, é salutar ao desenvolvimento da Arquivologia empregar técnicas e procedimentos que levem em consideração a existência de diferentes contextos de representação.

Salienta-se que a Arquivologia é uma área em expansão, que possui como um dos marcos a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses em 1898, que contribuiu para lhe conferir o caráter de disciplina, embora a Arquivologia como prática tenha origem em períodos anteriores. Porém, muitas transformações no mundo ocorreram desde então, assim como diferentes concepções sobre a área, que englobam autores de diferentes perspectivas. Assim, por ser uma área em expansão e relativamente recente, além de ter uma característica eminentemente interdisciplinar, é natural que careça de verticalização teórica.

O desafio que se coloca em um contexto de desenvolvimento da Arquivologia diante dos impactos das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo dos documentos em ambiente digital, é considerar a possibilidade de utilização da indexação em um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos. Isso deve ser feito em complementação a processos como a classificação e a descrição, considerando o contexto de produção dos documentos e os princípios arquivísticos.

Ribeiro (1996) acrescenta que “além de classificar, ordenar e descrever importa também definir como se vai recuperar a informação

tratada, quais os pontos de acesso que deverão ser criados, que forma terão as rubricas de acesso, que tipo de linguagem de indexação será usada." (RIBEIRO, 1996, p. 10).

Nesse sentido, a utilização do processo de indexação, juntamente com a classificação e a descrição, pode completar a representação do documento arquivístico, em seus processos de organização, representação, recuperação, acesso e uso. Desta maneira, acredita-se que a indexação possui um papel fundamental na representação e recuperação da informação e carece de aprofundamento teórico.

1.2 OBJETIVOS

Considerando-se o problema apresentado, delinearam-se os objetivos geral e específicos da pesquisa, que buscam responder ao questionamento proposto.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a indexação de assunto em documentos arquivísticos, com base na literatura científica nacional e internacional, sob uma perspectiva teórico-metodológica.

1.1.2 Objetivos específicos

a) verificar aspectos terminológicos e conceituais da indexação em documentos arquivísticos;

b) identificar os processos, etapas e instrumentos da indexação em documentos arquivísticos;

c) investigar os produtos, metodologias e fundamentos para a indexação de documentos arquivísticos;

d) averiguar as lacunas ou *gaps* de pesquisa existentes nas evidências de pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Uma área de estudos que busca sua consolidação teórica, como é o caso da Arquivologia, requer aprofundamento teórico, além da abertura e a construção de campos de pesquisa, como é o caso da indexação em documentos arquivísticos.

Assim, esse estudo se justifica para a identificação de pesquisas que tratam sobre indexação no contexto da Arquivologia, e para trazer subsídios para o desenvolvimento teórico-metodológico desse processo.

Ressalta-se o ineditismo do tema e de seu enfoque, visto que não há um número significativo de pesquisas existentes no âmbito da Arquivologia nacional e internacional que apresentem análise da indexação de assunto em documentos arquivísticos. Além disso, busca-se identificar definições, aplicações e outros aspectos que contribuam para a verticalização teórica dessa temática.

Dessa maneira, espera-se contribuir tanto para pesquisadores quanto para profissionais que atuam com esses processos e que, portanto, necessitam de fundamentos teóricos e metodológicos consolidados para embasar suas práticas.

Uma das justificativas do ponto de vista legal é a existência da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que

“regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.” (BRASIL, 2011). A lei surge para regular o acesso à informação já previsto na Constituição Federal de 1988. Apesar de não ser considerada uma Lei arquivística, pois diz respeito a todos os cidadãos e não apenas à área de Arquivologia, esse instrumento legal reforça a necessidade de organizar e representar a informação arquivística pública para possibilitar seu acesso. Por consequência, a Lei reforça a necessidade de ampliar as possibilidades de busca e recuperação dos documentos de arquivo, sendo a indexação de assunto uma dessas possibilidades, juntamente com outros processos reconhecidamente aplicados aos arquivos, como a classificação e a descrição.

Para o campo da representação da informação e da indexação, no contexto da Ciência da Informação, o trabalho visa acrescentar às reflexões que surgem na área, em âmbito nacional e internacional, a exemplo dos trabalhos publicados nos últimos anos no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), nos Congressos Internacionais e nacionais da ISKO.

Destaca-se ainda a possibilidade de ampliar o diálogo existente entre a área de Ciência da Informação e Arquivologia, conforme sugerem Aguiar e Kobashi (2013, p. 2):

> [...] o arcabouço epistemológico e teórico-metodológico constituído no subcampo Organização e Representação do Conhecimento (ORC), área tradicional da agenda de pesquisa da Ciência da Informação, poderá se constituir em uma área de diálogos interdisciplinares entre Arquivologia e Ciência da Informação.

Acrescenta-se que as pesquisas que tratam de funções arquivísticas, ou seja, de técnicas e procedimentos essenciais para o trabalho arquivístico e as qualificam por meio de aprofundamento teórico são relevantes. Nesse sentido, Ribeiro (1996, p. 5) afirma que:

> A valorização científica da Arquivística e suas congêneres assentam, precisamente, na pesquisa dessas aplicações tecnicamente compatíveis, mas que, ao mesmo tempo, respeitem a natureza do objeto e clarifiquem os traços que as individualizam, umas em relação às outras e todas elas em relação ao campo mais vasto das Ciências da Informação.

Dessa maneira, as inquietações apresentadas nesta tese são fruto dos estudos iniciados por esta autora com a pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), iniciada em 2008, com foco na representação da informação e na indexação.

O interesse pelo tema em questão foi potencializado por meio da docência nas disciplinas "Indexação" e "Classificação arquivística", ministradas no Departamento de Ciência da Informação da UFSC. A experiência docente suscitou o questionamento sobre a necessidade de aprofundamento acerca da indexação em Arquivologia, especialmente o elemento assunto, tendo em vista a demanda apresentada por estudantes e profissionais da área de Arquivologia, além da lacuna teórica.

Por fim, vislumbra-se com a pesquisa evidenciar o tema da indexação de assunto no contexto da Arquivologia e contribuir para o desenvolvimento desse processo do ponto de vista teórico-metodológico.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Ao estruturar esta tese, que tem como tema a indexação de assunto em documentos arquivísticos, considerou-se basicamente dois núcleos centrais: o aporte teórico da Arquivologia, seus fundamentos e princípios e, também, os fundamentos da área de organização do conhecimento e indexação.

O referencial teórico deste trabalho contém três subseções. Na primeira (2.1 A Arquivologia e seu objeto de estudo), apresenta-se as características da área da Arquivologia que permitem identificar seu surgimento, desenvolvimento e apresentar as diferentes correntes de pensamento arquivístico, da tradicional (ou clássica) até a perspectiva pós-moderna. A apresentação das correntes é crucial para o entendimento do documento arquivístico, seu objeto de estudo.

A subseção 2.2 (Representação arquivística) trata sobre essa representação e suas funções de classificação e descrição. Caracteriza-se as duas, relacionando-as. Vale a ressalva: outras funções arquivísticas também contribuem para a organização da informação, porém essas duas estão diretamente relacionadas à representação do documento arquivístico e à indexação.

Na subseção 2.3 apresenta-se o processo de indexação e seus fundamentos no escopo mais amplo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, seguidos de discussão sobre as Linguagens documentárias (2.3.1).

Após o referencial, apresenta-se os procedimentos metodológicos da pesquisa (seção 3). O estudo é de caráter exploratório-descritivo e de natureza qualitativa. Para verificar as diferentes visões apresentadas sobre a indexação de assunto em documentos arquivísticos, utiliza-se a

revisão sistemática da literatura, com busca em publicações de diferentes fontes informacionais, tais como bases de dados, artigos científicos, bancos de teses e dissertações e anais de eventos. Não obstante, os resultados da revisão sistemática são analisados e interpretados, buscando-se chegar às respostas para as perguntas de pesquisa e alcançar os objetivos específicos delineados.

No tocante aos resultados, apresenta-se a seção (4) e, que diz respeito à descrição das buscas (4.1) e às características das publicações (4.2). O intuito na primeira subseção é descrever o processo de seleção dos textos nas fontes de informação, visto que parcela significativa das buscas se deu mediante a navegação nos sites das instituições. Ressalta-se os aspectos subjetivos que devem ser expostos acerca desse processo, principalmente por se tratar de uma revisão sistemática, todas as decisões devem ser registradas. Na segunda, por sua vez, destaca-se as características das publicações, tais como o idioma e a distribuição segundo as fontes indicadas, o que permite ao leitor ter uma percepção geral da análise.

A seção 5 é a mais significativa desta tese, pois nesta apresenta-se e sintetiza-se as evidências de pesquisa sobre a indexação de assunto nos documentos arquivísticos, etapa na qual são exibidos os quadros de análise. Assim, a seção está organizada para melhor esclarecer as evidências, com duas subseções. A primeira delas se refere às definições (5.1). Por ser um dos objetivos fundamentais é mais aprofundada e inclui análise também do elemento assunto (5.1.1). A subseção seguinte apresenta o que chamamos de princípios e fundamentos (5.2) e descreve aspectos sobre os níveis e a profundidade, ciclo de vida, além das próprias recomendações de indexação, chamadas de princípios pelos

autores. A terceira subseção (5.3) versa sobre as etapas, normas e padrões de indexação aplicáveis aos arquivos, e inclui as próprias etapas advindas de normas, os procedimentos de manuais de indexação e uma breve discussão sobre as políticas de indexação, aliadas às linguagens documentárias. Na sequência, versa-se sobre os padrões e, por fim, os *Gaps* ou lacunas (5.4).

As considerações finais (6) retomam os aspectos analisados e apresentam a síntese das evidências de pesquisa encontradas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista a caracterização do tema, do problema e os objetivos apresentados, o referencial teórico aborda primeiramente a Arquivologia. Em seguida, trata dos principais aspectos referentes à representação arquivística. Por último, enfatiza o processo de indexação, seguido das linguagens documentárias.

2.1 A ARQUIVOLOGIA E SEU OBJETO DE ESTUDO

O desenvolvimento da Arquivologia como uma área de estudos é muito mais recente do que suas origens, que têm relação com o próprio desenvolvimento da humanidade. Desde a pré-histórica o homem busca registrar de alguma forma as suas experiências, mesmo que os objetivos da época tenham sido diferentes dos que se verificam atualmente. Ribeiro (2002, p. 1) contribui para essa discussão quando afirma que:

> [...] desde que o Homem começou a [se] manifestar como ser pensante, agindo individual e socialmente, que começou a produzir informação e a comunicar através de mensagens, com códigos mais ou menos elaborados. A necessidade de criar uma memória duradoura dos atos e acontecimentos mais relevantes conduziu ao aparecimento da escrita (registro de informação sobre um suporte material), surgindo, assim, condições para que a informação perdurasse ao longo do tempo.

Neste sentido, as práticas arquivísticas são milenares, mas a origem das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação como campo de conhecimento sistematizado se localiza no período do renascimento. Num primeiro momento pairava sobre as áreas o paradigma tecnicista. Segundo essa perspectiva, as técnicas estavam

voltadas para as instituições (arquivos, bibliotecas e museus), pois eram necessários métodos e procedimentos para lidar com seus acervos. Assim, a tendência das áreas foi se separar, visto que foram criadas técnicas específicas de tratamento para cada instituição (ARAÚJO, 2014).

Como nosso foco é a Arquivologia, buscamos esclarecer seu desenvolvimento e evolução, correntes de pensamento e, posteriormente, seu objeto de estudo. Assim, vale destacar, segundo Araújo (2013, 2014), que um dos primeiros elementos da disciplina foi a obra *De re diplomatica*, publicada em 1681 por Jean Mabillon. A obra contém os fundamentos que serviram de base para o tratamento dos documentos arquivísticos, embora não possa ser considerada uma obra arquivística.

Quanto a esse primeiro momento, a Arquivologia era caracterizada como "custodial". Ou seja, voltava-se para a custódia dos acervos criados por suas respectivas instituições, que ficavam junto ao produtor e em local fisicamente determinado. Assim, conforme declara Araújo (2014), na fase tradicional proliferaram os tratados e manuais e o foco de interesse fixou-se no conteúdo dos acervos.

Nesse sentido, diferentes autores apontam como marco significativo para a constituição da área como disciplina a obra “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, publicada em 1898. Trata-se de um Manual com regras de classificação e descrição que serviram de base para o tratamento dos documentos arquivísticos e influenciaram consideravelmente o pensamento arquivístico tradicional, sendo traduzido em diferentes idiomas, inclusive em português. Dentre os

autores que indicam este marco estão Heredia Herrera (1991), Silva, A. *et al.* (1999), Ribeiro (2002), Fonseca (2005) e Araújo (2014).

Não é objetivo desta seção explorar dados históricos sobre o surgimento da Arquivologia e sim pontuar como se deu seu surgimento e, principalmente, caracterizar seu objeto de estudo: o documento arquivístico, visto que esse entendimento interfere diretamente no processo de representação da informação e, logo, na indexação, objeto de estudo desta tese.

Destaca-se que as obras que colaboraram para o desenvolvimento da área não se resumem às supramencionadas, visto que a Arquivologia se desenvolveu simultaneamente em diferentes países, o que contribuiu, por consequência, para a existência de diferentes correntes de pensamento arquivístico. De acordo com Lopes (2009), as correntes são as seguintes: Tradicional; *Records Management* e Integrada ou Canadense[3].

A Arquivística[4] Tradicional (ou clássica) é de origem europeia (França, Itália e Espanha) e centraliza seus esforços na visão histórica dos arquivos. Sobretudo, considera a Revolução Francesa e a criação do primeiro Arquivo Público do Mundo, o Arquivo Nacional Francês, que serviu de base para a criação de outros arquivos nacionais. De acordo com Lopes (2009), essa corrente apresenta certa hegemonia

[3] Em cumprimento às exigências teóricas necessárias para o desenvolvimento de uma tese de doutorado defendida por uma instituição brasileira, fez-se necessário dissertar sobre as correntes do pensamento arquivístico, tendo em vista compreender as modificações do objetivo de estudo, que é utilizado para ser representado, neste caso no processo de indexação. Entretanto, não foi possível adotar uma única corrente, tendo em vista que o pensamento arquivístico brasileiro no tocante às correntes é diverso e fragmentado. Sobretudo, destaca-se que a metodologia da presente tese é a revisão sistemática da literatura e que, portanto, as vertentes teóricas adotadas pelos autores da análise não são possíveis de serem previstas a priori.

[4] Embora o termo adotado nesta tese seja "Arquivologia", ao citar esta corrente foi necessário utilizar "Arquivística", tendo em vista a expressão utilizada pelo próprio autor Lopes (2009).

internacional no plano teórico e prático, influenciando as práticas arquivísticas em diferentes países, dentre eles o Brasil. A Arquivística Tradicional recusa-se a questionar a origem do documento, ou seja, sua criação e produção, tendo em vista seu interesse nos arquivos históricos.

Na perspectiva da Arquivística Tradicional, conforme esclarece Eastwood (2016), os arquivos eram formados por documentos de civilizações anteriores àquela em que os documentos estavam sendo tratados. Assim, esses arquivos não recebiam mais documentos, pois eram fundos fechados. Dessa maneira, os "arquivistas" eram formados em História, Diplomática e idiomas antigos, disciplinas que permitiam interpretar os documentos antigos. Esses documentos eram escritos e textuais e mantinham a ordem original em seu tratamento. Assim, as ideias de Eastwood elucidam o motivo do interesse da área pelos documentos históricos. Percebe-se com Eastwood (2016) que a Arquivística Tradicional, chamada pelo autor também de "ponto de vista tradicional", volta-se para instituições públicas. Elaborou-se uma síntese das ideias de Eastwood (2016) a respeito dessa corrente, apresentada abaixo:

- voltada para o tratamento dos arquivos históricos;
- os arquivistas tinham formação em História, Diplomática, Paleografia e idiomas antigos;
- considerava o princípio da proveniência;
- era de origem europeia;
- voltada para os arquivos públicos;
- o trabalho de classificação e organização era realizado com base na origem dos conjuntos documentais;
- utilizava princípios arquivísticos sólidos;
- voltada para a prática arquivística.

Ao tratar sobre a metáfora apontada na obra dos arquivistas holandeses a respeito da naturalidade dos arquivos, Eastwood (2016) compara-os com organismos vivos e, logo, orgânicos. Assim, afirma que:

> As definições tradicionais de arquivo, embora variem os termos empregados, reforçam que os documentos de arquivo, de certa forma, surgem naturalmente no processo de realização das atividades da entidade que os produz e de acordo com as suas necessidades. Obviamente, os arquivos não pertencem ao mundo natural, mas são criações sociais (EASTWOOD, 2016, p. 22-23).

Ou seja, os documentos de arquivo surgem naturalmente apenas como metáfora, pois não são naturais, são criações sociais.

Uma segunda característica fundamental é apontada por Eastwood (2016), sob duas expressões: “um todo orgânico” e “vínculos orgânicos”, as quais significam que: as relações que os documentos constituem com seu produtor e também pela relação estabelecida pelo próprio produtor com o documento estão embutidas na ideia de organicidade. A compreensão do sentido de qualquer documento individual depende de conhecer a sua relação com a entidade que o produziu (EASTWOOD, 2016).

Do que se observa a respeito da perspectiva tradicional, pode-se afirmar que a área se debruça sobre a noção de “arquivo” como instituição e a partir de então desenvolve seus processos técnicos. Dentro dessa perspectiva, os processos costumam ser divididos conforme as fases do ciclo de vida documental e visando diferenciá-los quanto às instituições (arquivos, bibliotecas e museus). Essa visão deixou uma herança na tradição arquivística no plano internacional, de

modo que é possível vislumbrar acepções provenientes desta corrente em pensamentos de autores espalhados pelo globo. No Brasil não é diferente, e encontram-se aspectos dessa tradição em autores como Bellotto (2004), que possui uma produção significativa sobre a Arquivologia na literatura da área.

Esta parece ser uma influência que o país (Brasil) sofreu em relação à tradição francesa da área, cujo país criou o primeiro Arquivo Nacional e influenciou pensadores e profissionais em todo o mundo. Ainda na década de 1980 acreditava-se que os arquivos podiam ser divididos em "pré-arquivo" e "arquivo". O primeiro termo designava os arquivos de caráter administrativo, como se ainda não fossem considerados arquivos, sendo este segundo termo válido, nessa perspectiva, apenas para os arquivos históricos. O Brasil utilizava essa concepção para tratar os documentos do Arquivo Nacional, conforme é possível observar na obra de Jardim (1980).

Ainda sob a ótica da referida obra, após passar por diferentes transformações o Arquivo Nacional passou a utilizar a noção que compreendemos hoje como teoria das três idades. Dentre as transformações destaca-se um processo de modernização das técnicas e procedimentos, fortalecimento de equipe treinada para discutir temas centrais como a avaliação de documentos e tratar, então, a documentação acumulada sem critérios desde sua criação.

A segunda corrente indicada por Lopes (2009) é conhecida como *Records Management*. Surgiu nos Estados Unidos da América em função da especificidade da administração norte-americana, que difere do restante do mundo. Enfatiza o valor administrativo dos documentos de arquivo, nas fases corrente e intermediária, chamadas pelo autor de

arquivos ativos e semiativos. Consiste em um conjunto de regras práticas, mas que não possuem fundamentos rigorosos. Pode-se dizer que esta corrente possui hegemonia prática local. Araújo (2013, p. 54) destaca que essa corrente "visava à intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental".

Ribeiro (2002) acrescenta que essa corrente foi criada também para enfrentar os problemas gerados pelo crescimento desmedido da produção documental. Esse crescimento gerou uma nova área de interesse dos profissionais voltada para as administrações correntes. Os *records managers* passaram a desenvolver métodos de trabalho caracterizados essencialmente por um grande pragmatismo e eficácia ao nível da gestão de documentos correntes.

A terceira corrente, a Integrada, é proveniente do Canadá, especificamente da região do Quebec. Ela se preocupa com o ciclo completo de vida dos documentos, nas fases corrente, intermediária e permanente. Essas devem ser consideradas como uma unidade, do ponto de vista do tratamento documental. De acordo com Lopes (2009), esta corrente é a única a propor a transformação da Arquivologia em uma disciplina científica. Ou seja, está aberta à pesquisa, à redefinição de conceitos e de metodologias. Tognoli e Guimarães (2010, p. 131), acrescentam que esta corrente foi:

> [...] proposta por Couture, Ducharme e Rousseau, em 1988, no artigo L'archivistique atelle trouvé son indetité?, que busca integrar a disciplina – dividida na América do Norte durante a década de 60 – a partir do ciclo vital dos documentos e da identificação do novo objeto de estudo da área, a informação orgânica registrada.

Nesse sentido, esclarece-se que o objeto da Arquivística Tradicional é o fundo de arquivo custodiado pela instituição arquivística. Suas principais entidades são documentos de arquivo como artefatos físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza (FONSECA, 2005). Já a informação arquivística orgânica, da Arquivística Integrada, refere-se à informação pós-custodial, ou seja, não está vinculada fisicamente a uma instituição, podendo ser produzida e gerenciada em ambiente digital, por exemplo.

Essa divisão de Lopes (2009) não é a única concepção para a classificação das correntes encontradas na área. Autores como Eastwood (2016) costumam tratar dos aspectos da arquivística tradicional e da pós-moderna, como se a *Records Management* também pudesse ser considerada um pensamento tradicional, visto sua preocupação com a prática arquivística, sem métodos rigorosos ou científicos.

Ribeiro (2002)[5] também apresenta duas grandes divisões, sendo uma a custodial e outra a pós-custodial, em seu artigo "Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma". Como o próprio título sugere, Ribeiro ressalta a mudança de paradigma na área histórico-tecnicista, que se afirmou nos finais do século XIX e se desenvolveu ao longo do século seguinte. Ou seja, trata-se da mesma arquivística clássica ou tradicional aqui discutida, aquela preocupada com documentos históricos existentes em acervos custodiados por instituições essencialmente públicas, as quais fazem a guarda e a

[5] Ribeiro (2002) apresenta também a *Records Management*, porém seu enfoque é em duas grandes divisões: a Arquivística Clássica ou Tradicional (custodial) e a Arquivística Pós-Moderna (pós-custodial).

manutenção de fundos arquivísticos segundo princípio da proveniência e da ordem original.

O novo paradigma diz respeito à pós-modernidade. O diálogo entre pós-modernidade e Arquivologia foi trazido pelo teórico Terry Cook (2001). Segundo esse autor:

> No coração do novo paradigma está uma mudança que deixa de visualizar documentos como objetos físicos estáticos, e passa a entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais; que não mais olha para documentos como produtos passivos da atividade humana ou administrativa e considera os próprios documentos como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; também muda a visão do contexto da criação de registros dentro de organizações hierárquicas estáveis para situá-los em redes horizontais fluídas de funcionalidade do fluxo de trabalho. A mudança de paradigma exige que os arquivistas deixem de identificar-se como guardiões passivos de um patrimônio herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social) (COOK, 2001, p. 4-5, tradução nossa).

Ao considerar os documentos como objetos dinâmicos, verifica-se que as relações que eles fazem com a entidade ou pessoa que os produziram não podem ser fixas e imutáveis. Ao contrário, são dinâmicas e por essa razão seguem a própria estrutura funcional das instituições, que também se modifica constantemente. Nesse sentido, passa-se a considerar as funções das instituições no tratamento documental arquivístico e não apenas a estrutura organizacional em si. Em outras palavras, importa identificar as funções desempenhadas por cada setor e não apenas fazer um desenho estático dessa estrutura.

Outro aspecto relevante é a ênfase na informação e, com isso, a mudança do foco para o contexto de produção e não para o objeto em si.

Ou seja, as informações que estão fora do documento (aquelas relacionadas à instituição) passam a ser enfatizadas em detrimento das informações contidas no próprio documento (informações de conteúdo).

Verifica-se, nesse sentido, que a corrente Arquivística Integrada se aproxima do conceito de pós-modernidade e se caracteriza como pós-custodial, diferente da Arquivística Tradicional, que é custodial e volta-se para os documentos históricos. Ou seja, essa mudança se configura como uma mudança de paradigma na área. Porém, conforme aponta Kuhn (2003), não há passagem de um paradigma a outro, visto estes convivem simultaneamente. Da mesma forma, as correntes de pensamento arquivístico coexistem.

Nesse sentido, pode-se afirmar que tanto as concepções tradicionais ou clássicas da Arquivologia, quanto as mais contemporâneas podem contribuir para esta pesquisa, singularmente na análise dos resultados, visto que há uma fragmentação do pensamento arquivístico internacional, conforme destacou Lopes (2009). Assim, não há uma unidade de pensamento entre os autores, tampouco aplicação dos pressupostos de cada teoria ou corrente separadamente na prática arquivística. Para esclarecer nossas ideias, apresenta-se a citação de Lopes (2009), quando este afirma que:

> Nota-se que a fragmentação do pensamento arquivístico é um problema internacional. A ausência de metodologias e de concepções estabelecidas e utilizadas de modo regular são recorrentes em escala mundial. Por toda parte, mesmo onde reina a hegemonia de uma ou outra corrente, é possível a coexistência no mesmo meio de trabalho de várias visões e práticas (LOPES, 2009, p. 131).

Além disso, as correntes coexistem sem que nenhuma se sobressaia em relação às outras. Ademais, como a metodologia da tese visa à realização de uma revisão sistemática da literatura, não é possível prever as influências que os autores dos textos a serem levantados possuem.

2.1.1 O documento arquivístico

Embora alguns aspectos referentes ao documento arquivístico tenham sido apresentados junto à discussão sobre a Arquivologia, discorre-se nesta seção sobre nosso entendimento de documento arquivístico. Também se apontam as modificações existentes em sua concepção advindas da evolução do pensamento arquivístico, as quais contribuem para compreender também seus princípios e características, aqui apresentados.

Como nossa preocupação de pesquisa é a indexação de assunto em documentos arquivísticos, esclarece-se que a organização da informação em qualquer unidade de informação, inclusive nos arquivos, ocorre por meio da representação da informação. No processo de organização da informação estamos organizando a "informação registrada". O conhecimento, por outro lado, existe na mente de um indivíduo que tenha estudado sobre um assunto, o entendido e que tenha somado ao seu próprio conhecimento (TAYLOR, 2004).

Para esclarecer o conceito de informação, ressalta-se os três elementos que a compõem (FOGL, 1979): (1) conhecimento (conteúdo da informação); (2) linguagem (um instrumento de expressão de itens de informação); (3) suporte (objetos materiais ou energia).

Outra definição a ser acrescida é a de documento, que no nosso entendimento refere-se à informação registrada. Ortega (2008, p. 9) acrescenta que "por representar o registro (físico) e a informação (simbólica), o termo documento melhor caracteriza os diversos tipos de informações registradas, como as textuais, factuais (cadastrais, numéricas), sonoras, imagens fixas ou em movimento, e em qualquer suporte [...]."

Vale ressaltar que essas definições apresentam-se no contexto mais amplo da Ciência da Informação e Biblioteconomia, embora sejam úteis e aplicáveis aos documentos arquivísticos. Além disso, numa perspectiva ampla, pode-se dizer que independente da área, trabalha-se com "documentos" sob a mesma definição, pois possuem características em comum, como o registro da informação para ser comunicada.

A visão acima pode ser observada na obra de Silva, A. (2006), quando discorre acerca das diferentes noções de documento. Segundo ele, a diferença entre "documento de arquivo" e outros tipos de documentos não é relevante, pois todos podem ser considerados simplesmente "documentos" independente do contexto no qual são utilizados, uma vez que contemplam as mesmas características. Assim, não existiria um "documento de arquivo" e um "documento de biblioteca", por exemplo, pois todos possuem características comuns. A percepção do autor tem relação com uma discussão mais abrangente por ele comentada, que diz respeito à autonomia da área de Arquivologia enquanto área independente. Essa discussão é comum entre os autores brasileiros e da América Latina, porém não é enfatizada na Europa, a exemplo de Portugal.

Concordamos com o autor quanto à existência de elementos que são comuns entre qualquer tipo de documento, mas ressaltamos que o documento arquivístico possui características específicas que o individualizam enquanto objeto de estudo da Arquivologia. Ribeiro (1996, p. 13) evidencia a ligação com a origem como característica fundamental, quando afirma que:

> os documentos de arquivo apresentam-se sob inúmeras formas e nos mais variados suportes materiais. Não é o tipo, nem a forma, nem o conteúdo informativo, que caracterizam um documento de arquivo, mas sim a sua origem, ou seja, o modo como ele foi produzido, em função e no decurso, da atividade de uma pessoa física ou coletiva.

Duchein (1983, p. 67, tradução nossa), teórico da área de Arquivologia, esclarece que "o documento arquivístico está presente no coração de um processo funcional, do qual constitui um elemento, por menor que seja. Nunca é concebido, no início, como um elemento isolado". Smit e Schmidt (2015), no mesmo sentido, afirmam que o estatuto probatório do documento de arquivo se dá por natureza contextual, ou seja, é necessário considerar as razões pelas quais o documento foi criado no momento de sua representação. Nesse sentido, pode-se afirmar que o documento arquivístico é indissociável da atividade que o gerou. Assim, as funções e atividades são elementos fundamentais a serem considerados ao representar este documento.

Para elucidar nossas ideias apresentamos aqui as definições de função e atividade. As funções podem ser entendidas, de modo geral, como grandes áreas de trabalho da instituição produtora dos documentos. Especificamente são definidas como a "agregação de atividades análogas, interdependentes, que se encadeiam num único

campo especializado de trabalho, devendo, consequentemente, para uma maior eficácia, ter o desenvolvimento alocado à unidade organizacional específica." (CURY, 2000, p. 192-193 *apud* SOUSA, 2007). As atividades, por sua vez, são ações que levaram à criação do documento, conforme define Sousa (2007). Assim, as funções desempenhadas pelas instituições geram as ações (atividades), que podem ser atividades-fim e atividades-meio. As primeiras são as razões de existir da instituição, enquanto as segundas são aquelas que dão suporte à realização das atividades-fim.

No contexto de uma universidade pública, por exemplo, as funções principais estão ligadas à sua missão e podem ser entendidas, de modo geral, como: ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, são as razões da existência da instituição. Para cumprir as atividades de ensino (atividade-fim), por exemplo, é necessário efetuar diferentes atividades-meio, tais como a contratação de professores e servidores, o pagamento de funcionários, a aquisição de mesas e carteiras, dentre outras. Ou seja, as atividades de administração, patrimônio, financeira e gestão de pessoal são atividades-meio, que são comuns a diferentes instituições.

O documento arquivístico tem suas características fundamentais apontadas por Bellotto (2014), a de ser prova e a de ser informação/testemunho, as quais são paralelas e inseparáveis. A partir desta afirmação da autora, entende-se que todo documento de arquivo nasce como prova do cumprimento de atividades administrativas, fiscais ou legais, mas alguns deles podem ser informativos ou testemunhais da memória e história da instituição ou pessoa a qual estão vinculados.

A definição de documento está relacionada também a outro fundamento da teoria arquivística, que é a Teoria das Três Idades,

também chamada de ciclo de vida dos documentos. Segundo essa teoria, os arquivos estão divididos em três fases: corrente, intermediária e permanente. Cabe destacar que esta divisão relativa às idades é válida para fins de estudo e que não se refere a arquivos diferentes, mas a estágios de evolução do mesmo conjunto documental.

No fase corrente os documentos são frequentemente consultados, sendo utilizados para fins administrativos. Ao mesmo tempo em que são criados, os documentos são utilizados para realizar uma atividade administrativa.

Na fase intermediária, por sua vez, os documentos aguardam uma decisão quanto à sua guarda, tendo frequência de uso menor que nos arquivos correntes. Bellotto (2004, p. 24) afirma que a segunda fase "[...] é aquela em que os papeis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor". Nos arquivos permanentes são preservados os documentos para fins de história, memória e para fins culturais.

Os valores dos documentos estão diretamente relacionados às três idades. Nas fases corrente e intermediária permanecem os documentos para fins administrativos, fiscais ou legais, ou seja, são as razões para as quais os documentos foram criados (valores primários). Na fase permanente, estão aqueles documentos cujos prazos já prescreveram e que por razões de história, memória ou para fins culturais devem ser permanentemente preservados (valores secundários). Schellenberg (2006), teórico da teoria de valor, divide os documentos secundários em probatórios (prova que contém da organização e suas funções) e informativo (documentos sobre o que acontece com a instituição - coisas, pessoas ou fenômenos).

Ademais, os documentos são produzidos e tratados levando-se em conta princípios arquivísticos, destacados por Bellotto (2002), a saber: proveniência, organicidade, unicidade e indivisibilidade. Ou seja, em razão da indissociabilidade entre os documentos arquivísticos e as atividades que os geraram, o mesmos são conjuntos orgânicos, ou seja, refletem as atividades desenvolvidas nas instituições (organicidade). Ao mesmo tempo, esses conjuntos concebidos pela mesma atividade são indivisíveis, pois só fazem sentido no contexto em que foram gerados (indivisibilidade e unicidade). Ainda, os documentos arquivísticos não devem ser misturados a documentos de proveniências (fundos) distintos. Acreditamos em nossa concepção que os princípios arquivísticos apresentados são o desdobramento do princípio da proveniência, contendo características existentes neste último.

Relacionado ao princípio da proveniência está o da ordem original, segundo o qual a ordem administrativa dos documentos deve ser mantida, respeitando-se o modo como as atividades foram desenvolvidas. Esse princípio é fundamental para algumas funções arquivísticas, tais como a classificação. Sousa (2003, p. 251), ao tratar sobre os princípios acrescenta que: “podemos, a partir dessas definições, entender o princípio de respeito aos fundos e o da ordem original como princípios de divisão ou de classificação naturais, pois são atributos essenciais e permanentes ao conjunto (arquivo) a ser dividido”.

Alguns autores chamam os princípios de características, como é o caso de Duranti (1994), que apresenta cinco delas, tais sejam: imparcialidade (fidelidade às ações que o geraram); autenticidade (criados, mantidos e conservados com procedimentos regulares. Consideram a necessidade de agir por meio deles); naturalidade (se

acumulam naturalmente no curso das atividades); inter-relacionamento (relação dos documentos com outros da mesma atividade. São interdependentes e por si só não podem se constituir em testemunho dos fatos e atos passados) e unicidade (“cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental”).” (DURANTI, 1994, p. 53).

Pode-se fazer relação entre as definições de Bellotto (2002) e de Duranti (1994), pois a naturalidade apresentada por Duranti parece corresponder à cumulatividade. Por sua vez, esta última tem relação com a organicidade, que Duranti chamou de inter-relacionamento.

A respeito do conceito de fundo, Rousseau e Couture (1998) esclarecem que é o “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício de suas atividades e funções”. Esse princípio foi estabelecido por Natalis de Wally em 1841 no contexto do Arquivo Nacional Francês é universalmente aceito. Porém, o conceito de universalidade possa ser discutido no contexto da pós-modernidade, pois o pós-moderno desconfia do conceito de verdade absoluta, visto que este período é caracterizado pela pluralidade de pensamentos sem uma verdade universal, o que se opõe (ou difere) do positivismo, conforme aponta Cook (2001).

Fonseca (2005) trata sobre o surgimento da área de Arquivologia e apresenta como objeto de estudo clássico da área o documento de arquivo, como fenômeno físico, ligado a um fundo de arquivo, custodiado por uma instituição arquivística, o que se deve ao fato da área ter sofrido forte influência positivista advinda das Ciências Exatas.

Essa visão é compartilhada também por Araújo (2014). Além disso, acrescenta Fonseca (2005), o foco inicial da área de Arquivologia eram os documentos de arquivo como entidades físicas.

Nessa perspectiva, é importante destacar que nosso entendimento não é apenas de um fundo como algo relacionado à estrutura organizacional da instituição ou como uma unidade física em si. O fundo é um conceito teórico norteador que se relaciona também às funções e atividades, conforme a própria definição apresentada por Rousseau e Couture (1998). Ou seja, é fundamental que os conjuntos documentais arquivísticos sejam mantidos, para que se torne evidente o contexto de produção e o vínculo arquivístico.

Como conclusão desta seção da tese, pode-se verificar que os princípios arquivísticos fundamentais ligados à representação dos documentos são a proveniência, a ordem original e a organicidade. Os demais são desdobramentos desse primeiro, apresentados com diferentes termos e designações.

Em relação à escolha do termo para o objeto de estudo da Arquivologia, adotou-se nessa tese a expressão “documento arquivístico”, por compreender que é necessário considerar as características do documento para além da informação representada.

2.2 REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Com as definições de informação, conhecimento e documento já apresentadas na subseção anterior, destaca-se aqui nosso entendimento sobre organização da informação, organização do conhecimento, representação da informação e representação do conhecimento (OI, OC,

RI e RC, respectivamente). De acordo com a proposta apresentada por Bräscher e Café (2010, p.93):

> a OI compreende, também, a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los, sistematicamente, em coleções. Neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos. A organização do conhecimento, por sua vez, visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade.

As autoras complementam que a OI e a OC produzem a RI, compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtida pelos processos de descrição física e de conteúdo. A RC, por outro lado, se constitui numa estrutura conceitual que representa modelos de mundo (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010). Essas representações foram chamadas por Alvarenga (2003) como "representação secundária". Isto significa que esse processo efetua a "compactação", ou seja, substitui o documento apenas pelas partes mais importantes a serem acessadas, de forma que os usuários tenham acesso às partes principais sobre esses documentos.

Para Guimarães (2009), a organização da informação deve ser entendida como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado.

No escopo da Arquivologia, foco desta tese, Rousseau e Couture (1998, p. 48), ao apresentarem os primeiros traços de desenvolvimento da área afirmam que "as primeiras ações que visam à organização, o tratamento e a recuperação dos documentos, e de que ainda possuímos elementos hoje em dia, parecem ter sido inventários com a finalidade de formar listas de documentos". Observa-se que a

afirmação dos autores se refere à criação dos instrumentos de pesquisa, que visam possibilitar o acesso aos documentos de arquivo, o que reforça o papel fundamental da representação arquivística desde seu surgimento. Esteban Navarro (1995, p. 66, tradução nossa) afirma que:

> Por representação e organização do conhecimento entendemos a disciplina dedicada à investigação e fundamentos científicos e desenvolvimento das técnicas de planejamento, construção, uso, gestão e avaliação das habilidades e ferramentas empregadas nos sistemas documentais para o armazenamento, tratamento e recuperação dos documentos criados pela humanidade para testemunhar seus atos [...].

Verifica-se que a definição apresentada pelo autor para a "organização e representação do conhecimento" é mais abrangente e envolve todo o processo de gestão documental, desde a fase de produção até a recuperação. Vale lembrar que em sua definição se insere também a organização da informação e organização do conhecimento.

Por outro lado, Yakel (2003, p. 2, tradução nossa) apresenta uma perspectiva da representação arquivística voltada para as funções de classificação e descrição, chamadas por ela, no sentido da tradução literal, de arranjo e descrição. A autora afirma que:

> Este artigo enfoca a representação arquivística como uma prática fluida, em evolução e socialmente construída. Representação refere-se tanto aos processos de arranjo (respeitando ou desrespeitando a ordem) quanto à descrição, como a criação de ferramentas de acesso (guias, inventários, instrumentos de pesquisa, registros bibliográficos) ou sistemas (catálogos de cartões, bases de dados bibliográficos, bases de dados EAD) resultantes dessas atividades.

Ou seja, a representação arquivística[6] é realizada por meio do arranjo (classificação) e descrição, visando seu acesso por meio de instrumentos de pesquisa. Yakel (2003, p. 2, tradução nossa) acrescenta que a representação da informação "[...] detém o verdadeiro trabalho do arquivista em (re)ordenar, interpretar, criar substitutos e projetar arquiteturas para sistemas representacionais que contenham esses substitutos para [...] representar materiais arquivísticos verdadeiros". Acreditamos que o processo de indexação também se insere na representação arquivística, porém não foi abordado nesta subseção, pois diz respeito à seção de resultados.

Tendo em vista a característica orgânico-funcional dos documentos de arquivo, ressalta-se que estes devem ser organizados, representados e recuperados em conjuntos documentais, considerando o princípio da proveniência, organicidade e ordem original, destacados por Rousseau e Couture (1998) e tratados na subseção anterior. Quanto a esses princípios, Esteban Navarro (1995, p. 70, tradução nossa) assevera que "cada agrupamento consiste num todo que não pode ser separado, porque as partes que lhes integram só são compreendidas enquanto permanecem unidas ao conjunto em que nasceram."

Assim, as atividades de representação da informação no âmbito da Arquivologia devem considerar as características específicas desses documentos, que se organizam num conjunto, em contraposição ao que ocorre no âmbito da Biblioteconomia, área em que se organiza e representa os objetos informacionais individualmente.

---

[6] A expressão "representação arquivística" foi utilizada nesta seção para se referir aos processos de classificação e descrição arquivística em consonância com o termo e a definição apresentados por Yakel (2003). Esclarece-se que "representação da informação" é uma área consolidada no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, portanto, esta última expressão também foi utilizada para se referir a este contexto mais amplo.

2.2.1 **Funções arquivísticas:** classificação e descrição

Embora o estudo das funções arquivísticas[7] não seja o foco da pesquisa proposta, é necessário defini-las e caracterizá-las, pois a classificação e a descrição são fundamentais para manter o contexto dos documentos e sua organização, atividades que na área de Arquivologia fazem parte da gestão documental.

De acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei de Arquivos, "considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente."

Embora seja uma lei brasileira, a definição apresentada está em consonância com o pensamento existente na literatura da área de Arquivologia. Autores como Rousseau e Couture (1998) indicam sete funções do processo de gestão de documentos, a saber: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. Vale ressaltar que a noção de função é advinda da arquivística canadense.

A classificação arquivística é considerada uma função matricial, termo este utilizado por Sousa (2007) para indicar que a partir dela são realizadas outras funções, como a avaliação e a descrição. A classificação está, portanto, no centro de todo o processo de organização, representação e recuperação da informação arquivística.

[7] As funções arquivísticas não se restringem à classificação e à descrição, que foram enfatizadas neste tese pelo fato de estarem relacionadas à representação arquivística e à indexação, nosso objeto de estudo.

Em sentido amplo, pode-se dizer que a classificação é um processo natural e inerente ao ser humano, que é realizado a todo o momento e em todas as tarefas diárias, embora muitas vezes seja imperceptível ou mesmo involuntária a sua realização (PIEDADE, 1977).

Este processo classificatório, natural do ser humano, difere do ponto de vista da elaboração e aplicação, daquele empregado nos arquivos e nas bibliotecas. Essa afirmação se deve à própria natureza dos documentos, ou seja, à natureza dos objetos a serem classificados.

No caso da Biblioteconomia, os documentos são organizados como objetos individuais e consideram o assunto, sendo submetidos aos processos de classificação, catalogação e indexação. Deste modo, as classificações utilizadas nesse campo do conhecimento podem ser as mesmas para qualquer unidade de informação. Ribeiro (2013, p. 536) acrescenta que as bibliotecas "[...] aplicam a classificação com a finalidade de organização/arrumação [...] privilegiando a sistematização física dos documentos, com vista à implementação do livre acesso, evitando assim o recurso ao catálogo como instrumento de mediação entre o utilizador e a informação."

Por outro lado, na Arquivologia, conforme já evidenciamos, os documentos fazem parte de um contexto de produção, ou seja, só fazem sentido se estiverem relacionados ao conjunto documental no qual foram produzidos. Assim, documentos da mesma função e atividade devem ser mantidos juntos, respeitando-se os princípios arquivísticos. Desta maneira, as classificações e instrumentos de classificação são específicos para cada instituição arquivística, pois devem considerar as peculiaridades dessa organização.

Nesse sentido, Sousa (2007) apresenta o processo de classificação como estritamente relacionado aos princípios arquivísticos, tendo em vista que a classificação permite organizar os documentos em classes conforme os níveis de descrição, representando, no caso da classificação funcional, especialmente as séries documentais. Para o autor, o processo não se apropriou como deveria dos conceitos advindos da teoria da classificação, mas é possível afirmar, entretanto, que ela se estrutura em classes. Cada classe é representativa de um critério classificatório ou de divisão, aplicado uma vez por nível e por classe (nível).

Assim, ao compararmos com a estrutura dos processos classificatórios bibliográficos, pode-se dizer que as classificações arquivísticas também são concebidas de forma hierárquica e partindo-se do geral para o específico. A função da classificação nos arquivos apresenta uma interface muito maior com a organização dos documentos conforme as classes, de forma a refletir a estrutura e as funções da instituição.

Gonçalves (1998, p. 12) acrescenta que "o objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos. Podemos entender que a classificação é, antes de tudo, lógica [...]".

A funcional, conforme o próprio nome sugere, refere-se à classificação conforme as funções e atividades da instituição, enquanto a estrutural se refere ao estabelecimento de classes conforme a estrutura organizacional. Schellenberg (2006) trata sobre a classificação arquivística funcional e estabelece princípios para sua elaboração. Enfatiza que o principal elemento de classificação é a "ação" que gera o

documento, ou seja, as ações efetuadas em instituições públicas são comprovadas por meio de atos administrativos ou jurídicos. Em linhas gerais, é como se o autor estivesse tratando de funções e atividades (ações) que geram os atos (documentos arquivísticos). Além desses elementos, deve-se considerar a estrutura, chamado pelo autor "de organização" e o assunto.

Ressalta-se que mesmo a classificação funcional considera em sua elaboração o estudo da estrutura do órgão, podendo também ser considerada uma classificação orgânico-funcional, pois as funções são desempenhadas por setores das instituições. Aguiar e Tálamo (2012) utilizam a expressão orgânico-funcional para se referir à representação dos documentos de arquivo para fins de classificação.

O Arquivo Nacional da Austrália (2003) publicou um documento chamado *Overview of Classification Tools for Records Management,* no qual se enfatiza que a classificação arquivística deve ser feita por funções em detrimento da estrutura, pois esta última pode se modificar:

> A classificação de documentos e informações para negócios por funções e atividades afasta-se da classificação tradicional baseada na estrutura organizacional ou assunto. Funções e atividades fornecem uma estrutura mais estável para a classificação de estruturas organizacionais que são frequentemente sujeitas a mudanças […]. A estrutura de uma organização pode mudar muitas vezes, mas as funções que uma organização realiza geralmente permanecem as mesmas ao longo do tempo (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2003, tradução nossa).

Observa-se, portanto, que a classificação na área de Arquivologia considera a função dos documentos e suas atividades, que são inerentes à própria natureza dos documentos de arquivo, produzidos com base em

princípios arquivísticos, como a organicidade. Como resultado desse processo tem-se o plano de classificação.

No que tange à construção de planos de classificação arquivística, o controle de vocabulário se faz necessário. Esse controle pode ser para traduzir os termos identificados no processo de representação, ou seja, para nomear as classes, subclasses, grupos e subgrupos[8] que irão compor estes instrumentos.

Embora a classificação seja um processo fundamental para a organização dos documentos de arquivo, do ponto de vista da organização aparece na literatura da área também a ordenação de documentos, como destacado por Heredia Herrera (1991) e Gonçalves (1998). Ambas concordam que a classificação e a ordenação são processos fundamentais para a organização dos documentos de arquivo. Herrera enfatiza que apesar da complementaridade das duas, a classificação deve ser feita antes da ordenação. Ou seja, a classificação fornece as classes e as ligações entre os documentos e a ordenação facilita a localização dos documentos por meio de métodos adicionais.

A classificação é complementada por outra função arquivística: a descrição, pois juntas permitem a compreensão do contexto e conteúdo do documento, conforme indica Ancona Lopez (2002, p. 6), quando afirma que: “a organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição. Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram”.

[8] Esses são considerados níveis de descrição ou níveis de classificação. São divisões hierárquicas para representar os conjuntos documentais arquivísticos.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 67), a descrição pode ser considerada o "conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa". Heredia Herrera (1991, p. 300) esclarece que:

> A descrição documental inclui não apenas a análise dos documentos: de seus tipos, tanto diplomáticos quanto legais, de seu conteúdo, o local e a data de sua redação e seus caracteres externos, mas também os dados de sua localização. A descrição é necessária em um arquivo administrativo e em um arquivo histórico, embora sua prática possa apresentar algumas variantes. A descrição, em suma, é o meio usado pelo arquivista para obter as informações contidas nos documentos e fornecê-las aos usuários.

Ou seja, a descrição é a ponte que comunica o documento com os seus usuários, pois explicita elementos de contexto e conteúdo para posterior recuperação. Esclarece-se também que a descrição objetiva "[...] informar acerca do conteúdo dos documentos e de seus elementos formais, com o objetivo maior de fornecer acesso às informações contidas nos fundos, grupos, séries ou peça documental." (TOGNOLI, 2012, p. 81). Assim, a partir das classes estabelecidas na classificação, seleciona-se o nível a ser descrito e aplicam-se normas de descrição, com o objetivo de formar instrumentos de pesquisa e prover o acesso aos documentos. Basicamente, a classificação e a descrição objetivam a representação, recuperação e o acesso aos documentos.

Smit (2013) demonstra os processos de classificação e descrição arquivística como integrantes de um sistema de recuperação da informação, sendo esses processos os responsáveis pela entrada e saída do sistema, visando à recuperação e acesso.

> Os procedimentos de descrição e classificação dos documentos são elaborados pelo arquivo, dentro do arquivo, ao passo que o acesso aponta para a dimensão social do arquivo. Para simplificar, podemos dizer que os procedimentos de descrição e classificação produzem o input do sistema e que o acesso constitui o output do sistema. Podemos ainda lembrar que os procedimentos de input, considerados técnicos embora envolvam muito trabalho intelectual, são frequentemente rotulados de forma desvalorizada [...] (SMIT, 2013, p. 15).

Em relação à descrição, cabe destacar a existência de normas, que surgem com o objetivo principal de regulamentar esse processo e contribuir para a criação de seus produtos: os instrumentos de pesquisa. Acerca disso, Duranti (1993) afirma que a partir de 1930 na Europa, a descrição começou a ser feita com o objetivo fundamental de criar instrumentos de pesquisa que servissem para o acesso dos usuários e não somente para o trabalho dos arquivistas.

Os instrumentos de pesquisa são basicamente guias, inventários, catálogos e índices. A respeito da definição, de acordo com a *Multilingual Archival Terminology*, do *International Council on Archives* (ICA), os instrumentos de pesquisa são o "meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes" (ICA, 2015).

No Brasil, existe a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), publicada em 2006 pelo Conselho Nacional de Arquivos, que indica os seguintes níveis de descrição principais: Fundo, Seção, Série, Subsérie, Dossiê e Item documental. Salienta-se que essa norma é uma tradução e adaptação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G), que foi publicada em 2000, porém foi

estabelecida em 1999 (BRASIL, 2000).

Uma das diferenças entre a ISAD(G) e a NOBRADE é que a segunda acrescenta a área 8, destinada à "representação de assunto", conforme explicitado na introdução. Entretanto, não há indicações de como representar o assunto, mas a Norma dá visibilidade para uma atividade arquivística que é a indexação de assunto, objeto de estudo desta tese.

Vale destacar, conforme discutido anteriormente, que a Arquivologia sofre influência de diferentes correntes de pensamento que não são estanques, principalmente no Brasil, cenário onde se desenvolve essa pesquisa. Assim, as funções arquivísticas e suas modificações refletem também o desenvolvimento da área e as diferentes perspectivas, conforme a corrente ou teoria adotada.

Nessa perspectiva, vale relembrar que um entendimento comum da teoria arquivística tradicional é a crença na existência de diferentes métodos de tratamento dos documentos segundo as fases do ciclo de vida documental. Nesse sentido a preocupação inicial é com o valor histórico dos documentos. Porém, na arquivística integrada, a preocupação com fundamentos e processos mais científicos e não meramente práticos fez com que as funções arquivísticas fossem realizadas em qualquer fase do ciclo de vida documental.

Dessa maneira, a classificação e a descrição, assim como outras funções arquivísticas podem ser feitas em qualquer fase do ciclo de vida documental. Trata-se de uma única massa documental, que para fins práticos foram divididas em um ciclo de vida.

Para amparar nossa colocação, evocamos Sousa (2007), quando este afirma que a divisão entre os termos arranjo e classificação

pressupõe uma quebra no ciclo de vida documental que não existe, pois são fases do mesmo processo. Segundo este autor, "[...] defendemos o uso do conceito de classificação para representar a atividade intelectual de construção de instrumentos para a organização dos documentos, independente da idade à qual eles pertençam." (SOUSA, 2007, p. 85). A afirmação do autor deve-se ao fato de alguns autores da literatura da área entenderem que a classificação é feita nos arquivos correntes, enquanto o arranjo nos arquivos permanentes.

Esse é o caso de Gonçalves (1998), que chega a comparar arranjo e classificação e a concluir que se referem ao mesmo processo, com os mesmos pressupostos. Porém, apesar da evidente relevância e contribuição do texto de Gonçalves, vale lembrar que sua obra foi escrita em 1998 e que, no Brasil, as diretrizes para a construção de instrumentos de classificação arquivística amplamente conhecidos e consolidados, adotados na esfera pública nacional são posteriores a esta data. Dentre esses instrumentos estão o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade do CONARQ. As iniciativas de elaboração deram-se na década de 1990, resultando em um instrumento padrão inicial em 1996, que foi ampliado, atualizado e publicado em 2001. Nesse último instrumento, regulamentado pela Resolução nº 14 do CONARQ (BRASIL, 2001), apresenta-se o padrão de plano e tabela para as atividades-meio da administração pública brasileira.

Além da explicação referente às mudanças na teoria arquivística e a coexistência de correntes arquivísticas, ancora-se nossa percepção também na perspectiva apresentada por Ribeiro (2013). Ao tratar sobre a classificação arquivística, a autora apresenta a existência de diferentes termos e levanta a hipótese do uso de arranjo e classificação ser um

problema de tradução de *arrangement* (oriundo dos Estados Unidos) e *classement* (termo adotado em francês).

Dessa forma, nesta pesquisa acredita-se que os termos classificação e arranjo dizem respeito ao mesmo processo de criação de classes para os documentos segundo os princípios arquivísticos. Ainda, num contexto de teoria arquivística integrada e pós-moderna, a preocupação é com o contexto de produção no momento da representação dos documentos arquivísticos. Assim, adotamos o termo classificação em detrimento de arranjo.

2.3 O PROCESSO DE INDEXAÇÃO

Apresenta-se aspectos teóricos e definições sobre o processo de indexação que estão previstos no campo mais amplo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois os princípios e fundamentos desse processo podem ser aplicáveis a diferentes áreas do conhecimento, como a Arquivologia, respeitando-se as devidas especificidades de cada uma.

A indexação faz parte do processo mais amplo chamado de "tratamento da informação documental", definido como "[...] o conjunto das operações efetuadas para a transformação, ou formação, a memorização e a restituição, segundo suas necessidades, das informações contidas nos documentos [...]." (CHAUMIER, 1973, p. 15).

Esse foi o foco de estudo de diferentes autores da área, tais como Bradford (1961), Chaumier (1973), Foskett (1973), Cavalcanti (1978), Smit *et al.* (1987), Dias e Naves (2013), para citar alguns. De acordo com esses autores, o tratamento da informação pode ser de caráter descritivo ou temático, sendo o primeiro relacionado aos aspectos

físicos do material e o segundo dedicado ao seu conteúdo. De acordo com Dias e Naves (2013, p.7):

> o tratamento descritivo cuida daqueles aspectos mais objetivos capazes de bem identificar, extrinsecamente, um documento: o autor, título, a editora, elementos similares. O tratamento temático, ao contrário, tem uma forte carga subjetiva, pois como o nome indica, visa caracterizar o documento do ponto de vista de seu conteúdo.

Observa-se que os autores supracitados utilizam a expressão "tratamento documental" no mesmo sentido de "representação da informação", acepção utilizada atualmente e já discutida nesta tese.

Nesta pesquisa enfatiza-se o tratamento temático, conhecido também como Tratamento Temático da Informação (TTI). Há dois métodos indicados por Chaumier para o TTI: o resumo (representação condensada da informação) e a indexação, que visa "destacar os conceitos do texto do documento e exprimi-los com ajuda de termos da linguagem escolhida: palavras-chave, descritores ou índices de um sistema de classificação." (CHAUMIER, 1973, p. 16).

A indexação é um processo utilizado em diferentes áreas do conhecimento para representar a informação por meio de seu conteúdo, o que favorece a recuperação da informação. No campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, por exemplo, o tema vem sendo estudado desde seu surgimento, visto a preocupação dessas áreas com a recuperação da informação.

No sentido mais amplo, pode-se afirmar que como instrumento de armazenagem e recuperação da informação, a indexação era utilizada na biblioteca de Alexandria e na classificação de Calímaco. Mais tarde,

fora utilizada na organização de inventários de manuscritos medievais (CAVALCANTI, 1978).

No domínio da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a indexação pode ser definida como o "ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento em termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação (NBR 12676/1992)". Esta definição está contemplada na norma brasileira de indexação, mas representa o entendimento de diferentes autores da área. A indexação foi recentemente definida neste mesmo sentido, porém de forma mais completa:

> [...] um processo formado por subprocessos ou etapas que tem como objetivo identificar o conteúdo de um documento, por meio de uma metalinguagem construída – a linguagem de indexação – com o intuito de promover a efetiva recuperação da informação. Em termos teóricos, qualquer recurso informacional é passível de ser indexado ou representado por conceitos. Esta ação viabiliza que a informação documental seja acessada e recuperada para usos distintos por sujeitos com interesses específicos. (TARTAROTTI; DAL'EVEDOVE; FUJITA, 2017, p. 2).

Percebe-se que diferentes autores que conceituam a indexação indicam o conteúdo como elemento a ser representado. Dessa maneira, vale lembrar que a indexação é um processo que pode ser realizado com base em diferentes elementos, já que o conteúdo abrange assuntos, nomes, lugares, ou seja, uma variedade de possibilidades. Desta forma, seus produtos, como os tradicionais índices, tratados a seguir, podem ser de diferentes tipos.

Em relação aos aspectos e princípios fundamentais desse processo, os mais básicos envolvem a indexação pré-coordenada e a pós-coordenada. A primeira efetua a combinação de termos no momento da representação, ou seja, há a necessidade de prever todas as possibilidades de combinação dos termos antes de sua recuperação. Por outro lado, a pós-coordenada, como o próprio termo indica requer a combinação dos termos no momento da recuperação. Porém, tendo em vista o contexto atual de desenvolvimento e utilização de tecnologias da informação em sistemas de informação computacionais, tanto no âmbito da Ciência da Informação e Biblioteconomia como em outros contextos, é mais aplicável e utilizada a indexação pós-coordenada.

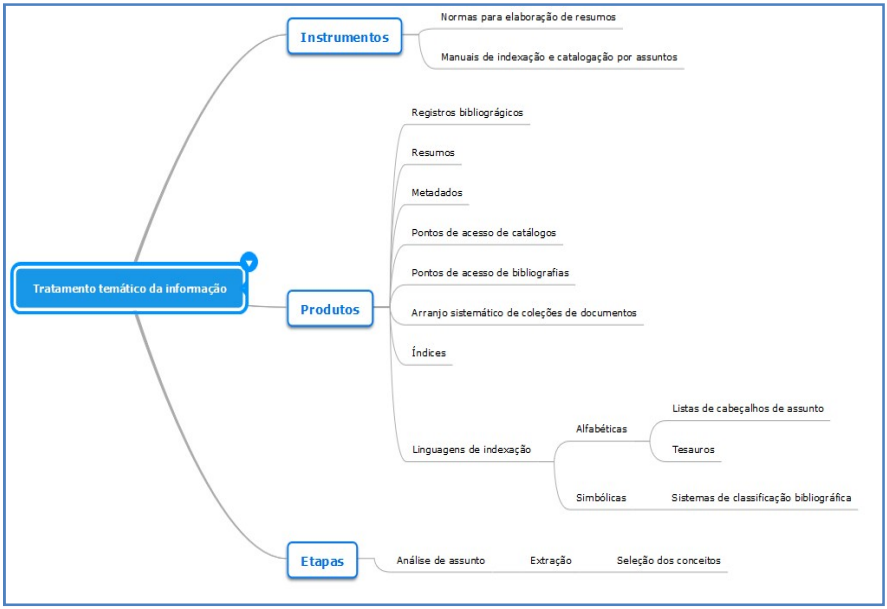
Além disso, a indexação livre e controlada também são conceitos basilares. Notoriamente, a indexação livre é feita com termos livres (linguagem natural), ao passo que a controlada requer a utilização de uma linguagem controlada, as quais aparecem na literatura da área de CI e Biblioteconomia como: linguagem documentária, linguagem de indexação, linguagem controlada, dentre outros. Essas linguagens serão enfatizadas na subseção seguinte. Em relação à indexação livre, Van Slype (1991, p. 9) indica a existência de dois tipos, tais sejam: lista de palavras-chave e lista de descritores livres. Quanto às primeiras, assevera que:

> Uma lista de palavras-chave é composta de uma *coleção não ordenada* (mas organizada em ordem alfabética) *de palavras significativas, também chamadas de não-vazias* (ou seja, todos os não-artigos, conjunções, pronomes, preposições, numerais e certos verbos e advérbios), extraídas, automaticamente, pelo computador, a partir do título, do resumo, [...] do texto completo dos documentos registrados dentro de um determinado

> sistema documental (VAN SLYPE, 1991, p. 9, tradução nossa, grifos do autor).

Antes de tratar das linguagens documentárias, elaborou-se um esquema-síntese (Figura 1) para o entendimento do Tratamento Temático da Informação, indicando seus instrumentos, produtos e etapas, visto que esses são aspectos-chave para a análise efetuada nesta tese. Como esses aspectos são tratados por diferentes autores da literatura e podem apresentar diferentes entendimentos, complementou-se a discussão com os textos de outros autores, tais como de Smit *et al*. (1987), Pinto Molina (1993) e Lancaster (2004), dentre outros.

Figura 1 - Tratamento Temático da Informação (TTI)



Fonte: Elaboração própria com base nas definições de Dias e Naves (2013)

O esquema se refere ao Tratamento Temático da Informação, pois os autores mais clássicos da área, tais como Chaumier (1973) e Foskett (1973) indicaram esse termo em suas obras. Porém, alguns autores entendem a indexação como um processo advindo do TTI, como é o caso de Chaumier, embora esse entendimento não seja um consenso na área.

Nesse sentido, ilustra-se a existência de três vertentes teóricas do tratamento temático, indicadas por Guimarães (2009, p. 106), a saber: "a catalogação de assunto (*subject cataloguing*) de matriz norte-americana, a indexação (*indexing*) de matriz inglesa e a análise documental (*analyse documentaire*), de matriz francesa".

São diferentes vertentes sobre o tema que não são objeto de estudo dessa pesquisa. Assim, não discutimos ou seguimos nenhuma delas em específico. Além disso, após discutir as três vertentes o autor conclui que elas se complementam inclusive do ponto de vista histórico. Nesse sentido, afirma que:

> De uma análise geral dessa literatura, observa-se que nas três concepções discutidas – catalogação de assunto, indexação e análise documental – fica evidenciada a preocupação com o desenvolvimento de determinados processos (mais discutido pela análise documental), valendo-se de um conjunto de instrumentos (mais discutido na indexação) para que se possa chegar à geração de determinados produtos (mais discutido na catalogação de assunto) que, de forma defensável, viabilizem ou facilitem a recuperação da informação (aspecto comum a todos) (GUIMARÃES, 2009, p. 111).

Em relação às **etapas** do tratamento temático, Dias e Naves (2013) indicam três, conforme a Figura 1: análise de assunto, seleção

dos conceitos e extração. Esclarece-se que essa divisão não é um consenso, mas se referem a procedimentos fundamentais. A Norma Brasileira de indexação (NBR 12676/1992, p. 2), por exemplo, indica a existência de três etapas, que foram chamadas de "estágios", tais sejam: "a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b) identificação dos conceitos presentes no assunto; c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação".

Lancaster (2004) indica a existência de duas etapas principais: análise conceitual, que visa decidir sobre o que trata um documento e tradução, que "envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação." (LANCASTER, 2004, p. 18).

Conforme se verifica, alguns autores indicam duas etapas, outros três. O que fica evidente é que a análise de assunto (ou análise conceitual) prevalece em todas elas, podendo ser considerada uma etapa fundamental do processo de indexação.

A análise de assunto também é indicada na literatura da área como "análise documentária" e consiste em um campo de estudo bastante enfatizado no Brasil. De origem francesa, foi trazida para o Brasil por Johanna Smit, que aprofundou as discussões no Grupo Temma, com a participação de diferentes pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP). O Grupo trouxe o aporte teórico da Linguística e da Terminologia para o avanço da temática.

Em obra do Grupo Temma intitulada "Análise documentária: a análise de síntese", Cunha (1987) elaborou um capítulo específico sobre a análise documentária, definida como o "[...] conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo dos

documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação". Ela chama atenção para o processo de análise, que exige uma leitura técnica. Além disso, as palavras-chave selecionadas não são neutras, pois estão cheias de sentido, já que se trata de uma operação semântica.

Nesse processo decisório é necessário considerar o usuário e o sistema, pois a linguagem deve ser a mesma na entrada e na saída. Foskett (1973) afirma que o tratamento temático se insere na entrada do sistema. Nesse mesmo sentido, Cintra (1987) alerta para algumas variáveis a serem consideradas nesse processo, como as do discurso (as pretensões científicas ou não). Essas variáveis devem ser consideradas também na elaboração do produto documentário, fase na qual é necessário levar em conta o sistema em que se encontra a disseminação desse produto-informação e a variável "produtor-tradutor-consumidor".

Lancaster (2004), também informa que é importante considerar o usuário no momento de indexar, pois não é apenas uma questão de identificar o assunto, mas verificar se ele é de interesse para a unidade de informação na qual o documento está inserido.

Quanto aos **instrumentos**, observa-se na Figura 1 a utilização de normas e manuais. É o caso, por exemplo, dos tesauros, que possuem diferentes manuais para sua elaboração, além da necessidade de seguir normas nacionais (ABNT ou NISO[9]) e internacionais (ISO[10]).

---

[9]*National Information Standards Organization* (NISO) - uma associação sem fins lucrativos credenciada pelo *American National Standards Institute* (ANSI), que identifica, desenvolve, mantém e publica padrões técnicos para gerenciar informações no ambiente digital. Link: http://www.niso.org/home/ (NISO, 2017).

[10]*International Organization for Standardization* (ISO) - uma organização internacional com membros de 163 organismos nacionais de normalização. Reúne especialistas para criar padrões

Dias e Naves (2013, p.11) indicam que:

> os principais instrumentos necessários ao tratamento da informação são, no que se refere ao tratamento descritivo, os códigos de catalogação e os formatos de metadados; e no que se refere ao tratamento temático, as linguagens de indexação. Várias normas técnicas são aplicáveis tanto a um tipo de tratamento quanto a outro.

Verifica-se, nesse sentido, que as linguagens de indexação podem ser tanto instrumentos utilizados no próprio processo de indexação, como podem ser produtos desse processo, conforme indicado na Figura 1.

Quanto aos **produtos** do tratamento temático apresentados por Dias e Naves (2013), elaborou-se o Quadro 1, com seus respectivos significados.

Quadro 1 - Produtos do Tratamento Temático da Informação indicados por Dias e Naves (2013)

PRODUTOS	SIGNIFICADO
Resumos	São muito úteis para o próprio profissional da informação, pois podem ajudá-lo no trabalho de identificar o assunto do documento.
Registros bibliográficos e catalográficos	São representações dos documentos a que se referem, pois tratam o essencial dos mesmos por meio de um número reduzido de informações.
Pontos de acesso	São aqueles elementos da descrição que poderão ser utilizados na pesquisa no catálogo.
Arranjo sistemático da coleção	Significa organizá-lo de acordo com um tipo de classificação por assunto.

Fonte: elaboração própria com base nas definições de Dias e Naves (2013)

Dentre os produtos da indexação estão também os índices, que eram criados nos sistemas de indexação e resumos, geralmente um

internacionais para o mercado, que apoiem a inovação e ofereçam soluções para desafios globais. Link: - https://www.iso.org/home.html(ISO, 2017).

serviço existente em bibliotecas e ligados à organização e representação de periódicos científicos (DIAS; NAVES, 2013).

Maiomone, Kobashi e Mota (2016, p. 74) afirmam que a representação temática "[...] supõe a análise, a condensação e a representação de documentos de acordo com os "assuntos" neles contidos. Os índices e os resumos documentários são os principais produtos destas ações".

Ainda no tocante aos produtores, para Bradford (1961) é comum que na construção de índices de assunto seja utilizada a classificação, ou seja, são utilizados cabeçalhos de assunto para entradas do índice. Explica que "todos os índices alfabéticos por assunto são elaborados sobre uma série cuidadosamente selecionada de cabeçalhos de assuntos, combinada com um complicado sistema de referências cruzadas, o que representa, no conjunto, uma classificação disfarçada." (BRADFORD, 1961, p. 81).

Van Slype (1991, p. 7, tradução nossa) diferencia as linguagens de indexação das de classificação. Indica que as primeiras "[...] permitem representar o conteúdo dos documentos e as consultas de maneira analítica", enquanto as segundas são "usadas de maneira mais geral para representar este conteúdo de maneira sintética." Portanto, a classificação é o processo que atribui o assunto mais geral, enquanto a indexação fornece o assunto mais específico.

Dias e Naves (2013) indicam outro instrumento, as tabelas de notação, não explicitadas no esquema da Figura 1, pois estão relacionadas às classificações bibliográficas (estas indicadas como linguagens de indexação no esquema apresentado).

Além dos aspectos indicados por Dias e Naves, Pinto Molina (1993, p. 103) indica as operações do tratamento temático: indexação, classificação e resumos. Esta última foi indicada como “resumir”, em espanhol. As operações de indexação e classificação geram o índice, enquanto o ato de “resumir” gera o resumo.

Neste ponto é necessário esclarecer que quando Dias e Naves (2013) indicam uma variedade de produtos (página anterior), pressupõe-se diferentes processos que os geraram. Assim, a indexação pode ser a responsável por gerar mais diretamente índices e pontos de acesso, que podem ser de diferentes tipos. Nesta tese utilizamos e focamos na indexação e adotamos a “indexação de assunto” para se referir à representação do assunto dos documentos, conforme explicamos na introdução.

Para esclarecer nosso entendimento a respeito da indexação de assunto e seus princípios, utilizamos o texto de Mendes e Simões (2002). Respaldadas em normas de indexação, dentre elas as normas ISO 5963:1985 e normas portuguesas, as referidas autoras apresentam noções sobre os seguintes princípios: a) qualidade da análise; b) interesse do utilizador; c) simplicidade formal; d) coerência e uniformidade; e) controle de sinonímia; f) analogia e g) ambiguidade, os quais sintetizamos abaixo. Primeiramente, afirmam que:

> O processo de indexação de assuntos, dentro das técnicas documentais, não pode contar com normas que verdadeiramente apoiem a objetividade da análise do documento, determinem, com precisão a decisão correta a tomar perante as opções colocadas pela representação dos conceitos, de forma a garantir a sua coerência e conferir uniformidade aos instrumentos de pesquisa disponibilizados ao

> universo utilizador (MENDES; SIMÕES, 2002, p. 11).

Dessa maneira, longe de apresentar diretrizes que devem ser seguidas, apresentamos princípios adaptáveis conforme as necessidades das instituições.

a) **Qualidade da indexação**: é verificada por meio de um processo de análise. A primeira fase consiste na análise do conteúdo temático/informativo do documento, na qual se verifica a pertinência do conteúdo em relação ao usuário e, também, busca-se ser fiel ao texto que está sendo indexado. Esse processo de análise e síntese deve ser efetuado com objetividade:

> [...] já que a análise é um campo onde o subjetivismo facilmente se insinua, deve possuir ou propor-se a adquirir, conhecimentos mínimos da área temática em que se move e contará sempre com o apoio regular de obras de referência, designação que alargamos a todos os meios e suportes de informação (MENDES; SIMÕES, 2002, p. 18);

b) **Interesse do usuário:** na seleção e identificação dos conceitos devem ser previstos os temas de interesse do usuário;

c) **Simplicidade formal:** o termo de indexação deve receber uma forma tão simples quanto possível;

d) **Coerência e uniformidade:** No processo de indexação deve-se impor a coerência na aplicação dos mesmos princípios e na manutenção dos critérios de escolha para a solução de casos análogos. Deve-se procurar também uniformidade exterior, aquela que é imediatamente visível, que anula a sinonímia, ou seja, um mesmo conceito para um mesmo termo. A junção

desses dois aspectos (coerência e uniformidade) resulta na consistência das informações;

e) **Controle da sinonímia:** para o mesmo conceito, um único termo;

f) **Analogia:** Em caso de dúvidas sobre alguma norma ou critério, se adotará um princípio análogo, fazendo assim valer a coerência e a uniformidade;

g) **Controle da ambiguidade**: deve ser efetuada principalmente em sistemas pós-coordenados, para que não se tenha ambiguidade no momento da busca e recuperação da informação.

Esses princípios são acrescidos daqueles indicados no início desta subseção, sobre a coordenação e pós-coordenação e as linguagens livres e controladas. A respeito dessas últimas, apresenta-se o tópico a seguir sobre as linguagens documentárias.

2.3.1 As linguagens documentárias

Nessa subseção trata-se da definição e dos tipos de Linguagens Documentárias (LDs). Esses fundamentos contribuem para embasar a análise realizada nessa tese, cujo planejamento apresenta-se na seção seguinte (Procedimentos metodológicos). Adianta-se que as LDs são instrumentos que podem ser aplicados em arquivos.

As linguagens documentárias (LDs) são instrumentos criados para padronizar a representação da informação e facilitar a busca e a recuperação da informação. Geralmente são aplicadas na última fase do processo de indexação para a tradução dos termos selecionados para

uma linguagem padronizada, de modo a diminuir as ambiguidades e retornar resultados mais precisos para o usuário. Conforme definição apresentada por Cintra *et al.* (2002, p. 34) "são sistemas simbólicos instituídos, que visam facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita a contextos documentários, ou seja, as LDs devem tornar possível a comunicação usuário-sistema". Por meio das LDs se realiza a tradução da síntese do texto para a linguagem do usuário.

O usuário deve utilizar a mesma linguagem de indexação utilizada no sistema (entrada) para a recuperação da informação (saída), assim a comunicação poderá acontecer de forma precisa. O que aqui chamamos de "sistema" refere-se a um sistema de informação existente em qualquer unidade de informação, representado geralmente por um modelo básico de entrada, processamento e saída.

Foskett (1973) esclarece que a linguagens de indexação são linguagens artificiais organizadas de forma estruturada. Assim:

> O emprego da linguagem artificial nos permite usar a indexação de conceitos ao contrário da indexação de termos. Na **indexação de termos**, dependemos das palavras empregadas por cada autor a fim de obter as descrições de assuntos de que precisamos, na expectativa de que quando tentarmos localizar informações, possamos harmonizar os diferentes termos usados por diferentes autores. Na **indexação de conceitos**, procuramos estabelecer uma descrição-modelo para cada conceito e usar essa descrição sempre que for conveniente, tenha ela sido ou não utilizada pelo próprio autor (FOSKETT, 1973, p. 40, grifo nosso).

Ou seja, a linguagem documentária permite criar conceitos padronizados para representar os termos e, assim, a recuperação da informação ocorre de forma mais precisa, evitando as ambiguidades.

Cabe informar que o "conceito" é a soma total dos enunciados verdadeiros sobre determinado objeto (DAHLBERG, 1978), enquanto "termo [...] é a palavra (ou expressão) utilizada para a inclusão temática de um item no sistema de informação para recuperação posterior ao mesmo assunto." (CAVALCANTI, 1978, p. 21). Então, os termos representam os conceitos e as linguagens documentárias fazem a padronização dos termos utilizados por meio do controle vocabular, para que não ocorram casos de sinonímia (termos diferentes com mesmo conceito/significado) e polissemia (um termo com mais de um conceito). Esses aspectos foram tratados na seção de indexação, conforme Mendes e Simões (2002).

Além do controle vocabular inerente às linguagens documentárias, há o vocabulário controlado (VC), que é "[...] a lista de termos empregados no sistema e se caracteriza pelo fato de ser, naturalmente, bem menos extenso do que o vocabulário habitual do usuário do sistema, ou do que aquele constante [nos] documentos, e também menor que o vocabulário do indexador." (CAVALCANTI, 1978, p.29).

Pode-se relacionar a definição apresentada pela autora supracitada com a de Lancaster (2004). Para o autor, "um vocabulário controlado é essencialmente uma lista de termos autorizados. Em geral, o indexador somente pode atribuir a um documento termos que constem na lista adotada pela instituição a qual trabalha." (LANCASTER, 2004, p.19).

Nessa perspectiva, cabe destacar o texto de Smit e Kobashi (2001), intitulado “Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos”. Neste, as autoras afirmam que o controle do vocabulário é um meio para produzir confiança no sistema de organização e na busca de informações arquivísticas, sendo, portanto, um processo. O vocabulário controlado é o instrumento resultante desse processo, que serve para nomear as atividades/funções e gera, portanto, confiança no sistema.

Um tipo de VC amplamente utilizado em diferentes campos do conhecimento é o tesauro. Diferente do vocabulário controlado, o tesauro apresenta uma lista de termos e os relacionamentos entre eles. Indica, por exemplo, os termos genéricos (TGs), os termos relacionados (TRs) e os termos específicos (TEs). Logo, o diferencial está nos relacionamentos, na sua estrutura e na precisão da cadeia de conceitos apresentada.

Campos e Gomes (2006) apresentam uma metodologia de elaboração de tesauro conceitual. Enfatizam que os termos extraídos para elaboração deste tesauro não são provenientes da linguagem natural e podem utilizar a categorização como princípio norteador. No âmbito da Arquivologia, discutida nos resultados, indica-se a elaboração de tesauro a partir da classificação.

Em relação à função do tesauro, Gomes (1990, p. 16) afirma: “[...] é poder representar os assuntos dos documentos e das solicitações de busca. A representação do assunto é feita no momento da indexação: o documento é analisado, seu conteúdo identificado e devidamente “traduzido”, de acordo com os termos do tesauro e com a política de indexação estabelecida.”

A política de indexação é essencial, pois sua função é “definir as variáveis que influenciam o desempenho da atividade de indexação [...].” (DAL' EVEDOVE; FUJITA, 2015, p. 50). Assim, as unidades de informação (arquivos, bibliotecas e museus) devem estabelecer políticas para padronizar todos os procedimentos relacionados à indexação e assim obter mais consistência neste processo. Outro aspecto é a elaboração do manual de indexação, no qual são dispostas as decisões provenientes da política de indexação.

No Quadro 2 apresenta-se as definições de linguagens documentárias, vocabulários controlados e tesauro, no intuito de diferenciá-los.

Quadro 2 - Definições de linguagens documentárias

Termo	Definição
Linguagem documentária	Estrutura de termos e / ou símbolos organizados de acordo com um plano conceitual, desenvolvido por meio de procedimentos de controle de vocabulário, com o objetivo de representar, através desses símbolos ou termos, o conteúdo temático dos documentos, para facilitar sua recuperação por usuários indiscriminados. Toda linguagem documental é desenvolvida sob uma lógica particular, que pode incluir preconceitos filosóficos ou ideológicos premeditados ou involuntários, porque uma linguagem documental é sempre tributária - e expressa - o contexto sociocultural e o estado de progresso científico-tecnológico de seu tempo.
Vocabulário controlado	Conjunto estruturado de termos destinados à representação do conteúdo temático de documentos ou qualquer recurso de informação com identidade própria, através de indexação. Deve seu nome às operações de controle de vocabulário que são realizadas com o objetivo de normalizar a apresentação gráfica e o alcance conceitual dos termos, e dar conta das relações estáveis e recíprocas entre eles.

Tesauro	Tipo de linguagem documental que é integrada com termos analisados e normalizados que mantêm relações semânticas e funcionais entre si. O tesauro é organizado sob forte controle terminológico, a fim de fornecer um instrumento ideal para o armazenamento e recuperação de informações em áreas especializadas.

Fonte: elaborado com as definições de Barité *et al.* (2013, tradução nossa)

Ressalta-se que diversos autores das áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia tratam sobre a definição e os tipos de linguagens documentárias. Porém, o quadro acima expressa as definições de um Dicionário da área, intitulado "*Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología*", com termos em inglês, espanhol e português. Assim, selecionou-se as definições acima por considerar que os dicionários têm o papel de padronizar os termos e suas definições.

Em síntese, as definições selecionadas mostram que as linguagens documentárias utilizam processos de controle vocabular em sua elaboração. Um aspecto a ser enfatizado é que as LDs representam os conceitos de sua época e estão relacionadas com o contexto social na qual estão inseridas, conforme indica Barité *et al*. (2013). Os tesauros, por sua vez, são tipos de linguagens documentárias com forte controle terminológico, mas o autor citou outras: listas de cabeçalhos e autoridades, taxonomias e aneis de sinônimo.

As taxonomias são espécies de classificações que possuem diferentes aplicações na área de Ciência da Informação, como estruturas de websites, por exemplo. Segundo Campos e Gomes (2007, p. 1):

> a taxonomia é, por definição, classificação sistemática e está sendo conceituada no âmbito da Ciência da Informação como ferramenta de organização intelectual. É empregada em portais institucionais, bibliotecas digitais como um novo mecanismo de consulta, ao lado de ferramentas de busca.

De modo geral, tanto as taxonomias, como os tesauros e outras linguagens documentárias podem ser aplicáveis em diferentes áreas do conhecimento. Enfatizamos nos resultados esses produtos e os respectivos processos, relacionando-os aos documentos de arquivo.

Neste sentido, vale lembrar que nosso foco é a indexação de assunto (*subject*), isto é, o "tópico" ou "temática". Deste modo, não tratamos sobre outros aspectos da indexação, tais como o controle de autoridade nos arquivos, nomes geográficos, dentre outros, por entender que dizem respeito a outros elementos diferentes do assunto (tópico).

De acordo com Hjørland (1992), compreendemos o assunto como um elemento para ser representado visando sua inserção em um sistema documental para ser recuperado por um usuário, segundo suas necessidades. Por conseguinte, é fundamental prever o que o usuário necessita para direcionar a representação ao seu interesse, pois seria impossível indexar um documento com todas as possibilidades de interpretação que lhes são cabíveis.

> Um usuário tem uma necessidade particular (específica) de informação, um problema a ser resolvido, para o qual a informação é requerida. Esta informação é procurada em bibliotecas ou bases de dados em que os documentos (que transportam a informação) são registrados por assunto. O registro de assuntos por bibliotecários ou especialistas em informação deve - para o

> processo ser significativo - antecipar as necessidades do usuário: ele deve tornar possível para o usuário encontrar o que ele está procurando. Dados do assunto em bibliotecas e sistemas de informação têm uma instrumental ou pragmática função (HJØRLAND, 1992, p. 179, tradução nossa).

Embora o contexto de que trata Hjorland seja o das bibliotecas, acredita-se que no campo dos arquivos também haja a necessidade de antecipar as necessidades do usuário, apesar da dificuldade de prever os diferentes assuntos para um arquivo.

Para esclarecer nossa escolha e introduzir o tema do assunto nos arquivos, evocamos a definição apresentada por Ribeiro (2011) sobre a indexação:

> Se, num sentido mais lato, a indexação pode ser entendida como a ação de elaborar índices e estes são considerados instrumentos de acesso à informação, a verdade é que, em algumas línguas (particularmente as românicas), o termo "indexação" adquiriu um sentido mais restritivo que o conota apenas com a elaboração de índices de assuntos. O mesmo não sucede em língua inglesa, onde indexing corresponde ao significado lato e subject indexing ao sentido restrito de "indexação por assuntos" (RIBEIRO, 2011, p. 34).

Esta última acepção é aquela que Ribeiro utilizou em seu trabalho e a que utilizamos na presente tese. Por fim, entendemos que a indexação, em sentido amplo, pode ser realizada visando representar diferentes pontos de acesso, sendo um deles o assunto. Do ponto de vista arquivístico, as evidências de pesquisa apresentadas nos resultados buscam trazer possíveis respostas a essa questão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se nesta seção a caracterização da pesquisa (3.1), com a indicação do tipo de pesquisa e a abordagem adotada, seguida dos procedimentos técnicos utilizados para de coleta e análise de dados (3.2). Esta segunda subseção inclui todas as etapas necessárias ao desenvolvimento da revisão sistemática, tais como as questões da pesquisa, o protocolo de busca e todas as decisões sobre esse processo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Em relação aos objetivos, a pesquisa é de caráter exploratório-descritivo, pois visa levantar, explorar e descrever as publicações científicas sobre indexação de assunto apresentadas na literatura da área de Arquivologia e Ciência da Informação. A pesquisa exploratória adequa-se a presente tese, pois de acordo com Markoni e Lakatos (2017, p. 205), os estudos exploratórios têm como objetivo:

> [...] a formulação de questões ou de um problema, com a tripla finalidade: (1) desenvolver hipóteses; (2) aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; (3) modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para análises de dados (ou ambas, simultaneamente).

Verifica-se que a pesquisa exploratória não seria suficiente para resolver o problema de pesquisa, pois não se pretende apenas explorar o objeto de estudo, mas entendê-lo, analisá-lo e interpretá-lo. Assim, a pesquisa descritiva complementa a exploratória, uma vez que os estudos

exploratório-descritivos combinados têm como objetivo “descrever completamente determinado fenômeno [...]. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas quanto qualitativas, quanto acumulação de informações detalhadas [...].” (MARKONI; LAKATOS, 2017, p. 205). Nesse sentido, além da análise exploratória, foi realizada análise descritiva, a fim de analisar e inferir a respeito dos textos encontrados.

Quanto à abordagem, pode ser caracterizada como qualitativa, uma vez que utiliza métodos qualitativos para o levantamento, descrição e análise das publicações. Flick (2009) aponta os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa: apropriabilidade de métodos e teorias, reflexividade do pesquisador e da pesquisa, variedade das abordagens e métodos. De modo diferente da pesquisa quantitativa, a qualitativa conta com a subjetividade e as reflexões do pesquisador, aspectos essenciais nesta tese.

Quanto à coleta e análise de dados, a pesquisa pode ser considerada bibliográfica, pois utiliza textos já publicados. De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 33), a “pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos.” A respeito da finalidade, afirmam que: “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].” (MARKONI; LAKATOS, 2017, p. 200).

As referidas autoras ainda acrescentam que o foco principal desse tipo de pesquisa são os artigos científicos porque é neles que se pode encontrar conhecimento científico atualizado. Salienta-se que essa pesquisa não se constitui em uma revisão bibliográfica simples, mas

numa revisão sistemática da literatura, conforme explicado na próxima subseção.

Vale destacar que a revisão sistemática foi a metodologia adotada e que, a partir dos resultados de seus processos de planejamento, busca e extração de dados, foram retirados subsídios para responder às perguntas da pesquisa[11] e, logo, os objetivos geral e específicos inicialmente delineados.

3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Tendo em vista a caracterização da pesquisa, a coleta e análise de dados foram realizados por meio da revisão sistemática da literatura, procedimento técnico que pode ser aplicado em estudos de qualquer área do conhecimento. De modo geral, a revisão sistemática permite identificar, avaliar e sumarizar os resultados de pesquisa, localizar e sintetizar as evidências, além da possibilidade de combinação de outras técnicas de pesquisa, conforme asseveram Grant e Booth (2009).

Uma das primeiras etapas para seu desenvolvimento é a identificação da necessidade de revisão. Assim, justifica-se a escolha da revisão sistemática pelo fato de estar adequada ao objetivo geral da proposta de tese, além de considerar-se que a indexação de assunto no contexto da Arquivologia é um tema pouco explorado na literatura da área de Ciência da Informação, conforme destacado na problematização da pesquisa. Assim, a sistematização das publicações sobre a temática permite conhecer a literatura publicada e encontrar lacunas e pesquisas

[11] São as perguntas criadas na revisão sistemática por meio do desdobramento dos objetivos específicos, conforme indica Kitchenham (2007).

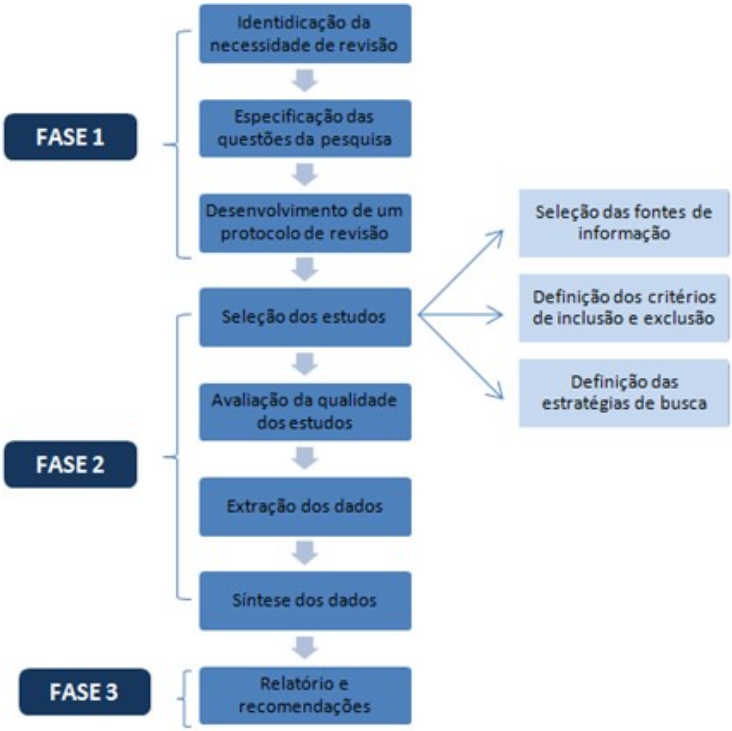
futuras a respeito do tema. Kitchenham (2007) acrescenta que dentre os motivos mais comuns para a realização de uma revisão sistemática estão resumir as evidências empíricas existentes sobre um tratamento ou tecnologia e identificar eventuais lacunas em pesquisas atuais, a fim de sugerir novas áreas de investigação.

Os passos seguidos foram baseados na proposta de revisão sistemática de Kitchenham (2007), complementando-se com Silva, E. (2009) e Balaid *et al*. (2016). As três fases de desenvolvimento são apresentadas a seguir, com suas respectivas etapas, que foram adaptadas para as necessidades desta pesquisa.

- **FASE 1:** *Planejamento da revisão:* etapa 1) identificação da necessidade de revisão; etapa 2) especificação das questões da pesquisa; 3) desenvolvimento de um protocolo de revisão;
- **FASE 2**: *Conduzindo a revisão*: etapa 4) Seleção dos estudos (critérios de inclusão e exclusão, seleção das fontes, definição das estratégias de busca); etapa 5) Avaliação da qualidade dos estudos; Etapa 6) Extração e monitoramento dos dados; etapa 7) Síntese dos dados;
- **FASE 3:** *Sistematização*: etapa 8) Redação do relatório e recomendações.

A Figura 2 mostra o fluxograma das etapas da revisão sistemática.

Figura 2 - Etapas da revisão sistemática



Fonte: Elaboração própria com base nas etapas de Kitchenham (2007)

3.2.1 Questões da pesquisa

De acordo com Kitchenham (2007), a especificação das questões da pesquisa é a parte mais importante da revisão sistemática, pois visa conduzir toda a metodologia da revisão, do planejamento à sistematização. Assim, o autor esclarece que: a) o processo de pesquisa deve identificar estudos primários que abordem as questões de pesquisa; b) o processo de extração de dados deve extrair os dados necessários para responder às questões; c) o processo de análise de dados deve

sintetizar os dados de tal maneira que as perguntas possam ser respondidas.

As sete questões da pesquisa estão alinhadas aos objetivos específicos desta tese, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Questões da pesquisa

Objetivos específicos	Código	Questões
a) verificar aspectos terminológicos e conceituais da indexação em documentos arquivísticos	**Q1**	Quais são as **denominações** e respectivas **definições** apresentadas para a indexação de assunto em documentos arquivísticos?
b) identificar os processos, etapas e instrumentos da indexação em documentos arquivísticos	**Q2**	Quais são os **processos** da indexação de assunto em documentos arquivísticos?
	Q3	Quais são as **etapas** da indexação de assunto em documentos arquivísticos?
	Q4	Quais são os **instrumentos (padrões, normas e diretrizes)** da indexação de assunto em documentos arquivísticos?
c) investigar os produtos, metodologias e fundamentos para a indexação de documentos arquivísticos	**Q5**	Quais são os **produtos** da indexação de documentos arquivísticos?
	Q6	Quais as **metodologias e fundamentos** da indexação de documentos arquivísticos?
d) averiguar as lacunas ou *gaps* de pesquisa existentes nas evidências de pesquisa	**Q7**	Quais são as lacunas teóricas ou *gaps* para pesquisas futuras sobre a indexação de assunto em documentos arquivísticos?

Fonte: elaboração própria

Ressalta-se que a revisão sistemática foi conduzida como uma metodologia. Assim, as evidências teóricas obtidas a partir das questões apresentadas permitiram correlacionar as visões identificadas, verificando-se as similaridades e divergências. Esses aspectos dizem

respeito à sistematização das ideias e inferências da pesquisa, não estando, portanto, evidenciadas nas questões da pesquisa.

Nessa perspectiva e apoiando-se em Silva, E. (2009), acredita-se que o método de revisão sistemática permite examinar o quanto as evidências empíricas contradizem ou confirmam as questões apresentadas na tese. Permitem, ainda, a geração de novos pressupostos ou temas de pesquisa.

3.2.2 Definição do protocolo de pesquisa

O protocolo de pesquisa, também chamado de protocolo de revisão (*review protocol*) envolve todas as fases de condução da pesquisa, porém diz respeito ao seu planejamento e não à sua condução. Esse planejamento permite manter a rigidez da revisão sistemática, que é característico deste tipo de revisão. Kitchenham (2007) reitera que a construção do protocolo contribui para reduzir a possibilidade de *research bias*, ou seja, a tendência, inclinação ou ideia pré-concebida pelos pesquisadores.

Assim, essa importante fase do planejamento da pesquisa envolve as seguintes etapas: seleção dos estudos, o que inclui a seleção das fontes de informação; critérios de inclusão e exclusão, além da seleção das estratégias de busca. Após a definição desses aspectos, entra em cena o estabelecimento dos métodos e estratégias para a definição da qualidade dos estudos e para a extração e síntese dos dados.

3.2.3 Seleção dos estudos

Os critérios de seleção dos estudos são utilizados para determinar quais estudos são incluídos ou excluídos na revisão sistemática (KITCHENHAM, 2007). Nesta pesquisa, esta etapa envolve a seleção das fontes de informação, os critérios de inclusão e exclusão dos estudos e a definição das estratégias de busca.

Para a seleção da amostra de publicações científicas, foram consideradas fontes brasileiras e internacionais da área de Ciência da Informação e Arquivologia, tendo em vista selecionar textos que sejam representativos da temática da indexação. As fontes selecionadas estão apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Fontes selecionadas para a amostra

Tipo	Fonte
Bases de dados	• Web of Science • Scopus • Library and Information Science Abstracts (LISA) • Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA) • Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)
Periódicos não indexados	• Acervo: Revista do Arquivo Nacional • Revista Arquivo & Administração • Informação Arquivística
Anais de eventos	• ISKO Internacional • ISKO capítulos nacionais (NASKO, ISKO Espãna-Portugal, ISKO-France, ISKO UK, ISKO Brasil) • Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) • Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe (EDICIC)

	• Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Portugal)
	• Annual Conference of International Council on Archives • Congresso de Arquivologia do MERCOSUL (CAM) • Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) • Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) • Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ)
Teses e dissertações	• Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) • Banco de teses da CAPES • Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) • Site de Universidades nacionais que possuem Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação ou Arquivologia
Arquivos Nacionais	• Sites dos Arquivos Nacionais (EUA, Canadá, Quebec, França, Inglaterra, Austrália, Espanha, Portugal, Brasil, Colômbia, Venezuela, Cuba, Uruguai, México, Chile, Argentina, Portail International Archivistique Francophone) http://ebna.eu/list-of-national-archives/
Associações profissionais e científicas da Arquivologia	• Sites das Associações disponíveis em (link para a seleção): http://www.archivescanada.ca/car/car_e.asp?l=e&a=associations • Society of American Archivists (SAA) • Archives Association of British Columbia (AABC) • Association des archivistes du Québec (AAQ) • Association of Canadian Archivists (ACA) • Bureau of Canadian Archivists (BCA) • Canadian Council of Archives (CCA) • Archives & Records Association (ARA) • Asociación de Archiveros de Castilla y León • Associació Arxivers Catalunya (Arxives)

Fonte: elaboração própria

Optou-se por abranger o maior número possível de fontes de informação, considerando-se a escassez de publicações sobre o tema de

indexação observada na área de Arquivologia. Os critérios de seleção das fontes envolvem a abrangência (localização e área), sendo consideradas as principais fontes internacionais e nacionais. Foram feitos testes de busca nas fontes listadas no Quadro 4, por meio dos sistemas de busca e por navegação nas fontes, na ânsia de verificar o potencial destas em retornar textos úteis aos objetivos da pesquisa. Foram selecionadas as fontes que indicaram a existência de textos sobre a temática. Adianta-se que os critérios de seleção dos textos estão apresentados na subseção 3.2.5, seguindo a rigor as indicações do método de revisão sistemática.

Em relação às bases de dados, foram selecionadas duas bases multidisciplinares, que contém conteúdo da área de Ciências Sociais Aplicadas: Web of Science e Scopus. Além disso, foram selecionadas três bases especializadas na área de Ciência da Informação: LISA, LISTA e BRAPCI. Justifica-se que as duas primeiras são de resumo e texto completo, respectivamente, e indexam textos brasileiros e internacionais da área de Ciência da Informação, incluindo também conteúdos de Arquivologia. A BRAPCI foi selecionada por indexar somente periódicos brasileiros.

Levando-se em conta que a BRAPCI não indexa três periódicos brasileiros significativos para a Arquivologia, fato observado no planejamento da pesquisa, elaborou-se também a categoria "**Periódicos não indexados**", incluindo-se a "Acervo: Revista do Arquivo Nacional", que é editada pelo Arquivo Nacional, sendo publicada semestralmente desde 1986. Este periódico tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente Arquivologia (ARQUIVO NACIONAL, 2017). Inseriu-

se também a “Revista Arquivo & Administração”, que é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Embora a Associação tenha finalizado suas atividades em 2015, a revista possui publicações desde a década de 1970. Contribui, dessa maneira, para o desenvolvimento da área de Arquivologia, especialmente no Brasil. E a revista “Informação Arquivística”, que segundo seu site “[...] é um periódico científico eletrônico semestral da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), que contempla a publicação e a divulgação de trabalhos e pesquisas relacionadas ao campo da Arquivologia e suas relações interdisciplinares, no âmbito nacional e internacional.” (INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, 2017).

Os eventos pré-selecionados em anais estão apresentados no Quadro 4 em duas subdivisões. A primeira corresponde à área de Ciência da Informação, incluindo-se eventos da ISKO, ENANCIB e EDICIC. Dentre os eventos da ISKO optou-se pela ISKO Internacional e os capítulos nacionais (NASKO, ISKO Espãna-Portugal, ISKO-France, ISKO UK, ISKO Brasil). Justifica-se que a ISKO foi fundada em 1989 e é a principal sociedade científica responsável pela área de Organização do Conhecimento. Nesse sentido, selecionaram-se os capítulos da ISKO cujas publicações pudessem ser utilizadas na realidade arquivística brasileira.

Ainda na primeira subdivisão dos eventos encontra-se o ENANCIB, o principal evento da área de Ciência da Informação no Brasil, organizado no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). A busca neste evento foi efetuada por navegação nas suas edições disponíveis online.

A lista de eventos pesquisados inclui ainda o “Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe (EDICIC)” e o “Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (Portugal)”. Os dois foram selecionados por estarem ligados às instituições de pesquisa ou associações profissionais da Ciência da Informação, mas que possuem textos relacionados também à Arquivologia.

Na segunda subdivisão estão apresentados os eventos referentes especificamente à Arquivologia. Quanto aos internacionais, considerou-se o Conselho Internacional de Arquivos, por ser uma instituição representativa Internacional na área de Arquivologia, com membros em 198 países. Esclarece-se que as conferências anuais do ICA substituem a antiga *The International Conference of the Round Table on Archives* (CITRA), que por sua vez eram abertas apenas aos participantes convidados e não possuíam uma chamada para submissões de artigos, conforme informado em seu site. O evento é produzido desde 1950 (ICA, 2015). Além do ICA, inseriu-se o Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), criado em 1996:

> [...] quando um grupo de profissionais da área resolveu promover um encontro para discutir questões comuns aos países membros plenos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como, por exemplo, gestão de documentos, profissionalização dos arquivos, instrumentação de políticas nacionais, entre outros temas. (CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 2015).

Selecionou-se três eventos brasileiros, haja vista a existência de dois congressos nacionais no Brasil (CBA e CNA), que são realizados

desde 1970, além de outro voltado para pesquisados e professores (REPARQ), com publicações desde 2010.

Foram selecionadas três fontes para a busca de teses e dissertações, a saber: Banco de teses da CAPES, BDTD e NDLTD. As duas primeiras são representativas das publicações nacionais (Brasil) e a última das internacionais. Tendo em vista garantir a representatividade das buscas, considerou-se também em sites de universidades brasileiras que possuem Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação ou Arquivologia, visto que os trabalhos com datas mais recentes não se encontravam disponíveis nos sites, no momento da consulta inicial.

Por último, inseriu-se os sites de Arquivos Nacionais, visto que essas instituições são de fontes de informação utilizadas na área de Arquivologia para a disponibilização de padrões, manuais, livros, capítulos e outros documentos que embasam as práticas arquivísticas em seus respectivos países. No Brasil, por exemplo, existe o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), conforme a na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), estabelece a relação entre os arquivos das diferentes esferas de competência e o Arquivo Nacional. Assim, o Conselho Nacional de Arquivos, criado por meio do artigo nº 26 da referida Lei, tem por função elaborar os padrões a serem seguidos pelos arquivos das diferentes esferas.

Nesse sentido, embora a legislação arquivística e administrativa seja específica nos diferentes países, os Arquivos Nacionais costumam ser o depositário da memória de suas nações e, dessa maneira, são fontes de informação fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas a respeito da realidade de cada país. Assim, acredita-se que os sites dos Arquivos Nacionais são fontes potenciais para disponibilizar textos que

visam responder às questões da pesquisa, sobretudo àquelas relacionadas à aplicações, instrumentos e produtos da indexação de assunto em Arquivologia.

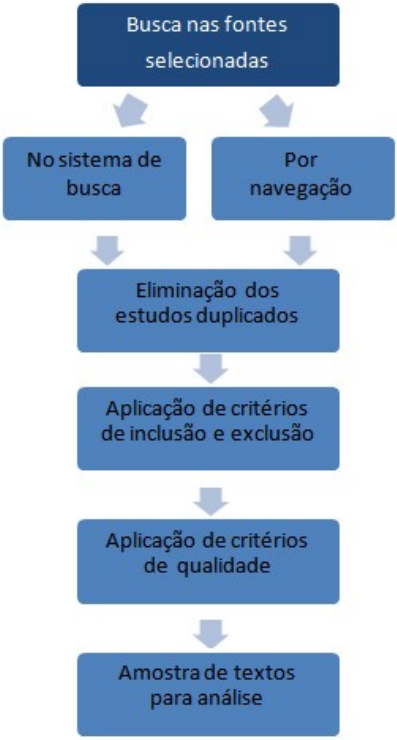
O foco das buscas nos sites dos Arquivos Nacionais foi por publicações disponibilizadas em suas páginas que tenham acesso gratuito. Tendo em vista o grande número de Arquivos Nacionais, os critérios de escolha foram o idioma e a representatividade dos países selecionados para a teoria arquivística.

Com base na mesma justificativa selecionou-se o site de algumas associações científicas e de pesquisa na área de Arquivologia, que têm abrangência mais ampla (internacionais ou grandes regiões).

Acrescenta-se que a escolha das fontes pode sofrer adaptações ao longo do desenvolvimento da revisão sistemática, as quais são previstas nas metodologias de elaboração desse tipo de revisão, conforme destaca Kitchenham (2007). Ademais, com o desenvolvimento da revisão o pesquisador passa a compreender melhor o seu problema de pesquisa.

A busca nas fontes selecionadas foi realizada conforme as etapas apresentadas na Figura 3, disponível na página seguinte.

Figura 3 - Etapas para a busca nas fontes selecionadas



Fonte: Elaboração própria

Não se estabeleceu um recorte temporal, o que possibilita identificar a partir de que data o tema de indexação de assunto no contexto da Arquivologia aparece nas fontes escolhidas.

3.2.4 Definição das estratégias de busca

As estratégias de busca foram construídas de acordo com as especificidades de cada base de dados e das demais fontes de informação. No âmbito do protocolo de pesquisa foi possível estabelecer

critérios comuns para a realização das buscas nos sistemas de recuperação da informação, a saber:

1 - Buscar no tesauro ou vocabulário controlado o termo desejado;

2 - Na ausência do tesauro, utilizar termos definidos previamente;

3 - Utilizar os campos de busca avançada;

4 - Combinar os termos referentes à representação de assunto e indexação com os termos de Arquivologia;

5 - Aplicar filtros por área do conhecimento, em fontes que possuem essa funcionalidade.

A seleção dos termos pesquisados deu-se com base no *UNESCO Thesaurus*[12], pois contempla termos relacionados à representação de assunto em âmbito internacional.

Apresenta-se no Quadro 5 (página seguinte) o termo de busca em português e os seus correspondentes em outros idiomas (principais e alternativos).

[12] http://vocabularies.unesco.org/browser/thesaurus/en/

Quadro 5 - Termos de busca (*UNESCO Thesaurus*)

Português	Inglês	Francês	Espanhol	Definição/nota de escopo e link
Indexação	Indexing Subject indexing	Indexation	Indexación Indización	Atribuição de termos de indexação a documentos ou objetos com o objetivo de poder posteriormente recuperar os documentos ou objetos de acordo com os conceitos selecionados designados pelos termos do indexação (essencialmente, descritores) (UNESCO, 2017, tradução nossa). .http://vocabularies.unesco.org/browser/thesaurus/en/page/concept3412
Linguagem documentária	Indexing languages	Language d'indexation Language documentaire	Lenguaje de indización Lenguaje documental	Uma linguagem artificial usada pelos sistemas de documentação para fins de indexação (UNESCO, 2017, tradução nossa) http://vocabularies.unesco. org/thesaurus/concept451
Arquivologia*	Archive Science	Archivistique	Archivología Archivística	http://vocabularies.unesco.org/thesaurus/concept2744
Arquivos	Archives	Archives	Archivos	http://vocabularies.unesco.org/thesaurus/concept492

Fonte: Elaboração própria

* Para este termo foi acrescentado também *Archival Science.*

Os termos previamente estabelecidos no Quadro 5 foram adaptados no desenvolvimento da tese, de modo que as estratégias finais utilizadas podem ser conferidas no Apêndice B.

3.2.5 Critérios de inclusão e exclusão dos textos

Kitchenham (2007) esclarece que os critérios de inclusão e exclusão dos textos devem ser baseados nas questões da pesquisa. Eles devem ser desenvolvidos para garantir sua interpretação de forma confiável e para classificar e selecionar os estudos corretamente. Esses critérios podem ser refinados juntamente com os critérios de qualidade.

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão dos textos, foram considerados basicamente a relação dos textos com as perguntas da pesquisa e os aspectos estruturais e metodológicos dos textos. Assim, os critérios de inclusão são basicamente: tipo de textos, especificidade do tema ou conteúdo, idioma, acesso. A seguir apresenta-se os critérios detalhados.

a) Inclusão

Textos

- Textos científicos e acadêmicos (artigos científicos, capítulos de livro, trabalhos completos publicados em eventos científicos, teses, dissertações);
- Manuais, diretrizes e instrumentos de indexação em Arquivologia.

Temas/conteúdos

- Textos que expressem no título, resumo ou palavras-chave a relação entre a indexação de assunto e a Arquivologia.

Idioma e acesso

- Textos em Português, Inglês, Espanhol e Francês;
- Textos disponíveis gratuitamente (acesso livre).

b) exclusão

Textos

- Resumos, slides, apostilas, TCCs, monografias.

Temas/conteúdos

- Textos que tratem da representação da informação em Arquivologia de uma forma genérica, sem tratar da indexação ou da representação do assunto;
- Textos que apresentem somente dados empíricos, sem conclusão, proposições ou reflexões substanciais.

Idioma e acesso

- Textos em outros idiomas diferentes daqueles estipulados nos critérios de inclusão;
- Textos que não tenham acesso livre ou gratuito.

Não foi estipulado um período para a seleção das fontes, tendo em vista que o objetivo é verificar desde quanto o tema aparece na literatura científica pesquisada.

Vale ressaltar que o objetivo principal da seleção dos textos é levantar pesquisas substanciais para a análise. Assim, foram selecionados os textos mais representativos sobre a indexação nos arquivos.

3.2.6 Avaliação da qualidade

A avaliação da qualidade é uma etapa característica da revisão sistemática, que contribui para a diferenciação de outros tipos de revisão. Os critérios a serem considerados nesta fase são basicamente o

conteúdo e critérios metodológicos. Essa etapa complementa a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão.

Os procedimentos adotados foram a leitura e análise dos metadados título, resumo e palavras-chave. Se o resumo não apresentava as informações necessárias, foi realizada a leitura do texto completo evitar a seleção de textos não pertinentes para responder às questões da pesquisa.

Para facilitar a realização dessa etapa, construiu-se algumas questões com base em Balaid *et al*. (2016), com adaptações:

QA1 - Os tópicos apresentados no texto são relacionados a essa revisão?

QA2 - O contexto da pesquisa está descrito no texto?

QA3 - A metodologia da pesquisa está claramente identificada no texto?

QA4 - As reflexões teóricas ou discussões são suficientes para responder pelo menos uma das questões da pesquisa?

A última questão se refere à apresentação de fundamentos, métodos, ferramentas ou técnicas para a indexação em arquivos.

3.2.7 Extração e síntese dos dados

Para esta etapa foram delineados critérios de extração, indicando-se os fundamentos utilizados para a sua elaboração. São cinco categorias, sendo a primeira de caráter mais geral, enquanto as outras correspondem aos objetivos específicos da tese.

A primeira categoria é composta por dados sobre os textos e permite, assim, identificá-los. São extraídos o nome do autor, título, dados de publicação, idioma, tipo de texto, objetivos e contexto.

As categorias seguintes (2 à 5) fazem interface com os objetivos específicos da pesquisa, no intuito de respondê-los. Os critérios destas planilhas tomam por base os pressupostos sobre a indexação de documentos arquivísticos identificados na dissertação de mestrado de Fernanda Ribeiro intitulada "Indexação e controlo de autoridade em arquivos", publicada em Portugal em 1996.

A categoria 2 se refere às "Definições" (conexão com o objetivo específico A), termo ou expressão adotado, Definição/entendimento e relação com as funções arquivísticas. Em alguns casos é possível identificar elementos de indexação.

A categoria 3 abrange os "Princípios e fundamentos" (conexão com o objetivo específico B). Nesta apresenta-se os princípios de indexação nos arquivos, Níveis e Profundidade, Idade do Ciclo de vida, Instrumentos de pesquisa (relacionados à representação de assunto) e instrumentos, tais como linguagens documentárias ou vocabulários controlados.

Na categoria 4 "Etapas, normas e padrões" (conexão com o objetivo específico C), extraiu-se etapas, normas e padrões, inclusive os padrões de descrição que tenham relação com a indexação de assunto explicitada no texto.

Na última categoria, referente ao objetivo D, foram analisadas as lacunas ou *gaps* de pesquisa, que podem indicar a realização de pesquisas futuras. Apresenta-se os critérios de extração organizados no Apêndice A.

Com base nos critérios estabelecidos, o processo de extração foi efetuado por meio da leitura e extração dos dados de cada texto selecionado, seguindo-se basicamente os seguintes passos:

1º- Leitura do título, resumo e palavras-chave;

2º- Leitura do texto completo;

3º- Fichamento e extração dos dados em quadros, distribuídos ao longo do texto.

Os textos selecionados foram classificados em: a) teórico-conceitual (foco nas definições e fundamentos); b) exploratório/aplicação (textos de caráter bibliográfico, exploratório, aplicações práticas ou estudos em estágio inicial de desenvolvimento).

O processo de síntese consiste na construção de quadros para a apresentação dos resultados, dentre elas a síntese e sistematização de ideias de autores quanto aos itens extraídos na análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresenta-se a descrição das buscas (4.1), com a explicação dos critérios e decisões tomadas. Apresenta-se, também, as características gerais das publicações analisadas (4.2), obtidas conforme os critérios estabelecidos. A análise da indexação de assunto em documentos arquivísticos foi inserida na seção 5, tendo em vista salientar os resultados principais.

4.1 DESCRIÇÃO DAS BUSCAS

O processo de busca nas fontes de informação selecionadas foi efetuado entre abril de 2017 e julho de 2018 (período final, com atualização das referências dos textos selecionados, sempre que necessário). Em todos os períodos as buscas foram efetuadas com base nos procedimentos a seguir.

Primeiramente, com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os textos foram selecionados por meio de três tipos de busca: simples, avançada ou navegação. Este último deu-se na ausência dos dois primeiros, tais como eventos, periódicos não indexados, sites de arquivos nacionais e de associações profissionais e científicas. Nessas fontes buscou-se em todas as edições, indicando-se uma a uma a existência de textos que correspondiam aos objetivos da análise.

Por outro lado, nas bases de dados e bancos de teses e dissertações utilizou-se preferencialmente a busca avançada, procurando-se por instrumentos como tesauros e vocabulários controlados. Os termos e expressões de busca, refinamentos utilizados,

número de resultados total retornados e o total de textos pré-selecionados estão indicados no Apêndice B, que contém os seguintes campos:

- **Fonte:** Fonte de informação previamente selecionada;
- **Tipo:** Tipo de busca, que pode ser Simples (SIM), Avançada (AV) ou Navegação (NAV). A preferência é por busca avançada, mas nem todas as fontes possuem essa opção. A busca por navegação foi feita somente quando a fonte não apresentou buscas SIM e AV;
- **Detalhamento:** No caso das buscas simples e avançadas inserem-se as expressões de busca e os filtros utilizados. Para as buscas por navegação, indicam-se as edições a analisadas.
- **Resultados (Rec.):** Total de textos recuperados com a expressão de busca utilizada, antes dos refinamentos;
- **Pré-selecionados (Pré-Selec.):** Total de textos pré-selecionados que podem ser pertinentes para a análise, mas que ainda irão ser submetidos aos critérios de qualidade. Foram descartados textos que não correspondem aos critérios estabelecidos, tais como idiomas alemão, chinês, dentre outros.

Os textos receberam um código que remete à letra inicial da fonte em que foi localizado, seguido de um número sequencial que corresponde à ordem de localização no momento da busca. O código funciona como uma identidade do texto, que não se modifica mesmo para aqueles que foram desconsiderados.

B = Base de dados
P = Periódicos indexados
E = Eventos
T = Teses e dissertações
AN = Arquivos Nacionais
PIAF = *Portail International Archivistique Francophone*
APC = Associações profissionais e científicas
L = Livros e capítulos

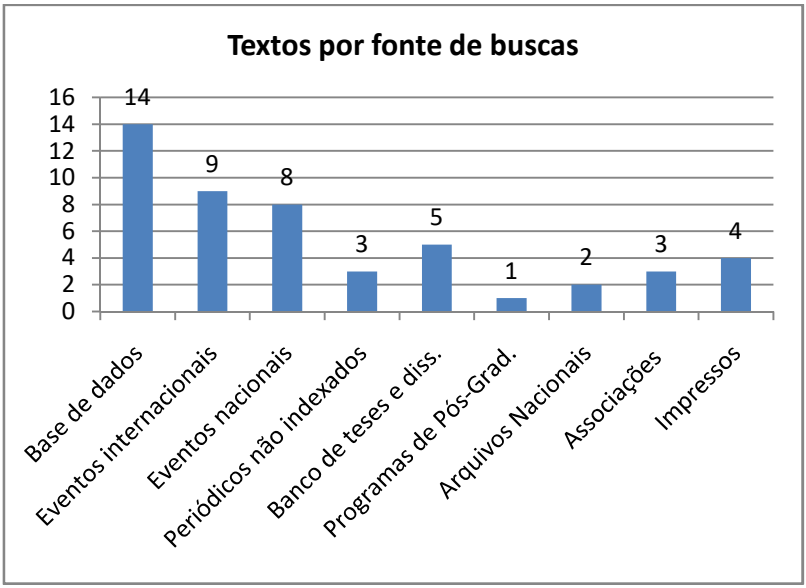
Para este primeiro momento, considerou-se a análise dos metadados título, resumo e palavras-chave e, quando necessário, breve análise do texto para identificar o seu foco. Vale ressaltar que esse montante inclui apenas textos que foram possíveis de serem acessados e/ou que foram localizados online, nos idiomas estabelecidos e com as estratégias de busca formuladas.

Em um segundo momento, os textos foram submetidos à avaliação da qualidade, em consonância com os critérios estabelecidos em 3.2.6. Permaneceram apenas textos que contribuem consideravelmente para a pesquisa. Nesse momento foram retirados, dentre outros, textos que tratavam sobre vocabulários controlados e sobre aplicações em contextos específicos sem aprofundamento. Os textos que tratavam sobre linguagens documentárias e focam-se também na indexação de assunto foram mantidos. Em síntese:

- **Estratégias de busca e total de textos pré-selecionados nas buscas (Apêndice B):** Refere-se à etapa de inclusão e exclusão dos textos, com análise de título, resumo e palavras-chave;
- **Lista de textos selecionados (Apêndice C):** Refere-se aos textos selecionados após avaliação da qualidade, num total de 49 textos.

No Gráfico 1 apresenta-se a distribuição dos 49 textos nas fontes de busca, sintetizados de forma geral.

Gráfico 1 – Textos da análise conforme as fontes de busca



Fonte: Dados da pesquisa

De modo geral percebe-se que em sua maioria os textos são provenientes de bases de dados (14), eventos nacionais e internacionais (17) e bancos de teses e dissertações (5). Vale lembrar que essas categorias apresentadas no Gráfico 1 não dizem respeito ao tipo de texto e sim à fonte que foi utilizada para a busca, conforme estabelecido na metodologia da tese. Assim, a categoria "impressos" diz respeito à localização dos textos neste formato e totaliza três capítulos de livro e uma dissertação.

Os textos encontrados em páginas de arquivos nacionais que são instrumentos de indexação sem texto de apresentação ou explicação foram desconsiderados, embora tenham sido consultados no montante inicial. Sendo assim, permanecem para análise apenas textos

estruturados, como é o caso do Manual de Indexação encontrado na página do Arquivo Nacional da República de Cuba, além dos outros textos como artigos, teses, dissertações, anais de eventos, dentre outros.

Além dos critérios de exclusão indicados nos critérios da metodologia, ressalta-se que os textos sobre controle de autoridade foram desconsiderados da análise, pois nossa preocupação foi com o "assunto" (*subject*) dos documentos arquivísticos.

O Quadro 6 detalha a distribuição dos textos nas fontes de informação analisadas, com a especificação do tipo de busca utilizada.

Quadro 6 - Fontes, tipo de busca e textos selecionados

Fontes	Tipo de busca	Textos Selecionados	%
Web of Science	Avançada	3	6,12
Scopus	Avançada	2	4,08
LISA	Avançada	7	14,29
LISTA	Avançada	1	2,04
BRAPCI	Simples	2	4,08
Acervo: Revista do Arquivo Nacional	Navegação	1	2,04
Revista Arquivo e Administração	Navegação	2	4,08
Informação Arquivística	Navegação	0	0,00
ISKO Internacional	Navegação	1	2,04
NASKO	Navegação	0	0,00
ISKO Espãna-Portugal	Navegação	4	8,16
ISKO-France	Navegação	0	0,00
ISKO UK	Navegação	0	0,00
ISKO Brasil	Navegação	4	8,16
EDICIC	Navegação	3	6,12
ENANCIB	Navegação	4	8,16

Congresso BAD	Navegação	0	0,00
Congresso ICA	Navegação	0	0,00
CAM	Navegação	0	0,00
CBA	Navegação	0	0,00
CNA	Navegação	0	0,00
REPARQ	Navegação	0	0,00
NDLTD	Avançada	2	4,08
Banco de tese da CAPES	Avançada	3	6,12
BDTD	Avançada	0	0,00
Site de Programas de Pós-Graduação	Navegação	1	2,04
Sites dos Arquivos Nacionais	Navegação e busca simples	4	8,16
Site das associações	Navegação	1	2,04
Impressos	---	4	8,16
Total	---	49	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Ao examinar o Quadro 6, verifica-se que a maior parte das buscas foi efetuada por navegação. Portanto, foi necessário consultar todas as edições para a seleção dos textos. Destacamos a seguir algumas especificidades das buscas que esclarecem as escolhas.

Verificou-se que as revistas Acervo e Arquivo & Administração foram inseridas em 2018 também na BRAPCI, mas já haviam sido pesquisadas por navegação.

Quanto às edições, na primeira delas (Acervo) foram consultados 30 volumes, cada um deles com dois números publicados, com exceção do nº 24, que possui três volumes. Por outro lado, foi selecionado apenas um artigo. Já na segunda (Arquivo & Administração) estavam disponíveis apenas algumas edições, quais sejam: 2004, 1999, 1998,

1994, 1988, 1986 e 1981. Além disso, alguns números não puderam ser acessados por estarem indisponíveis online, como é o caso da edição de 1979, por exemplo. Foram selecionadas 2 artigos desta revista.

A respeito da busca nos eventos, que concentram boa parte dos textos (17), salienta-se:

- Os eventos foram buscados por navegação, edição a edição;
- Apenas duas edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) estavam disponíveis online;
- Os eventos de 2018 que não estavam disponíveis online até julho de 2018 não foram considerados;
- O Congresso editado pela AAB teve seu acesso dificultado devido ao fim da Associação. No site "*Web Archives*"[13] foi possível recuperar a página da instituição até novembro de 2018, mas não foi possível localizar no link "eventos" ou em outras partes do site informações sobre o Congresso.
- O EDICIC possui a versão de caráter mais geral e o ibérico. As duas foram consideradas. Verificou-se que as edições do evento anteriores a 1995 enfatizam temas da Ciência da Informação e Biblioteconomia e não apresentam textos com ênfase em aspectos da Arquivologia (conforme edições disponíveis online e análise dos títulos, resumos e palavras-chave dos textos).

Os sites dos Programas de Pós-Graduação pesquisados foram identificados por meio da Plataforma Sucupira, que contempla, portanto,

[13] Site Web Archives: https://web.archive.org/web/20010225125853/http://www.aab.org.br/.

programas aprovados pela CAPES. Logo, foram pesquisados os sites dos seguintes programas: IBICT-UFRJ; UEL; UFBA; UFF; UFMG; UFPE; UFRGS; UFPB; UNESP de Marília; USP; UDESC; UFSC; UNIRIO (Curso "Gestão de Documentos e Arquivos", existente desde 2012); UFRN (Programa de Pós-Graduação em gestão da informação e do conhecimento). As buscas resultaram em apenas uma publicação selecionada.

Os Programas a seguir não foram pesquisados pelos motivos apresentados:

- Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) - não possui defesas computadas;
- Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) - não possui defesas computadas;
- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSCar (http://www.ppgci.ufscar.br/ e https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1538) - não possui teses e dissertações disponíveis no site ou em uma base de dados. Possui um repositório, mas sem trabalhos identificados nesta área;
- Universidade Federal do Cariri (UFCA) (http://www.ufca.edu.br/portal/) - não se localizou a página do Curso, que teve início em 2016, ou seja, ainda não possui trabalhos publicados de mestrado profissional;
- Universidade Federal do Ceará (UFC) (http://www.ppgci.ufc.br/primeira-defesa-do-mestrado-em-ciencia-da-informacao/) - o Curso teve início em 2016,

portanto não possui defesas computadas até a realização das buscas;

- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCI) da UFPA (http://www.portal.ufpa.br/). O Programa é de 2017, somente de mestrado e não possui publicações disponíveis.
- UFRN – Curso sem defesas concluídas.

Ressalta-se que alguns desses programas acima citados podem estar cobertos pelas bases de dados da CAPES e BDTD, salvo os casos de cursos inaugurados recentemente.

Quanto aos sites dos arquivos nacionais, localizou-se uma publicação no *Archivo Nacional de la República de Cuba* e as outras no *Portail International Archivistique Francophone (PIAF)*. Este último foi inserido por conter também publicações de arquivos nacionais. A fonte permite busca simples no sistema de busca, conforme mostra o Apêndice B.

As Associações profissionais e científicas obtiveram apenas uma publicação localizada na *Associació d'Arxivers - Gestors Documentals de Catalunya*. A busca foi efetuada no periódico indicado como publicação por essa associação. A respeito da busca nessas fontes:

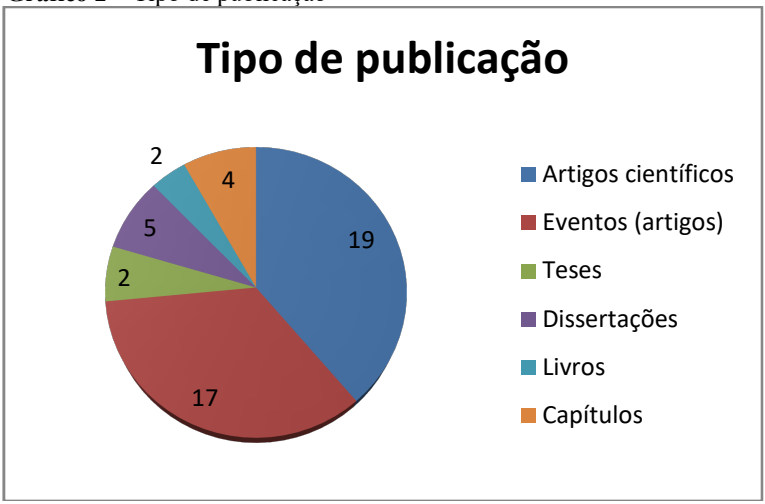
- Foram selecionados Associações e Conselhos profissionais arquivísticos com abrangência nacional; e
- Para todas as associações, buscou-se informações sobre seus objetivos e sua missão. Em seguida, as publicações foram consultadas por navegação. Quando possível, se utilizou o sistema de busca.

As características das publicações são apresentadas a seguir.

4.2 CARACTERÍSTICAS DAS PUBLICAÇÕES

Apresenta-se no Gráfico 2 as características e a distribuição dos textos analisados segundo o tipo de publicação.

Gráfico 2 – Tipo de publicação



Fonte: Dados da pesquisa

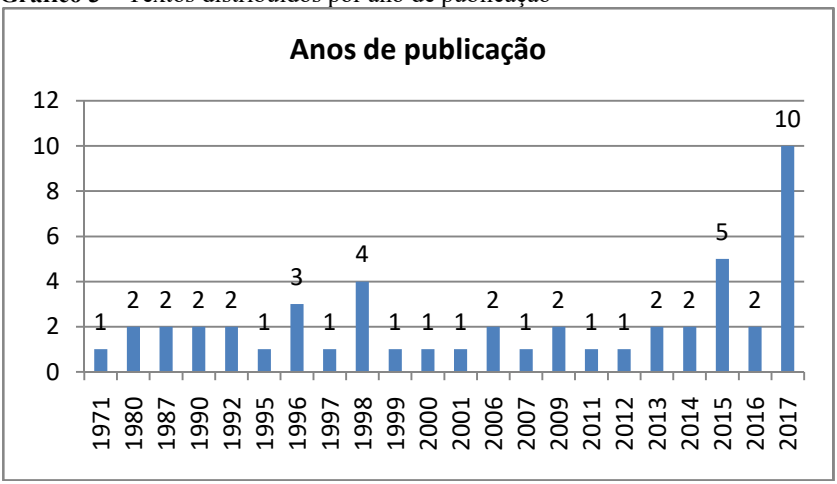
Conforme se observa, em sua maioria foram analisados artigos científicos (19), seguidos de artigos de anais de eventos (17), dissertações (5), teses (2), livros (2) e capítulos de livro (4), totalizando 49 textos[14]. Na classificação de livros se inserem duas publicações, um Relatório e um Manual de indexação, que ficaram mais bem dispostos nessa categoria.

[14] Conforme os critérios de exclusão dos dados, esse montante não inclui textos de representação da informação com perspectiva geral, que não apresentem contribuições substanciais.

No gráfico 3 apresenta-se a distribuição dos textos segundo os anos de publicação. Foram selecionados textos de 1971 à 2017, lembrando-se que não se estipulou um período de análise. Entretanto, percebe-se que os anos mais recentes (a partir de 2015) apresentam o maior número de publicações, com exceção de 2018. Ressalta-se que o período da pesquisa não abrangeu o ano completo.

Observa, ainda, que na década de 1970 apenas um texto foi apresentado e que os anos com mais publicações são 2015 e 2017, com 5 e 10 publicações, respectivamente.

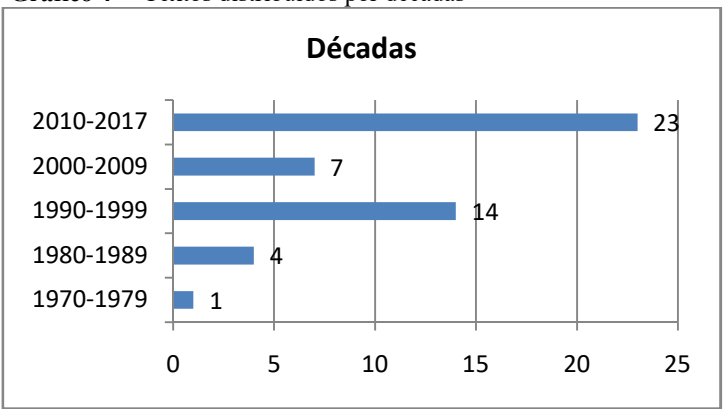
Gráfico 3 – Textos distribuídos por ano de publicação



Fonte: Dados da pesquisa

Para sintetizar a análise por anos, apresentam-se as décadas no Gráfico 4. Neste são exibidos os dados de cinco décadas, dentre elas 2010-2017, com o maior número de publicações (23) e 1990-1999, com o segundo lugar em quantidade, com 14 textos. As décadas menos expressivas foram as que contemplam textos mais antigos, como a década de 1980, com quatro publicações e a de 1970, com apenas uma publicação computada.

Gráfico 4 – Textos distribuídos por décadas

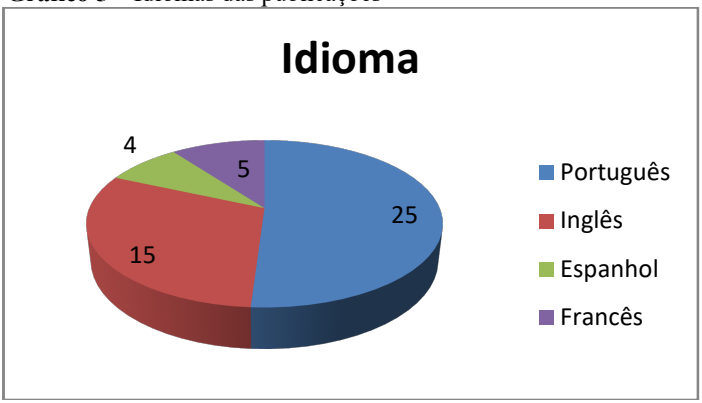


Fonte: Dados da pesquisa.

Uma das possíveis explicações para uma maior representatividade do tema em anos mais recentes é a possibilidade dos textos de indexação nos arquivos terem sido publicados nas décadas de 1970 e 1980 juntamente com aqueles que tratam de descrição, processo que também era chamado de "catalogação". Além disso, a preocupação com a criação de normas de descrição é crescente em diferentes partes do mundo somente a partir da década de 1990, tendo como um dos países pioneiros o Canadá. Dessa maneira, o estudo sobre o processo de descrição e o estabelecimento das normas, de certa forma, evidencia o processo de indexação de assunto.

Em relação aos idiomas, é curioso observar a predominância do Português (25), seguido do Inglês (15), Francês (5) e o Espanhol (4), de conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Idiomas das publicações



Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se com o Gráfico 5, que a maioria das publicações da análise está em português do Brasil e foram, portanto, escritas por autores brasileiros, com uma pequena parcela publicada por autores portugueses. A predominância de textos de autores dessa primeira nacionalidade pode estar relacionada ao seguinte aspecto: os programas de pós-graduação brasileiros que produzem publicações sobre o tema dos arquivos são em grande parte programas da área de Ciência da Informação. Ou seja, são oriundos de departamentos, ou de outras denominações administrativas, que já possuíam o curso de graduação em Biblioteconomia e nos quais foi criado posteriormente o Curso de Arquivologia.

Assim, os dados resultantes de pesquisas efetuadas neste contexto revelam uma tendência no país em buscar a afirmação da área de Arquivologia como campo autônomo do conhecimento. A suposta tentativa é para diferenciar Arquivologia da Biblioteconomia e também de outras áreas com as quais a primeira dialoga. Esse aspecto se reflete também na busca de se diferenciar as práticas e procedimentos de

representação como se fossem pertencentes a uma ou outra área em específico, tendo em vista a diferença dos objetos a serem representados.

Esse pensamento em prol da afirmação da Arquivologia enquanto campo autônomo do conhecimento pode ser observado também na literatura da área, como é o caso da obra de Silva, A. (2006). Este autor afirma que essa busca é característica de países da América Latina, aspecto não observado em outras países, como aqueles que fazem parte da Europa, por exemplo, nos quais os processos de tratamento documental são os mesmos independente da área.

Apresenta-se a seguir a distribuição de textos conforme o tipo de publicação, com as informações sobre o autor (ano), título, instituição e país e o tipo de publicação. Além disso, mostra-se a categoria na qual o texto pode ser inserido.

a) Teses e dissertações

As teses e dissertações analisadas são apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Teses e dissertações analisadas

Cód.	Autor (ano)	Título	Instituição e país	Tipo	Categoria
T2	AMARAL, Cleia Marcia Gomes (2017)	**Organização e tratamento da informação nos arquivos**: estudo crítico	Universidade de São Paulo (USP), BR	Tese	a) Teórico-conceitual
T5	VITAL, Luciane Paula (2017)	**Representação temática de documento arquivístico:** as contribuições	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), BR	Tese	a) Teórico-conceitual

		do modelo conceitual FRSAD			
T3	MARTIN, Russell Lewis (1987)	**Archival indexing**: problems and issues.	University of British Columbia, CA	Dissertação	a) Teórico-conceitual
T4	LINDEN, Leolibia Luana (2017)	**O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística**	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), BR	Dissertação	a) Teórico-conceitual
T6	OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (2009)	**Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação**	Fundação Getúlio Vargas (FGV), BR	Dissertação	a) Teórico-conceitual
T10	MONÇÃO, Jane Lessa (2006)	**O conceito assunto na arquivística**: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento-I Soggetti e Altri Apparati Di Indicizzazione In Archivistica: Ipotesi Di Lavoro	Universidade Estadual Paulista (UNESP, Marília), BR	Dissertação	a) Teórico-conceitual
T11	RIBEIRO, Fernanda (1996)	**Indexação e controlo de autoridade em arquivos**	Universidade do Porto (UPORTO), PT	Dissertação	a) Teórico-conceitual

Fonte: Elaboração própria

Conforme se observa, apenas dois trabalhos de pós-graduação são de autores estrangeiros e os demais são de brasileiros. Considerando que trabalhos de outros países podem não ter sido recuperados devido as limitações impostas pelos critérios de busca, necessários em qualquer trabalho de pesquisa, é inegável que o Brasil se destaca no tocante as publicações sobre o tema. Por outro lado, verifica-se que há uma baixa quantidade de publicações específicas sobre a temática.

b) Artigos Científicos

Os 19 artigos científicos analisados estão distribuídos em 11 periódicos diferentes. Apenas quatro deles contém dois ou mais artigos selecionados, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 - Distribuição dos textos por periódicos

Periódico	Total
Archives(Quebec)	3
American Archivist	4
Arquivo & Administração	2
Journal of the Society of Archivists	3
Acervo: Revista do Arquivo Nacional	1
Archivaria	1
Cataloging and Classification Quarterly	1
Documentation et bibliothèques	1
Encontros Bibli	1
Fontes Artis Musicae	1
Lligall: revista catalana d'Arxivística	1
Total	19

Fonte: Dados da pesquisa

Essa dispersão dos textos nas diferentes fontes de informação pode denotar que o tema da indexação de assunto ainda não está consolidada como tema na literatura da área de Arquivologia, embora do ponto de vista prático essa seja uma necessidade evidente.

Apresenta-se no Quadro 9 a lista de artigos analisados com os respectivos títulos e dados de publicação.

Quadro 9 - Artigos científicos analisados[15]

Cód.	Autor (ano)	Título	Dados de publicação	Categoria
B2	DOOLEY, Jackie M. (1992)	Subject indexing in context.	**American Archivist,** v.55, n. 2, p. 344-354, 1992.	a) Teórico-conceitual
B3	LYTLE, Richard H. (1980)	Intellectual access to archives .1. provenance and content indexing methods of subject retrieva l.	**American Archivist**, v. 43, n. 1, p. 64-75, 1980.	a) Teórico-conceitual
B4	LYTLE, Richard H. (1980)	Intellectual access to archives .2. report of an experiment comparing provenance and content indexing methods of subject retrieval.	**American Archivist**, v. 43, n. 2 , p. 191-307, 1980.	b) Exploratório/ aplicação
B10	RIBEIRO, Fernanda (1996)	Subject indexing and authority control in archives: the need for subject indexing in	**Journal of the Society of Archivists**, v.17, n. 1, p. 27-54, 1996.	a) Teórico-conceitual

[15] A codificação apresentada no quadro acima não é sequencial, pois a codificação inicial foi mantida, independente do texto ter sido selecionado ou não.

		archives and for an indexing policy using controlled language		
B11	GARROD, Peter (2000)	Use of the UNESCO Thesaurus for archival subject indexing at UK NDAD.	**Journal of the Society of Archivists,** v.21, n.1, p. 37-52, 2000.	b) Exploratório/ aplicação
B13	LÉVESQUE, Michel (2001-2002)	L'indexation: luxe ou nécessité?	**Archives (Quebec),** v. 33, n. 1, p. 17-45, 2001-2002.	b) Exploratório/ aplicação
B15	MAcNEIL, Heather (1996)	Subject access to archival fonds: balancing provenance and pertinence.	**Fontes Artis Musicae,** v**.** 43, n. 3, p. 242-258, 1996.	a) Teórico-conceitual
B16	DRYDEN, Jean E. (1987)	Subject headings: the PAASH experience	**Archivaria,** n. 24 p. 173-190, summer 1987.	b) Exploratório/ aplicação
B17	OSTROFF, Harriet (1990)	Subject access to archival and manuscripts material.	**American Archivist,** v. 53, n. 1, p. 242-258, winter 1990.	b) Exploratório/ aplicação
B18	SMIRAGLIA , Richard P. (1990)	Subject access to archival materials using LCSH	**Cataloging and Classification Quarterly**, v. 11, n. 3-4, p. 63-90, 1990.	b) Exploratório/ aplicação
B19	GAGNON-ARGUIN, Louise (1996-1997)	Analyse documentaire 2: problematiques actuelles relatives a l'analyse documentaire.	**Archives (Quebec)** , v. 28, n. 3-4, p. 23-41, 1997.	a) Teórico-conceitual
B22	HUDON, Michèle (1997-1998)	Indexation et languages documentaires	**Archives (Quebec),** v. 29, n. 1, p. 75-	a) Teórico-conceitual

		dans les milieux archivistiques a l'ere des nouvelles technologies de l'information.	98, 1997-1998.	
B26	GUITARD, Laure Amélie (2013).	Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie : du pareil au même?	**Documentation & Bibliotheques**, v. 59, n. 4, p. 201-212, 2013.	a) Teórico-conceitual
B28	BARROS, Thiago Henrique Bragato (2016)	A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento.	**Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016.	a) Teórico-conceitual
P1	AGUIAR, Francisco Lopes; TÁLAMO, Maria de Fatima Gonçalves Moreira (2012)	O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos.	**Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, 2012.	a) Teórico-conceitual
P5	OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. (2009)	Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: O desafio da indexação arquivística.	**Arquivo & Administração,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 21-45, 2009.	b) Exploratório/ aplicação
P8	CAMPOS, Maria Luiza de Almeida (2006)	A indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações.	**Arquivo & Administração,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2006.	a) Teórico-conceitual
PIA F 1	BELL, Lionel (1985)	L'indexation-matières à	*In:* Techniques modernes	a) Teórico-conceitual

		vocabulaire contrôlé dans les archives.	d'administration des archives et de gestion des documents : recueil de textes. Paris, UNESCO, 1985, p. 315–329. Publicado originalmente no **Journal of Society of Archivists**, n. 4, p. 285-259, 1971.	
APC 3	SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de (1998)	La indización en la recuperación de la información.	**Lligall**: Revista Catalana D'arxivística, n. 12, p. 116-131, 1998.	a) Teórico-conceitual

Fonte: Elaboração própria

Além dos textos apresentados acima, destaca-se que o texto "MEDEIROS, G. M.; BRÄSCHER, M.; VIANNA, W. B. Indexação de assunto em documentos arquivísticos: convergências e divergências em artigos científicos internacionais. Em Questão, v. 23, n. 1, p. 154-182, 2017", apesar de sua especificidade não foi considerado na análise por conter aspectos que são apresentados nesta tese, sendo um trabalho preliminar a ela inerente.

c) Eventos

Em relação aos eventos, as 17 publicações estavam distribuídas conforme o Quadro 10.

Quadro 10 - Textos distribuídos por evento

Eventos	Total
ISKO Internacional	1
NASKO	0
ISKO Espãna-Portugal	5
ISKO-France	0
ISKO UK	0
ISKO Brasil	4
EDICIC	3
Congresso BAD	0
Congresso ICA	0
CAM	0
ENANCIB	4
CBA	0
CNA	0
REPARQ	0
Total	17

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que os textos estavam distribuídos em apenas cinco eventos diferentes, de um total de 14 consultados. Além disso, a maioria são textos de autores brasileiros. Uma explicação possível é que autores internacionais não diferenciam os processos de indexação nos arquivos e em outros contextos, sobretudo nos anais da ISKO analisados, conforme já comentamos.

Neste sentido, um fator a ser evidenciado é que alguns eventos selecionados para a busca não puderam ser pesquisados por completo,

pois nem todas as edições estavam disponíveis para serem acessadas. O Quadro 11 apresenta a lista de textos.

Quadro 11 - Trabalhos publicados em eventos

Cód.	Autor (ano)	Título	Evento	Categoria
E4	HENTTONEN, Pekka (2014)	Bibliographic subject headings as access points to archival sources.	ISKO Internacional	b) Exploratório/ aplicação
E13	TOGNOLI, Natália Bolfarini; MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (2017)	Elementos de indexação para arquivos permanentes: aproximações teóricas preliminares.	ISKO Espanha-Portugal	a) Teórico-conceitual
E17	SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna (2015)	Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação.	ISKO Espanha-Portugal	a) Teórico-conceitual
E19	PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais (2015)	Clasificación y indización de registros y archivos de universidades.	ISKO Espanha-Portugal	a) Teórico-conceitual
E21	SCHMIDT, Clarissa Moreira; SMIT, Johanna. (2013)	Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo.	ISKO Espanha-Portugal	a) Teórico-conceitual
E26	ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel (1995)	La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción.	ISKO Espanha-Portugal	a) Teórico-conceitual

E27	CÂNDIDO, Gilberto Gomes; BARROS, Thiago Henrique Bragato; REDIGOLO, Franciele Marques (2017).	Indexação e Descrição Arquivística: Relações Histórico-conceituais.	ISKO Brasil	a) Teórico-conceitual
E28	LINDEN, Leolíbia Luana; BARROS, Thiago Henrique Bragato; BRÄSCHER, Marisa (2017)	Conteúdo e Contexto em Normas de Descrição Arquivística: Uma Análise Comparativa.	ISKO Brasil	a) Teórico-conceitual
E29	VITAL, Luciane Paula; BRASCHER, Marisa (2017)	Modelo Conceitual na Descrição Arquivística: Uma Análise sobre a Representação Temática	ISKO Brasil	a) Teórico-conceitual
E33	MEDEIROS, Graziela Martins de; LINDEN, Leolibia Luana; VITAL, Luciane Paula; BRASCHER, Maris (2015)	A representação de assunto no escopo da Arquivologia: uma análise de artigos científicos nacionais e internacionais.	ISKO Brasil	b) Exploratório/ aplicação
E34	AMARAL, Cleia Marica Gomes; KOBASHI, Nair Yumiko (2017)	Organização da informação nos arquivos: indexação.	ENANCIB	a) Teórico-conceitual
E36	LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa (2016)	O tratamento temático da informação na norma brasileira de descrição arquivística.	ENANCIB	a) Teórico-conceitual
E37	VITAL, Luciane Paula; BRASCHER, Marisa (2015)	Representação de assunto em documentos arquivísticos.	ENANCIB	a) Teórico-conceitual
E39	SOUSA (2014)	A representação da informação: classificação e	XV ENANCIB	b) Exploratório/ aplicação

		indexação automática de documentos de arquivo.		
E43	ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (2017)	A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e a integração das fontes de informação.	EDICIC Ibérico	b) Exploratório/ aplicação
E44	PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais(2017)	Indexação em protocolos e arquivos correntes universitários: a representação e os usos da informação.	EDICIC Ibérico	a) Teórico-conceitual
E45	PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais (2015)	A indexação como ferramenta da gestão de documentos nos arquivos.	EDICIC Ibérico	a) Teórico-conceitual

Fonte: Elaboração própria

Ressalta-se que alguns trabalhos sobre vocabulários controlados e suas aplicações nos arquivos foram identificadas na análise, porém como não era o foco da tese foram desconsiderados.

Os textos E36 e E37 são de autores que possuem suas teses e dissertações selecionadas na amostra. Portanto, consideramos na análise os trabalhos da Pós-Gradução por serem trabalhos mais aprofundados.

d) Livros e Capítulos

Dentre os livros e capítulos (Quadro 12), encontra-se uma publicação de Ribeiro (L1), que juntamente com o capítulo de livro L2 apresentam aspectos metodológicos significativos, sobretudo as normas ISO e suas aplicações aos arquivos.

Destaca-se ainda um Manual de indexação do Arquivo Nacional de Cuba (AN5), que também nos serve do ponto de vista metodológico.

Quadro 12 - Capítulos de livro

Cód.	Autor (ano)	Título	Dados de publicação	Tipo	Classificação
AN 3	BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES BCA (1992)	Subject indexing for archives : the report of the Subject Indexing Working Group	Groupe de travail sur l'indexation par sujet : Bureau of Canadian Archivists, Planning Committee on Descriptive Standards, 1992. 144 p.	Livro	a) Teórico-conceitual
AN 5	MESA LEÓN *et al*. (2007)	Manual de Indización para Archivos	Archivo Nacional de la República de Cuba	Livro /manual de indexação	a) Teórico-conceitual
PIA F 7	MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel (1999)	La description et l'indexation. In : Les fonctions de l'archivistique contemporaine.	Sainte-Foy (Québec), Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 255–371.	Capítulo de livro	a) Teórico-conceitual
L1	RIBEIRO, Fernanda (2011)	Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades	*In:* SOUSA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete Correia dos (Org.). A linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011. p. 31-59.	Capítulo de livro	a) Teórico-conceitual

L2	RIBEIRO, Fernanda (1998)	Subject indexing in archives: theoretical and pratical considerations.	*In:* PIERULIVO, M., CERRI, R. (Orgs.). I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro. p. 87-94	Capítulo de livro	a) Teórico-conceitual
L3	HUTCHINSON, Tim (1998)	Archival access points: subjects and beyond. The North American experience.	*In:* PIERULIVO, M., CERRI, R. (Orgs.). I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro. p. 95-106.	Capítulo de livro	b) Exploratório/ aplicação

Fonte: Elaboração própria

Na seção 5, a seguir, apresenta-se os resultados encontrados e a discussão da análise realizada.

5 ANÁLISE DA INDEXAÇÃO DE ASSUNTO EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

Como esta tese se propõe a contribuir para a compreensão da indexação de assunto nos arquivos, com acepções suportadas por evidências de pesquisa, enfatiza-se na análise textos de caráter teórico-conceitual. Especialmente, aqueles que apresentam aprofundamento quanto às questões metodológicas, normativas e de padronização da indexação de assunto nos documentos de arquivo.

Sendo assim, os textos foram analisados conforme os critérios indicados no formulário de extração de dados proposto, para sua comparação e aprofundamento. Os textos exploratórios ou aplicações foram apresentados de forma mais objetiva, indicando-se as contribuições e resultados principais de cada estudo.

A apresentação segue a ordem dos objetivos específicos. Para o arranjo dos textos em cada aspecto da análise, as publicações foram agrupadas conforme similaridades (ou divergências) de pensamento. Além disso, enfatizou-se em cada subseção aqueles mais contributivos para cada aspecto analisado.

5.1 DEFINIÇÕES

Esta subseção trata dos resultados do primeiro objetivo específico da tese, referente aos aspectos terminológicos e conceituais da indexação nos arquivos. Assim, busca-se responder a seguinte questão: “Quais são as denominações e respectivas definições apresentadas para a indexação de assunto em documentos arquivísticos?”. Essa questão é concernente a dois enfoques:

- Identificar os termos e respectivos significados para a indexação de assunto em documentos arquivísticos, o que remete a termos correlatos identificados nas evidências de pesquisa: indexação, indexação de assunto, acesso por assunto.
- Apresentar o entendimento de assunto e conteúdo no âmbito da indexação de documentos arquivísticos, indicando seus elementos constitutivos, conforme as evidências encontradas.

Ao adentrar no universo das definições, julga-se necessário apresentar aspectos que levam ao acesso por assunto no contexto dos arquivos, para que seja possível aprofundar e compreender esse fenômeno. Nossa discussão inicia com a publicação mais concludente e aprofundada encontrada na revisão sistemática, o Relatório do *Subject Indexing Working Group* do *Bureau Canadien des Archivistes* (BCA). O grupo foi criado em Montreal (Canadá) em 1988 para discutir a criação e elaboração de normas de descrição arquivística.

Essa simples relação demonstra que o surgimento de estudos sobre a indexação de assunto no contexto dos arquivos é advindo de normas de descrição. O Relatório do Grupo foi publicado em 1992 e o objetivo:

> [...] não é produzir ou recomendar um único padrão autoritário para um sistema de indexação de assunto; mas, antes, dar os primeiros passos para orientar os arquivistas em direção ao tipo de sistema de indexação de assuntos que irá acomodar as necessidades do arquivo. O relatório conclui, portanto, delineando os pré-requisitos para o desenvolvimento e a implementação de um

> sistema de indexação adequado às necessidades e requisitos de arquivamento (BCA, 1992, p. 3, tradução nossa).

Conforme se observa, a noção de sistema de indexação[16] nos arquivos é um conceito basilar para a compreensão da indexação de assunto nos arquivos, pois esse sistema abrange a "indexação"e também a descrição. Dessa maneira, o conjunto de aspectos utilizados para realizar a descrição e a indexação podem ser os mesmos, como o conjunto de documentos, os recursos, os padrões, dentre outros.

Ao se tratar da indexação nos arquivos, outra questão fundamental se refere aos usuários, a qual evidencia a necessidade de estudar e compreender o seu perfil para que as respostas às suas solicitações possam ser mais bem atendidas pelos arquivos. Assim, os estudos de usuário servem para identificar quais questões podem levar a uma busca por assunto no contexto dos arquivos.

A respeito dos usuários, são relatados diferentes estudos feitos nos arquivos, sobretudo na década de 1980. Esses estudos analisam os registros escritos para verificar diferentes aspectos da busca por informação, dentre eles os tipos de usuários e os tipo de consultas. Quanto aos estudos, "apesar de tenderem a refletir percepções mais frequentemente impressionistas do que científicas, estudos de usuários de vários tipos fornecem algumas informações sobre quem usa os arquivos e as estratégias de busca que eles empregam" (BCA, 1992, p. 9, tradução nossa).

---

[16] Nesse momento nos referimos à "indexação" no seu sentido mais amplo, melhor dizendo, ao processo de indexação de documentos com diferentes elementos de representação. Nesse sentido, os aspectos que fazem parte do sistema de "indexação" e do sistema de "descrição" podem ser os mesmos, pois dentre os diferentes elementos a serem representados está o assunto.

Os dois maiores estudos de usuário feitos no Canadá foram sintetizados no Relatório do BCA. O primeiro deles, do Grupo Consultivo dos Arquivos Canadenses responsável pelo Conselho de Ciências Sociais e Humanidades do Canadá, coletou estatísticas de incidência de uso dos arquivos canadenses em 178 instituições. Os resultados mostram que a maior parte das buscas se refere às visitas de pesquisa (pesquisas feitas no local), enquanto um número menor é referente à consultas remotas. Além disso, mostrou que os usuários são diversificados. A maior parte deles são as próprias instituições (agências) responsáveis e as pesquisas feitas por universidades, mas há genealogistas e até os próprios arquivistas.

No segundo estudo relatado, referente aos Conselhos Provinciais de arquivos em cooperação com o Conselho Canadense de Arquivos, cada arquivo provincial fez uma pesquisa no arquivo de sua jurisdição. Verificou-se que a experiência e educação dos usuários são aspectos variáveis e que os usuários de arquivos são grupos extremamente diversos.

Após descrever cada pesquisa, os autores sintetizam que (BCA, 1992):

- os maiores grupos de usuários são agências responsáveis e genealogistas;
- outro grupo significativo de usuários que nem sempre são considerados são os arquivistas;
- as questões feitas pelos usuários das agências podem ser específicas ou gerais. Esses usuários solicitam registros que eles mesmos criaram;

- os estudos mudam a visão tradicional de que os usuários têm tempo ilimitado;
- a suposição que os usuários geralmente querem alta revocação e baixa precisão não é suportada pelos estudos de usuários.

Apesar dos estudos terem sido efetuados no contexto canadense, os resultados permitem verificar que os usuários de arquivos são heterogêneos e desejam obter mais precisão nas respostas obtidas por meio de suas buscas. Desta forma, a abordagem tradicional de recuperação com o arquivista como o intermediário essencial entre o usuário e os registros não é mais viável, o que se deve ao aumento do uso dos arquivos, além disso, o tempo do usuário também se modifica, conforme se observa:

> a quantidade de tempo que os usuários e arquivistas têm que gastar recuperando e examinando documentos está diminuindo. Os recursos da equipe são simplesmente muito limitados e o volume de registros muito grande para os arquivistas continuarem com um papel fortemente intervencionista na recuperação (BCA, 1992, p. 22-23, tradução nossa).

Vale ressaltar que o Relatório foi publicado em 1992, e apesar de suas contribuições serem válidas, na atualidade o usuário demanda cada vez mais por buscas mediadas pela tecnologia da informação, ou seja, os arquivos precisam tratar a informação de modo que o usuário tenha autonomia com qualidade na recuperação da informação. Por outro lado, uma das dificuldades é adequar as buscas conforme os diferentes usuários, que são diversos.

Percebe-se que a relação entre a busca da informação e sua recuperação é indissociável em qualquer campo, e não é diferente nos

arquivos. Nesse sentido, uma reflexão relevante é verificar quais os pedidos de busca por informação nos arquivos levam a um acesso por assunto.

São apresentados os tipos de *queries* (consultas) feitas e os tipos de acesso solicitados pelos usuários, as quais podem ser agrupadas em quatro tipos, sendo uma delas destinada **ao assunto** dos documentos, conforme o Quadro 13.

Quadro 13 - Tipos de consultas feitas pelos usuários

***Queries* (Consultas)**	**Significado**	**Acesso**
1 Interesse geral	"[...] Inclui questões de "interesse geral" relativamente comuns, como, qual é a história da minha casa? Ou, como faço para pesquisar minha genealogia familiar? (BCA, 1992, p. 29, tradução nossa).	Não especificado.
2 Pedidos para acesso a documentos particulares (específicos)	"[...] inclui solicitações de acesso a documentos particulares ou a grupos específicos de documentos." (BCA, 1992, p. 29, tradução nossa)	Nesse tipo de solicitação, o usuário pode citar o nome do documento ou um número de controle associado a ele, que pode ser encontrado, por exemplo, em uma **fonte secundária** ou em um **esquema de classificação** de arquivos contemporâneo. Esse tipo de solicitação pode ser acomodada por um sistema descritivo que prescreve um conjunto padrão de

		elementos de dados para a descrição de registros em vários níveis.” (BCA, 1992, p. 29, tradução nossa).
3 Pedidos de acesso a documentos de produtores específicos	“Os pedidos de acesso aos registros de determinados criadores [produtores], por exemplo, pedidos de registros da *Women's Christian Temperance Union*, ou de fundos do *Earle Bimey's*, constituem a terceira categoria de perguntas que os usuários de arquivos apresentam para acessar ao sistema”. (BCA, 1992, p. 29, tradução nossa).	“A resposta a questões desse tipo depende também da padronização das práticas descritivas institucionais em geral; mais especificamente, na aplicação do controle de autoridade.” (BCA, 1992, p. 29, tradução nossa).
4 Acesso por assunto	“A categoria final da questão colocada ao sistema de recuperação de arquivos, e a mais difícil de responder, inclui pedidos de acesso a registros contendo informações sobre um determinado assunto, **seja um tópico, geográfico ou nome**. É esta categoria de pergunta - *pedidos de acesso ao assunto* [*requests for subject access*] [...].” (BCA, 1992, p. 30, tradução nossa).	É a categoria que foi enfatizada no relatório e que pode ser feita pelo método de proveniência ou especialmente pelo método de indexação de assunto.

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do BCA (1992)

Certamente os tipos de consulta variam conforme as instituições, a cultura de cada país e o público a que se destinam. Entretanto, busca-se com o Quadro 13 mostrar que o acesso por assunto é uma das

possibilidades encontradas nos arquivos, dentre outras existentes. Este acesso é motivado por uma consulta por assunto. Os pedidos das categorias 2 e 3 chamam a atenção no tocante ao "acesso", pois podem ser buscados por sistemas de classificação, no caso 2, ou por sistemas descritivos, em ambos. No caso 2, por exemplo, pressupõe-se descrições mais específicas. No caso 4, a especificidade deve ser maior, tendo em vista os elementos indicados no Quadro 13, dentre os quais destacamos: "tópico, geográfico ou nome". É relevante para esta pesquisa o elemento "tópico".

O acesso por assunto (*subject access*) aos documentos de arquivo (*archival records*) pode ser feito por guias temáticos, método de proveniência ou indexação de assunto. Porém, os guias temáticos são raramente elaborados pelas instituições e dependem de recursos financeiros. Assim, segundo o BCA (1992), os métodos de acesso por assunto mais comuns aos documentos de arquivo são **o método de proveniência** e o **método de indexação de assunto**. O primeiro possibilita acesso mais geral aos documentos de arquivo e o segundo, por sua vez, mais específico. Essa importante acepção dos autores é uma das evidências cruciais dessa pesquisa no tocante às definições e está sintetizada no Quadro 14. Vale lembrar que o "assunto" neste momento está sendo tratado em sentido amplo, pois abrange também aspectos da proveniência.

Quadro 14 - Métodos de acesso por assunto do BCA

Método	O que é	Como acessar	Problemas e limitações
Método de Proveniência (*Provenance Method*)	"O método de proveniência é uma consequência lógica da aplicação do princípio de respeito aos fundos. Dado que o significado de registros arquivísticos deriva em grande parte do contexto que eles foram criados e mantidos, argumenta-se que a recuperação de tal material é similarmente contexto-dependente."(BCA, 1992, p. 31, tradução)	"Para acessar informações usando o método de proveniência, o arquivista infere que os documentos sobre determinados assuntos provavelmente seriam mantidos por uma determinada agência [instituição] por causa das funções dessa agência."(BCA, 1992, p. 31, tradução)	- Depende do arquivista; - Alta revocação e baixa precisão; - Dificuldade de recuperar documentos não textuais (como vídeos e fotos).
Indexação de assunto (*Sucject indexing*)	"As solicitações de assunto também podem ser respondidas diretamente por meio da indexação de assunto" (BCA, 1992, p. 31, tradução)	O acesso se dá por meio de solicitações de assunto (*Queries*)	- Falta de controle de autoridade no desenvolvimento de índices de arquivamento; - Falta de distinção entre entradas de assunto e produtor (criador).

Fonte: Elaboração própria com base no texto do BCA (1992)

A respeito de possíveis problemas de aplicação do primeiro método (proveniência), os autores afirmam que:

> o método de proveniência [...] depende muito do conhecimento prévio dos arquivistas [e] das responsabilidades funcionais das agências que poderiam ter gerado os registros relevantes, bem como dos tipos de registros (ou formas de material) que possam conter as informações que estão sendo procuradas (BCA, 1992, p. 32, tradução nossa).

Ao buscar informação por assunto no primeiro método, o usuário deve inferir qual agência (instituição) publica sobre aquele tema, para posteriormente encontrar o documento sobre o assunto desejado. Como essas inferências iniciais pressupõem o conhecimento da instituição, o usuário necessita de um arquivista, o que nem sempre é viável na prática. Além disso, provavelmente irá recuperar documentos que não são úteis para o seu interesse, resultando numa maior revocação.

Quanto aos problemas da indexação de assunto, os autores afirmam que sua efetividade limitada nos arquivos deve-se a dois fatores, dentre os quais se destaca a necessidade de se distinguir as entradas de assunto e produtor (criador). Esse aspecto será enfatizado na subseção 5.1.1, quando tratamos sobre o elemento assunto. Ademais, afirma que:

> a indexação de assuntos tem sido estudada há muito tempo por bibliotecários que desenvolveram inúmeras técnicas para melhorar sua aplicação no mundo da biblioteca. Os arquivistas, por outro lado, costumam criar índices sem analisar o que é necessário para produzir um índice que efetivamente recupere os documentos de arquivo (BCA, 1992, P. 36, tradução nossa).[17]

[17]Outros aspectos do Relatório do BCA (1992), tais como os princípios arquivísticos e suas acepções serão tratados em seções específicas desta tese, pois apresenta seção destinada somente às definições.

Os pressupostos do Relatório BCA a respeito dos métodos são baseados também em outro texto concludente que o precede, o texto de Lytle (1980), escrito com o objetivo de contribuir para planejar um sistema de recuperação por assunto (*subject retrieval*) nos arquivos, sendo fruto da tese de Doutorado defendida pelo autor em 1979 na *University of Maryland* (EUA), sob orientação de Dagobert Soergel.

O autor igualmente descreve dois métodos para obter acesso por assunto (*subject access*) nos arquivos, porém uma delas com designação diferente daquela apresenta pelo BCA, a saber: Método de Proveniência ou Método P (*Provenance or P Method*) e Indexação de conteúdo ou Método CI (*Content Indexing or CI Method*). O primeiro deles é o tradicional método relacionado à origem do documento e o segundo relacionado especificamente às consultas de assunto feitas em sistemas de recuperação. Segundo o autor:

> [...] o Content Indexing ou CI Method, deriva da biblioteconomia, mas tem sido aplicado extensivamente às coleções de manuscritos e, até certo ponto, aos arquivos. A recuperação de assunto no CI Method corresponde às consultas de assunto com termos de um índice ou catálogo. No IC Method puro, as informações são coletadas por um indexador que examina os registros; como o CI Method geralmente é praticado nas coleções e arquivos de manuscritos, as informações relacionadas à proveniência não são consideradas na indexação." (LYTLE, 1980, p. 64, tradução nossa).[18]

Os dois métodos são distintos do ponto de vista teórico, mas podem ser considerados complementares do ponto de vista prático,

[18] Nas citações diretas da obra de Lytle foram mantidas as expressões "*Content Indexing*", "*CI Method*" e "*P Method*" no idioma original, no intuito de melhor representar as ideias do autor.

visando obter acesso aos arquivos. O Quadro 15 mostra os dois métodos, segundo o autor, com a respectiva síntese elaborada.

Quadro 15 - Métodos de acesso ao assunto nos arquivos

Método	O que é	Acesso	Síntese
Método de Proveniência *Provenance Method (P)*	"O primeiro método, The Provenance ou P Method, é o método tradicional de recuperação de arquivos, baseado em princípios da administração de arquivos e práticas de referência dos arquivistas." (LYTLE, 1980, p. 64, tradução nossa).	"Recuperação de assunto no P Method prossegue vinculando as consultas (queries) de assunto com informações de proveniência contidas em histórias administrativas ou biografias, produzindo assim arquivos que são pesquisados usando suas estruturas internas. Informação no puro ou teoricamente definido P Method **deriva apenas do que é conhecido *sobre* [*about*] o arquivo** - as atividades da pessoa ou organização produtora e a estrutura ou princípios de organização do próprio arquivo. (LYTLE, 1980, p. 64, tradução nossa, grifo nosso).	- Acesso por proveniência (criador/produtor); - Relacionar pedido de assunto com informações da proveniência.

Método de Indexação de conteúdo *(Content Indexing or CI Method)*	"O segundo método, o Content Indexing ou CI Method, deriva da biblioteconomia, mas tem sido aplicado extensivamente às coleções de manuscritos e, até certo ponto, aos arquivos. A recuperação de assunto no CI Method **corresponde às consultas de assunto com termos de um índice ou catálogo**." (LYTLE, 1980, p. 64, tradução nossa, grifo nosso).	"No CI Method puro, a informação é recolhida por um indexador que examina os registros; como o CI Method geralmente é praticado em coleções de manuscritos e arquivos, informações relacionadas à proveniência não são consideradas na indexação." (LYTLE, 1980, p. 64-65, tradução nossa).	- Acesso ao conteúdo por meio de pedidos de consulta por assunto; - Consultas de assunto por meio de índce ou catálogo.

Fonte: Elaboração própria com base em Lytle (1980)

Lytle (1980) afirma que as consultas por assunto no método de indexação por conteúdo (*CI Method*) são realizadas por meio de um índice ou catálogo. Além disso, os dois métodos apresentam problemas, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Nos referimos a outro trabalho de Lytle (1980) (B4), de cunho prático, o qual apresenta um experimento realizado em Baltimore, nos Estados Unidos, com o intuito de explorar a capacidade de recuperação de assunto nos dois métodos. Após efetuar testes de recuperação da informação em bases de dados, controlados por laboratório, comparou os resultados das buscas por "proveniência" e por "indexação de conteúdo".

Os resultados dos testes mostram que os dois métodos apresentaram baixa performance de recuperação. Uma das implicações do estudo no que tange ao tema desta tese, refere-se ao fato que os sistemas de acesso por assunto nos arquivos devem ser construídos com uma expectativa razoável de que eles vão servir para uma necessidade do usuário.

A diferença entre os dois métodos, de proveniência e de indexação de assunto, mostra que o "assunto" é um termo ambíguo, o que signfica que pode ser compreendido sob diferentes perspectivas e com sentidos múltiplos. Numa perspectiva mais ampla de utilização do termo, o assunto pode estar relacionado às funções e atividades e, portanto, à proveniência. Por outro lado, no sentido mais restrito e específico do termo, o assunto se refere ao "tema" ou justamente ao "assunto (*subject*)". Essa segunda acepção é mais característica do processo de indexação de assunto, que aqui enfatizamos.

Maurel e Champagne (1999) utilizam o termo "*L'indexation*" (indexação) e afirmam, nessa perspectiva mais ampla, que a descrição e a indexação são compreendidas como funções arquivísticas integrantes do que eles denominam de "sistema de descrição e indexação". Fazem parte desse sistema, a saber:

> a) as funções ou o processo, ou seja, a descrição em múltiplos níveis dos arquivos mantidos pela organização, a indexação de pontos de acesso não temáticos (principalmente relacionado com a proveniência), a, indexação de pontos de acesso temáticos (assuntos), vocabulário (escolha e forma dos nomes comuns);
> b) Os produtos ou instrumentos resultantes dessas funções, nomeadamente os instrumentos de pesquisa que registam as notas descritivas e um ou mais índices, o processo de autoridade e a lista de

> vocabulário controlado que facilitam a elaboração dos índices, bem como as descrições;
> c) Políticas, procedimentos, diretrizes estabelecidas em um esforço para sistematizar o processo e os instrumentos (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 256-257, tradução nossa).

Conforme se observa, a perspectiva apresentada pelos autores é do processo de indexação em seu sentido amplo e, nesse sentido, é um processo integrante do mesmo sistema do qual a descrição faz parte, tendo em vista as similaridades desses dois processos em, por exemplo, atribuir pontos de acesso para representar os documentos de arquivo. Infere-se, assim, que a relação entre os dois processos é de complementaridade, uma vez que compartilham as mesmas funções, produtos e instrumentos.

A indexação de assunto, numa perspectiva mais específica, representa elementos de assunto dos documentos (*subject*), que podem estar contidos no processo de descrição ou, por outro lado, podem ser representados anteriormente a esse processo, ainda nos arquivos correntes.

Os autores afirmam que o acesso por assunto compreende dois componentes principais, sendo um referente à proveniência e outro ao assunto, conferindo o que eles chamam de indexação não temática e indexação temática, apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16 - Indexação temática e não temática

Indexação	Definição
Indexação *não* temática	"[...] integra os pontos de acesso independentes do assunto (principalmente relacionados à proveniência dos documentos." (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 327, tradução nossa).
Indexação temática	"[...] indexação temática que integra os assuntos, mas também outros tipos de elementos de conteúdo." (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 327, tradução nossa). A indexação temática é "a indexação faz parte do processo de **análise de conteúdo (ou análise documentária)** que corresponde a uma "codificação" de informações. "A indexação temática destina-se estritamente a fornecer acesso complementar àqueles já existentes (classificação, nomes dos criadores, etc.). Essas palavras-chave de acesso complementares são ainda mais importantes, [...] como a classificação e descrição são realizadas de acordo com o princípio do respeito aos fundos, do geral para o particular. A indexação temática, portanto, fornece uma multiplicidade de palavras-chave de identificação que respondem à multiplicidade de estratégias de busca dos usuários." (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p.329, tradução nossa, grifo nosso).

Fonte: Elaboração própria com base em Maurel e Champagne (1999)

Nota-se com o Quadro acima que os autores indicam a indexação temática como um acesso complementar aos documentos de arquivo. Essa percepção se dá muito provavelmente no tocante às características dos documentos de arquivo, que são testemunhos das ações realizadas pelo seu produtor. Deste modo, os elementos fundamentais de representação são os contextuais, visando elucidar as relações entre os documentos e as atividades que os deram origem. Esses elementos são representados mais caracteristicamente nas funções de classificação e de descrição. A indexação de assunto, portanto, é um processo de representação arquivística que complementa os processos de representação já aplicados aos documentos de arquivo.

Percebe-se similaridades entre os pensamentos do Relatório BCA (1992), Maurel e Champagne (1999), que são canadenses e Lytle (1980), norte americano os quais definem as categorias de acesso por assunto em dois aspectos. A partir das acepções desses autores, especialmente de Maurel e Champagne (1999), observamos que a indexação de assunto é o processo responsável por indexar elementos referentes somente ao assunto (*subject*), enquanto a indexação por proveniência diz respeito aos criadores ou produtores.

Um dos aspectos a serem enfatizados é que a indexação de assunto não dispensa a análise da proveniência, visto que a representação arquivos deve considerar os princípios arquivísticos e efetuar a análise de todos os níveis para que a representação seja efetuada.

Bell (1971) também enfatiza as características dos documentos arquivísticos e a proveniência, no texto identificado como o mais antigo da análise, que foca-se no processo de indexação de assunto (*indexation-materes*). Apesar de não apresentar uma definição, o autor esclarece que a representação da informação pode ser de diferentes tipos, sendo uma delas por assunto.

É interessante o contexto no qual o texto se apresenta, uma vez que na década de 1970 ainda não existiam as normas de descrição arquivística e Bell (1971), supondo que por esta razão, apresenta uma interface maior com a classificação. Assim, o autor acentua que é necessário selecionar o nível de classificação antes de realizar a representação do documento, já que a classificação nos arquivos de acordo com a proveniência ajuda a estreitar o campo da pesquisa documental. Verifica-se a preocupação em preservar o contexto do

documento no momento de indexação de assunto, que tem como resultado, segundo o autor, os índices de assunto ou matéria. Para manter sua coerência é necessário efetuar o controle do vocabulário.

A canadense Heather MacNeil (1996), professora da Universidade de Toronto (Canadá) e que já foi membro do BCA, escreveu um artigo intitulado "*Subject access to archival "fonds": balancing provenance and pertinence*", publicado na revista *Fontes Artis Musicae,* o qual também confere aprofundamento quanto às definições do acesso por assunto nos arquivos.

A autora utiliza dois termos para se referir ao acesso, sendo o primeiro deles "*Provenance*" e o segundo "*Pertinence*". O primeiro já foi aqui amplamente discutido e se relaciona com a origem, não sendo o foco desta tese. Quanto ao segundo, ao buscarmos por sua definição no *Multilingual Archival Terminology*, projeto do Conselho Internacional de Arquivos, observa-se as duas acepções para "*pertinence*", a saber:

> a) Um princípio, agora rejeitado pela maior parte, para o arranjo de arquivos em termos do seu conteúdo, assunto independentemente da proveniência ou ordem original;
> b)Um princípio de organizar registros com base no conteúdo, sem levar em conta sua origem ou ordem original (MULTILINGUAL ARCHIVAL TERMINOLOGY, 2018).

Considerando as definições identificadas, a pertinência diz respeito a indexação de assunto e é considerada um princípio. A indexação de assunto recebe limitada atenção como um tópico na literatura da área de Arquivologia e pode ser definida como: "[...]uma

abordagem direta para alcançar o acesso ao assunto com base no princípio de pertinência. Os termos do índice de assunto indicam diretamente SOBRE o que é um documento e são selecionados na base de análise do conteúdo de um documento (s).” (MACNEIL, 1996, p. 243, tradução nossa).

Sob a ótica da autora supracitada, a indexação de assunto se desenvolveu a partir da evolução das normas de descrição, quando afirma que “os desenvolvimentos na descrição de arquivos nos níveis nacional e internacional resultaram em uma atitude mais conciliatória em relação à indexação de assuntos por parte de arquivistas, e uma inclinação mais forte para reconciliar abordagens baseadas em proveniência e pertinência para acesso a assuntos.” (MACNEIL, 1996, p. 243, tradução nossa).

Um dos aspectos enfatizados pela autora é que para descrever o documento arquivístico é necessário entender o significado amplo do contexto de produção em que o documento foi criado e sob o qual tem sido analisado e elaborado. A observância desse princípio é feita na descrição multinível, segundo a qual o fundo de arquivo é descrito do geral para o específico, em diferentes níveis, que representam diferentes partes do fundo (conjunto documental). Nesse sentido, utiliza a expressão “descrição e indexação”.

O pensamento evidenciado por MacNeil baseia-se em grande parte no Relatório do BCA, citado pela própria autora. Também se esclarece que outros autores da análise estudam e discutem os níveis de representação, porém trataremos desse aspecto juntamente com os princípios e fundamentos, na subseção 5.2 desta tese.

Na mesma perspectiva canadense, destacamos a dissertação produzida na *University of British Columbia* escrita por Martin (1987), que trata sobre a indexação nos arquivos, com foco em discutir seus problemas e questões. Apresenta a indexação em um completo sistema de recuperação da informação, o qual ele denomina de "sistema de indexação".

O trabalho oferece fundamentos e diretrizes para o processo de indexação e é esclarecedor ao tratar especificamente sobre a indexação de assunto. Assim, auxilia na compreensão de que a "indexação de nome" se difere da "indexação de assunto". De acordo com o autor:

> Como usado aqui, "indexação de nome" refere-se à seleção e uso de qualquer nome pessoal, geográfico e institucional em um documento como ponto de acesso, considerando se a entidade nomeada é o assunto do documento; "**indexação de assunto**" refere-se às áreas temáticas cobertas por documentos, como "política" ou "química orgânica." (MARTIN, 1987, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

Assim como MacNeil (1996), Martin (1987) adota "*pertinence*" para se referir à indexação de assunto. Com base nas afirmações deste último autor, percebe-se a relação existente entre a descrição e os instrumentos de pesquisa. Martin afirma que a indexação faz parte do sistema de descrição e tem relação direta com a produção de instrumentos de pesquisa. Esse parece ser o entendimento similar entre os autores canadenses aqui analisados, especialmente o BCA (1992) e Maurel e Champagne (1999).

Nessa perspectiva, "os nomes e termos que são selecionados dos materiais de arquivo para inclusão no instrumento de pesquisa são chamados de pontos de acesso." (MARTIN, 1987, p. 15, tradução

nossa). A partir desses pontos de acesso são criados os instrumentos de pesquisa, que podem ser de diferentes tipos e baseados, por sua vez, em elementos distintos. Para a presente tese, destacamos os instrumentos advindos da proveniência (*provenance*), que são o guia e o inventário, enquanto são oriundos do princípio da pertinência[19] (*pertinence*) o catálogo ou os guias temáticos ou de assunto. Vale a ressalva destacada pelo autor de que os índices não são apenas instrumentos resultantes da descrição, mas são componentes de diferentes instrumentos de pesquisa como os próprios catálogos e guias.

O autor supracitado afirma que Schellenberg compreende o índice como um instrumento separado de descrição, mas que na prática isso não é adequado.

> Por esta razão, é útil considerar o processo de indexação **como uma função arquivística distinta de todas as outras**, ao invés de focar na própria indexação, que pode tomar uma variedade de formas.[...] a indexação não será tratada como um procedimento que leva à criação de um instrumento de pesquisa separado, mas como um dos resultados encontrados em certos instrumentos, inclusive em um componente de indexação, além de suas outras funções (MARTIN, 1987, p. 24, tradução nossa, grifo nosso).

Nesse sentido, Ribeiro (1996, 1998, 2011) também compreende a indexação como uma função distinta no processo de representação da informação, trataremos sobre seu trabalho mais adiante. Particularmente concordamos com esta visão e acreditamos que a descrição e a indexação são processos distintos, embora possam ser considerados

[19] Não se encontra no Brasil adesão a este termo na literatura científica da Arquivologia, sendo traduzido para fins de compreensão da análise.

complementares. A distinção se dá tanto em relação à essência de cada um dos processos, visto que a descrição é um processo de representação descritiva e a indexação é um processo de representação temática, quanto em relação aos elementos envolvidos na elaboração de cada um.

Um dos artigos mais recentes encontrados dentre os autores canadenses e com contribuição significativa para o tema é o de Guitard (2013), publicado no Quebec. Da mesma maneira que Martin (1987), o texto de Guitard é fruto de tese de doutorado, neste caso defendida na Universidade de Montreal.

Nesta publicação, a autora destaca que no Canadá foram criadas normas de descrição arquivística em 1992, que são justamente oriundas de esforços do BCA. Neste documento foram apresentados três aspectos inerentes à indexação: o princípio de respeito aos fundos (a unidade de tratamento), os níveis de classificação (a hierarquia) e o princípio do geral para o particular. Ou seja, ao comparar o processo de indexação na Biblioteconomia e na Arquivologia, a autora afirma que as características dos documentos, sejam eles arquivísticos ou biblioteconômicos, interferem e condicionam o processo de indexação. No caso da Arquivologia são evidenciadas informações de contexto e os documentos são tratados como conjuntos, tanto na descrição como na indexação.

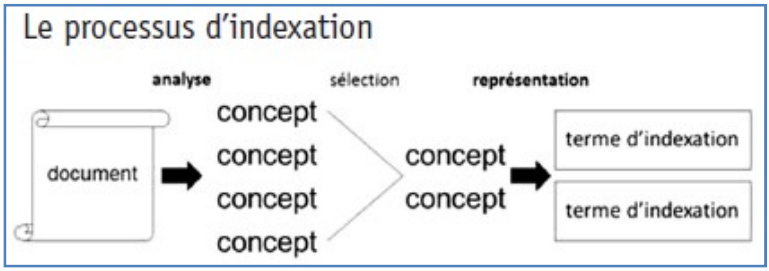
Ao definir a indexação de assunto ou indexação temática no contexto dos arquivos, Guitard (2013) adota o mesmo entendimento do BCA, já apresentado nesta tese, ou seja, o processo de indexação de assunto se refere à representação do assunto ou tópico e leva em consideração os princípios arquivísticos e seus respectivos níveis, os

quais são comparados às etapas da indexação de assunto. Essa aproximação entre o processo e os princípios é tratada na subseção 5.2.

A respeito das formas de acesso, Guitard (2013) indica o índice como instrumento advindo da indexação de assunto, pois enquanto na biblioteca os documentos podem ser classificados e organizados diretamente por assunto "em arquivística, o único acesso por assunto é o índice que abrange conjuntos de documentos, como a coleção de um arquivo ou um fundo de arquivo. É por isso que indexar tópico é tão importante na arquivística: inegavelmente promove o acesso." (GUITARD, 2013, p. 203, tradução nossa).

Quanto aos procedimentos, a mesma autora acredita que podem ser utilizados fundamentos advindos das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. No tocante às etapas de indexação, ela assevera que são: a análise de um documento, a seleção dos conceitos e a representação em termos de indexação, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 - Processo de indexação



Fonte: Guitard (2013, p. 203)

A definição vai ao encontro daquela apresentada por Lancaster (2004), discutida no referencial teórico e que apresenta duas etapas da indexação. Além disso, as etapas se assemelham àquelas apresentadas na Norma Brasileira de Indexação, já indicada em seção

anterior e também na Norma Internacional ISO 5963 (1985), que apresenta essas etapas.

Entretanto, embora sejam as mesmas etapas, devem ser consideradas especificidades, pois conforme Guitard (2013) enfatiza, a configuração em conceitos é mais complexa para conjuntos de documentos, além dos diferentes suportes e formatos, já que se considera todo o fundo dos arquivos. Dessa maneira:

> As diferenças entre o objeto documental nos arquivos e bibliotecas condicionam a operação preliminar de leitura. A configuração em conceitos é mais complexa para conjuntos de documentos, por vezes, muito díspares e em suportes diferentes e de tipos diferentes, que são geralmente os fundos dos arquivos e menos frequentemente os objetos documentais. (GUITARD, 2013, p. 210, tradução nossa).

Vale destacar que um dos aspectos enfatizados pela referida autora é que os elementos característicos dos documentos, tais como o suporte, podem interferir no processo de indexação. A identificação tipológica dos documentos é um processo fundamental para a realização de processos de tratamento dos documentos de arquivo, pois é possível identificar por meio desse processo, juntamente como a análise diplomática, características comuns aos documentos de arquivo.

Dentre os autores canadenses que publicaram em periódicos, estão Gagnon-Arguin (1996-1997), Hudon (1997-1998) e Lévesque (2001-2002), que são convergentes quanto à visão de representação de assunto apresentada, uma vez que relacionam esse processo à descrição e consideram o assunto como uma forma adicional de acesso. Esse

último aspecto, do assunto ser adicional, é compartilhada também por autores brasileiros, como Campos (2006), que ainda serão apresentados.

Hudon (1997-1998), no artigo "*Indexation et langages documentaires dans les milieux archivistiques a l'ere des nouvelles technologies de l'information*", analisa aspectos teóricos e práticos do processo de indexação na perspectiva da utilização das tecnologias de informação. Trata da indexação no sentido mais amplo do termo e posteriormente relaciona com os documentos de arquivo. Apresenta definições e reflexões sobre a aplicação de princípios e métodos da análise documentária na descrição de documentos de arquivo, tendo em vista representar o assunto dos documentos. Discute as linguagens de indexação como forma de recuperação da informação nos arquivos.

Hudon (1997-1998) assevera que os processos de indexação e descrição em arquivos estão relacionados, incluindo os níveis de descrição. Sendo assim, qualquer política de indexação a ser criada estará necessariamente ligada às políticas de descrição vigentes. Acrescenta que a organização e estruturação das informações por conteúdo e temática é apenas um acesso adicional. O artigo indica como desafios o estabelecimento de políticas de indexação, sistemas de indexação e linguagens documentárias eficazes pelos arquivistas.

No tocante às definições e entendimentos, de modo geral compreende a indexação, em sua designação mais ampla, como a caracterização dos documentos e a seleção dos conceitos para sua representação, respaldada em definição da Associação Francesa de Normalização (AFNOR). Por outro lado, no tocante à indexação de assunto, numa perspectiva mais específica, afirma que o acesso principal

aos documentos de arquivo não se dá por assunto, sendo este um acesso adicional, segundo se observa na declaração destacada a seguir:

> O objetivo da indexação na comunidade de arquivo é significativamente diferente da que existe em outras áreas. Em arquivos [...], a indexação não serve para organizar ou estruturar o conteúdo das coleções. **Indexação temática** é estritamente para fornecer acesso complementar àquelas já existentes [...]. Além disso, raramente levam a um determinado documento, mas a todos os documentos já agrupados em um fundo, em uma série ou em um dossiê (HUDON, 1997-1998, p. 29, tradução nossa, grifo nosso).

Com a publicação, Hudon esclarece que os documentos de arquivo possuem um modo próprio de organização, que não é temático. Por isso, a função de complementaridade é atribuída à indexação temática, visto que o acesso principal é por proveniência. É neste sentido que na citação acima a autora afirma que a indexação no contexto dos arquivos é específica, pela especificidade dos documentos e de suas características. Assim, os objetivos também são distintos, ainda que o processo de indexar, do ponto de vista de suas etapas, possa ser o mesmo em qualquer documento.

Gagnon-Arguin (1996-1997) afirma que o tratamento de assunto em arquivo tem sido uma preocupação crescente entre os arquivistas Quebequenses desde 1986. O interesse está expresso por meio de publicações sobre o tema e por iniciativas de utilização de cabeçalhos de assunto relacionados às normas de descrição arquivística, como forma de melhorar o acesso aos documentos de arquivo. Ressalta que foi desenvolvida uma norma de descrição arquivística para o Quebec na década de 1990. A autora chama a atenção para a preocupação com os

usuários e suas formas de busca no processo de recuperação da informação.

Tendo em vista salientar aspectos que convergem com nossos objetivos, que são os métodos de assunto, parece ser necessário diferenciá-los dos demais tipos de acesso. Em relação ao que já foi apresentado anteriormente por Lytle (1980), BCA (1992), Maurel e Champagne (1999) quanto os tipos de acesso, Gagnon-Arguin (1996-1997) especifica um pouco mais essa discussão quando indica as formas de acesso, os níveis e os respectivos instrumentos gerados. Em síntese, elaboramos o Quadro 17 de modo a ilustrar melhor essa evidência.

Quadro 17 - Formas de acesso, níveis e instrumentos de pesquisa

Forma de acesso	Nível/acesso	Instrumentos de pesquisa
Proveniência	Fundo, criador que aparece no título	Guias de depósito e declarações gerais
Assunto ou tópico	Fundo ou uma de suas partes (grupos)	Guias temáticos, índices colocados no final de certos instrumentos de pesquisa
Nome próprio	A referência é feita para a página onde aparece o fundo ou a classificação do fundo ou uma de suas peças	Índices onomásticos, que também podem aparecer no final de instrumentos de pesquisa
Atividade	O conteúdo e a forma dos instrumentos deve ser desenvolvido principalmente a partir das características dos documentos de arquivo	Índice de instrumentos de pesquisa

Fonte: Elaboração própria com base em Gagnon-Arguin (1996-1997, tradução nossa)

Destaca-se que o acesso por atividade específica também pode ser considerado um tipo de acesso por assunto, visto que o documento de arquivo assume uma confirguração específica conforme a atividade que o gerou, ou seja, uma tipologia documental. Embora possa estar relacionado ao assunto no tocante à proveniência, a identificação da atividade e da tipologia documental podem contribuir para a ideniticação do assunto tópico. Por exemplo, se a tipologia documental a ser representada for um "Regulamento de estágios", fornece por si só o indício do assunto genérico do documento "estágios", obtido a partir da sua atividade ou função. Vale lembrar que são necessários outros aspectos substantivos para se aferir o assunto tópico em complemento à tipologia documental.

Em relação ao acesso por assunto ou tópico, Gagnon-Arguin (1996-1997) esclarece que o acesso se dá por guias temáticos e índices colocados ao final de cada instrumento de pesquisa. Como o BCA (1992) já afirmou, os guias são onerosos do ponto de vista financeiro e de material e, por esta razão, dificilmente são elaborados. Vale ressaltar que na perspectiva impressa os instrumentos de pesquisa podem ser mais onerosos, o que pode não ocorrer se forem digitais.

O artigo de Lévesque (2001-2002), enfatiza que os arquivistas concentram-se em descrição, minimizando a importância da indexação. Ou seja, os arquivistas costumam privilegiar outras formas de acesso aos documentos de arquivo que não o seu conteúdo. Ao mostrar exercícios de classificação e descrição, seguidos de discussão teórica, evidencia-se que o contexto é o ponto de vista mais privilegiado. Porém, na visão do autor, o arquivista deve ajudar o pesquisador ou usuário e fornecer diferentes formas de acesso para facilitar as suas pesquisas.

Dooley (1992), norte-americana, afirma que aspectos do material que não são frequentemente considerados assuntos podem ser representados, formando ligações entre o conteúdo e a proveniência. Vale ressaltar que essa afirmação foi delineada no início da década de 1990 e que esta autora foi visionária quanto aos aspectos de acesso que hoje são implementados em normas de descrição arquivísticas nacionais e internacionais. A autora também indica a necessidade de realização de estudos de usuário no contexto dos arquivos. Sobre suas concepções, trataremos especificamente na subseção relativa aos padrões.

Santos Canalejo (1998) trata da recuperação da informação nos arquivos e apresenta uma seção específica para a indexação. Segundo ela, a indexação sempre foi uma tarefa arquivística, já que se refere ao ato de criar índices a partir de termos relevantes dos documentos, conforme se observa:

> [...] arquivistas também sabem que qualquer instrumento tradicional de descrição, como um guia, um catálogo, um inventário, não estaria completo se não fosse acompanhado de índices que abrangessem os termos onomásticos, geográficos e de matéria, respectivamente, ou então um índice geral que irá integrar todos eles. Assim, **indexar, isto é, extrair os termos mais relevantes dos documentos para elaborar os índices, sempre foi uma das tarefas desempenhadas pelo arquivo** (SANTOS CANALEJO, 1998, p.117, tradução nossa, grifo nosso).

Vale destacar que essa afirmação está numa perspectiva mais ampla com o uso do termo "indexação". Ao analisar a concepção da autora, percebe-se clara relação do processo com a descrição no que se refere aos instrumentos resultantes desse processo, os índices. Observa-

se, também, que os índices podem ser de vários tipos, como de local, geográficos ou de assunto (matéria) e que são instrumentos que podem estar contidos em outros instrumentos de descrição.

A elaboração manual dos índices é individual e:

> [...] e responde apenas à última fase da descrição, com ênfase nos termos mais destacados da documentação, sem padronização terminológica prévia. Estes índices interessam, acima de tudo, localizar os documentos referidos a um assunto, um local geográfico ou uma pessoa a que cada instrumento descritivo se refere (SANTOS CANALEJO, 1998, p.117, tradução nossa).

O entendimento da autora, portanto, é que a indexação ocorre na última etapa, ou seja, é voltada para a elaboração de instrumentos de pesquisa, sendo que o índice está presente em vários deles. Vale a ressalva de que Tognoli, Milani e Guimarães (2017) compartilham de entendimento similar, o qual explicaremos ao tratar sobre os autores brasileiros.

Pode-se verificar que com o conceito de "indexação" apresentado por Santos Canalejo (1998), que a descrição e a "análise conceitual" é um processo inerente à descrição arquivística, pois visa atribuir pontos de acesso aos diferentes níveis, segundo as normas de descrição. Essa percepção pode ser exemplificada a seguir:

> No entanto, vários fatores, como a importância da identificação dos recursos em face do volume de documentação existente nos arquivos e a consequente aplicação de técnicas documentais neles, juntamente com sua informatização, apresentam ao arquivista um **novo conceito de indexação**, que tenderá a ser cada vez menos criação individual e mais criação coletiva, e isso afetará as diferentes fases da descrição propriamente dita. Bem, não há dúvida de que, se um arquivo deseja ser um verdadeiro centro de

> informações e membro de um sistema de informações, ele deve, de preferência, abordar **todos os elementos que são pontos de acesso** das informações contidas nele. E, além disso, deve aspirar à difusão de suas informações primeiramente em nível nacional e depois, internacionalmente, e para isso, deve cooperar no desenvolvimento de pontos de acesso comuns a vários arquivos (SANTOS CANALEJO, 1998, p.117, tradução nossa, grifo nosso).

Na citação acima, a autora se refere às mudanças relativas ao processo de informatização e sua utilização no contexto de organização e tratamento dos arquivos, que na época eram discussões latentes, as quais acabaram por desembocar na percepção sobre a importância da padronização dos documentos arquivísticos. Um desafio que se coloca a partir da declaração da autora é a criação de pontos de acesso comuns a diferentes arquivos, tendo em vista internacionalizar a difusão das informações provenientes das instituições arquivísticas. Inferimos que a dificuldade está em contemplar as especificidades das diferentes instituições e a padronização dos termos, que requer previsão dos assuntos a serem indexados nas diferentes instituições.

Destaca-se também, no mesmo grau de importância e aprofundamento, os trabalhos de Fernanda Ribeiro, professora da Universidade do Porto, que representa uma das principais vozes da indexação de assunto no campo da Arquivologia no cenário Internacional. A autora apresenta diversas publicações sobre o tema, sendo que quatro delas foram recuperadas na revisão sistemática que efetuamos. Dentre elas, destacamos a sua dissertação de mestrado, que já indicamos na seção de metodologia. Esta publicação pode ser considerada o primeiro trabalho sobre o tema publicado em Portugal. O

trabalho contribui do ponto de vista teórico e prático para o desenvolvimento da busca e recuperação da informação por assunto nos arquivos, uma vez que apresenta além de aspectos teóricos do tema, estudo aplicado em arquivos no Porto.

Dessa publicação, surgiu sua divulgação no mesmo ano na Revista *Journal of Society of Archivists*, sob o título "*Subject indexing and Autority Control in Archives: the need for subject indexing in Archives and for an indexing policy using controlled language*".

Em 1998 Ribeiro publicou um capítulo de livro em um evento específico para discutir o assunto nos arquivos, ocorrido na Itália, a saber: "*Subject indexing in archives: theoretical and pratical considerations".* Tendo em vista a importância da publicação e sua especificidade no tocante ao "assunto" no contexto dos arquivos, a análise deste capítulo foi mais detalhada.

Como as publicações são convergentes e complementares quanto ao conteúdo divulgado, nossa discussão inicia-se pela quarta e mais recente delas e complementa-se com as demais. Trata-se de um capítulo de livro publicado em 2011, denominado "Indexação nos arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades", no qual Ribeiro apresenta os fundamentos teóricos da indexação e as suas especificidades no contexto dos arquivos, além de relembrar resultados de pesquisas anteriores desenvolvidas por ela sobre o tema. Afirma que "a questão da indexação nos arquivos tem sido muito pouco pensada e discutida e, por isso mesmo, a literatura sobre o assunto é escassa e com limitações evidentes." (RIBEIRO, 2011, p. 40).

É interessante destacar a perspectiva sobre a qual a autora escreve seus textos, pois compreende o arquivo como um sistema de

informação, visão advinda de discussões que ocorrem na Universidade do Porto e que em grande parte estão representadas na obra de Silva, A. *et. al* (2002). Sob essa acepção, assevera:

> preferimos a designação "sistemas de informação" ao tradicional termo fundo, não só porque o conceito de sistema é muito mais abrangente e dinâmico, incorporando diversos componentes e uma dinâmica informacional que se ajusta melhor à visão pós-custodial que defendemos, mas também porque a noção de fundo corresponde à noção datada, própria do paradigma historicista e custodial e não comporta as facetas da informação que vão para além do aspecto estático documental (RIBEIRO, 2011, p. 45).

Segundo Ribeiro (2011), existem três processos no cerne da organização arquivística: a classificação, a descrição e a indexação. Entretanto, a autora questiona a visão tradicional dos arquivos imputada no século XIX e que prevalece nos dias atuais. Relembra as modificações sofridas na área de Arquivologia com a visão pós-custodial, já discutida nesta tese, a qual pode influenciar o desenvolvimento desses processos. Assim, essas operações não devem ocorrer de forma meramente tecnicista:

> Tradicionalmente, consideram-se três operações maiores – a classificação, a descrição e a indexação – no cerne da organização arquivística. Mas essa visão tradicional, própria do paradigma custodial, historicista e tecnicista que dominou a arquivística desde o século XIX e que ainda prevalece sob perspectivas mais atuais, é questionada de modo diferente se nos situarmos num paradigma novo, apelidado de pós-custodial, científico e informacional, cujo enfoque se centra sobre a informação numa perspectiva dinâmica e não sobre o documento, enquanto objeto material estático e com valor patrimonial. Assim, as três operações técnicas acima referidas não se realizam de forma asséptica e meramente

> tecnicista, mas são integradas de abordagem seguido pelo arquivista que, no novo paradigma, entendemos que é o Método Quadripolar, usado com particular pertinência nas Ciências Humanas (RIBEIRO, 2011, p. 46).

Essa afirmação da autora nos auxilia na compreensão da indexação no contexto da Arquivologia sob dois aspectos. Primeiro, que as três operações não podem ser consideradas estanques e separadas, pois do ponto de vista de um sistema e da arquivística contemporânea, são integrados e visam recuperar a informação solicitada por um usuário, o que deve ser priorizado no momento da representação arquivística. Segundo, que a indexação é considerada um processo de tratamento da informação arquivística, embora ela tenha esclarecido que a classificação e a descrição são fundamentais, como havíamos afirmado.

Em sua visão, o processo de indexação de assunto está relacionado ao processo de descrição e se refere à atribuição e à seleção de pontos de acesso para os documentos. Afirma que *"*o fator mais importante na determinação da política de indexação de assuntos é a quantidade de detalhes apropriados para as descrições do conjunto de documentos envolvidos, e isso, por sua vez, depende do nível de descrição que está sendo usado." (RIBEIRO, 1996, p. 28).

Um aspecto diferenciador apresentado no texto de Ribeiro (1996) é a reflexão apresentada sobre a relação entre o estabelecimento do assunto dos documentos ou a descrição de seu conteúdo e o processo de classificação. Para a autora, a classificação arquivística serve para definir a estrutura dos grupos em arquivos administrativos. Esse processo faz com que o acesso por proveniência seja possível. Porém, a classificação arquivística não é adequada como ferramenta para

recuperar informações por assunto na descrição do conteúdo, pois diferente da classificação bibliográfica, a arquivística não organiza por assunto, mais sim reflete a estrutura do órgão.

Ao comparar a classificação com a indexação, pode-se dizer que o classificador se limita a representar o conteúdo de um documento de modo mais geral possível, enquanto o indexador se dedica a descrever com detalhe o conteúdo do documento mediante a seleção de conceitos principais e pertinentes às necessidades de informação das instituições em que se encontram (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

Uma das contribuições significativas de Ribeiro (1998, 2011) é a utilização da norma ISO 5963 nos documentos de arquivo e também o processo de análise inerente aos níveis, os quais serão explicados na subseção 5.2.1 desta tese.

Observa-se que os textos que aprofundam as definições de indexação de assunto não são numerosos, o que se constitui numa das evidências desta pesquisa. No que se refere à perspectiva internacional, no Quadro 18 sintetiza-se as definições apresentadas pelos autores.

Quadro 18 – Definições (autores internacionais)

Cód.	Autor	Termo/ expressão	Definição/ entendimento (	Elementos	Relação com as funções
AN3	Bureau Canadien des Archivistes (BCA, (1992)	Subject access Subject indexing	"A categoria final da questão colocada ao sistema de recuperação de arquivos, e a mais difícil de responder, inclui pedidos de acesso a registros contendo informações sobre um determinado assunto, seja um tópico, geográfico ou nome. É esta categoria de pergunta - *pedidos de acesso ao assunto* [*requests for subject access*] [...]." (BCA, 1992, p. 30, tradução nossa). "As solicitações de assunto também podem ser respondidas diretamente por meio da indexação de assunto." "A preparação de guias de assunto especiais sobre tópicos de interesse, como guias para fontes de histórico de trabalho ou histórico de mulheres, é uma maneira pela qual alguns arquivos tentaram atender às solicitações de assuntos. A utilidade de tais guias é limitada, uma vez que, como Mary Jo Pugh aponta, "guias ... estão fora dos dados oficiais antes de serem	*Subject* (assunto, tópico)	Descrição

			publicados. Guias tradicionais publicados não são facilmente atualizados e aparecem com pouca freqüência ... As inscrições no guia não podem ser manipulados ou mudados." BCA, 1992, p. 51, tradução nossa).		
PIAF 7	MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel (1999)	L'indexation Thematic indexation	"A indexação em arquivística contém dois componentes principais, como foi levantado anteriormente: em primeiro lugar, a indexação não temática que integra os pontos de acesso independentes do assunto (principalmente relacionados à proveniência dos documentos), em seguida a indexação temática que integra os assuntos, mas também outros tipos de elementos de conteúdo. O tipo de indexação que será feita para os documentos ativos e semi-ativos e para os arquivos definitivos pode ser diferente devido à necessidade de identificação dos usuários (por exemplo, identificação dos nomes de clientes ou funcionários) ou descrição colocada em prática em cada etapa. Cada tipo de indexação segue um processo específico." (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 327, tradução nossa)	Não apresenta	Descrição

			A indexação temática é “a indexação faz parte do processo de análise de conteúdo (ou análise documentária) que corresponde a uma "codificação" de informações.” “A indexação temática destina-se estritamente a fornecer acesso complementar àqueles já existentes (classificação, nomes dos criadores, etc.). Essas palavras-chave de acesso complementares são ainda mais importantes, arquivísticas, como a classificação e descrição são realizadas de acordo com o princípio do respeito aos fundos, do geral para o particular. A indexação temática, portanto, fornece uma multiplicidade de palavras-chave de identificação que respondem à multiplicidade de estratégias de busca dos usuários.” (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 329, tradução nossa). “A profundidade da indexação também influenciará a precisão dos termos de indexação de assunto que serão retidos; isso está ligado às necessidades dos usuários, bem como às peculiaridades dos arquivos em causa.”		

			(MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 330, tradução nossa).		
B3	LYTLE (1980)	Subject Access; Content indexing	"O segundo método, o Content Indexing ou CI Method, deriva da biblioteconomia, mas tem sido aplicado extensivamente às coleções de manuscritos e, até certo ponto, aos arquivos. A recuperação de assunto no CI Method corresponde às consultas de assunto com termos de um índice ou catálogo." (LYTLE, 1980, p. 64, tradução nossa, grifo nosso) "Content Indexing é a prática de acessar coleções examinando o conteúdo dos arquivos. O catálogo tradicional de coleções de manuscritos é a aplicação clássica do Método de IC no sistema de arquivos. Os processadores passam por coleções, peça por peça e, muitas vezes, sem levar em conta a lógica da coleção, aplicam termos de assunto que aparecem como entradas de assunto adicionadas em um cartão do catálogo. A aplicação do Método de IC no sistema de arquivos é, portanto, orientada a itens; ou, pelo menos, não é conscientemente uma aplicação de algum nível coletivo de descrição." (LYTLE, 1980, p. 72,	Não apresenta	Descrição

			tradução nossa)		
B15	MAC NEIL (1996)	Subject Access; Pertinence	"O desenvolvimento da descrição de arquivos nos níveis nacional e internacional resultaram em uma atitude mais conciliatória em relação à indexação de assuntos por parte de arquivistas, e uma inclinação mais forte para reconciliar abordagens baseadas em proveniência e pertinência para acesso a assuntos." (MACNEIL, 1996, p. 243, tradução nossa). "A profundidade da descrição e indexação de qualquer nível dependerá, é claro, até certo ponto, dos recursos (humanos e financeiros) que um repositório pode alocar para essas operações. É necessário mais tempo e conhecimento para descrever e indexar os fundos até o nível do arquivo e do item - a descrição e indexação em qualquer nível é mais demorada e dispendiosa do que a descrição e indexação resumida no mesmo nível. Por esse motivo, os repositórios arquivísticos precisam determinar a profundidade adequada de descrição e indexação a serem realizadas em casos específicos. Um fundo particularmente valioso, por exemplo,	Não apresenta	Descrição

			merece descrição e indexação mais exaustivas, não apenas para facilitar o acesso, mas também para garantir um maior grau de controle físico sobre o material. Da mesma forma, um fundo contendo uma quantidade significativa de documentos audiovisuais pode exigir descrição e indexação exaustivas, simplesmente para permitir o acesso físico às suas diversas partes. Por outro lado, o grande volume de alguns fundos (grandes corporações são um caso em questão) proibirá a descrição detalhada e a indexação abaixo do nível da série. O tipo de repositório que abriga os fundos também influencia a profundidade da descrição e indexação realizada. Repositórios com coleções especializadas ou exclusivas, por exemplo, irão indexar mais exaustivamente os repositórios com mais propriedades gerais." (MACNEIL, 1996, p. 245, tradução nossa). Obs. A autora não expressa uma definição de indexação aplicada aos arquivos, mas o entendimento sobre os níveis auxilia na compreensão deste processo.		

B19	GAGNON-ARGUIN, Louise (1996-1997)	Modes d'accès par sujet	Modos de acesso por assunto ou tópico: "O acesso por assunto ou tópico é possibilitado por guias temáticos de fundos ou de partes de fundos que podem estar em depósitos mas que se relacionam com um assunto particular, por exemplo, a história das mulheres (Lamothe 1990). O acesso primário é do fundo ou uma de suas partes. É feita referência à página na qual o fundo aparece, a listagem do fundo ou qualquer uma de seus peças. O acesso por assunto ou tópico também é possível por índices colocados no final de certos instrumentos de pesquisa e que dão para cada um dos fundos ou partes uma ou mais palavras que refletem os temas principais. Esses índices impressos são especificamente relacionados a um fundo ou conjunto de fundos, dependendo se é um diretório digital ou um estado geral de fundos. A referência é feita para a página onde aparece o fundo ou a classificação do fundo ou qualquer uma das suas partes." (GAGNON-ARGUIN, 1996-1997, tradução nossa)	Assunto tópico (específico para a indexação temática);	Descrição
B26	GUITARD,	L'indexation par sujet;	"A Indexação por assunto - ou *indexação*	Não apresent	Descrição

	(2013)		*temática* - é a representação [...] dos assuntos presentes nos documentos e decompostos em conceitos". (GUITARD, 2013, p. 202, tradução nossa). "Em geral, a indexação abrange todos os tipos de noções encontradas em documentos indexados, enquanto a indexação temática lida apenas com tópicos e tópicos relevantes para a missão e interesses do centro arquivístico e de seus usuários (Grupo de Trabalho do Canadian Bureau of Archivists (BCA) sobre Indexação de assuntos 1992, 135-136). [...] Os trabalhos autobiográficos também carregam o risco de ambiguidade **entre o criador e o assunto**, mas esse risco está muito mais presente em uma coleção de documentos de arquivo do que em uma coleção de bibliotecas. De fato, na coleta de um serviço de arquivo, os documentos são reunidos precisamente de acordo com sua capacidade de testemunhar de seu criador e falar sobre ele." (GUITARD, 2013, p. 202, tradução nossa, grifo nosso).	a.	
B22	HUDON,	*Indexation*	"O objetivo da indexação na	Não apresent	Descri ção

	Michèle (1997-1998)		comunidade de arquivo é significativamente diferente da que existe em outras áreas . Em arquivos, [...] a indexação não serve para organizar ou estruturar o conteúdo das coleções. Indexação temática é estritamente para fornecer acesso adicional [...]. Além de que raramente levam a um determinado documento, mas a todos os documentos já agrupados em um fundo em uma série ou em uma pasta . Em arquivos, a política de indexação vai estar necessariamente ligada à política descrição já em vigor." (HUDON, 1997-1998, tradução nossa).	a	
L1	RIBEIRO, Fernanda (2011)	Indexação de assunto	"Se num sentido lato, a indexação pode ser entendida como a ação de elaborar índices e estes são considerados instrumentos de acesso à informação, a verdade é que, em algumas línguas (particularmente as românicas), o termo "indexação" adquiriu um sentido mais restritivo que o conota apenas com a elaboração de índices de assuntos. O mesmo não sucede em língua inglesa, onde *indexing* corresponde ao sentido lato e *subject indexing* ao sentido restrito de indexação por assuntos. É na acepção mais restritiva que aqui	Representação do conteúdo ideográfico ou temático	Descrição

			abordamos a questão da indexação nos arquivos, ou seja, no que diz respeito à representação do conteúdo ideográfico ou temático." (RIBEIRO, 2011, p. 32).		
N5	MESA LEÓN *et al.* (2007)	Indización	"A INDEXAÇÃO faz parte do processamento, consiste em descrever e caracterizar um documento com a ajuda de representações dos conceitos nele contidos. Facilita a recuperação de informações para satisfazer sua demanda. Durante este processo, os termos mais apropriados são escolhidos, seja por assunto, pessoa, instituição ou local. Para os arquivistas, são palavras que estão vinculadas ao conteúdo do documento." (MESA LEÓN et al., 2007, p.10). "DESCRITORES DE ASSUNTO são expressões substantivas ou substantivas com uma forte carga informativa que reflete o conteúdo dos documentos." (MESA LEÓN et al., 2007, p.33).	Conteúdo: matérias (assuntos), pessoas, instituições ou lugares. O manual trata de regras para a formulação de descritores onomásticos, institucionais, de assunto e geográficos.	Descrição
T3	MARTIN (1987)	Subject indexing	"Esta tese se refere tanto ao nome quanto à indexação de assunto. Como usado aqui, "indexação de nome" Refere-se à seleção e uso de qualquer nome pessoal, geográfico e institucional em um documento como ponto	Indexação de assunto = temáticas Indexação de nome =	Descrição

			de acesso, considerando se a entidade nomeada é o assunto do documento; "Indexação de assunto" Refere-se às áreas temáticas cobertas por documentos, como "política" ou "química orgânica". "(MARTIN, 1987, p. 2, tradução nossa, grifo nosso)	nome pessoal, geográfico e institucional.	
APC 3	SANTOS CANALEJO, 1998	Indizar	"O índice e os termos do índice até recentemente referidos no campo de arquivos a um instrumento de descrição e à realização desse instrumento, desde que se sabe que entre os instrumentos tradicionais de descrição de um arquivo são índices, especialmente referidos para termos onomásticos de algumas coleções documentais. Mas os arquivistas também sabem que qualquer instrumento tradicional de descrição, como um guia, um catálogo, um inventário, não estaria completo se não fosse acompanhado de índices que abrangessem os termos onomásticos, geográficos e de materiais, respectivamente, ou então um índice geral que irá integrar todos eles. Assim, indexar, isto é, extrair os termos mais relevantes dos documentos para produzir os índices,	Não apresenta	Descrição

			sempre foi uma das tarefas desempenhadas pelo arquivista." (SANTOS CANALEJO, 1998, p.117). "Foi dito que a descrição em um arquivo deve ser precisa, suficiente e oportuna, e que a informação obtida deve ir do geral para o particular e deve ser pertinente, não repetida e interconectada. Portanto, os índices devem ser indexados em cada nível de informação e, assim, termos de indexação serão estabelecidos no nível do fundo, no nível da série e no nível do documento. Tabelas de classificação, tesauros e índices permutados são, assim, convertidos em linguagens de indexação, bem como em instrumentos de descrição de arquivos. No entanto, devemos estar cientes de que a aplicação desses idiomas nos arquivos é um esforço, especialmente quando nas bibliotecas e centros de documentação a maioria das linguagens de indexação foi desenvolvida independentemente, sem integração ou interconexão em uma superestrutura comum". (SANTOS CANALEJO, 1998, p. 118, tradução nossa).		

No Quadro 19 apresenta-se as principais definições de indexação extraídas dos textos nacionais (brasileiros).

Quadro 19 - Definições (autores brasileiros)

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
P8	CAMPOS (2006)	Indexação	Compreende a descrição e a indexação como dois processos distintos, porém interligados, por meio dos quais é possível atribuir **pontos de acesso** os documentos de arquivo.Se refere à indexação para representar o "conteúdo" dos documentos. Não especifica a indexação do assunto, observa-se, portanto uma visão mais geral desse processo. "Nos arquivos os itens de representação/recuperação mais representativos não são os assuntos. A espécie documental, os nomes de órgão de origem/destino da	O documento como uma unidade material possui pontos de acesso de duas naturezas, ou seja, aspectos objetivos/físicos e aspectos subjetivos/intelectuais. Os aspectos objetivos são aqueles relacionados à autoria; data; local entre outros que não necessite de um processo de interpretação para a identificação do ponto de acesso; já o aspecto **subjetivo**,	Descrição

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			documentação, de pessoas citadas, datas - para citar os mais comuns - têm especial interesse na recuperação. Por isso, que quando se fala de descrição arquivística pensa-se logo, na maioria das vezes, em representação de aspectos objetivos." (CAMPOS, 2016, p. 17, grifo nosso)	como o próprio nome evidencia necessita de uma análise interpretativa de seu **conteúdo informativo**, apresentando como ponto de acesso a temática contida no documento. Esta temática pode tratar de **assunto tópico, de uma pessoa, de uma instituição ou mesmo de um local.** (CAMPOS, 2006, p. 19, grifo nosso)	
E17	SCHMIDT; SMIT (2015)	Conteúdo	"As informações de conteúdo, que estão "dentro" do documento de arquivo, são aquelas referentes ao assunto e tema. Já as informações de contexto, ou seja, aquelas que estão "fora" do documento de arquivo, são aquelas derivadas da aplicação do	Obs.: Os aspectos apresentados na "definição" podem servir para a compreensão dos elementos de indexação.	Não se aplica

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			princípio da proveniência e da ordem original, originadas pelas funções e atividades que dão origem ao documento. Para conhecê-las, precisamos saber quem produziu o documento, como, por que, para que e quando. Nesta linha de pensamento, vislumbramos duas possibilidades informacionais ao documento de arquivo; as de "fora" e as de "dentro". Todavia, é fundamental ressaltar que além de não existir oposição entre ambas, mas sim complementaridade, devemos sempre priorizar a identificação contextual. Na perspectiva arquivística, a classificação objetiva atribuir sentido aos documentos, ou seja, inseri-los em seu contexto de produção, pois		

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			somente contextualizados cumprem sua função.” (SCHMIDT; SMIT, 2015, p. 4) “Assim, o acesso à informação nos arquivos demanda a representação dos dois tipos de informação (contexto e conteúdo) e o entrelaçamento das duas possibilidades informacionais favorece que arquivos preencham seu papel social, ou seja, a organização do acesso a um determinado tipo de informação.” (SCHIMIDT; SMIT, 2015, p. 4)		
E28	LINDEN; BARROS; BRÄSCHER (2017)	Conteúdo; assunto	Não apresenta	“[...] percebe-se que a maioria dos INDA aponta as áreas de Conteúdo e Identificação como indicativas de conteúdo em sua estrutura. São poucos os casos onde a área de Contexto	Descrição

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
				indica elementos de conteúdo." (LINDEN, BARROS, 2017, p. 191); "[...] **conteúdo** pode ser representado por: **assunto, tipologia, funções, estrutura, forma, gênero e localidades geográficas**; já o contexto, pode ser representado por: produtor, história arquivística ou custodial, história administrativa e o título do documento." (LINDEN, BARROS, 2017, p.191); "Nota-se que a ocorrência sobre conteúdo é mais comum entre os elementos de descrição	

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
				quando comparado a contexto. Com base nisso, pode-se inferir que a maior parte dos elementos representam conteúdo." (LINDEN, BARROS, 2017, p. 191).	
T2	AMARAL (2017)	Indexação	"A indexação nos arquivos é prioritariamente vista como indexação por **assuntos**, conforme aponta o Glossário do SAA, que a define como um processo de criação de uma lista ordenada de conceitos, expressos em termos ou frases, associados aos documentos em que aparecem esses assuntos. No Dicionário Brasileiro de Arquivística (2005) o termo "indexação" é também definido como um processo "pelo qual	"Indexa-se por nome de pessoas, lugares, profissões, atividades, que são elementos evidenciados na análise arquivística" (AMARAL; KOBASHI, 2017, p. 184).	Não apresenta*

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			documentos ou informações são representados por termos, palavras-chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação.” (AMARAL; KOBASHI, 2017, p. 107)		
E27	CÂNDIDO; BARROS; REDIGOLO (2017).	Indexação	A respeito da indexação no geral: “A indexação trata-se de uma prática desenvolvida e relacionada à Ciência da Informação para a organização do conhecimento (OC), contendo respaldos teóricos delineados e delimitados, no âmbito do Tratamento Temático da Informação (TTI) por meio das abordagens que essa se utiliza, sendo elas: Catalogação de Assunto, Indexação e Análise Documental (AD).” (CÂNDIDO;	Não apresenta	Descrição

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			BARROS; REDIGOLO, 2017, p. 162) “Em primeiro momento o termo indexação é apontado na Arquivologia por Schellenberg (1980) no século XIX e XX como um processo que tem como base a Catalogação, que advém do Tratamento Temático da Informação (TTI), já em um segundo momento com automação na década de 1980 essa passa a ser entendida como um processo relacionado a descrição do documento de arquivo apresentado pela Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF) que expõe alguns elementos/caracter		

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			es que devem ser observado ao extrair o termo do documento para sua representação." (CÂNDIDO; BARROS; REDIGOLO, 2017, p. 162) "Observa-se assim, que a descrição possui em seu bojo atividades que a relacionam com a Indexação, uma vez que ambas procuram representar os elementos/caracteres intrínsecos e extrínsecos aos documentos de arquivo de modo a permitir acesso e a difusão da informação." (CÂNDIDO; BARROS; REDIGOLO, 2017, p. 163).		
E 13	TOGNOLI; MILANI; GUIMARÃES (2017)	Indexação	"Deve-se dizer que a **indexação é uma etapa posterior à representação arquivística** e não concomitante a ela. Ou seja, somente após a descrição dos elementos elencados pelas normas de	"Para a **indexação de assuntos**, o arquivista deve considerar o Produtor, utilizando-se ainda da ISAAR(CPF), que oferece	Descrição

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			descrição, a indexação irá acontecer, isso significa dizer que os processos de representação (classificação e descrição) não deverão sofrer influência da indexação." (TOGNOLI; MILANI; GUIMARÃES, 2017, p. 689, grifo nosso) Obs.: Os autores utilizam os dois termos "indexação" e "indexação de assunto" ao longo do texto, mas predomina "indexação"	as orientações necessárias para a descrição do *nome do produtor*, e o *título* da unidade de descrição, bem como a *entidade custodiadora* e a *procedência*. **Assuntos** presentes nos campos da *história administrativa/biografia* e *âmbito e conteúdo* podem ser considerados, como, por exemplo, **nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos**. Nesse sentido,na identificação de pontos de acesso para a **descrição de Fundo,**	

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
				Seção ou item documental, os elementos relacionados à representação do contexto são essenciais à indexação.” (TOGNOLI, MILANI, GUIMARÃES, 2017, p. 689).	
E19	PRET; CORDEIRO (2015)	Indexação	Indexação como processo de elaborar instrumentos de pesquisa, catálogos, índices e repertórios. Relacionam com a área 8 da descrição. “A indexação apresenta-se como processo capaz de viabilizar a recuperação dos documentos e de seus conteúdos informacionais nos protocolos e arquivos correntes universitários. De acordo com Wellisch (1995, p. 15), o documento é “um meio sobre ou	Não apresenta	Descrição

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			em que a mensagem é registrada". Em consequência, é na operação da indexação, mediante as etapas de análise e tradução dos documentos com base no seu uso, que as mensagens (conceitos-chave) dos documentos são atribuídas e nomeadas de forma condensada, podendo-se para isto utilizar uma linguagem documentária verbal (lista de cabeçalhos de assunto, tesauros, etc.). Entretanto, é conveniente lembrar que estas padronizações são acordos, regras instáveis, cuja eficácia está vinculada aos usos informativos que cada comunidade discursiva tem em seu micro-universo." (PRET; CORDEIRO, 2015, p. 9) "O processo de indexação não é		

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			uma atividade nova adotada nos arquivos. Os instrumentos de pesquisa historicamente utilizam procedimentos da indexação em seus **catálogos, índices e repertórios**. Em 1955, Martin já indicava a necessidade de aprimorar a padronização das entradas dos assuntos nos **índices** dos documentos de arquivo." (PRET; CORDEIRO, 2015, p. 9); "No caso dos protocolos e arquivos correntes universitários, há particularidades nos usos da informação que carecem ser consideradas. Nos arquivos correntes, os documentos estão em função da administração, de seus próprios produtores, para servir ao trâmite dos assuntos e das ações do cotidiano.		

Cód.	Autor (ano)	Termo/ expressão	Definição/ entendimento	Elementos	Relação com as funções
			A indexação deve servir para este fim, isto é, localizar os documentos e as informações que são solicitados com o fim de utilizar seus dados ou certificar os atos que contém". (CORTÉS ALONSO, 2011 *apud* PRET; CORDEIRO, 2015, p. 9-10).		

Fonte: Elaboração própria

* Autora não ressalta esta perspectiva

Smit e Schmidt (2015), conforme indicamos no referencial teórico, destacam que o documento arquivístico é composto por informações que estão fora (contextuais) e informações que estão dentro (assunto ou temática). Assim, é indispensável representar as informações relacionadas ao organismo produtor do documento, que pode ser uma pessoa física ou jurídica, ou seja, as informações contextuais. Porém, as informações que estão dentro, como o assunto, temática ou conteúdo informativo também devem ser consideradas, pois contribuem para ampliar as possibilidades de acesso aos documentos.

Salienta-se que as informações que estão "fora" foram assim chamadas pois geralmente não estão explícitas no documento, sendo necessário estudar o organismo produtor e levantar informações como

funções, atividades, estrutura e funcionamento, para posteriormente estudar as informações que estão contidas nos próprios documentos.

Para exemplificar os aspectos de contexto e conteúdo a que nos referimos nesta seção, apresentamos a concepção de Campos (2006), apresentada no Quadro 19, que aqui retomamos:

> O documento como uma unidade material possui pontos de acesso de duas naturezas, ou seja, aspectos objetivos/físicos e aspectos subjetivos/intelectuais. Os aspectos objetivos são aqueles relacionados à autoria; data; local entre outros que não necessite de um processo de interpretação para a identificação do ponto de acesso; já o aspecto **subjetivo**, como o próprio nome evidencia necessita de uma análise interpretativa de seu **conteúdo informativo**, apresentando como ponto de acesso a temática contida no documento. Esta temática pode tratar de **assunto tópico, de uma pessoa, de uma instituição ou mesmo de um local.** (CAMPOS, 2006, p. 19, grifo nosso).

Observa-se que Campos (2006) utiliza o termo "intelectuais" para se referir aos aspectos mais subjetivos, os quais necessitam de uma análise para identificá-los. Além disso, insere a descrição na perspectiva da arquivística integrada, conforme se observa:

> No que tange as questões relacionadas com o conceito de descrição e a relação com as novas tecnologias de informação, esta última reforça a visão de uma arquivística integrada trazendo à tona a valorização do conteúdo informacional. E é sobre esta perspectiva que iremos apontar princípios teóricos para a representação e recuperação da documentação arquivística. (CAMPOS, 2006, p. 22).

Ressalta-se que Campos apresenta uma fundamentação consistente quanto ao processo de indexação, com trabalho fruto de uma investigação que vêm sendo construída há mais de dez anos. As atividades que envolvem a docência e a pesquisa com temas relacionados ao tratamento e a recuperação de informações no ambiente dos arquivos e das bibliotecas, nas palavras da própria autora.

O fato é que juntas, Campos (2006) e Smit e Schmidt (2015) destacam dois componentes fundamentais para os documentos de arquivo, os objetivos ou físicos (contextuais) e os internos ou subjetivos (conteúdo).

Percebe-se nas acepções acima descritas a relação entre o desenvolvimento tecnológico e as modificações na área da Arquivologia, tais como o surgimento e a aplicação de repositórios arquivísticos. Esses sistemas podem ser considerados um dos motores da mudança nos processos de descrição e de indexação, visto a necessidade de utilizar diferentes pontos de acesso para os documentos de arquivo, o que passa a incluir (ou a dar visibilidade) à representação do assunto.

Ainda no tocante aos autores brasileiros, destaca-se a dissertação de Oliveira (2009a), defendida na Fundação Getúlio Vargas em 2009 sob o título "Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação". Conforme o título sugere, a ênfase do trabalho se dá em "[...] contribuir para a discussão sobre o processo de indexação arquivística em arquivos pessoais, levando em consideração que este é um objeto de interesse, novo e estratégico, da Arquivologia e da história." (OLIVEIRA, 2009a, p. 14).

Esclarece que os documentos arquivísticos possuem especificidades e ao compará-los com os documentos de biblioteca afirma que "[...] a preocupação com o armazenamento e os cuidados com a documentação para as futuras gerações são aspectos comuns nestes documentos, que por outro diferem em muitos aspectos." (OLIVEIRA, 2009a, p. 43).

Destaca ainda a proveniência como característica inerente aos documentos de arquivo, que deve ser considerada em sua organização para que estes documentos não sejam desmembrados e facilite-se a descrição e a classificação. Antes de tratar sobre a indexação no campo da Arquivologia, a autora define a indexação desde seu surgimento no campo da Biblioteconomia, apresentando seu histórico. Uma distinção importante por ela indicada é que na vertente francesa da análise documentária, a indexação é a última etapa da análise.

Entretanto, a autora enfatiza que se identifica com a corrente Inglesa da análise documentária, a qual:

> [...] compreende o termo "indexação" como um processo, e a análise documentária e a indexação como processos idênticos. Nesse sentido, "a Indexação é a própria Análise Documentária, composta das mesmas etapas operacionais com o objetivo de representação do conteúdo informacional de documentos para a elaboração de índices (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136 *apud* OLVIEIRA, 2009a, p. 47).

Oliveira (2009b) publicou um artigo no mesmo ano, intitulado "Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística", na revista Arquivo & Administração, de caráter mais exploratório. Neste texto, Oliveira observa que a indexação

não é nova na área de Arquivologia, já que surgiu no século XIX para a utilização de catálogos, conforme afirma Schelemberg, por ela citado.

No texto acima mencionado, a autora pressupõe que a indexação nos arquivos é parte do processo da descrição. Assim, o índice é compreendido como um instrumento auxiliar da descrição: “se, por um lado, a preocupação com a indexação já existia no século XXI, isso também colaborou para o entendimento, por parte dos arquivistas, de que a construção de índices é um instrumento auxiliar da descrição. Por conta disso, na área arquivística, os olhares teóricos a respeito do assunto ficaram relegados a segundo plano, sobretudo se comparados com a discussão sobre descrição.” (OLIVEIRA, 2009b, p. 23). Esse também é o entendimento de Campos (2006).

Pret e Cordeiro (2013) propõem modificar a lógica da representação e focam-se no uso da informação, com ênfase nos aspectos de uma perspectiva prática da representação, que logo deve considerar também a visão do usuário. Em relação à concepção,as autoras se apoiam em Wittgenstein, que por sua vez:

> [...] propõe então uma subversão da concepção da linguagem: em vez de voltarmo-nos para o apagamento forçado dos contextos de uso das palavras em prol de conceitos universalizantes, mas precários, pensemos na linguagem a partir das experiências e da práxis cotidianas. Dessa forma, os significados vão forjando-se na dinâmica da vida. As atividades humanas são inúmeras e a linguagem atravessa todas elas, são relações mutuamente constitutivas (WITTGENSTEIN, 1999, p. 93 *apud* PRET; CORDEIRO, 2013, p. 3)

O foco de aplicação de sua pesquisa são os protocolos e arquivos correntes universitários, nos quais os usos informativos estão

relacionados às próprias atividades da entidade produtora. Assim, a partir da leiura do texto compreende-se que a visão das autoras se refere à indexação como processo voltado à elaboração de instrumentos de pesquisa, catálogos, índices e repertórios. Indicam a existência da indexação a partir da área 8 da NOBRADE.

Tognoli, Milani e Guimarães (2017) também indicam a existência da área 8 da NOBRADE como propulsora do discurso sobre a indexação nos arquivos. Conforme apresentado no Quadro 19, utilizam o termo "Indexação" e compreendem que esta é uma etapa posterior à descrição e à classificação, que não sofre influência da indexação. Na citação a seguir verifica-se que esses autores utilizam a expressão "indexação de assuntos" se referindo de forma mais abrangente ao conteúdo e também ao contexto:

> A indexação em arquivos já está prevista pela Nobrade e, enquanto a indexação de assuntos nos níveis 1 (fundo), 2 (seção/grupo) e 5 (item documental) está relacionada aos elementos de representação do contexto e conteúdo, a indexação de termos referentes à série (nível 3) pode ser um pouco mais complicada (TOGNOLI; MILANI; GUIMARÃES, 2017, p. 690).

Esses autores, além de tratarem especificamente a indexação, destacam que o processo de representação de assunto: "diferentemente da representação descritiva de um documento com fins de representação e individualização garantidos pela catalogação, a representação de assunto refere-se ao conjunto de processos, instrumentos e produtos destinados a representar tematicamente o documento." (TOGNOLI; MILANI; GUIMARÃES, 2017, p. 685).

Sobretudo, os autores contribuem significativamente para a compreensão dos elementos de assunto, conforme se observa no Quadro

19, no qual indicam os aspectos a serem considerados para o assunto conforme o nível. Assim, “no caso de assuntos presentes nos campos da história administrativa/biografia e âmbito e conteúdo podem ser considerados, como, por exemplo, nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos.” (TOGNOLI; MILANI; GUIMARÃES, 2017, p. 689).

Neste mesmo sentido, Cândido, Barros e Redigolo (2017), com o objetivo de discorrer sobre as acepções teóricas e práticas do termo Indexação na Arquivologia, escrevem sob a ótica da descrição arquivística e afirmam que a “[...]descrição possui em seu bojo atividades que a relacionam com a Indexação, uma vez que ambas procuram representar os elementos/caracteres intrínseco e intrínsecos aos documentos de arquivo de modo a permitir acesso e a difusão da informação.” (CÂNDIDO; BARROS; REDIGOLO, 2017, p. 163).

O texto acima apresenta uma seção completa para explicar as normas de descrição, deixando claro seu entendimento sobre a relação entre a indexação e o processo de descrição arquivística, especificamente na descrição quanto ao seu conteúdo, com uma perspectiva mais geral da indexação.

Barros (2016)[20] afirma que existem três processos de representação da informação arquivística: classificação, descrição e indexação. Os dois primeiros são processos basilares e fundamentais para o tratamento dos documentos arquivísticos, relacionados aos

[20] O Texto de Barros (2016) não aparece no Quadro 19 pois foi enfatizado na análise o texto de Cândido, Barros e Redigolo (2017) para representar a sua visão, pois são similares no pensamento. Assim, seguimos o critério de aprofundar um texto mais abrangente de cada autor para ser enfatizado na análise, sem deixar de mencionar a importância das demais publicações, quando pertinente.

princípios arquivísticos de proveniência e ordem original, oriundos da teoria arquivística.

Já a indexação arquivística, segundo o autor, ocorre após a finalização dos dois primeiros, sendo uma representação secundária do documento arquivístico. Ou seja, "concluído o processo de descrição entraríamos no processo de indexação, que seria baseado no plano de classificação e da descrição multinível promulgada pelas normas de descrição, se retiraria termos representativos, relacionados ao contexto de produção documental e possivelmente para além dele." (BARROS, 2016, p. 7).

De certa forma, diferimos de Tognoli, Milani e Guimarães (2017) e também de Barros (2016) quando afirmam que a indexação é um processo posterior à representação arquivística, pois a afirmação contém a noção de que somente as funções de classificação e descrição são pertencentes à representação arquivística. Conforme se pode verificar com Ribeiro (1998) e com Martin (1987), dentre outros, a indexação e especialmente aqui nos referimos à indexação de assunto, é um processo de representação arquivística distinto dos demais. Assim, consideramos que são representados elementos de assunto (tópico) e que esses podem ser considerados pontos de acesso para ampliar as possibilidades de busca e recuperação dos documentos de arquivo.

Vital (2017), em tese consistente sobre a representação de assunto nos arquivos, escrita na perspectiva da arquivística integrada, apresenta as contribuições dos modelos conceituais, especialmente o *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD) para a aplicação nos arquivos. Dentre os aspectos buscados em seus objetivos, destacamos aquele que nos interessa, a representação do '*Thema'* no contexto destes

modelos. Em relação ao termo adotado, utiliza representação de assunto, no mesmo sentido de Tratamento Temático da Informação. Neste sentido, afirma que: "o Tratamento Temático da Informação está apresentado na perspectiva da Ciência da Informação, pressupondo que sua base teórica é válida para todas as áreas do conhecimento que tem como objeto a informação." (VITAL, 2017, p. 83). Ao longo do trabalho, se verifica que os termos conteúdo e assunto parecem ter sido utilizados como sinônimos.

Vital enfatiza que os aspectos que caracterizam o documento arquivístico devem ser considerados em qualquer processo de representação e assevera que seu trabalho: "[...] apresenta o documento arquivístico no contexto da pós-modernidade, com a contestação da sua imparcialidade e do respeito aos fundos mono-hierárquicos, discutindo as relações dinâmicas que se estabelecem nos sistemas de informação em rede." (VITAL, 2017, p. 30).

Mas o fato é que a referida tese nos serve mais pelos aspectos inovadores no tocante à representação do assunto e especificamente ao "*thema*", do que em relação às definições. Assim, enfatizamos alguns desses elementos na subseção seguinte, na qual tratamos do assunto.

A respeito da concepção teórica de Vital (2017), verificamos ser a mesma de Campos (2006) no que se refere à utilização da arquivística contemporânea como linha de pensamento. Dentre os autores brasileiros que analisamos, estas duas autoras explicitam com mais ênfase o contexto no tocante à corrente arquivística.

Um texto exploratório que não aprofunda as definições, porém demarca a existência do tema é o de Medeiros *et al*. (2015). As autoras realizam uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de verificar como as

publicações sobre representação de assunto em documentos arquivísticos são tratadas na literatura da Ciência da Informação, especialmente brasileira. A pesquisa não teve recorte temporal e foi realizada nas seguintes bases de dados: LISA, BRAPCI e BENANCIB. Foram identificados 17 artigos que tratam da temática, evidenciando a escassez de publicações. Verificaram que a organização e representação da informação arquivística vem sendo discutida com mais ênfase a partir da década de 1990, com destaque para o Canadá nos trabalhos teóricos. Os autores ressaltam a necessidade de aprofundar as discussões e propõem estudos nesse sentido.

5.1.1 Assunto e conteúdo

Com base na análise das evidências anteriores, percebe-se a diferença existente entre conteúdo e assunto, não apenas no contexto dos arquivos mas em qualquer área. O conteúdo é mais amplo e pode abranger diferentes elementos, dentre eles nomes (pessoas), lugares (geográfico), além do assunto (*subject*). Entretanto, o entendimento sobre os elementos que compõem o conteúdo dos documentos de arquivo não é consenso entre os autores pesquisados, sobretudo considerando as diferentes perspectivas inerentes a cada visão ou corrente arquivística, aliados aos diferentes períodos cronológicos cobertos pelos textos. Inseriu-se aqui apenas autores que explicitam os

elementos e o tratam com maior atenção, trazendo subsídios mais consistentes para a análise[21].

Neste sentido, alguns autores auxiliam de forma mais vertical na compreensão do que é o assunto e como identificá-lo, visando sua representação no contexto dos arquivos, como é o caso do Relatório do BCA (1992) e do texto de Maurel e Champagne (1999).

Verifica-se quanto às acepções do BCA que: "além dos tópicos de indexação, os arquivistas também indexam nomes pessoais, corporativos e geográficos como um meio de fornecer acesso ao assunto." (BCA, 1992, p. 37, tradução nossa). Acrescentam que: "No contexto de nomes geográficos, o controle de autoridade também é necessário para vincular um nome geográfico existente no momento em que um conjunto de registros foi criado com sua contraparte contemporânea." (BCA, 1992, p. 38, tradução nossa).

Uma das questões principais apresentadas é a necessidade de diferenciar produtor e assunto ao representar documentos de arquivo. Pontuam que os sistemas de informação geralmente não diferem o "de" (*of*) do "sobre" (*about*): "Um sistema de recuperação que ignora a distinção entre de [*of*] e sobre [*about*], simplesmente não será tão eficaz em acomodar os diversos tipos de material encontrados em muitos repositórios." (BCA, 1992, p. 39, tradução nossa).

Nesse sentido, sintetizamos abaixo os aspectos do assunto dos documentos de arquivo conforme a caracterização apresentada no Relatório do BCA (1992, tradução nossa):

[21] Outros textos não enfatizados nesta seção, como o de Campos (2006); Smit e Schmidt (2015); Tognoli, Milani e Guimarães (2017) e Vital (2017) também contribuem para esclarecer elementos de assunto.

- O assunto difere do criador (produtor/autor) do documento, mesmo em casos que autor e produtor são o mesmo, como no caso de cartas autobiográficas;
- Extrair o assunto consiste em apenas um aspecto da análise de conteúdo;
- Para extrair o assunto, muitas vezes é necessário adicionar algumas informações implícitas com o risco de que a interpretação do indexador possa substituir a do usuário;
- O assunto difere da forma e natureza do documento, pois "[...] há alguns documentos *sobre [about]* algo [something], e há outros que *são* [*are*] algo. Especialemnte, um item pode ser *sobre* uma fotografia ou pode *ser* uma fotografia";
- "O assunto de um documento ou grupo de documentos difere conforme o público para o qual o documento é projetado, da sua abordagem teórica, intenção e ponto de vista (por exemplo, uma fotografia pode ter sido tirada por razões puramente estéticas ou para promover turismo)." (BCA, 1992, p. 50 tradução nossa).

A natureza e forma nos remetem à necessidade de se diferenciar o assunto do documento de outros elementos que o compõem, como o suporte (material) e o formato (padrão). Ou seja, do ponto de vista da indexação de assunto não importa se o documento é uma fotografia no formato 3x4, mas seu conteúdo e assunto. Além desses dois aspectos, aqueles ligados à proveniência são imprescindíveis de serem indexados, que são o que os autores chamam de razões (circunstâncias) segundo as quais os documentos foram criados.

Para analisar e identificar o assunto, diferentes autores de nossa análise indicam o processo de "análise de conteúdo", como Maurel e Champagne (1999), Ribeiro (1998, 2011), Tognoli, Milani e Guimarães (2017), para citar alguns. Dentre eles, o BCA (1992) apresenta um capítulo para tratar somente desse tema, pois na visão dos autores é o

método que deve ser utilizado para identificar o conteúdo dos documentos, dentre eles o assunto. Nessa perspectiva, afirmam que:

> [...] o propósito da análise de conteúdo é identificar conceitos contidos em documentos e representá-los primeiramente de forma abreviada (isto é, na forma de notas, resumos indicativos ou informativos) para que eles possam ser examinados mais rapidamente por conteúdo – isto é resumir – e depois codificar de forma para facilitar a sua recuperação (BCA, 1992, p. 45, tradução nossa).

A compreensão dos referidos autores é que essa análise trata-se de um processo que complementa a descrição. Logo, serve aos dois processos, tanto à descrição quanto à indexação. A análise permite identificar elementos de conteúdo de forma a apresentar uma informação mais sintetizada aos usuários, mas que por esta razão se torna um acesso indireto ao conteúdo e pode ser limitado, especialmente se não for adequadamente efetuado. Ademais, afirmam que:

> O usuário deve ter o conhecimento necessário para poder tirar conclusões sobre o conteúdo dos documentos que estão sendo descritos com base em informações como: a ocupação ou afiliação do criador dos fundos; o endereço de uma carta; os lugares mencionados ou referências citadas; as pessoas que contribuíram de formas diferentes para a criação de um documento audiovisual (o produtor, decorador, ilustrador, etc.); as datas de criação, gravação, publicação, apresentação pública, etc. (BCA, 1992, p. 46, tradução nossa).

Essa afirmação nos remete à um outro aspecto já discutido nesta tese, que o usuário deve conhecer aspectos que geralmente são de domínio do arquivista para poder localizar os documentos que

respondem às suas consultas. Dentre esses aspectos, estão aqueles ligados à proveniência e ao produtor, tais como a ocupação ou a afiliação do criador dos fundos, conforme indicado acima.

Com a demonstração de alguns aspectos do processo de análise de conteúdo na citação acima, é possível vislumbrar que análise de conteúdo [*content analysis*] abrange uma realidade mais ampla do que a análise de assunto [*subject analysis*]. A última indica o assunto de um documento ou grupo de documentos. Devido à importância de separar esses dois processos, especialmente porque contribuem para verificar a diferença entre conteúdo e assunto, elaboramos o Quadro 20, com as respectivas definições, elementos e propósito.

Quadro 20 - Análise de conteúdo e análise de assunto.

Processo	Definição /entendimento	Elemento	Propósito
Análise de conteúdo (*Content analysis*)	"É importante entender que a análise de conteúdo [content analysis] abrange uma realidade mais ampla da análise de assunto [subject analysis] ". "O propósito da análise de conteúdo é identificar conceitos contidos em documentos e representá-los primeiramente de forma abreviada (isto é, na forma de notas, resumos indicativos ou informativos para que eles possam ser examinados mais rapidamente por conteúdo – isto é resumir	Conteúdo (*Content*)	Identificar conceitos em documentos e representá-los primeiramente de forma abreviada.

	– e depois codificar de forma para facilitar a sua recuperação.”		
Análise de assunto (***Subject analysis***)	“Análise de assunto significa a representação em um sistema de informação ou **conteúdo tópico,** seja ele expresso em linguagens de indexação, documentos textuais ou algum outro formato” (SCHWARTZ, 1986, p. 37 *apud* BCA, 1992, p. 48, tradução nossa, grifo nosso). “Extrair o assunto [*subject*] de um documento constitui apenas um aspecto da análise de conteúdo do documento. A extração do assunto é frequentemente necessária para adicionar informações implícitas quando há o risco de que a interpretação do indexador possa substituir a do usuário” (BCA, 1992, p. 50, tradução nossa).	Assunto (*Subject*)	Extrair o assunto do documento (assunto tópico)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório do BCA (2018)

O Quadro acima evidencia que a análise de conteúdo age sobre o elemento conteúdo visando extraí-lo e sintetizá-lo, enquanto a de assunto efetua a extração do assunto (*subject)*. As duas análises são complementares, ou podemos compreender que são dois aspectos dentre

do mesmo processo de análise, divididos somente para fins teóricos, pois na prática podem ser efetuadas em conjunto.

Deste modo, alguns autores consideram somente a análise de conteúdo como forma de envolver os dois elementos, conteúdo e assunto. Esse parece ser o caso de Ribeiro (1998, 2011), que apesar de conferir clareza no entendimento do assunto, apresenta evidência significativa para compreendermos que existe uma "análise arquivística" que serve aos dois processos, descrição e indexação. Esta análise pode, também, ser utilizada para outras funções arquivísticas. De modo a tratar mais especificamente desta análise no contexto em que foi apresentada, a explicaremos na seção referente à abordagem sobre os níveis de descrição e indexação (5.2.1).

Maurel e Champagne (1999) confirmam que a ideia de "assunto em arquivística" dá origem a uma complexa problemática e que a distinção entre o substantivo próprio assunto e o substantivo criador (ou autor) é importante, especialmente na elaboração de um índice onomástico. Os autores também explicitam elementos de acesso por assunto, numa perspectiva mais abrangente, quais sejam:

> - um tema como tal;
> - uma função, uma atividade (por exemplo, uma atividade administrativa) ou uma ação do criador do fundo ou de um autor específico;
> - uma ocupação, profissão ou comércio; um lugar (nascimento, morte, emprego, residência, etc.) onde uma ação ou atividade ocorreu;
> - dados cronológicos (a data de nascimento, morte, evento, fato histórico), mais frequentemente usado como um assunto secundário em relação a uma ação ou atividade;
> - um tipo ou suporte de documentos, mais um assunto secundário em relação a uma ação ou atividade;

> - o um nome de indivíduo, família ou organização em relação a ações ou atividades, ou do qual os documentos tratam, desde que este nome não esteja vinculado, aqui, à proveniência. (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 330, tradução nossa).

A citação acima abrange aspectos do assunto numa perspectiva mais ampla, uma vez que contém elementos de assunto mais relacionados à proveniência, como a função ou atividade, mas também aqueles mais específicos e relacionados ao assunto (tópico). A respeito desses elementos, pode-se verificar que alguns deles não foram objetos aprofundados de estudo desta tese, que enfatizou o assunto tópico. Por outro lado, a diversidade de elementos possíveis demonstra que a identificação do assunto tópico no momento de representação pode estar partilhado em outros pontos de acesso, os quais podem ser indicativos de seu assunto.

Verifica-se na acepção dos autores supracitados, por considerarem como processo "descrição e indexação", há uma diversidade de possibilidades no que se refere ao assunto dos documentos e uma delas é o tema, também entendido como tópico ou mesmo como assunto. Ressalta-se que é recomendável que a utilização dos elementos que envolvem o assunto sigam diretrizes e normas, se possível que esses aspectos estejam inseridos nas normas de descrição arquivística de cada país.

Nesta tese nos limitamos à pesquisa da literatura, sem adentrar profundamente no aspecto das normas de descrição, entretanto para facilitar a diferenciação entre o assunto e os outros elementos de conteúdo, apresentamos os elementos das "**categorias de acesso não**

temática", segundo o *Rules of Archival Description* (RAD), que é o padrão de descrição canadense, destacados por Maurel e Champagne (1999, p. 328, tradução nossa):

> - acessos por proveniência, ou seja, o (s) criador (es) ao nível do fundo e da série, que aparecem no título da unidade de descrição; no caso de mudanças de nome, outras áreas podem servir como fontes de referência;
> - acessos do autor, que são o criador dos fundos, que podem ser encontrados ao nível da série, o arquivo e a sala, e que fazem parte do título da unidade de descrição ou da zona nota sobre a declaração de responsabilidade.

Em suma, os autores destacam aspectos de proveniência e autoria advindos no RAD. Além disso, indicam outras categorias de assunto **independentes do assunto** e esclarecem que quanto mais pontos de acesso possíveis mais possibilidades de se recuperar um documento ou informação.

> - acesso à conservação, no caso de pessoas (físicas ou jurídicas) com impacto significativo na conservação de documentos e mencionadas em áreas específicas;
> - acesso a títulos de obras (jornal, livro ...) que aparecem em especial na área do título; estes acessos testemunham, então, a produção do criador ou do autor, como o caso do acesso aos nomes de pessoas físicas exercendo uma função oficial, se o título for estabelecido em nome desta função, e se o acesso do criador ou autor é de outra forma estabelecido em nome da organização;
> - acesso ao nomes das pessoas singulares devem ainda ser incluídos na descrição da unidade arquivística em causa;
> - acesso aos nomes de uma função oficial exercida por uma pessoa singular, no caso em que o acesso do criador ou autor é estabelecido em nome da pessoa;o nome da função oficial deve também

> constar da descrição da unidade arquivística em causa;
> - acesso aos nomes dos membros de uma família, no caso em que o acesso do criador é estabelecido em nome da família; p. Os membros da família também devem ser incluídos na descrição da unidade arquivística em questão.(MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 329, tradução nossa).

Para ilustrar ainda mais esses aspectos, evocamos o trabalho de Linden, Barros e Bräscher (2017) (E28), o qual contém contribuições significativas advindas da análise de Instrumentos Normativos de Descrição Arquivística (INDA). Foram analisados os elementos de contexto e conteúdo nas áreas de "Identificação", "Contextualização" e "Âmbito e conteúdo". Apesar do texto não focar no processo de indexação, a publicação é essencial para compreender esses elementos.

Conforme os autores "[...] percebe-se que a maioria dos INDA aponta as áreas de Conteúdo e Identificação como indicativas de conteúdo em sua estrutura. São poucos os casos onde a área de Contexto indica elementos de conteúdo." Além disso, "nota-se que a ocorrência sobre conteúdo é mais comum entre os elementos de descrição quando comparado a contexto. Com base nisso, pode-se inferir que a maior parte dos elementos representam conteúdo." (LINDEN; BARROS; BRÄSCHER, 2017, p. 191).

Dentre as oito normas de descrição apresentadas pelos autores, foram identificados como elementos de conteúdo: assunto, tipologia, funções, estrutura, forma, gênero e localidades geográficas. Por outro lado, quanto aos elementos de proveniência destacaram: produtor, história arquivística ou custodial, história administrativa e o título do documento.

Schmidt e Smit (2013), no mesmo sentido do texto publicado pelas autoras em 2015 e já indicado na seção de definições, afirmam que o estatuto dos documentos de arquivo se dá por natureza contextual e não por assunto. Porém, frente ao papel social da informação em tempos recentes, atualmente torna-se fundamental para a área valer-se de abordagens que contemplem o conteúdo dos documentos de arquivo. Em relação a esse aspecto do conteúdo e aos elementos internos ou substantivos, são destacados os seguintes:

> Proveniência - instituição ou pessoa legitimamente responsável pela acumulação, produção ou guarda do documento; funções, origens funcionais do documento, razão de produção; conteúdo substantivo – natureza do assunto; data tópica (lugar de onde o documento está datado) e data cronológica (ano/mês/dia) (SCHMIDT; SMIT, 2013, p. 584).

Para acrescentar à visão das autoras acima, destaca-se a dissertação de Lessa Monção (2006), que enfatiza a discussão sobre o conceito de assunto na arquivística. Discute justamente elementos que podem ser identificados para representar os documentos de arquivo sob a perspectiva do assunto. Parece ser o trabalho de pós-graduação mais completo sobre a temática publicado no Brasil e localizado para análise. Lembramos que diferente dos objetivos de Lessa, focamos na "indexação de assunto", numa perspectiva teórico-metodológica, de modo que esta subseção que ora descrevemos (5.1.1) trata-se de um alicerce para a compreensão do conceito de indexação a que nos propusemos nos objetivos.

O autor afirma que a noção de assunto por ele utilizada ultrapassa as fronteiras metodológicas entre Biblioteconomia e Arquivologia, e que

esta pode ser pontuada numa interdiscursividade. Ele verifica indicações da existência do assunto no campo da Arquivologia no "Manual Holandês", segundo o qual "[...]os princípios teóricos da Arquivística clássica prescrevem que a ordenação nos arquivos e baseada na cronologia, na geografia e no assunto (MULLER; FEITH; FRUIN, 1940, p. 13 *apud* MONÇÃO, 2006, p. 43). E também no texto de Schellenberg (2004), com uma acepção mais voltada para o que chamou de "classificação por assunto", norteando a organização de materiais especiais, mas que não representa a noção enfatizada na presente tese.

Uma das conclusões substanciais do autor é que o assunto no âmbito dos arquivos pode estar ligado a diferentes aspectos da representação do documento arquivístico, os quais divergem entre os autores. Assim, o assunto pode estar relacionado à proveniência, à atividade, à tipologia, ou seja, a uma infinidade de aspectos. Observa-se, nesse sentido, convergências entre as acepções de Monção (2006) e de Maurel e Champagne (1999). Estes últimos apresentam uma vasta gama de itens que se referem ao assunto, conforme exposto anteriormente.

Entretanto, no que tange à indexação de assunto em documentos de arquivo, vislumbramos uma acepção mais clara quando aplicada a um escopo mais específico, quando o autor mostra que uma tipologia documental pode ter vários assuntos, conforme exemplo:

> a tipologia documental "pedidos de afastamento" poderá ter múltiplos **Assunto** (meningite, hepatite, AVC; acidentes, entre outros), sendo que cada um desses assuntos legitima a função documental, que e previamente determinada, ou seja o **Assunto** especifica a função. Alem disso, um cidadão, um historiador ou um sociólogo poderá estabelecer diferentes perspectivas para a identificação do

> **Assunto** numa serie documental de pedidos de afastamento (MONÇÃO, 2006, p. 71, grifos do autor).

Assim, no tocante ao que foi afirmado no Relatório do BCA (1992), sobre o documento ter relação com o público que é destinado, verifica-se que a afirmação de Monção abraça esta concepção, pois conforme a interpretação do usuário o assunto pode ter um sentido específico.

Sobre as dificuldades de concepção do assunto, o autor pontua que:

> [...] pode-se dizer que o Assunto, embora sem um consenso no nível conceitual, esta inserido no fazer arquivístico. Como mostra a literatura em pauta, o grande desafio da pesquisa sobre o Assunto em arquivos e delimitar o seu escopo semântico, ou seja, as significações que ele abarca e o seu escopo metodológico, relativamente à noção corolária. (MONÇÃO, 2006, p. 43).

Sendo assim, se observa a partir da análise da noção de assunto apresentada por Monção (2006) e das demais apresentadas nesta subseção, que existe ligação entre o assunto e os aspectos dos documentos de arquivo que já são utilizados para a sua representação, com destaque para a função, atividade e tipologia documental. Em relação a esta última, pode dar indícios do assunto a ser pesquisado a partir de sua identificação.

Neste sentido, observamos que os elementos que fazem parte do processo de representação do documento arquivístico e de indexação diferem conforme a perspectiva de cada autor. Verifica-se com esta seção, portanto, que nos arquivos não se utiliza apenas “assuntos” para

representar os documentos e para criar os instrumentos de pesquisa ou vocabulários controlados.

5.2 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

Denominamos de forma mais ampla esta seção de “princípios e fundamentos”, para tratar dos elementos que envolvem níveis e profundidade (5.2.1), que estão vinculados à discussão sobre os princípios arquivísticos e, também, sobre os “princípios” da indexação nos arquivos, além do ciclo de vida dos documentos (5.2.2).

5.2.1 Níveis e profundidade

É consenso na literatura da área de Arquivologia que a representação da informação arquivística deve considerar princípios arquivísticos, tendo em vista manter o contexto e as relações entre eles, fazendo valer a própria natureza dos documentos de arquivo. Essas características devem ser mantidas também no processo de indexação aplicado a eles. Essa necessidade de seguir os níveis de descrição se deve a um princípio internacional pontuado pelo CIA e depois utilizado em normas de descrição como a ISAD (G), que é o da descrição multinível. Segundo Llanes Padrón (2016, p. 41):

> a descrição multinível é utilizada para descrever o fundo e suas partes. Sem a descrição do nível superior (fundo) não pode ser apresentado o resto das descrições. Ou seja, uma série não deve ser descrita se não tiver sido descrito os níveis superiores (fundo e subfundo), mesmo que apenas para estas descrições tenha-se um mínimo de elementos descritivos.

Iniciamos nossa discussão com os princípios e características dos documentos de arquivo indicadas no Relatório BCA (1992). Assim, importa verificar como esses princípios devem ser aplicados em um sistema de indexação de arquivos, conforme se demonstra no Quadro 21.

Quadro 21 - Aplicação dos princípios arquivísticos em um sistema de indexação nos arquivos

Princípio arquivístico	Apresentação	Aplicação em um sistema de indexação de assunto nos arquivos	Síntese dos aspectos
Princípio de respeito aos fundos	"[...] é a base da organização e arranjo de fundos de arquivo independentemente da forma física que os registros levam." (BCA, 1992, p. 25, tradução nossa). Considerando que a descrição deve ser feita do geral para o específico, ou seja do fundo até o item e não o contrário.	"Como já vimos, o princípio fundamental dos registros de arquivos é que os registros são organizados com base nos fundos, e portanto, eles devem ser indexados de acordo com os mesmos níveis." (BCA, 1992, p. 40, tradução nossa)	Indexar conforme os mesmos níveis de descrição. Quanto mais alto o nível, mais geral a descrição. Quanto mais baixo o nível, mas específica a descrição.
Documentos arranjados e descritos conforme os níveis	"O segundo princípio é que a descrição arquivística deve refletir os níveis de arranjo é baseada na suposição que o valor evidencial de um fundo é mais claramente refletido nos níveis de arranjo nos quais ele é organizado, seja pelo criador para uso corrente, seja pelo	"Existe ... uma relação entre profundidade e nível de descrição. Em geral, pode-se dizer que existe uma razão inversa de profundidade de nível: quanto maior o nível de descrição, menos detalhada é a informação fornecida". (COOK,	O sistema deve permitir ao indexador vincular termos ou entradas de indexação de assunto e mostrar o contexto hierárquico

	arquivista." (BCA, 1992, p. 26, tradução nossa).	GRANT, 1986, p. 18 *apud* BCA, 1992, p. 40, tradução nossa). "Se a descrição é mais geral no nível mais alto, então a indexação deve tmbém ser mais geral. Se o princípio dos níveis é seeguido na análise de assunto, os termos de indexação no nível da série devem ser mais específicos do que os termos de indexação ao nível dos fundoos e assim por diante." (BCA, 1992, p. 41, tradução nossa). "Um de instrumento de pesquisa [*finding aids*] deve incluir certamente características fundamentais para habilitar o indexador a exercer escolha no nível e profundidade da indexação. Mais importante, o sistema deve permitir que o indexador vincule termos ou entradas de indexação de assunto e mostrar o contexto hierárquico da descrição."	da descrição.

		(BCA, 1992, p. 41, tradução nossa).	
Princípio do geral para o específico	"O terceiro princípio – que a descrição deve prosseguir do geral para o específico – é relacionado ao segundo, significância e, portanto, o valor de um registro individual ou de dispositivos de arquivo, em grande parte, de sua relação com o todo maior ao qual ele pertence." (BCA, 1992, p. 26, tradução nossa.	"Análise de assunto deve começar no nível mais geral ou maior nível de modo que uma série ou arquivo (file) possa ser entendida e analisada no contexto dos fundos ao qual pertence. Isso é somente quanto o conteúdo informacional de todos os fundos está sendo analisado que os arquivistas podem decidir se o acesso ao nívei das séries é necessário. Após a análise de assunto ao nível da série, os arquivos [files] ou itens podem então ser analisados e arquivistas podem decidir se eles são suficientemente significantes para garantir o acesso tão detalhado ao nível. Esse procedimento permite acesso ao mais alto nível de descrição mas também permite acessar ao nível do item quando isso é necessário." (BCA, 1992, p. 41, tradução nossa). "A vantagem aqui é	Fazer a análise do assunto no nível mais geral para o mais específico, verificando a necessidade de especificar o documento nos níveis mais baixos.

		que o mesmo sistema pode acomodar a recuperação nos vários níveis. Esta capacidade é particularmente importante para os arquivos especializados. (BCA, 1992, p. 41-42, tradução nossa).	

Fonte: Elaboração própria com base no BCA (1992)

Além dos aspectos sinstetizados no Quadro 21, o relatório do BCA (1992) contém algumas características específicas dos documentos de arquivo que têm um impacto significativo em sua recuperação, as quais foram sintetizadas:

- Sua natureza orgânica e transacional, que precisa ser levada em conta quando um sistema de recuperação é projetado;
- A natureza histórica ou registros arquivísticos, ou seja, o fato de terem sido criados e acumulados por longos períodos de tempo. No caso de registros corporativos, criados em uma estrutura administrativa particular, o que influencia na recuperação, pois as instituições se modificam ao longo do tempo;
- A terminologia associada ao conteúdo dos documentos de arquivo, que pode ser modificada com o tempo;
- O valor informacional dos documentos, que pode ser modificado conforme a época.

As características apresentadas, juntamente com a descrição multinível fazem com que a indexação seja realizada conforme os níveis da descrição. Isso deve ser feito com qualquer outro procedimento arquivístico, visando manter a natureza orgânica e o valor informacional. Um ponto a ser destacado nas características apresentadas pelo BCA (1992) é a relação entre a terminologia e conteúdo dos documentos, pois "ao longo do tempo o conteúdo de um tipo particular de registro ou forma de material pode permanecer constante, mas a terminologia associada a ele pode não ser." (BCA, 1992, p. 28, tradução nossa). Pressupõe-se que os instrumentos de acesso à informação e logo as descrições e indexações devam acompanhar essas modificações, considerando o contexto também terminológico no qual o documento se insere. Os instrumentos de controle de vocabulário também podem ser destacados neste sentido.

Dentre os trabalhos mais inovadores estão a tese de Vital (2017), que já apresentamos, com o objetivo de "propor um conjunto de entidades para representação temática de documentos arquivísticos, com base no modelo conceitual FRSAD." (VITAL, 2017, p. 25). Para isso, a autora caracteriza as especificidades da representação temática de documentos arquivísticos, mapeia as entidades e atributos relacionados à representação temática nos modelos conceituais para descrição arquivística e estabelece os *themas* para representação temática em documentos arquivísticos, com base no modelo FRSAD.

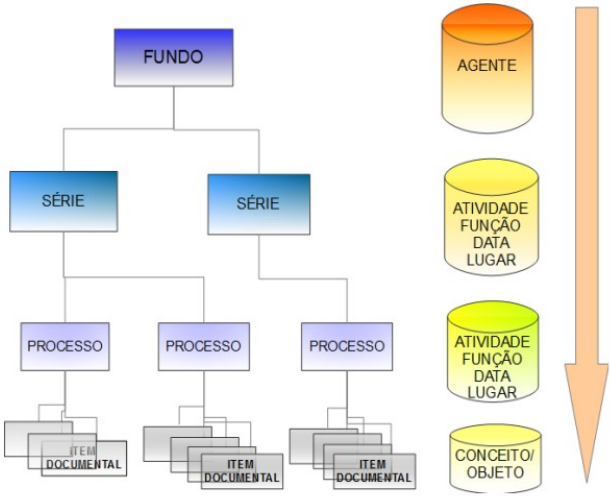
Vital analisa textos da literatura da área para identificar os elementos que caracterizam as especificidades do documento arquivístico. Da análise de nove textos selecionados após leitura minuciosa, a autora sintetiza os aspectos: "[...] a) contempla o Princípio

da Proveniência e a característica da Organicidade; b) é realizada no contexto da Classificação e Descrição Arquivística; c) está vinculada aos níveis de descrição.” (VITAL, 2017, p. 17).

Os aspectos da autora convergem com o que apresentamos nesta seção, tanto em relação aos níveis quanto aos princípios arquivísticos, que são fundamentais para a representação do documento arquivístico, inclusive no processo de indexação.

Além disso, segundo Vital (2017), alguns elementos podem ser considerados “*thema*” dos documentos arquivísticos no contexto dos modelos conceituais: agente, função, data, atividade, lugar, conceito/objeto. Esses elementos são indicados pela autora a partir da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e conforme análise prévia de requisitos de diferentes modelos conceituais. A figura 5 mostra a relação entre o tema e os níveis.

Figura 5 - Relação entre os níveis de descrição e Thema



Fonte: Vital (2017, p. 170).

Vale destacar que noção de *Thema* no FRSAD abrange todos esses itens, considerados Entidades no Modelo, e que todos podem ser assuntos. Portanto, a autora não faz essa distinção entre conteúdo e assunto. Esse ponto, inclusive, pode dar um direcionamento para a Arquivologia, uma vez que os nomes de pessoas, entidades e geográficos são sempre destacados, mas na área de indexação devem ser inseridos quando são assunto, enquanto outras áreas da descrição arquivística devem tratar esses elementos quando se trata de autoria, local de produção, dentre outros. Nas conclusões, Vital, (2017, p. 176) afirma que "verificou-se ser possível estabelecer um conjunto de entidades que caracterizam a Organicidade e Proveniência do documento arquivístico e, a partir dele, com maior precisão, estabelecer o Conceito/Objeto que é tratado no documento." Conforme o princípio da descrição multinível, quanto mais específica a descrição, mais específica a representação temática.

A visão da autora é consistente e convergente com a visão do BCA (1992), Maurel e Champagne (1999) e de Ribeiro (2011), quanto a necessidade de utilizar tanto princípios quanto níveis. Para sintetizar a visão desta autora quanto aos níveis e também outros autores apresenta-se o Quadro 22.

Quadro 22 - Níveis e profundidade da indexação nos arquivos

Cód.	Autor (ano)	Níveis/profundidade	Síntese
T5	VITAL (2017)	"Os níveis de descrição são estabelecidos de forma hierárquica e orgânica, ou seja, do mais abrangente ao mais específico e mantendo relação entre eles. Um item	Quanto mais **específico os níveis**, mais específica as entidades representadas.

		documental só será representado adequadamente quando tiver sido analisada a estrutura hierárquica da qual faz parte. O princípio da representação temática relacionada com os níveis é de que quanto mais específico for o nível de descrição, mais específicas serão as entidades a serem representadas." (VITAL, 2017, p. 170).	
L1	RIBEIRO (2011)	"Nos arquivos, a quantidade de informação existente em cada sistema de informação é, geralmente, muito elevada, [ou seja], o objeto de análise deixa de ser o documento isolado e passa a ser um conjunto de documentos. Daí a necessidade de estabelecimento de diferentes níveis, que correspondem a diferentes graus de profundidade, como aliás, já é feito no que toca à descrição. Em nosso entender, devem ser estabelecidos três níveis, correspondendo o primeiro a uma menor profundidade, e o segundo a uma profundidade média e o terceiro a uma maior profundidade. Em cada nível, a análise tem por objeto aquilo que designamos por unidades arquivísticas, sendo estas singulares ou conjuntos homogêneos de unidades singulares, que só tem significado no contexto do sistema de informação de que fazem parte. Partindo do elemento mais ínfimo ate à mais vasta unidade arquivística, já que entendemos	Volume documental. Profundidade maior nos níveis mais baixos.

		o arquivo como o algo que se constitui e cresce a partir de uma acumulação progressiva e não como um conjunto que se decompõe em partes de uma forma hierarquizada [...].” (RIBEIRO, 2011, p. 48-49).	
PIAF 7	MAUREL E CHAMPAGNE (1999)	“A profundidade da indexação também influenciará a precisão dos termos de indexação de assunto que serão retidos; isso está ligado às necessidades dos usuários, bem como às peculiaridades dos arquivos em causa. Assim, um organismo pode escolher analisar as quedas de filmes de maneira muito fina, plano a plano, se for útil.” (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 330).	Relação entre profundidade e precisão.
B15	MacNeil (1996)	“A profundidade da descrição e indexação de qualquer nível dependerá, é claro, até certo ponto, dos recursos (humanos e financeiros) que um repositório pode alocar para essas operações. É necessário mais tempo e conhecimento para descrever e indexar os fundos até o nível do arquivo e do item - a descrição e indexação em qualquer nível é mais demorada e dispendiosa do que a descrição e indexação resumida no mesmo nível. Por esse motivo, os repositórios de arquivos precisam determinar a profundidade adequada de descrição e indexação a serem realizadas em casos específicos. Um fundo particularmente valioso, por exemplo, merece descrição e indexação mais exaustivas, não apenas para facilitar o acesso,	Profundidade depende recursos humanos e financeiros. Mais tempo e conhecimento para níveis mais baixos de indexação.

		mas também para garantir um maior grau de controle físico sobre o material. Da mesma forma, um fundo contendo uma quantidade significativa de documentos audiovisuais pode exigir descrição e indexação exaustivas, simplesmente para permitir o acesso físico às suas diversas partes. Por outro lado, o grande volume de alguns fundos (grandes corporações são um caso em questão) Proibirá a descrição detalhada e a indexação abaixo do nível da série. O tipo de repositório que abriga os fundos também influencia a profundidade da descrição e indexação realizada. Repositórios com coleções especializadas ou exclusivas, por exemplo, irão indexar mais exaustivamente os repositórios com mais propriedades gerais." (MACNEIL, 1996, p. 245)	
APC 3	SANTOS CANALEJO, (1998)	"[...] a descrição em um arquivo deve ser precisa, suficiente e oportuna, e que a informação obtida deve ir do geral para o particular e deve ser pertinente, não repetida e interconectada. Portanto, os índices devem ser indexados em cada nível de informação e, assim, **termos de indexação serão estabelecidos no nível do fundo, no nível da série e no nível do documento.** Tabelas de classificação, tesauros e índices permutados são, assim, convertidos em **linguagens de indexação**, bem como em **instrumentos de descrição** de arquivos. No	Os termos de indexação geram instrumentos de pesquisa (instrumentos de descrição) e linguagens de indexação.

		entanto, devemos estar cientes de que a aplicação desses idiomas nos arquivos é um esforço, especialmente quando nas bibliotecas e centros de documentação a maioria das linguagens de indexação foi desenvolvida independentemente, sem integrar ou interconectar em uma superestrutura comum." (SANTOS CANALEJO, 1998, p. 118, tradução nossa, grifos nossos).	

Fonte: Elaboração própria

Uma das questões a serem enfatizadas quando se trata de níveis e profundidade, é considerar que diante do volume de documentos existentes nos arquivos, é mais difícil indexar de forma mais aprofundada no nível do item.

Ao extrair dos textos os aspectos determinados na análise, verificou-se que alguns autores especificaram uma parte de seu texto com o que chamaram de "princípio da indexação nos arquivos", que são espécies de recomendações para o processo de indexação. Certamente se destaca o relatório do BCA (1992), que apresenta recomendações de quatro aspectos diferentes, a saber: princípios; políticas e procedimentos; projeto de um sistema de indexação de assunto e estudo adicional. No Quadro 23 apresentamos e sintetizamos as informações referentes ao primeiro aspecto, tendo em vista que os demais, no escopo da presente pesquisa, como as políticas de indexação, serão abordados posteriomente. Da mesma forma, os estudos adicionais serão enfatizados nos *gaps* de pesquisa.

Quadro 23 - Princípios de indexação nos arquivos

Nº	Princípio	Síntese
1	"Recomendamos que os arquivos aproveitem os conceitos e técnicas desenvolvidas pelas profissões de Biblioteconomia e Ciência da Informação pela construção de arquivos de autoridade de nomes nomes pessoais, corporativos e geográficos e distinguindo as entradas de criador e de assunto em índices." (BCA, 1992, p. 117, tradução nossa)	- Uso de técnicas da Biblioteconomia e Ciência da Informação; - Distinguir entradas de criador (produtor) e de assunto.
2	"Recomendamos que os termos de índice sejam derivados, não dos documentos em si, mas de suas representações secundárias, ou seja, as descrições arquivísticas preparadas para eles." (BCA, 1992, p. 117, tradução nossa)	- Termos dos índices advindos das descrições arquivísticas.
3	"Recomendamos que a indexação arquivística, como a descrição arquivística, seja baseada em **níveis hierárquicos de descrição e proceda do geral para o específico**. Um item não deve ser indexado antes que o arquivo, a série e os itens aos quais ele pertence tenham sido indexados." (BCA, 1992, p. 118, tradução nossa)	- Indexar conforme os níveis de descrição.
4	"Recomendamos que a especificidade dos termos de indexação também esteja vinculada a níveis hierárquicos, ou seja, termos de índice nos níveis de série devem ser mais específicos do que os termos de índice no nível de fundos." (BCA, 1992, p. 118, tradução nossa)	- Especificidade da indexação conforme os níveis de descrição.

Fonte: Elaboração própria conforme o Relatório BCA (1992)

Quanto aos princípios, os autores do Relatório se referem ao processo mais amplo de "indexação" nos arquivos, que envolve

diferentes elementos de representação e não somente a indexação de assunto ou temática. Quanto aos aspectos, além de indexar conforme níveis de descrição, verifica-se que as diretrizes provenientes do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação podem ser utilizadas na área de Arquivologia, sobretudo aquelas que são referentes aos processos, etapas e diretrizes da indexação.

No tocante à indexação por níveis, um ponto a ser enfatizado como evidência de pesquisa significativa é o entendimento que o processo de análise arquivística é comum à descrição e à indexação e ocorre antes de qualquer operação realizada:

> Nas técnicas de representação da informação, a descrição e a indexação assumem, para o caso que aqui nos ocupa, particular importância. Cada uma dessas operações supõe a análise prévia da indexação que vai ser descrita e indexada e, de acordo com a ISAD(G), esse análise deve ser feita a diversos níveis (a norma fala mesmo em níveis de descrição e em descrição multinível). No nosso entendimento é mais apropriado falar em níveis de **análise arquivística** do que níveis de descrição arquivística, pois a análise precede não apenas a descrição, mas todas as operações de representação da informação, como é o caso da indexação (RIBEIRO, 2011, p. 47).

A figura 6 mostra como essa análise ocorre em cada nível arquivístico. Ribeiro (2011) considera apenas três níveis. Porém, os elementos de descrições com mais níveis, como é o caso da ISAD(G) e da NOBRADE, também podem ser observados na figura, porém de forma mais condensada. Ademais, utiliza a noção de "sistema de informação" no lugar da designação de fundo, por entender que envolve um contexto muito mais abrangente, conforme já discutimos.

Figura 6 - Análise arquivística e seus níveis

1.º nível – **sumário**
Unidade arquivística: **SISTEMA DE INFORMAÇÃO (ARQUIVO)**
- Secção
- Subsecção

A análise pode ser feita com maior ou menor exaustividade, conforme se considere a totalidade do sistema ou apenas algumas das suas secções e/ou subsecções, mas com pouca profundidade, pois não desce à consideração dos documentos em série, ou isolados, que integram o arquivo ou as suas partes

2.º nível - **exaustivo**
Unidades arquivísticas: **SÉRIE ARQUIVÍSTICA / DOCUMENTO (análise genérica)**
- séries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos
- subséries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos
- unidades arquivísticas isoladas (documentos que não formam série)

A análise deve ser feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas), embora com uma profundidade média e, portanto, com pouca especificidade, isto é, não descendo à consideração de cada documento, no interior de cada série e/ou subsérie

3.º nível - **profundo**
Unidade arquivística: **DOCUMENTO (análise específica)**
- simples (considerando cada acto informa-cional)
- composto

A análise não é, normalmente, feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas de um sistema de informação), mas assume um elevado grau de profundidade e grande especificidade, isto é, desce à consideração de cada documento e de cada acto informacional, de *per se*, centrando-se nos seus dados informativos mais elementares. (36)

Fonte: Ribeiro (2011)

A figura retrata a relação dos níveis com a profundidade, o que leva a verificar que no primeiro nível a indexação é sumária, no segundo exaustiva e no terceiro, por sua vez, profunda. Uma discussão

interessante, que já indicamos, é quanto ao volume de informação existente que pode impedir ou dificultar que a indexação de assunto seja realizada no terceiro nível, especialmente considerando a especificidade que o nível exige.

Assim, ao realizar qualquer operação técnica arquivística deve-se considerar o nível a se representado, tanto na descrição, indexação na criação de quaisquer pontos de acesso à informação, que são escolhidos a partir de elementos da descrição e em conexão com esta, conforme afirma Ribeiro (2011).

5.2.2 Ciclo de vida e a indexação

Em relação ao ciclo de vida e sua relação com a indexação nos arquivos, alguns autores são categóricos ao afirmarem que a indexação de assunto nos arquivos é recomendada na fase permanente:

> É importante destacar que, embora a descrição não ocorra apenas no arquivo permanente – uma vez que o arquivista e o produtor descrevem os documentos e seus contextos desde sua gênese, respeitando a especificidade de representação para cada fase do documento, a **indexação de assuntos é recomendada notavelmente a partir do arquivo permanente**, uma vez que o estabelecimento de ponto de acesso servirá aos usuários no momento de recuperação da informação (TOGNOLI; MILANI; GUIMARÃES, 2017, p. 689, grifo nosso).

Guitard (2013) parece entender de maneira similar esse quesito, devido ao seu entendimento de documentos arquivísticos, já que utiliza a visão de arquivos definitivos ou históricos, conforme se observa: “nós especificamos que usamos os “documentos do arquivo” no sentido de

“arquivos definitivos” por vezes referido como “histórico”. “Nós não lidamos aqui com arquivos correntes ou intermediários. Arquivos são geralmente agrupados em fundos de arquivos. O arquivo é a acumulação de documentos naturais e orgânicos de um criador, organizado de acordo com suas atividades e funções.” (GUITARD , 2013, p. 202, tradução nossa).

Quanto aos usuários, vale ressaltar que nas fases corrente e intermediária o acesso aos documentos de arquivo é realizado principalmente pelos próprios produtores, visto que os documentos nessas fases são criados e mantidos para fins administrativos, fiscais e legais (valor primário). Já na fase permanente, os documentos costumam ser acessados também pelos usuários externos à instituição ou entidade produtora, visto que o interesse é o valor para a história, memória e cultural dos arquivos (valor secundário). Esse entendimento sobre os valores baseia-se na definições de Bellotto (2004) e de Schellenberg (2006).

Em relação às fases do ciclo de vida dos documentos, elementos previstos nos critérios de análise, Campos (2006), assim como Tognoli, Milani e Guimarães (2017) indicam que há um interesse maior da área de Arquivologia na indexação de documentos na fase permanente. Para Campos (2006, p. 19):

> [...] nos arquivos permanentes os instrumentos de pesquisa, como inventários e catálogos, são produtos gerados dos processos de tratamento de informações. Para a elaboração desses instrumentos os arquivistas se deparam com questões ligadas aos índices impressos, ou mesmo aos campos de bases de dados, que privilegiam também a temática tratada.

Observa-se alguns instrumentos e produtos de indexação aplicáveis aos arquivos, bem como a relação estreita da descrição com a indexação.

Por outro lado, Pret e Cordeiro (2015) reconhecem que as demandas de uso são diferentes nos arquivos correntes e permanentes, já que os usos podem ser múltiplos e ubíquos. Nesse sentido, os processos de trabalho são diferentes nos arquivos administrativos (correntes e intermediários) e nos permanentes, o que leva as autoras a pensarem que somente a classificação e a descrição não são suficientes como processos de representação dos arquivos. A indexação "[...] apresenta-se como processo capaz de viabilizar a recuperação dos documentos e de seus conteúdos informacionais nos protocolos e arquivos correntes universitários." (PRET; CORDEIRO, 2015, p. 8).

Assim, as autoras acima indicam a relação da indexação nos arquivos com a classificação arquivística. Sobretudo, destacam que a indexação deve ser utilizada nos arquivos correntes, especialmente no setor de protocolo de arquivos universitários. Não encontramos no recorte que analisamos outras evidências que destaquem o arquivo corrente.

Além disso, não foram encontradas muitas evidências para além das destacadas no tocante ao ciclo de vida e à indexação. Acredita-se que a concepção sobre o ciclo de vida dos documentos de arquivo varia conforme cada autor, o que pode ser explicado pela existência de correntes arquivísticas distintas ou tradições de diferentes países, bem como escolhas teórico-conceituais adotadas. Todavia, a divisão das três idades para o ciclo de vida pressupõe uma quebra entre os arquivos que na prática não existe, pois são todas fases do mesmo processo.

5.3 ETAPAS, NORMAS E PADRÕES

Nesta seção apresenta-se as etapas e normas de indexação, que estão estritamente relacionadas, seguidas da discussão sobre os manuais e políticas de indexação (5.3.1), linguagens documentárias (5.3.2) e padrões (5.3.3).

Santos Canalejo (1998) esclarece que a análise documental feita na descrição arquivística consiste em uma análise formal, que aplica os padrões de descrição, dentre os quais ela cita a ISAD(G) e a ISAAR (CPF). Por outro lado, a análise de conteúdo pode utilizar da Norma ISO 5963:1985 (Métodos de análise dos documentos, determinação do conteúdo e seleção dos termos de indexação). De acordo com a autora:

> esta norma define a indexação como a ação de descrever ou identificar um documento em relação ao seu conteúdo, que consiste em três etapas principais: o exame do documento e definição de seu conteúdo, ou identificação e seleção dos principais termos do documento. conteúdo, ou seleção de termos de indexação (SANTOS CANALEJO, 1998, p. 118, tradução nossa).

A norma é tradicionalmente utilizada e indicada para documentos bibliográficos, o que pode denotar que o processo de indexação aplicado aos documentos de arquivo é de fato o mesmo processo aplicado com outros documentos, considerando as especificidades do documento arquivístico.

Dentre as autoras que se destacam no tocante à análise desta norma está Ribeiro (2011). Em texto publicado como capítulo de livro, salienta a necessidade de adaptação da norma às necessidades arquivísticas, o que é necessário e comum em qualquer contexto de aplicação do processo de indexação.

Segundo Ribeiro, os princípios de indexação (*Principes d'indexation*) da UNISIST criados em 1975 serviram de base para a elaboração de futuras normas, como a ISO 5963 – *Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*, do mesmo modo que a ISO 2788:1986 "Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri" foi elaborada a partir de princípios criados em 1973 pela UNISIST para o estabelecimento de tesauros monolíngues.

A primeira estabelece os critérios teóricos de base para a indexação, enquanto a segunda para a construção de tesauros. "[...] A Norma ISO 5963 traça, em linhas gerais, os fundamentos da indexação, estabelecendo as suas diversas etapas procedimentais e orientando metodologicamente na abordagem do conteúdo informacional para a identificação e seleção dos conceitos representativos desse conteúdo". (RIBEIRO, 2011, p. 34, tradução nossa).

As fases de indexação apresentadas na norma são: "1. Análise e determinação do conteúdo do documento; 2. Identificação e seleção de conceitos que representam aquele conteúdo; 3. Representação dos conceitos selecionados pelos termos de indexação." (RIBEIRO 2018, p. 87, tradução nossa).

As etapas da norma convergem com as etapas da análise proposta pela autora, que explicamos na seção 5.2. Sintetizamos a relação entre os aspectos da norma e sua adaptação aos arquivos no Quadro 24.

Quadro 24 - Norma ISO 5963: 1985 e sua aplicação nos arquivos

Fases	Aspecto da Norma	Aplicação nos arquivos (RIBEIRO, 2011)	Síntese
Fase de identificação e seleção dos conceitos)	A norma considera que a compreensão global do conteúdo dos documentos passa, em primeiro plano por uma leitura **minuciosa** dos textos.	Em grandes conjuntos documentais a análise é feita ao nível do sistema de informação (arquivo), ou mesmo da série arquivística. Essa leitura minuciosa revela-se impraticável, mas é aconselhável que se definam as partes mais importantes, de acordo com o nível de análise adotado.	Leitura minuciosa do documento é impraticável ao nível do fundo.
	Aconselha que sejam estabelecidas tabelas de identificação com a ajuda de critérios reconhecidos como importantes no domínio coberto pela indexação e inclui exemplos de critérios para estabelecimento dessas tabelas.	Este método não é ajustado à indexação em arquivos porque é praticamente impossível prever os domínios cobertos pela indexação, pois os conceitos são variados. Mais que o domínio temático, necessidades de busca da informação, que estão diretamente ligadas com o contexto de produção da informação e com a atividade	O estabelecimento de tabelas de identificação não se aplica aos arquivos

		funcional que lhe deu origem.	
Representação dos conceitos	Tradução para uma linguagem de indexação	As especificidades próprias dos arquivos não são particularmente relevantes, podendo utilizar a norma ISO 2788. A exceção é para a utilização de vocabulários já publicados que terão dificuldades de adaptação. Cada arquivo deve desenvolver sua própria lista de autoridade, integrada aos termos de indexação daquele contexto específico.	Esta regra se aplica aos arquivos, com exceção da utilização de vocabulários já elaborados.

Fonte: Elaboração própria com base em Ribeiro (2011)

Conforme se verifica, as fases previstas na norma ISO 5963:1985 são, de modo geral, aplicáveis aos documentos de arquivo, especialmente a fase de identificação e seleção dos conceitos. Nesta etapa, que alguns autores identificam como duas, o fato dos documentos de arquivo estarem em conjunto é relevante, além do volume documental. Essas características fazem com que não seja possível prever todos os assuntos cobertos por uma instituição ou mesmo realizar uma leitura minuciosa dos documentos.

As etapas também estão presentes no manual de indexação analisado, apresentado na seção seguinte.

5.3.1 Manual e política de indexação

Nas etapas, normas e padrões foram encontrados procedimentos descritos no *Manual de Indización para Archivos* de Cuba, organizado por Mesa León *et al.* (2007) (Cód. AN5). Considerando que os manuais e as políticas devem ser criados especificamente para cada instituição, enfatizamos arqui os procedimentos destinados aos indexadores de assunto (temáticos), além de apresentar uma visão geral das regras.

De acordo com os autores, o manual é uma importante ferramenta de trabalho para o Arquivo Nacional de Cuba, conforme se observa:

> [...] este Manual será muito útil para todos aqueles que estão interessados na indexação de documentos de arquivo, uma vez que tem a rara virtude de ser claro, preciso e estar escrito em uma linguagem que pode ser entendida não só por um especialista, mas também por alguém não relacionado a temática que trata (MESA LEÓN *et al*., 2007, sem página, tradução nossa).

A definição do manual deixa claro que a indexação (*indización)* faz parte do processo descritivo e que, nos arquivos se refere à indexação de conteúdos que podem ser matérias (assuntos), pessoas, instituições e lugares. Assim, o assunto é um dos elementos da indexação, conforme se observa:

> A indexação faz parte do processamento, consiste em descrever e caracterizar um documento com a ajuda de representações dos conceitos nele contidos. Facilita a recuperação de informações para satisfazer sua demanda. Durante este processo, os termos mais apropriados são escolhidos, seja por assunto, pessoa, instituição ou local. Para arquivistas, são palavras que estão ligadas ao conteúdo do documento. (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 10, tradução nossa).

Um dos aspectos que podemos destacar, o qual converge com os procedimentos apresentados por Ribeiro (2011), são as etapas de indexação, para as quais elaboramos o Quadro 25.

Quadro 25 - Etapas da indexação conforme o Manual de Indexação

Etapa	Definição	Erros mais comuns para a seleção dos descritores
Identificação e seleção dos conceitos	"A identificação e seleção de conceitos representativos da informação contida, expressados em linguagem natural." (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 11, tradução nossa)	– Propostas de termos, resultantes de uma tradução ruim. – Propostas de termos, resultantes de leitura deficiente. – Propostas de termos, resultando em uma má interpretação. Exemplo: Tunas Mayía (nome do barco) quando de fato o documento se referia ao tenebroso desembarque Mayia com suas tropas. – Propostas para termos não considerados descritores pelas regras, sejam eles tipos de documentos ou qualquer outro. Exemplo:

		Resoluções, formuladas como um descritor de assunto sendo um tipo de documento.
Tradução	"A tradução desses conceitos em termos utilizados no Instrumentos indexação conhecidos como linguagens de indexação, linguagens de indexação OU linguagens DOCUMENTAIS" (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 11, tradução nossa)	Não consta.

Fonte: Elaboração própria com base em Mesa León *et al*. (2007)

Em relação ao Quadro, observa-se na primeira etapa um aspecto mais específico em relação aos documentos de arquivo. Nos referimos ao fato de tratar espécies e tipos documentais como "assuntos", como é o caso de "Resoluções", indicadas segundo o Manual como erros possíveis no processo de seleção dos descritores.

Ribeiro (2011) ao apresentar essas etapas afirma que as duas primeiras são mais significativas e avança no que é apresentado em relação ao manual, pois indica aplicações possíveis nos arquivos.

Com base nos objetivos e questionamentos propostos na tese, verificou-se que a descoberta de diretrizes para o trabalho de indexação nos arquivos é de crucial importância tanto para respondê-los quanto para a prática arquivística. Assim, deu-se um tratamento mais detalhado para o manual de indexação, de forma a sistematizar suas diretrizes.

Segundo Mesa León *et al*. (2007), todas as etapas de indexação possuem o mesmo grau de importância, porém atualmente se dá mais ênfase à formulação dos descritores, já que a seleção requer um grau maior de complexidade tanto para o indexador quanto para o normalizador (nesta afirmação, os autores estão supondo a existência de profissionais diferentes para o desenvolvimento das etapas).

As etapas referentes a esse processo mais complexo de análise de conteúdo, sobre o qual já tratamos nesta tese, são apresentadas a seguir (Quadro 26).

Quadro 26 - Etapas análise de conteúdo previstas no Manual de Indexação

Etapa	Definição	Etapas e procedimentos
Análise de conteúdo	"Análise do conteúdo do documento que inclui o estudo anterior do contexto em que foi produzido e do próprio documento. Identificação e seleção de conceitos representativos de informação contido, expresso em linguagem natural." (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 11, tradução nossa).	– **Primera:** a leitura do texto, que é feita para fins específicos, bem definidos e é chamada de leitura técnica. Aqui pode-se apresentar problemas linguísticos que devem ser resolvidos,tais como: escrita, coerência e aspectos ligados à semântica. – **Segunda:** extração de conceitos ou ideias que terão como produto um assunto, nome, local etc. Nesta determinação o conhecimento prévio do INDEXADOR deve estar presente sobre o contexto de produção do documento (coleção documental, período, tipo de arquivo e políticas do mesmo). – **Terceira:** *ATENENCIA* — o nome mais aceito, dentro do qual são usados para isso - é onde os conceitos são concretados e sintetizados, os termos são definidos, que melhor expressam o conteúdo dos documentos em linguagem natural e que alguns deles chamam-se: FRASES DE INDEXAÇÃO. Nestas condições a informação está pronto para a formulação do DESCRITORES, também chamados de ÍNDICES.

Fonte: Elaboração própria com base em Mesa León *et al*. (2007)

Em relação ao Quadro 26, verificamos que abrange diferentes aspectos do conteúdo, além de que na segunda etapa o autor explicita elementos específicos aos arquivos, como o contexto de produção do documento, que envolve a coleção documental, período, tipo de arquivo e políticas.

Além desses aspectos, ao analisar o manual não verificamos diferenças significativas entre o processo de indexação na Biblioteconomia, na Ciência da Informação e na Arquivologia, a não ser as próprias características dos documentos de arquivo, que devem ser respeitadas em qualquer procedimento e não somente na indexação. Uma das características é o fato de serem formados em conjuntos, o que deve ser considerado na representação. Os autores do Manual afirmam que as ferramentas da Ciência da Informação para a indexação devem ser utilizadas também nos arquivos. Assim, no tocante relativo às metodologias e diretrizes, Campos (2006), também acredita no uso de diretrizes do escopo da Biblioteconomia para uso nos arquivos, conforme se observa a seguir:

> Muito se tem falado do tratamento da documentação histórica e a produção de instrumentos de pesquisa, mas a literatura ainda se ressente de estudo mais aprofundado de aspectos teóricos e metodológicos que venham auxiliar o tratamento e a recuperação de informação para atividade informacional arquivística. [...], no âmbito da biblioteconomia são estabelecidas diretrizes para o planejamento da representação de informação visando à recuperação.As diretrizes estabelecidas neste campo podem ser ampliadas e adaptadas para o domínio da descrição arquivística, possibilitando um conjunto de princípios para "olhar"o conteúdo informacional de um documento e representá-lo por aspectos pelos quais ele poderá ser recuperado (CAMPOS, 2006, p. 23).

Retornando aos aspectos do Manual, ressalta-se que este foi elaborado considerando todo o processo de indexação. Dessa maneira, indica os seguintes aspectos: regras gerais para a redação de descritores, regras para seleção e formulação de descritores onomásticos, institucionais, de matéria (assunto) e descritores geográficos. Assim, tendo em vista o foco desta tese, nos atentamos aos descritores de assunto e às regras gerais. Para possibilitar a compreensão do que é considerado "assunto" no contexto da representação dos documentos de arquivo, apresenta-se regras para a apresentação deste e de outros elementos (Quadro 27).

Quadro 27 - Regras gerais para a redação de descritores previstas no Manual de Indexação

Requisito	Regras
Forma do termo	"Formas substantivas ou substantivos serão usados. Não inclua os chamados termos vazios na indexação (adjetivos, preposições, artigos, verbos e conjunções no infinitivo)." (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 17, tradução nossa).
Grafia do termo	"Os DESCRITORES serão escritos com letra maiúscula respeitando a ortografia atual. As variantes gráficas resultantes da INDEXAÇÃO personalizada, devido à falta de um vocabulário controlado sobre os nomes de pessoas, famílias, nomes de lugares e instituições, estarão sujeitas a controle terminológico, durante o processo de normalização, no qual será escrito o termo que os identificará inequivocamente . Os excluídos serão levados em conta para a criação de um dicionário de grafias que facilitará as informações dos registros de autoridade, conforme estabelecido pela Norma ISAAR (CPF)." (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 17, tradução nossa).
Número do termo	"Para os descritores de **assunto [matéria]**, o plural e o

	singular serão utilizados dependendo de termos que expressam conceitos que podem ser contados ou não, por unidades. Esta regra não é aplicável aos restantes PONTOS DE ACESSO correspondentes a entidades, pessoas e nomes de lugares". (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 17, tradução nossa, grifo nosso).
Forma de entrada do termo	"As inscrições serão feitas em ordem direta, exceto os nomes de pessoas, famílias, casas e títulos de nobreza, que serão escritos em ordem inversa." (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 17, tradução nossa).
Uso de sinais de pontuação, siglas, abreviaturas e acrônimos	"Eles devem ser desenvolvidos sempre que possível, caso contrário, eles serão consignados como aparecem no documento para garantir seu posterior desenvolvimento no processo de padronização. As exceções serão tratadas no capítulo referente a cada tipo de descritor, acontece da mesma forma com o uso de vírgulas, parênteses e hífens." (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 17-18).
Uso de fórmulas de tratamento e palavras não significativas	"Eles serão estritamente regulados pelas regras específicas aplicáveis a cada tipo de descritor." (MESA LEÓN *et al*., 2007, p. 18, tradução nossa).

Fonte: Elaboração própria com base em Mesa León *et al*. (2007)

Os aspectos apresentados no Quadro 27 convergem com os pontos destacados por Mendes e Simões (2002), apresentados no referencial teórico. Especialmente quando as referidas autoras ressaltam a necessidade de conferir maior consistência ao processo de indexação por meio da padronização das suas entradas e do uso de vocabulário controlado.

Uma das definições mais significativas deste manual são os descritores de assunto (*descriptores de materia*) que são "[...] substantivos e expressões substantivas com forte carga informativa que

refletem o conteúdo dos documentos." (MESA LEÓN, *et. al*, 2007, tradução nossa). Os autores do manual ilustram que as regras gerais (generalidades) servem tanto para os descritores de assunto, quanto para os outros, ainda que se tenha regras específicas para esse aspecto, as quais apresentamos a seguir (Quadro 28).

Quadro 28 - Regras para descritores de assunto nos arquivos conforme o Manual de Indexação

Regra	Exemplos[22]
1) Os descritores de assunto podem ser compostos por palavras simples ou combinações delas, ou seja, frases (adjetivas ou preposicionais), preferencialmente adjetivas, que se redigem em ordem direta).	• HACIENDAS • PLANTAS MEDICINALES • ACCIDENTES AUTOMOVILÍSTICOS / no Accidentes de automóvil • EXPROPIACIONES DE FINCAS/ no Fincas, Expropiaciones de
1a) Há frases compostas de partículas que são lexicamente indivisíveis porque por si mesmas não refletem o significado do que se pretende expressar.	• MOVIMIENTO ESTUDIANTIL
1b) Outras, podem incluir nomes próprios.	• CICLÓN FLORA • ENMIENDA PLATT
1c) Além disso, eles podem ter um significado muito amplo.	• LENGUAJES CORPORALES
2) O singular nos DESCRITORES DE ASSUNTO é reservado para conceitos que não podem ser quantificados.	• INVIERNO • MAGNETISMO • MADERA • PESCA • MARXISMO • OXIDACIÓN • BIOLOGÍA y también MATEMÁTICAS que solo existe em plural • LITERATURA INFANTIL
3) O plural nos DESCRITORES DE ASSUNTO é reservado para	• ESCUELAS • ZAPATOS

[22] Os exemplos foram deixados sem tradução, pois fazem parte do contexto específico e possuem palavras sem o correspondente em português.

conceitos que podem ser quantificados.	• ARCHIVEROS • ESPAÑOLES • BANTÚES • FINCAS
4) Os termos correspondentes aos nomes próprios de eventos históricos e sociais, tais como: guerras, revoluções, rebeliões serão considerados CÓDIGOS DESCRITORES e serão escritos como aparecem nos documentos, levando em conta também a data de sua conclusão.	•ASALTO AL CUARTEL MONCADA, 1953 • DECLARACIÓN DE LA HABANA, 1962 • MARCHA DEL PUEBLO COMBATIENTE, 1980 • GUERRA DEL GOLFO ARÁBIGO-PÉRSICO, 1990-1991 • WEMILERE, 2004 • MATANZA DE TLATELOLCO, 1968
5) Os termos correspondentes aos nomes próprios dos fenômenos naturais, serão considerados DESCRITORES DE ASSUNTO , e sua data de ocorrência será consignada como adição.	• ERUPCIÓN DEL PINATUBO, 1991 • LA TORMENTA DEL SIGLO, 1993 • HURACÁN IVAN, 2004
6) Os nomes das obras de arte que aparecem nos documentos serão considerados descritores da matéria e em sua formulação levarão em conta o gênero que representam, como um qualificador. Se o gênero fizer parte do nome, ele não será consignado novamente.	• ESTATUA DE LA REPÚBLICA • ENTRE CICLONES (LARGOMETRAJE) • CECILIA VALDÉS (NOVELA) • EL LAGO DE LOS CISNES (BALLET) • EL RAPTO DE LAS MULATAS (PINTURA) • SANTA CAMILA DE LA HABANA VIEJA (TEATRO) • AMOR (CANCIÓN)
7) Os nomes próprios de certos documentos que por sua conotação tenham atingido a categoria de fato histórico também constituirão DESCRITORES DE ASSUNTO. A data de sua ocorrência será consignada como uma adição, sempre que aparecer no documento ou se for conhecida.	• MANIFIESTO DE FERNANDO VII, 1820 • PROCLAMA AL EJÉRCITO DE LA REPÚBLICA, 1898 • ORDEN GENERAL PARA EL EJÉRCITO, 1896 • JURAMENTO DE BARAGUÁ, 2000
8) Os nomes próprios de descobrimentos e invenções serão considerados DESCRITORES DE ASSUNTO e se configuram como	• FONANDOSCOPIO • TEORÍA CELULAR DEL DESARROLLO EMBRIONARIO

aparecem no documento.	
Nota Textos que não contenham uma carga de informação significativa para a satisfação de uma demanda por informações, não serão sujeitos a análise para a atribuição de DESCRITORES DE ASSUNTO. Esta informação pode ser recuperada através da própria descrição e outros pontos de acesso.	-----

Fonte: Elaboração própria com base em Mesa León *et al*. (2007)

O Quadro 28 expressa um conteúdo significativo para a prática de indexação de assuntos no contexto arquivístico. São exemplos de tipos de descritores que podem ser considerados assuntos, que podem incluir: nomes próprios, eventos históricos e sociais, nomes de guerras, revoluções, rebeliões, fenômenos nauturais, nomes de obras de arte, fatos históricos, dentre outros.

Conforme já discutimos, é um desafio para a arquivística identificar o que pode ser considerado "assunto", tendo em vista as infinitas possibilidades. Sendo assim, os manuais podem ser criados nos arquivos de modo a estabelecer o que pode ser considerado "assunto" e possibilitar que a indexação de assunto ocorra de forma mais consistente. É desejável que o manual esteja em consonância com a política de gestão documental do organismo produtor, que abrande políticas para as diferentes processos arquivísticos, dentre eles a indexação.

Pode-se dizer que o manual é uma personificação da política de indexação. a NOBRADE indica a criação de políticas de indexação nos arquivos. De acordo com Pret e Cordeiro (2013, p. 8-9) verifica-se que a:

> Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) estabelece como área de descrição, além das sete previstas na ISAD(G) (identificação, contextualização, estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas e controle da descrição), a área oito, nomeada de pontos de acesso e indexação de assuntos, prevendo a criação de políticas de indexação, a produção de índices e vocabulários controlados. Essas abordagens sobre indexação apresentam a característica em comum de realizar representações descritivas da informação, com a padronização de catálogos, inventários e índices.

A política de indexação pode ser planejada juntamente com a política de descrição, assim como o manual pode englobar os dois processos. Além da padronização do processo, pode-se padronizar os produtos e instrumentos.

Em relação à política de indexação, encontrou-se o trabalho de Campos (2006), o qual contém aspectos a serem considerados também antes de elaborar essa política. Dentre os aspectos destacam-se: conhecimento do alcance (assuntos centrais e periféricos) e do tipo de resposta exigidos pelo sistema (revocação, precisão), o vocabulário para as necessidades dos usuários, o nível de exaustividade na descrição temática e especificidade da linguagem de indexação e o conhecimento das exigências dos usuários para a apresentação dos resultados. Esses pontos também convergem com àqueles que apresentados de Mendes e Simões (2002), na seção de referencial teórico.

De modo geral, verifica-se que os aspectos necessários perpassam pelo conhecimento das necessidades dos usuários para adequar o sistema ao que eles solicitam, além de outros requisitos fundamentais

também para os arquivos, como precisão e revocação, que se conectam com a questão da exaustividade dos níveis, já discutida.

Nesse sentido, um dos aspectos a se destacar é o local onde os termos de indexação podem ser retirados. Ao citar Lancaster, Campos (2006) explica a indexação derivativa e a atributiva. A primeira "[...] é aquela que emprega o vocabulário do próprio texto do documento. [...] Na indexação derivativa não há, portanto, análise interpretativa (quando nos referimos aos processos automáticos), mas o simples fato de se selecionar mecanicamente é também um processo de escolha." (CAMPOS, 2006, p. 25). Nesse tipo de indexação, além dos aspectos apresentados, destaca-se que não há controle de vocabulário, uma vez que os termos são extraídos por meio automático e com base em termos encontrados nos próprios documentos.

Por outro lado, o segundo tipo, a indexação atributiva "[...] é aquela cujos termos de indexação são retirados de vocabulários de indexação. Ela está centrada em três etapas: a leitura e exame do documento; a identificação do conteúdo e a conversão das idéias/conceitos em descritores". (CAMPOS, 2006, p. 25).

Pode-se dizer que a indexação nos arquivos tende a ser do tipo atributiva[23], visto que seria impossível indexar diretamente a partir do documento, especialmente ao nível do item. Apoiamos nossa afirmação em dois autores, primeiro, Ribeiro (2011), que levantou o aspecto do volume documental e a dificuldade de elaborar a indexação nos arquivos com especificidade nos níveis mais baixos. Além disso, o Relatório do BCA (1992) apresenta uma significativa evidência de pesquisa, segundo o qual a indexação deve ser feita com base na descrição arquivística.

[23] Essa visão vale para o contexto da indexação manual, pois na indexação automática o uso da indexação derivativa parece ser mais adequada.

Seu relato reflete em outros autores, como a própria Ribeiro (2011), Santos Canalejo (1998), que compartilham o mesmo pensamento.

Neste sentido, observou-se que além do manual identificado, Campos (2006) apresenta elementos da política de indexação nos arquivos. Esta política considera dois aspectos, o primeiro relativo ao planejamento e o segundo a política propriamente dita, conforme o Quadro 29.

Quadro 29 - Elementos da política de indexação de Campos (2006)

Autor (ano)	Planejamento da política (requisitos exigências)	Elementos da política de indexação nos arquivos
Campos (2006)	Estudo de usuário Recursos financeiros Nível de exaustividade Nível de especificidade Equipamentos Recursos Humanos	Cobertura dos assuntos O processo de indexação Escolha da linguagem

Fonte: Elaborado pela autora com base em Campos (2006)

Verifica-se que Campos (2006) não indica especificidades para os documentos de arquivo ao descrever a política. Ela firma que "quanto à indexação e seu planejamento (política de indexação), muitas das questões relacionadas ao fazer biblioteconômico se aplicam à atividade arquivística." (CAMPOS, 2006, p. 26)". Nesse sentido, ressalta-se nesta adaptação a cobertura de assuntos, difícil de prever no âmbito dos arquivos, conforme destaca Ribeiro (2011), tendo em vista o volume documental produzido nas instituições, além da própria diversidade de atividades e funções por elas realizadas. Além disso, as instituições são dinâmicas e se modificam com o tempo.

Não vamos adentrar em cada aspecto dos elementos indicados por Campos (2006), visto que nossa intenção não é apresentar aspectos aprofundados de uma política, por não ser objeto da tese, mas minimamente pontuar, no que tange à métodos e diretrizes, quais os aplicáveis aos arquivos.

Entretanto, um aspecto que versa diretamente com a política e o manual são o controle do vocabulário e as linguagens documentárias, abordados a seguir.

5.3.2 Linguagens documentárias

A discussão sobre a normalização e padronização nos arquivos é indissociável da discussão sobre o controle terminológico e linguagens de indexação ou documentárias. Santos Canalejo (1998) se dedica à normalização arquivística e afirma que "o controle terminológico advém das linguagens de indexação e supõe a seleção dos termos que representam o próprio documento, seu conteúdo e o contexto para fornecer a qualidade das informações que são atualmente solicitadas aos arquivos, inseridas em um arquivo". Assim, salienta que:

> Portanto, o arquivista requer o uso das chamadas linguagens documentárias, isto é, aquelas que, por procedimentos sintáticos convencionais, representam o conteúdo de um documento ou um conjunto de documentos para facilitar a busca e a recuperação de informações. Elas influenciam, como são formados, na análise e recuperação de informações. De um modo básico, elas podem ser divididas em linguagens de estrutura hierárquica, como as classificações e de estrutura combinatória, tais como dicionários e índices, que para arquivos oferecem características específicas

> em relação aos descritos nos manuais e tratados aplicadas para bibliotecas e centros de documentação, manuais que ainda não tratam os arquivos como centros que precisam desses idiomas. A indexação é a chave para as linguagens documentárias, e é por isso que, em alguns manuais, falamos de linguagens documentárias ou de indexação. Elas são idiomas padrão e, por sua vez, normalizados." (SANTOS CANALEJO, 1998, p.117, tradução nossa).

Nessa perspectiva, apresentamos discussões a respeito dessas linguagens e suas aplicações nos arquivos, lembrando que nosso foco é a indexação de assunto e, nesse sentido, a seção ilustra o tocante às linguagens utilizadas para controle vocabular. Nossa preocupação foi responder o objetivo "específico "c" no que se refere aos instrumentos, não sendo nossa preocupação as metodologias de elaboração de tesauro ou outros vocabulários, pois não respondem aos nossos objetivos.

Em relação às linguagens documentárias e sua aplicação nos arquivos, Aguiar e Tálamo (2012) apresentam artigo fruto da dissertação de uma das autoras, no qual utilizam a expressão "linguagem orgânico-funcional" para demonstrar que mesmo na elaboração de um vocabulário controlado nos arquivos não é possível dispensar as informações contextuais. Sendo assim, focam-se num aspecto diferente das discussões sobre tesauros no campo mais amplo da Ciência da Informação, na qual são utilizados os termos que se referem à assuntos para representar os documentos e, logo, criar as linguagens.

Já as autoras, por outro lado, enfatizam que há necessidade de controle vocabular das funções, atividades e procedimentos, que não devem ser feitos com linguagem livre, mas com controle terminológico. Tratam sob a perspectiva de um "tesauro funcional" e deixam claro que

este se refere às informações ligadas à proveniência (ou contextuais) e não ao seu conteúdo. Sobre os elementos de contexto, asseveram:

> No escopo da Arquivologia, as linguagens de indexação ou vocabulários controlados podem padronizar essa ambiguidade, como produtos do processo de indexação no âmbito da linguagem funcional. Nessa área de domínio, o vocabulário controlado pode ser entendido como uma lista de termos (descritores) com a finalidade de orientar com precisão a organização e a recuperação da informação arquivística, remetendo às séries ou conjuntos de documentos (AGUIAR; TÁLAMO, 2012, p. 128).

As autoras acima criticam o fato dos sistemas de base terminológica para controle vocabular, que são utilizados apenas na fase permanente, na elaboração do plano de classificação. A proposta apresentada é para a construção de um sistema com base terminológica que envolva toda a gestão arquivística:

> Em síntese, um sistema de normalização com base terminológica para nomear as funções, atividades, procedimentos e órgãos produtores pode contribuir para: a racionalização dos fluxos da informação orgânico-funcional; a eficácia nos processos de controle de uso da informação; a eficácia nas atividades de recuperação da informação orgânico-funcional; evitar dispersão de documentos produzidos por um mesmo órgão e pela mesma atividade; a eficácia nos processos de gestão e avaliação de documentos; garantir a memória documentária arquivística (AGUIAR; TÁLAMO, 2012, p. 128).

Sob o aspecto metológico e prático, tanto os planos de classificação como os tesauros funcionais podem ser considerados exemplos de vocabulários controlados para os arquivos, sendo que a classificação não possibilita estabelecer a relação entre termos e

conceitos, enquanto o tesauro permite. Assim, recomendam elaborar primeiro o plano de classificação, para posteriormente construir o tesauro. Este último pode aperfeiçoar o processo de recuperação da informação e a comunicação da informação funcional (AGUIAR; TÁLAMO, 2012).

Ao tratar sobre a aplicação das linguagens documentárias no contexto dos arquivos destaca-se Esteban Navarro (1995). O referido autor não diferencia as linguagens documentárias e a organização e representação nos arquivos e bibliotecas, já que compreendem os mesmos processos. Porém, considera-se as especificidades dos documentos arquivísticos em cada contexto.

Em sua visão, a organização dos documentos de arquivo está regulada por um conjunto de princípios científicos formulado no século XIX e ampliado ao longo do século seguinte. Um dos pressupostos fundamentais é que a organização do fundo de arquivo está determinada pelas competências e funções da instituição geradora, pela estrutura de seus órgãos administrativos e por normas que regulamentam o processo de tomada de decisão. Dentre os princípios enfatizados está o de respeito à ordem original, o qual permite que os arquivos sejam um eficaz auxiliar da gestão administrativa e da investigação histórica, já que ao revelar suas relações originais, os documentos garantem a plena exploração de seu conteúdo informativo.

Assim, embora Esteban Navarro (1995) acredite que a singularidade dos documentos de arquivo imponha um método de trabalho próprio, chega à conclusão de que as linguagens documentárias não são elementos exclusivos de bibliotecas e centros de documentação, pois apresentam as mesmas características no âmbito dos arquivos.

Enfatiza que, tanto do ponto de vista teórico como prático, são inaceitáveis expressões como “linguagens documentárias de arquivos” e “linguagens documentárias de bibliotecas”, que deveriam ser banidas da representação e organização do conhecimento.

Nessa perspectiva, reforça a necessidade de cooperação e intercâmbio entre as técnicas de tratamento e recuperação documentais utilizadas nos arquivos e nos demais centros de informação. Isso se deve ao fato do autor elevar a gestão documental a um recurso estratégico, o que exige aumentar os rendimentos dos bens informativos de um organismo, com o menor gasto possível. Assim, o arquivo passa a ser pensado como elemento de um sistema de informação da instituição a qual pertence (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

É interessante compreender que os vocabulários controlados no contexto dos arquivos podem auxiliar as próprias operações de tratamento documental, sendo utilizados juntamente com a descrição arquivística, conforme pontuaram os trabalhos de Esteban Navarro (1995), Santos Canalejo (1998) e Aguiar e Tálamo (2012). Esta parece ser uma visão diferente daquela que trata das linguagens como produtos da indexação, amplamente discutidas no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Conforme se verifica “são claras as vantagens apresentadas pelo uso do vocabulário controlado em comparação à linguagem natural. As vantagens referem-se também ao ciclo documentário, tendo em vista que “[...] a utilização de uma linguagem normalizada de acordo com o contexto e a cultura organizacional de uma instituição é um dos fatores determinantes para garantir a dinâmica e a totalidade do ciclo

documentário (produção, organização, disseminação).” (AGUIAR; TÁLAMO, 2012, p. 117).

Ribeiro (1998), ao especificar esse aspecto do controle do vocabulário, ressalta que pode-se utilizar as linguagens tanto controladas como não controladas. No campo da Biblioteconomia é comum a utilização de listas de controle de autoridade para entradas do título e de autor em catálogos. No caso da Arquivologia esta especificidade se refere ao controle de autoridade com o uso da norma ISAAR(CPF), a qual não foi enfatizada, devido ao fato de não termos tratado sobre o aspecto do controle de autoridade, conforme afirmamos anteriormente.

Dentre os textos mais recentes que avançam na discussão das linguagens de indexação ou acerca de suas aplicações nos arquivo estão os textos de Sousa (2014) e de Araújo Júnior e Sousa (2017), aqui tratados na categoria de textos exploratórios.

Sousa (2014), apresenta uma proposta de classificação e indexação automática para documentos de arquivo, com o objetivo de construir um modelo para o processamento técnico automatizado dos documentos. A pesquisa apresenta-se como um projeto a ser desenvolvido. Dentre as etapas propostas destacam-se: estudar bases teóricas para a elaboração de vocabulários controlados a serem aplicados em documentos de arquivo e relacionar o vocabulário controlado à estrutura de planos de classificação, neste caso o Plano do CONARQ.

Araújo Júnior e Sousa (2017) formulam uma proposta de projeto para integrar a Gestação da Informação e a Gestão de Documentos por meio de pesquisa realizada com a revisão sistemática da literatura referente à gestão de documentos, gestão da informação, taxonomia e

indexação e aplicação da proposta à órgãos públicos de Brasília. O texto ainda não apresenta resultados da revisão ou da aplicação. A pergunta-problema é a seguinte: "é possível aproximar a gestão de documentos da gestão da informação para otimizarmos o uso da informação contida nos documentos de arquivo das organizações públicas e privadas brasileiras?". A proposta é criar uma taxonomia para auxiliar a inserção de termos no momento do registro dos documentos de arquivo.Assim, consideram que a classificação arquivística não pode ser a única responsável pela recuperação da informação nos arquivos, que são considerados pelos autores como importantes registros das instituições que servirão para a tomada de decisão.

5.3.3 Padrões

Em relação aos "padrões", que se referem também às ferramentas e instrumentos de padronização identificados na análise, apresenta-se apenas os trabalhos que enfatizam esses aspectos, seguidos da síntese, na seguinte ordem: Dooley (1992), Dryden (1987), Ostroff (1990), Smiraglia (1990) e Garrod (2000).

a) Dooley (1992)

Dooley (1992), em artigo publicado na revista *American Archivist* em 1992, cujo texto é baseado em uma apresentação feita à Sociedade de Arquivistas Americanos em St. Louis em outubro de 1989, declara que a utilização de catálogos online[24] tem levado à percepção

[24] O termo "catálogo" foi utilizado no texto de Dooley para desingar o processo descritivo aplicado aos arquivos, neste contexto especificamente em catálogos online.

pelos arquivistas da necessidade de promover o “acesso por assunto” (*subject access*) nos arquivos.

A autora destaca que a integração de materiais de arquivo catalogados no formato USMARC AMC em catálogos online deram uma nova urgência à necessidade de acesso direto ao assunto. Dooley chama a atenção para a necessidade de prover acesso por assunto nos arquivos de forma mais consistente do que vem sendo feita atualmente.

Dooley (1992) afirma que historicamente os arquivistas entendem o acesso por assunto nos arquivos como desnecessário. Essa atitude pode se justificar pela impossibilidade de indexar e analisar detalhadamente o conteúdo de milhares de itens num único repositório. Entretanto, está se tornando rotina incluir a descrição de materiais de arquivo em catálogos online, sendo crescente entre os arquivistas a ideia que o acesso por assunto não é apenas desejável, mas necessário.

Um dos aspectos centrais do texto de Dooley (1992) é a necessidade de dar consistência ao processo de indexação. A autora relata o estudo feito por Avra Michelson em 1986 sobre a prática da indexação nos arquivos. Ela pesquisou 40 grandes repositórios de arquivo para atribuir um índice de termos para três coleções, com base em descrições de seu conteúdo. Em relação a esse estudo:

> Os resultados demonstraram praticamente nenhum consenso sobre o conceitos que devem ser indexados e os termos de indexação que devem ser atribuídos. Por exemplo, nenhum repositório atribuiu pontos de acesso de possoas ou de nome de família (mesmo em coleções de documentos de família), muito poucos foram os cabeçalhos de material (como diários ou documentos de família), e apenas metade forneceu acesso direto por lugar [...]. (DOOLEY, 1992, p. 345-346, tradução nossa)

No texto verifica-se as maneiras pelas quais o formato MARC acomoda dados de assunto. Além disso, tem-se o relato sobre a necessidade de entender os usuários dos arquivos, formulando uma espécie de descrição dos esforços da época.

Verifica-se com o relato que o formato MARC é aplicável aos materiais de arquivo, mas uma das recomendações fundamentais é a necessidade de desenvolver diretrizes para melhorar a aplicação dos documentos de arquivos aos campos MARC, especialmente considerando uma diversidade de termos que foram observados no processo de indexação, ligados à diferentes aspectos dos documentos. A respeito da consistência da indexação para materiais de arquivo, o autor afirma que: "no contexto arquivístico, entretanto, os arquivistas certamente podem conceber orientações para melhorar a situação atual." (DOOLEY, 1992, p. 346, tradução nossa).

Dentre as recomendações, destacam-se aquelas que dizem respeito a um contexto mais abrange de aplicação, quais sejam:

> - É necessário fornecer acesso por assunto aos materiais de arquivo para complementar o acesso existente por proveniência, reconhecendo que esse acesso de assunto não inclui apenas tópicos genéricos, mas também específicos, como nomes de pessoas, organizações, lugares e eventos;
> - Os arquivistas devem investigar as necessidades do usuário e comportamento no contexto específico de consultas orientadas por assunto.

Observa-se que a consistência é um aspecto objeto de preocupação no texto analisado, além de ser uma discussão pertinente para a época, tendo em vista a inexistência na década de 1980 de normas de descrição. A criação dessas normas a partir da década de 1990 também teve como objetivo a consistência no processo de representação arquivística.

b) Dryden (1987)

O estudo de Dryden (1987) mostra que o *The Provincial Archives of Alberta Subject Headings* (PAASH) foi desenvolvido em 1982 para a padronização do vocabulário de indexação utilizado na preparação de índices para todos os tipos de acervo arquivístico, sejam eles visuais ou textuais. Foi desenvolvido originalmente para uso interno nos Arquivos Provinciais de Alberta (PAA), mas depois foi utilizado em vários arquivos em toda a cidade de Alberta (Canadá), com pedidos para utilização por outras instituições.

O objetivo do texto é tratar sobre a ferramenta PAASH, uma espécie de vocabulário controlado, mostrando seu desenvolvimento e algumas lições da experiência com a mesma. A respeito dela, o autor afirma que:

> PAASH foi desenvolvida para ser usada como vocabulário controlado no qual os termos de indexação foram selecionados para fornecer acesso a todas as coleções dos PAA, independentemente da mídia. Isto é, um vocabulário de indexação abrangente que tenta lidar da forma mais completa possível com termos e referências preferidos para incluir tantos termos

> preferidos quanto necessário, bem como referências copiosas de termos não preferidos (DRYDEN, 1987, p. 173, tradução nossa).

Salienta-se, conforme destaca o autor, que a ferramenta não diferencia a indexação baseada em conteúdo da baseada em proveniência ou em outros aspectos teóricos do acesso por assunto nos arquivos. Além disso, não fornece orientação para decidir qual nível indexar (fundo, arquivo, item), pois cada instituição deve decidir o nível, assim como não descreve a metodologia de indexação a ser adotada.

Sobre a concepção do vocabulário, o autor relata que um grupo de três arquivistas deram início à elaboração do PAASH, mas que os problemas se iniciaram quando começaram a discutir suas listas. O processo de desenvolvimento foi longo, mas uma das decisões enfatizadas foi separar nomes de autoridade e de assunto, após perceberem que um dos problemas era separar nomes de assunto, pessoais e corporativos. Além disso, um aspecto salientado pelo autor quanto à concepção é a questão dos "nomes", pois é necessário separar nomes quando são corporativos e quanto se referem à pessoas.

Os aspectos acima descritos podem dar indícios da necessidade de diferenciar entradas por proveniência e por assunto, que discutimos quando tratamos das diretrizes do Relatório do BCA (1992) sobre o assunto (seção 5.1.1), as quais reforçaram a problemática de diferenciar entradas de criador e autor.

É interessante ressaltar que as diferenças entre cabeçalhos de assunto e outros elementos ainda não é completamente resolvida no campo arquivístico, especialmente do ponto de vista prático, tanto que

esta lacuna motivou a criação de estudos mais recentes sobre a indexação de assunto nos arquivos, seja no tocante às normas, padrões ou às próprias definições, como foram o caso dos trabalhos de Ribeiro (1996, 1998, 2011), Linden (2017) e Vital (2017).

Lembrados aqui uma das contribuições de Vital (2017), segundo a qual se deve separar as entradas de assunto de outros elementos, conforme a concepção de *Thema* indicado nos modelos conceituais.

c) Ostroff (1990)

Ostroff (1980), sob o título "*Subject Access to Archival and Manuscript material"*, publicado no periódico *American Archivist,* afirma que as listas de vocabulário, especialmente a LCSH são disponíveis para uso da catalogação, mas apresentam dificuldades para aplicação nos arquivos, no processo que chamou de "catalogação", que parece ter sido assim denominado para utilização em repositórios.

A ênfase do texto é destacar os problemas e soluções, por meio do que chamou de "ferramentas" de acesso por assunto (*subject access*) usadas para o campo US MARC, hoje apenas MARC. A respeito da análise efetuada por Ostroff (1990), sintetizamos abaixo os aspectos diretamente relacionados às listas de vocabulário de assunto.

"Subject Category Code" (Field 072)

- É raramente utilizado para arquivos e repositórios por causa dos recursos ou listas existentes;
- Acesso pelo campo 072 pode facilitar a recuperação. Guias impressos podem facilitar sua recuperação e acesso.

Sobre o quesito das listas, a proposta do texto é encorajar seu uso nos arquivos e criar listas específicas e adequadas. Infere-se que se refere às especificidades dos documentos de arquivo, já que são analisados e representados em conjunto e necessitam explicitar o contexto, enquanto os documentos de biblioteca são utilizados individualmente.

"Subject Added Entries" (Fields 600-654)

> • Recursos para entrada de acesso LCHS para nome de lugares, eventos e assuntos tópicos.
> • A LCHS é mais utilizada para assuntos tópicos.

Assim, o autor recomenda como solução esforços na área dos arquivos para aperfeiçoar o uso dessas listas nos arquivos. Um dos problemas, nesse sentido é que pouco se tem escrito sobre isso, além da ausência de diretrizes. Diante dessas observações, a proposta indica no texto é a seguinte:

> • analisar a indexação de assunto nos arquivos, para compreender suas técnicas;
> • criar de diretrizes para uso de LCHS nos arquivos;
> • criar fóruns específicos para implementar modificações;
> • implementar mecanismos para políticas de indexação e tesauros.

Quanto ao campo "Index Term 655", relatado na obra, não adentramos em suas especificidades, por tratar de índices de gêneros. Procedemos da mesma forma em relação ao campo "Index Term 656", ou seja, não analisamos por não ser específico do assunto, pois se refere às ocupações ou atividades, além de que o LCHS não apresenta diretrizes para esse campo.

Assim, as acepções principais que nos interessam são o uso do LCHS nos arquivos, que apresentam dificuldades no uso de listas de vocabulário adequadas aos requisitos dos arquivos, especialmente listas de vocabulários de assunto, além da necessidades de diretrizes.

d) Smiraglia (1990)

Smiraglia (1990) apresenta um artigo fundamental para compreender a prática do acesso por assunto nos arquivos. Primeiro apresenta alguns aspectos teóricos sobre o acesso por assunto, incluindo aspectos da análise de assunto. Conforme se observa, essa análise apresenta interface direta com os aspectos que analisamos anteriormente sobre as definições e fundamentos da indexação de assunto. Em seguida, apresenta um esquema para análise de assunto dos materiais de arquivo, utilizando a *Library of Congress Subject Headings (LCSH)* para fornecer acesso aos documentos.

A análise de assunto é definida como um processo intelectual e apresenta duas etapas: análise dos documentos para determinar os assuntos, seguida da formulação dos pontos de acesso. A respeito do que o autor chamou de "controle do assunto", que chamamos no Brasil de controle do vocabulário, apresenta os seguintes objetivos: "1. Permitir que um usuário encontre material de que o assunto é conhecido; e, 2. Permitir que um usuário veja o que o repositório de dado assunto." (SMIRAGLIA, 1990, p. 64 tradução nossa).

A respeito dos pontos de acesso por assunto, que nos interessam, o autor esclarece que:

> Pontos de acesso de assunto (cabeçalhos de assunto) servem a ambos os propósitos. Primeiro, eles servem para identificar o assunto de coleções arquivísticas específicas,séries, subséries ou itens, e para facilitar a recuperação tópica direta dessas entidades coletivas. Segundo, e talvez mais importante, cabeçalhos de assunto permitem que um usuário veja todo o escopo de um repositório e explore sobre um determinado tópico, fazendo com que esses registros bibliográficos apareçam lado a lado, como um cabeçalho de assunto no Catálogo (SMIRAGLIA, 1990, p. 64, tradução nossa).

É no processo de análise de assunto que devem ser tomadas algumas decisões para efetuar a representação. A primeira delas diz respeito ao nível. A respeito da profundidade do nível, ao compará-la na perspectiva das bibliotecas e dos arquivos, Smiraglia (1990) afirma que no primeiro caso a representação é feita no nível sumário (*summary*), por meio de espécie de resumos, considerando o documento como entidade única no catálogo. Por outro lado, nos arquivos é necessário definir o nível que o documento deverá ser representado, pois a complexidade do material não permite utilizar apenas este "resumo". Essa parece ser a maior dificuldade de adaptação dos materiais de arquivo à LCHS. O autor indica como apropriado resumir o assunto do documento e inserí-lo dentro dos títulos de assunto adequados para a sua representação.

A respeito do LCSH, vale destacar que é a lista de assuntos provavelmente predominante na catalogação bibliográfica na América do Norte e é construída sobre um conceito conhecido como garantia literária. Isso significa que os termos da lista são derivados dos materiais

da *Library of Congress,* que estão sendo catalogados, conforme afirma Smiraglia (1990).

A respeito dos termos tópicos, afirma que são os principais cabeçalhos encontrados em negrito nas versões impressas da lista. Quanto aos tipos encontrados afirma que "as subdivisões são usadas para representar formas, orientação geográfica e cronológica e, em muitos casos, para representar subcategorias de um tópico" (SMIRAGLIA, 1990, p. 83, tradução nossa).

Assim, verifica-se a respeito de sua aplicação nos arquivos, que a LCSH é uma lista de título de assunto viável para materiais de arquivo quando usada apropriadamente e em conjunto com uma cuidadosa análise de assunto.

e) Garrod (2000)

Garrod (2002) explicita uma realidade de representação da arquivística peculiar. O *UK National Digital Archive of Datasets* (NDAD) é uma base de dados operada pela Universidade de Londres, que base preserva conjuntos eletrônicos de dados estruturados gerados pelo departamento do Governo e o registro de assuntos de atos públicos. Além disso, junto com a documentação original relacionada com o conjunto de dados (em papel ou outros formatos). A seleção dos dados é feita pelo PRO (*Public Record Officce*).

Foi desenvolvido um banco de dados para manter os termos de indexação e as relações entre eles, por meio de um Tesauro do NDAD, que foi criado baseado em um vocabulário existente. Para a seleção da ferramentas de indexação, foram pesquisadas três fontes ou

vocabulários, mais foi selecionado o UNESCO *Thesaurus*, sob a justificativa de que além de ser mais adequado aos arquivos, a base de dados pode ser pesquisada por usuários do serviço NDAD por meio da web, e permite o acesso por assunto aos catálogos de arquivos online.

A respeito do UNESCO *Thesaurus*, afirma que:

> [...] é utilizado pela UNESCO como uma ferramenta de indexação e recuperação para informações armazenadas no Banco de Dados Bibliográficos da UNESCO e em outras sub-bases de dados que juntos formam a Rede de Documentação Integrada da UNESCO. Isto é derivado da análise de conceitos encontrados em documentos da UNESCO, publicações e aquisição de bibliotecas (GARROD, 2000, p. 41, tradução nossa).

Em relação à utilização nos arquivos, o autor afirma que o UNESCO *Thesaurus* foi escolhido em detrimento do LCSH, visto que este segundo é grande, complexo e centrado nos Estados Unidos. Segundo Garrod (2000, p. 49):

> a segunda edição do UNESCO *Thesaurus* pode ser utilizada com sucesso para controlar indexação de assunto em um contexto arquivístico, desde que seja abordado como um modelo e não como uma fonte definitiva. O UNESCO *Thesaurus* funciona melhor em um nível geral e se torna menos satisfatório em níveis mais específico[...].

Dentre as recomendações, destacamos as duas principais: deve ser utilizado como modelo e não como instrumento definitivo e deve ser acessível aos usuários. Incluisve verifica-se que os usuários podem navegar nos termos de assunto, já que o tesauro está disponível pela UNESCO em uma base de dados.

O Quadro 30 indica os padrões e ferramentas identificados, apresentando a síntese dos aspectos fundamentais.

Quadro 30 - Síntese dos aspectos referentes aos padrões

Cód.	Autor (ano)	Título/ caso	Padrões, ferramentas	Síntese e recomendações
B2	DOOLEY (1992)	Subject indexing in context	MARC	- Diretrizes para acesso por assunto nos arquivos.
B16	DRYDEN (1987)	Subject Headings: The PAASH Experience	PAASH	- Separar entradas por proveniência e assunto; - Separar entradas para os diferentes elementos de representação.
B17	OSTROFF (1980)	Subject Access to Archival and Manuscript material	MARC LCSH	- LCHS apresenta dificuldade para aplicação nos arquivos, como o uso de listas de vocabulário adequadas aos requisitos dos arquivos, especialmente listas de vocabulários de assunto; - Elaboração de critérios e diretrizes para uso de listas de vocabulários controlados de assunto (*Subject topics*) para serem aplicadas aos arquivos, principalmente aos repositórios; - Encorajar o uso nos arquivos, com adaptação, de padrões como o LCHS e o MARC; - Compreender e avaliar técnicas de indexação de

				assunto nos arquivos; - Fomentar o interesse para o uso da LCHS nos arquivos.
B18	SMIRAGLIA (1990)	Subject Access to Archival Materials Using LCSH	LCSH	- Aplicável aos arquivos; - É necessário considerar o nível de representação; - Há dificuldades de adaptação da lista às características dos documentos de arquivo.
B11	GARROD (2000)	The use of the UNESCO Thesaurus for Subject Indexing at UK NDAD	UNESCO Thesaurus	- O UNESCO *Thesaurus* da apresentou resultados positivos para aplicação nos arquivos; - O LCSH não foi selecionado por considerar que é complexo; - Recomenda-se sua utilização na indexação de assunto em documentos arquivísticos como um modelo, mas não como um instrumento definitivo.

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que há concentração dos estudos sobre os padrões na década de 1980, que são provenientes da América do Norte em sua maioria. O estudo mais recente selecionado, que apresenta aprofundamento sobre os padrões e ferramentas foi o de Garrod (2000).

Ressalta-se que na década de 1980 muitos aspectos da área de Arquivologia diferiam do cenário atual. O ponto primordial é em relação

ao desenvolvimento de normas de descrição, que se desenvolveram com mais propriedade a partir da década de 1990 em diversos países. Além disso, as diferenças entre os tipos de acesso nos arquivos ainda eram incipientes, a exemplo do próprio Relatório do BCA, que foi publicado em 1992.

Hutchinson (1998) apresenta um texto de caráter exploratório, no qual discute as diferentes visões dos autores Norte Americanos sobre o assunto dos documentos de arquivo. De modo geral, aponta que: "a questão do acesso por assunto a materiais de arquivo provocou uma quantidade considerável de interesse e debate durante os últimos anos." (HUTCHINSON, 1998, p. 95).

Nessa altura da tese, não importa verificar as diferentes acepções, mas apresentar aspectos que contribuam para esclarecer os padrões e ferramentas de indexação aplicáveis aos arquivos, como é o caso dos cabeçalhos de assunto, em especial o *Library of Congress Subject Headings* (LCSH).

O autor utiliza o termo "assunto" (*subject*) para se referir somente a "assuntos" tópicos e afirma que os cabeçalhos de assunto tópicos não são suficientes para o acesso a materiais arquivo. A discussão se restringe a registros textuais. Assim, afirma que o LCSH "[...] mistura "cabeçalhos de assunto" com cabeçalhos para forma de material, tempo e lugar (para nomear alguns)" (HUTCHINSON, 1998, p. 95).

Ao explicar os motivos, salienta que os materiais de arquivo tendem a não ser descritos facilmente por um limitado número de cabeçalhos de assunto. Um dos problemas relatados pelo autor é a consistência da indexação e contextualiza com o estudo de Avra

Michelson, que conduziu um experimento em repositórios de arquivos com o uso do LCHS, o qual também foi destacado por Dooley e comentado nesta tese.

Por fim, enfatiza que a indexação de assuntos é um aspecto importante de qualquer sistema de recuperação de arquivos. Com a introdução, por exemplo, do padrão EAD (para codificação de instrumentos de pesquisa de texto completo), é tentador descartar ferramentas tradicionais, como indexação de assunto e controle de autoridade. No entanto, pesquisas e experiências parecem mostrar que essas ferramentas precisam ser integradas em novos sistemas (HUTCHINSON, 1998).

A respeito de estudos mais recentes, Pekka Henttonen (2014), professora e pesquisadora na *School of Information Sciences,* na *University of Tampere*, Finlândia, testou o uso de cabeçalhos de assunto em um grupo de documentos em arquivo. Salienta a importância da representação da informação ir além da proveniência. Afirma que em vez de assuntos, os arquivistas têm geralmente descrito a proveniência dos documentos, tais como funções e ações e que nem sempre estas são as formas mais adequadas para representar o assunto.

É interessante observar que a autora tem preocupação com o assunto e utiliza o termo *subject access* (acesso por assunto) para se referir a esse processo. De forma empírica, na busca de viabilizar sua proposta, a autora usa um cabeçalho de assunto bibliográfico como ponto de acesso a documentos de arquivo. Conclui que os cabeçalhos podem ser usados como pontos de acesso aos materiais de arquivo, mas ainda requerem outros estudos práticos considerando, principalmente, os níveis de descrição.

Quanto às normas de descrição, não é nosso objetivo adentrar em suas especificidades, visto que cobrimos a literatura publicada, conforme os critérios da pesquisa. Entretanto, um dos textos encontrados na análise foi a dissertação de Linden (2017), a qual apresenta uma análise dos instrumentos Normativos de Descrição Arquivística (INDA) e as abordagens de indexação encontradas nesses instrumentos. Embora não seja nosso objetivo analisar os padrões de descrição, apresenta-se essa evidência de pesquisa para mostrar a representação do conteúdo nesses instrumentos (Quadro 31).

Quadro 31 - Padrões de descrição e a representação do conteúdo.

Padrão	Aspectos
Manual of Archival Description (MAD)	"Quanto à descrição de conteúdo, em sua primeira parte, MAD apresenta uma seção do texto dedicada a pontos de acesso e outra dedicada à indexação. Na seção que trata de pontos de acesso, ressalta a importância de pontos de acessos no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa. Ainda afirma que a concepção de pontos de acesso utilizados na aplicação da AACR2 é diferente da função de pontos de acesso dentro de um instrumento de pesquisa arquivístico, porém não justifica a afirmação. Na seção que trata de indexação, enfatiza a importância dos índices nos últimos anos como parte de um sistema integrado de instrumentos de pesquisa". (LINDEN, 2017, p. 56)
Rules for Archival Description (RAD)	"Quanto à descrição de conteúdo, a norma faz referência à *Subject indexing for archives: the report of the Subject Indexing Working Group* publicada pela Associação de Arquivistas Canadenses em 1992, que determina os itens de descrição de conteúdo relacionados à resumo, indexação e catalogação por assunto de documentos. Dessa forma, RAD não apresenta itens sobre o tratamento temático da informação, uma vez que referencia outro documento específico para tratar de descrição de conteúdo e não a contempla em sua própria estrutura." (LINDEN, 2017, p. 57)
International Standard Archival Description	**"**Quanto à descrição de conteúdo, na área de "Conteúdo e estrutura" é contemplada a descrição de âmbito, compreendida como períodos de tempo e localização geográfica; e o conteúdo, compreendido como forma de

General (ISAD G)	documentos, processos administrativos e assuntos, de acordo com o seu nível de descrição. Porém, trata de assunto de maneira superficial e em uma perspectiva diferente da abordagem que se propõe esta pesquisa, pois não aborda elementos suficientes para que possa ser realizada a análise proposta." (LINDEN, 2017, p. 57).
Describing Archives: a Content Standart (DACS)	"De acordo com a DACS os *"Access Points"* estão divididos em seis categorias: nomes, locais, **assuntos**, formato de documentos, ocupações e funções. Na categoria "assunto" estão apontados as áreas de descrição da DACS onde o arquivista encontra termos que podem ser utilizados como pontos de acesso nessa categoria. Na descrição desta categoria é lembrada a importância de estabelecer terminologia padronizada por meio de tesauros de assuntos gerais e especializados que são citados na própria norma na seção de apêndices." (LINDEN, 2017, p. 58, grifo nosso). "Apresenta também características da vertente de matriz inglesa, a indexação, quando trata da importância de se estabelecer uma terminologia padronizada por meio de tesauros." (LINDEN, 2017, p. 58).
Norma Española de Descripción Archivística (NEDA)	Não apresenta.
Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	"A Área de pontos de acesso e indexação de assuntos tem o objetivo de registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado." (LINDEN, 2017, p. 59). "A norma ainda se encarrega de definir "assunto" no âmbito de sua atuação, compreendendo como a síntese do ato ou ação que se encontra na base do documento." (LINDE, 2017, p. 60). "Apresenta características da vertente francesa, análise documental, quando em sua estrutura a norma apresenta uma seção destinada a **Pontos de Acesso que compreende também a representação de assunto**, voltada a instruir como fazer essa descrição no âmbito de pessoas coletivas, pessoas singulares, famílias e entidades geográficas, ou seja, voltada aos processos de representação. Apresenta

	características da vertente inglesa, a indexação, por ter como um de seus objetivos o controle dos termos usados como pontos de acesso, considerados também como assunto por este INDA. Esse controle que a orientação se refere é interpretado como instrumentos de padronização sugerido pela vertente da indexação dentro do TTI." (LINDEN, 2017, p. 60, grifo nosso)
Norma Uruguaya de Descripción Archivística (NUDA)	Não apresenta.

Fonte: Elaboração própria com base na análise de Linden (2017)

Das conclusões e análises apresentadas por Linden (2017), pode-se sintetizar que, cinco instrumentos possuem descrição de conteúdo, tais sejam: (MAD) (ISAD G), (DACS) (NOBRADE) e (ODA).

Dentre eles, quatro possuem características da indexação, com exceção da ISAD (G), que não apresenta elementos suficientes relacionados à temática, segundo a autora.

Em relação ao assunto, ainda parece ser um aspecto a ser enfatizado pelas normas, como mostra esta evidência de pesquisa.

5.4 LACUNAS OU *GAPS* DE PESQUISA

Em atenção ao objetivo "específico d", esta subseção visa apresentar as lacunas ou *Gaps* de pesquisa subsidiadas pelas evidências encontradas. Ao ressaltá-las, enfatiza-se as mais significativas e aprofundadas, uma vez que a lacuna inerente à ausência de publicações sobre o tema da indexação de assunto nos arquivos é recorrente entre os autores da análise e inclusive motivou a realização da presente tese.

Nosso foco, portanto, são os *Gaps* ou lacunas que permitem vislumbrar pesquisas futuras. Sintetizamos os aspectos concernentes à análise efetuada sobre os Gaps no Quadro 32.

Quadro 32 - Lacunas ou *Gaps* de pesquisa

Nº	**Aspecto da análise (foco)**	**Lacunas ou Gaps identificados *(Evidências)***	**Síntese (ação)**
1	**Definição e fundamentos**	"Recomendamos apoio a pesquisas aplicadas que investiguem as necessidades e o comportamento informacional dos usuários de arquivos, a fim de facilitar o acesso à informação em documentos de arquivo." (BCA, 1992, p. 119, tradução nossa).	Pesquisas sobre necessidades de informação dos usuários.
2	**Definição e fundamentos**	Estudos de usuários para subsidiar a busca por assunto, compreender o comportamento e os interesses dos usuários (LYTLE, 1980; MAUREL; CHAMPAGNE, 1999; BCA, 1992; RIBEIRO, 1996, 1998).	Realização de estudos de usuários nos arquivos para subsidiar a busca e recuperação da informação por assunto.
3	**Definição e fundamentos**	A representação em "resumos" aplicados aos arquivos aparece no Relatório do BCA (1992) e no texto de Maurel e Champagne (1999).	Estudos sobre a aplicação do resumo no contexto dos documentos de arquivo.
4	**Assunto e conteúdo (identificação do assunto)**	"Recomendamos que análises sistemáticas da estrutura da informação de diferentes tipos de documentos padronizados comumente encontrados em arquivos sejam realizadas para facilitar sua indexação." (BCA, 1992, p	Estudos sobre a estrutura dos documentos de arquivo (tipologias documentais) aliados à identificação do assunto.

		.119, tradução nossa).	
5	**Linguagens documentárias e políticas de indexação**	"Estabelecimento de políticas e procedimentos abrangentes para representação e, finalmente, o desenvolvimento de uma linguagem documental adequada às necessidades dos arquivos." (BCA, 1992, p. 113, tradução nossa).	Estudos que enfatizem a elaboração de políticas de indexação r linguagens de indexação para documentos de arquivo.
6	**Manual de indexação**	Foi identificado apenas um manual de indexação para análise, conforme Mesa León *et. al.* (2007)	Estudos que tratam sobre a elaboração de manuais para aplicação nos arquivos.
7	**Padrões e normas**	Estudos que tratam sobre os padrões e ferramentas de indexação são em sua maioria da década de 1980. Há dificuldades de adaptação da lista LCHS às necessidades dos documentos de arquivo (SMIRAGLIA, 1990) LCHS apresenta dificuldade para aplicação nos arquivos, como o uso de listas de vocabulário adequadas aos requisitos dos arquivos, especialmente listas de vocabulários de assunto (OSTROFF, 1980). Encorajar o uso nos arquivos com adaptação dos padrões como o LCHS para aplicação nos arquivos (OSTROFF, 1980).	Elaboração de diretrizes para uso de LCHS nos arquivos; Estudos práticos sobre dos padrões como o LCHS e MARC para aplicação nos arquivos, especialmente aplicados à realidade brasileira.

Fonte: elaboração própria

Conforme se observa, uma das evidências principais é a realização de estudos de usuários nas instituições arquivísticas, os quais podem subsidiar as buscas dos usuários e fornecer o acesso adequado às suas necessidades. Os estudos podem contribuir para identificar as consultadas que resultam em um acesso por assunto.

Outro aspecto fundamental diz respeito a aprimorar os estudos sobre os padrões de indexação de assunto aplicáveis aos arquivos, conforme se verifica no item 7. Entendemos que a recomendação não serve apenas para o LCHS, mas diz respeito também à necessidade de desenvolver critérios e diretrizes para o uso de listas de vocabulários controlados de assunto (*subject, topics*) para serem aplicados nos arquivos, principalmente nos repositórios.

Além dos aspectos indicados no quadro, salienta-se que apesar das evidências mostrarem que os requisitos da norma ISO 5963 são aplicáveis à indexação de assunto nos arquivos, não foram identificadas outras metodologias de representação que possam ser utilizadas especificamente para representar o assunto nesse contexto. Na pesquisa inicial, verificou-se a existência de importantes estudos sobre representação, mas que não foram selecionados para a análise por não enfatizarem o elemento assunto. Assim, uma lacuna é o desenvolvimento metodologias de indexação de assunto, que também convergem com a evidência apresentada no item 4 do Quadro 32.

Da mesma forma, a aplicação de elementos de assunto e suas aplicações às normas de descrição poderiam dar mais visibilidade para a representação do assunto nos arquivos, principalmente do ponto de vista prático.

Esclarece-se, conforme apontamos na metodologia desta tese, subsidiados por Kitchenham (2007), que as lacunas são eventuais e podem ser consideradas um resultado da revisão sistemática. Assim, acredita-se que os resultaos da pesquisa e as conclusões, apresentadas na seção seguinte, também podem despertar nos leitores outros *Gaps* para estudos futuros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esta tese foi possível verificar que a representação arquivística é consideravelmente um tema de interesse da área em termos de publicações. Por outro lado, o tema da indexação de assunto nos arquivos ainda é pouco explorado na literatura analisada, especialmente quanto aos seus fundamentos, princípios e métodos. Diante da quantidade de textos recuperados e levando-se em consideração a abrangência das fontes pesquisadas, verifica-se que um número pequeno de textos trata especificamente sobre a indexação nos arquivos. O tema ainda aparece com certa cautela por parte da literatura da área quanto à sua aplicação no contexto arquivístico.

Com base nas evidências de pesquisa apresentadas e considerando a importância e a consistência dos textos analisados, é possível afirmar que a acepção mais comum na literatura da área é que a indexação como processo mais amplo tem interface com a descrição arquivística, que visa, por sua vez, descrever elementos de contexto e, também, de conteúdo. Dessa maneira, a análise de conteúdo é o processo utilizado para realizar a indexação em todos os níveis de descrição.

Pode-se afirmar também que a indexação de assunto (*subject indexing*) ou indexação temática (*thematic Indexing*) se refere à representação do "*subject*" (assunto), com interesse especial no tocante aos "tópicos". Esse acesso é possível por meio de índices ou catálogos e não deve desconsiderar outros elementos de contexto ou outros processos de organização e representação arquivística, como a classificação e a descrição, que são basilares. Foi possível perceber,

ainda, que um dos problemas ou questões principais para a prática da indexação de assunto é diferenciar entradas de autor (criador) e de assunto, para que o acesso seja mais consistente.

De forma sintetizada, apresentamos as evidências de pesquisa relativas à **definição** da indexação e de seus termos relacionados no contexto dos arquivos. Nesse sentido, encontramos três evidências concretas:

a) **Método por proveniência e Método de indexação de assunto:** Dois métodos de acesso aos documentos de arquivo. O primeiro ocorre por meio de acesso ao criador/autor, com identificação de elementos de contexto, seguindo o princípio da "*provenance"*. O segundo ocorre por meio do acesso ao "*subject*" (assunto ou tópico) e de acordo com o princípio "*Pertinence*".

b) **Indexação/Indexation/L'indexation/Indización:**
Processo de "indexação" nos arquivos no sentido amplo, que visa representar o **conteúdo** dos documentos de arquivo é utilizado no contexto de um "sistema de descrição e indexação", como processos distintos, porém que ocorrem em conjunto ou de forma complementar. É também entendido como sinônimo de "análise", pois visa extrair pontos de acesso para serem representados nos diferentes níveis arquivísticos e com diferentes elementos a serem representados. Por sua vez, pode gerar diferentes instrumentos de pesquisa. Alguns autores utilizam esses termos para se referir à indexação de assunto, que é um processo distinto.

c) **Indexação de assunto (***Subject indexing, indexation per sujet***), indexação temática (***Thematic Indexing***):** Se refere à representação do elemento "*subject*" (assunto, tema ou tópico) e não deve desconsiderar a representação do contexto do documento. Pode ser aplicado a diferentes níveis de descrição, porém com dificuldade de representação de forma mais exaustiva nos níveis mais baixos, em função do volume dos documentos. Resulta em instrumentos de pesquisa, tais como índices, catálogos e guias temáticos.

Nota: A expressão "indexação de conteúdo" é utilizada para se referir ao assunto do documento, o que pode ser um problema relativo à ambiguidade dos termos.

Em relação ao "**assunto**" (*Subject)* que se refere ao tema ou tópico, percebe-se que o termo é pouco utilizado no contexto dos arquivos. Por seguirem diretrizes provenientes das normas de descrição arquivística nacionais e internacionais, os autores utilizam com mais frequência o termo "conteúdo" e dentro deste está contido o assunto. Assim, uma evidência significativa é diferenciar assunto de outros elementos que podem ser representados no documento arquivístico, para facilitar a sua representação.

Em relação aos **elementos**, há uma diversidade de interpretações, algumas mais focadas em contexto e conteúdo, seguindo o preceito das normas de descrição, e há outras que tratam sobre elementos externos (contexto) e internos (conteúdo, assunto). De maneira a esclarecer ao leitor, afirmamos, conforme as evidências da análise, que o conteúdo do

documento de arquivo envolve diferentes elementos, geralmente os mesmos existentes nas normas de descrição arquivística.

De modo geral, podemos afirmar que diferentes elementos de conteúdo podem ser representados nos documentos arquivísticos, dentre eles: nomes de pessoas ou entidades (autoridades), geográficos e assuntos (tópicos). Nesse ponto aproveitamos o ensejo e retomamos às definições para afirmar que a discussão sobre o controle de autoridade integrar o "assunto" dos documentos arquivísticos é suportada por algumas evidências de pesquisa, ao ponto que discordamos, pois ao evocar autores de fundamentos da indexação, tais como Cavalcanti (1978), Lancaster (2002) ou mesmo autores da análise, tais como Ribeiro (1996), podemos verificar que na acepção mais básica de indexação, que é a de elaborar índices, há resultados diferentes, sendo um deles o índice de assunto. As autoridades ou "nomes", como chama Martin (1987), são objetos importantes de pesquisa para o campo dos arquivos, inclusive respaldados pela ISAAR (CPF), porém não foi nosso foco de análise.

Considerando a questão do "assunto", no escopo da Arquivologia este deve ser diferenciado do criador (produtor/autor), além de ser necessário distinguir as entradas de assunto da natureza dos documentos. Ademais, seu entendimento pode ser diferente conforme o público a que se destina e o contexto em que se apresenta.

Em relação aos princípios e fundamentos, destacamos em especial a questão dos **níveis**. Dentre as evidências principais verificamos:

- A indexação de assunto em documentos arquivísticos deve ser realizada no mesmo nível da descrição, em

atendimento ao princípio da descrição multinível respaldada pela ISAD(G) e amplamente adotada na área;

- A profundidade da indexação está relacionada ao nível de descrição, ao passo que nos níveis mais altos a indexação é mais genérica, e nos níveis mais baixos é mais específica;
- A exaustividade da indexação em níveis mais específicos, como o item, pode ser dificultada pelo volume documental;
- Existe um processo de análise, chamado de diferentes formas "análise arquivística", "análise de conteúdo" e até mesmo "análise documentária", utilizado na indexação nos arquivos, e também na descrição, para identificar e extrair o conteúdo dos documentos;
- A indexação deve considerar os elementos já analisados na descrição e não somente os documentos em si.

Apesar da necessidade de considerar os níveis de descrição, podemos afirmar que há três processos distintos, porém complementares: Classificação, Descrição e Indexação, conforme compreendem e salientam Martin (1987), o Relatório do BCA (1992) e Ribeiro (2011), a título de exemplo. Se considerarmos um processo distinto, conforme Martins (1987) sugere, receberá maior atenção do ponto de vista teórico e prático, inclusive no tocante ao fato da possibilidade de ser mais destacado nas normas de descrição.

Assim, um aspecto relevante de nossas conclusões é perceber que a classificação, a descrição e indexação (esta última aqui utilizada em sentido amplo) são processos de representação arquivística que estão

relacionados, pois os mesmos níveis de classificação são os níveis de descrição. Os dois processos fazem parte do mesmo sistema, que pode ser entendido como sistema de descrição e de indexação. Assim, as mesmas normas e padrões aos dois processos.

Vale ressaltar que neste momento nos referimos à indexação no sentido amplo, ou seja a representação do conteúdo, processo que complementa a descrição arquivística. Dito isto, não buscamos afirmar a indexação com um processo mais relevante que as demais, pois assim como os documentos arquivísticos são interdependentes, os processos também devem ser.

Outro ponto a ser destacado é em relação aos princípios arquivísticos. É consenso que a representação arquivística ocorre por proveniência e também conforme outros princípios arquivísticos. É indispensável o reconhecimento da origem do documento e de sua representação contextual, para que tenham significado na relação com os outros documentos e com as funções da instituição que são provenientes. Assim, alguns autores entendem a indexação de assunto como uma forma adicional de acesso.

Quanto ao ciclo de vida e sua relação com a indexação, afirmamos que não há consenso entre as evidências. Não se verificou um número significativo de evidências de pesquisa que indicassem a relação entre as fases do ciclo e o processo de indexação de assunto. Entretanto, há autores que afirmam que a indexação de assunto é comum ao arquivo permanente, que é a perspectiva mais encontrada, ao passo que outros que evidenciam sua aplicação nos arquivos correntes, com foco no uso dos documentos. Acreditamos, entretanto, que tanto a indexação como outros procedimentos arquivísticos podem ser

aplicados a qualquer fase do ciclo de vida, respeitando-se as diferentes visões e entendimentos de cada país ou região.

Quanto às normas e padrões, sintetizamos as principais conclusões:

- A Norma ISO 5963 foi a evidência de pesquisa encontrada para os fundamentos da indexação, já que estabelece as etapas e procedimentos, além de orientar metodologicamente na abordagem do conteúdo informacional. Uma evidência significativa suportada por pesquisas como a de Ribeiro (1998, 2011) é que a norma é aplicada a qualquer contexto, inclusive aos arquivos, com adaptações.
- Quanto aos padrões, destaca-se o *Library of Congress Subject Headings (LCSH),* que pode ser aplicado como lista para controlar o vocabulário, inclusive ao assunto tópico.

Afirmamos que uma das evidências no tocante aos *gaps* ou lacunas é a necessidade de realização de estudos de usuário para conhecer suas necessidades e aprimorar o acesso por assunto no contexto arquivístico. Essa afirmação toma com base os estudos de Ribeiro (1996, 1998, 2011), aliados a outros autores que aprofundam, justificam ou apontam que a indexação de assunto deve ser motivada por pedidos de assunto feitos pelos usuários. Portanto, o conhecimento de seu perfil é necessário para responder ao acesso, como é o caso do Relatório do BCA (1992), Maurel e Champagne (1999), Lytle (1980), Pret e Cordeiro (2015), para citar alguns trabalhos.

Uma ressalva é que não se pode ter o mesmo peso de interpretação para textos que são das décadas de 1970, 1980, 1990 e

aqueles posteriores aos anos 2000. Modificações foram observadas na área de Arquivologia, no desenvolvimento das tecnologias aplicadas aos arquivos e no mundo da informação. Como a interpretação dos documentos de arquivo deve levar em conta o contexto, a leitura e interpretação dos textos nas diferentes décadas também, pois eles correspondem a uma visão característica da área em cada período.

Assim, alguns textos que tratam sobre padrões, ferramentas e formatos, contribuem para identificar seu uso nos arquivos, mas são necessários estudos mais recentes para aprimorá-los. No tocante aos padrões, a Arquivologia pode-se utilizar daqueles que são do escopo da Ciência da Informação, com adaptações, como é o caso do LCSH e MARC, criados para o contexto bibliográfico e adaptáveis a outras realidades. Uma dificuldade, entretanto, é adaptar os campos para comportarem a representação do conjuntos documentais.

Considerando o pressuposto que estabelecemos no início da tese, confirmamos que a representação em arquivos não ocorre apenas com base na função do documento, mas também com base em seu conteúdo e assunto. Sobretudo, o elemento assunto pode ser utilizado no contexto dos arquivos de forma a fornecer mais pontos de acesso aos documentos e ampliar as possibilidades de busca e recuperação da informação.

Contudo, pode-se dizer que a indexação de assunto é um processo de representação arquivística que utiliza como base o elemento assunto (*subject*) para sua representação. Para compreender esse processo no contexto dos arquivos é necessário considerar a diferença entre a "indexação" (sentido amplo) e "indexação de assunto". Na primeira acepção representa-se o conteúdo, o que envolve diferentes elementos em diferentes níveis de representação. Na segunda, por outro

lado, representa-se o tema, tópico ou assunto. Este elemento é identificado com base na análise de informações que estão contidas no próprio documento e pode conter indícios em outros elementos de caráter mais geral, tais como as atividades e funções, e, logo, a tipologia documental. A identificação do assunto independe de formato, forma, suporte ou outros aspectos mais corpóreos. A sua utilização amplia as possibilidades de busca e recuperação da informação aos documentos de arquivo. Deste modo, esse processo não dispensa a utilização de outros processos, tais como a classificação e a descrição.

Não obstante, percebe-se que os diferentes entendimentos a respeito da área de Arquivologia, do documento arquivístico, das correntes e também das funções interfere no entendimento sobre a indexação nos arquivos. Assim, não pretendemos estabelecer uma definição única a respeito da indexação nos arquivos, mas sim vislumbrar as diferentes acepções, colocando-as como campos de estudo a serem estudadas na área.

Percebe-se que os autores canadenses, por exemplo, consideram a existência de sete funções arquivísticas, respaldados de modo geral pelo texto de Couture *et al*. (1999). Além disso, escrevem segundo a ótica da arquivística integrada, que prevê processos integrados e mais dinamicidade na representação da informação. Os autores brasileiros, por outro lado, servem-se de diferentes correntes, como é o caso de Tognoli, Milani e Guimarães (2017), Campos (2006) e Vital (2017), que ressalvam a utilização da arquivística contemporânea em interface com a canadense.

Além disso, mesmo esses autores se utilizam de aspectos da arquivística mais tradicional, especialmente quando buscam diferenciar

os procedimentos aplicados aos arquivos segundo o ciclo de vida. De forma geral, no Brasil busca-se tratar a Arquivologia como uma disciplina independente da Biblioteconomia, da História e de outras que fazem interface com ela, conforme destaca Silva, A. (2006), o que pode ter levado ao entendimento da existência de técnicas que são próprias da Biblioteconomia e outras que são da Arquivologia.

Apesar de não ser nosso objetivo comparar a indexação na Biblioteconomia e na Arquivologia, de acordo com as evidências de pesquisa essa comparação tornou-se inevitável, uma vez que contribui para responder ao questionamento desta tese, se há especificidade no processo de indexação aplicada a documentos de arquivo. Conforme as evidências de pesquisa analisadas, não se observa diferenças significativas neste processo, pois a definição, a natureza do processo e as etapas contém os fundamentos da Ciência da Informação, assim como se observou com as linguagens de indexação, políticas e manuais de indexação.

Assim, se questionarmos "existe uma indexação arquivística?, afirmamos que não. Não é possível considerar que há uma "indexação arquivística" e uma indexação aplicada à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. A indexação pode ser aplicada tanto aos arquivos quanto a qualquer outro contexto informacional, desde que sejam consideradas as especificidades de cada uma e as devidas adaptações quanto aos procedimentos e documentos.

REFERÊNCIAS

ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de janeiro. 1986-. Quadrimestral. ISSN (online): 2237-8723. Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/. Acesso em: 7 maio 2017.

AGUIAR, Francisco Lopes; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização e representação do conhecimento: perspectivas de interlocução interdisciplinar entre Ciência da Informação e Arquivologia. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013. **Anais eletrônicos [**...]. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/155/147. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. ; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, jan./jun. 2012.

ALBUQUERQUE; Ana Cristina de; MADIO; Telma Campanha. A noção de classificação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: abordagens teóricas. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013. **Anais eletrônicos [**...]. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/526/134. Acesso em: 18 fev. 2014.

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 15, p. 1-23, 2003. Disponível em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97/162. Acesso em: 18 fev. 2014.

AMARAL, Cleia Marcia Gomes. **Organização e tratamento da informação nos arquivos**: estudo crítico. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-04082017-100339/pt-br.php. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. ; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização da informação nos arquivos: indexação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais[**...]. Marília, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/576/1260. Acesso em: 23 abr. 2018.

ANCONA LOPEZ, André Porto. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. 1. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014. v. 1. 196 p.

_____. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação,** Brasília, DF, v. 41, n. 1, p.50-63, jan./abr., 2013.

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e a integração das fontes de informação. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E CARIBE, 8., 2017, Coimbra, Portugal. **Anais[**...]. Coimbra, 2017. Disponível em: http://sci.uc.pt/eventos/index.php/EDICIC/2017. Acesso em: 23 abr. 2018.

ARCHIVO NACIONAL DE LA REPÚBLICA DE CUBA. **Manual de Indización para Archivos,** 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: informação e documentação: métodos para análise de documentos – determinação de seus asuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BALAID, Ali; ROZAN, Mohd Zaidi Abd; HIKMI, Syed Norris; MEMON, Jamshed. Knowledge maps: A systematic literature review and directions forfuture research. **International Journal of Information Management**, v. 36, p. 451-475, 2016.

https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401216000098. Acesso em: 20 ago. 2017.

BARITÉ, Mário (Org.). **Diccionario de Organización del conocimiento:** clasificación, indización, terminología. Montevideo: PRODIC, 2013. Disponível em: http://archivos.liccom.edu.uy/diccionario/Diccionario%20Definitivo%20[3-11-13].html#DICCIONARIO_. Acesso em: 13 mar. 2017.

BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016.

BELL, Lionel. L'indexation-matières à vocabulaire contrôlé dans les archives. *In:* WALNER, Peter (comp.). **Techniques modernes d'administration des archives et de gestion des documents** : recueil de textes. Paris, UNESCO, 1985, p. 315–329.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística:** objetivos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivísticas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivo:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

_____. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

BERNARDES, Ieda Pimenta; Delatorre, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2008.

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1961.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. *In:* LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010, p. 85-102.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2005. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **ISAD(G):** Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

_____. **Lei n. 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=100&sid=52. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. **Lei n. 12.527,** de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 2 mar. 2019.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. **Subject indexing for archives** : the report of the Subject Indexing Working Group Bureau Canadien des Archivistes, 1992. 144 p.

CAMPOS, M. L. A. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 17-31, 2006.

_____; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e classificação: a categorização como princípio. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos [**...]. Salvalor, 2007. Disponível em: http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--101.pdf. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, p. 348-358, 2006.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes; BARROS, Thiago Henrique Bragato; REDIGOLO, Franciele Marques. Indexação e descrição arquivística: relações histórico-conceituais. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 4., 2017., Recife. **Anais eletrônicos [**...]. Recife, 2017. Disponível em: http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesauro**: metodologia e técnicas. Brasília: ABDF, 1978.

CHAUMIER, Jacques. **As técnicas documentais.** Mem Martins: Europa-America, 1973. 108 p.

CINTRA, A. M; KOBASHI, Nair Yumiko; LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, M. F. G. M. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science,** v.1, n. 1, p. 3-24, 2001. Disponível em: http://www.polonistyka.uj.edu.pl/documents/41623/111f093d-a2af-4fc6-8f9a-e193d85712a5/. Acesso em: 17 fev. 2017.

CUNHA, Isabel M. R. F. Análise documentária. *In:* SMIT, Johanna Wilhelmina (Org.). **Análise documentaria**: a análise da síntese. Brasília, DF: IBICT, 1987. cap. 3, p. 38-60.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DAL' EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. A pesquisa sobre política de indexação no Brasil: avanços e desafios. **Scire:** Representación y Organización del Conocimiento, Espanha, v. 17, p. 49-56, 2015. Disponível em: https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4234. Acesso em: 15 abr. 2016.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. 2. ed. rev. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2013.

DOOLEY, J, M. Subject indexing in context. **American Archivist,** v. 55, n. 2, p. 344-354, 1992.

DRYDEN, Jean E. Subject headings: the PAASH experience. **Archivaria,** n. 24, p. 173-190, summer 1987.

DUCHEIN, Michel. Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science. **Archivaria**, Canadá, v. 16, verão de 1983.

DURANTI, Luciana. Origin and Development of the Concept of Archival Description. **Archivaria,** Canadá, v. 35, 1993. Disponível em: http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11884/12837. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976. Acesso em: 15 out. 2016.

EASTWOOD, Terry. **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. *In:* ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA, 1., 1993, Madrid. **Anais[**...]. Madrid, 1993. Zaragoza: Universidad Librería General. 1995. p. 65-90. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/07/065-090_Esteban.pdf. Acesso em: 16 mar. 2016.

FLICK, Uwe**. Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. International Fórum on Information and Documentation, **The Hague**, v.4, n.1, p. 21-24, 1979.

FONSECA, M. O. K. **Arquivologia**: Origens e circunstâncias. *In:*_____. Arquivologia e Ciência de Informação. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. Cap. 3.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973. 437 p.

GAGNON-ARGUIN, L**.** Analyse documentaire 2: problematiques actuelles relatives a l'analyse documentaire. **Archives (Quebec)**, v. 28, n. 3-4, p. 23-41, 1997.

GARROD, P. Use of the UNESCO Thesaurus for archival subject indexing at UK NDAD. **Journal of the Society of Archivists,** v. 21, n. 1, p. 37-52, 2000.

GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Manual de elaboração de tesauros monolíngues**. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, 1990.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf. Acesso em: 8 fev. 2014.

GRANT, Maria J.; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v. 26, n. 2, p.91-108, jun. 2009.Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x/full. Acesso em: 20 out. 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto,indexação e análise documental. **Ibersid:** Revista de Sistemas de Información y Documentación, v. 3, p. 105-117, 2009.

GUITARD, Laure Amélie. Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie: du pareil au même?. **Documentation et bibliothèques**, v. 59, n. 4, p. 201-212, 2013.

HENTTONEN, Pekka. Bibliographic subject headings as access points to archival sources. *In:* INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 13., 2014, Poland. BABIK, W. (Ed.). **Knowledge organization in the 21st century**: between historical patterns and future prospects: proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference, 2014.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoria e prática. 5. ed. atual. e aum. Sevilla, 1991.

HJØRLAND, Birger. The concept of 'subject' in information science. **Journal of documentation**, v. 48, n. 2, p. 172-200, 1992.

HUDON, M. Indexation et langages documentaires dans les milieux archivistiques a l'ere des nouvelles technologies de l'information. **Archives (Quebec)**, v. 29, n. 1, p. 75-98, 1997-1998.

HUTCHINSON, Tim. Archival access points: subjects and beyond. The North American experience. *In:* PIERULIVO, M. ; CERRI, R. (Orgs.). **I Soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica:** ipotesi di lavoro. San Miniato, 1998. p. 95-106.

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA. Rio de janeiro. Semestral. ISSN 2316-7300. Disponível em: http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/. Acesso em: 7 maio 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Annual Conference.** Disponível em: http://www.ica.org/12593/about-annual-conference/annual-conferences.html. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. **Multilingual Archival Terminology.** Disponível em: https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology. Acesso em: 17 set. 2015.

JARDIM, José Maria. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2 , p. 33-36, jan./dez. 1988. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.3,n.2,jun-dez,1988.pdf. Acesso em: 6 mar. 2017.

KITCHENHAM, Barbara Ann. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering.** EBSE Technical Report.

2007. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/e62d/bbbbe70cabcde3335765009e94ed2b9883d5.pdf. Acesso em: 12 fev. 2016.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 262 p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LÉVESQUE, M. L'indexation: luxe ou necessite? **Archives (Quebec),** v. 33, n. 1, p. 17-45, 2001-2002.

LINDEN, Leolibia Luana. **O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística**, 2017. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

_____.; BARROS; Thiago Henrique Bragato, BRÄSCHER, Marisa. Conteúdo e Contexto em Normas de Descrição Arquivística: uma Análise Comparativa. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 4., 2017., Recife. **Anais eletrônicos [**...]. Recife, 2017. Disponível em: http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____.; BRÄSCHER, Marisa. O tratamento temático da informação na norma brasileira de descrição arquivística. *In:*
In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos [**...]. Salvador, 2016. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4150/2389. Acesso em: 23 abr. 2018.

MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel. La description et l'indexation. In : _____. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Sainte-Foy (Québec), Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 255–371.

MEDEIROS, Graziela Martins de; LINDEN, Leolibia Luana; VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. A representação de assunto no escopo da Arquivologia: uma análise de artigos científicos nacionais e internacionais. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 3., 2015, Marília. **Anais eletrônicos [**...]. GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. Organização do conhecimento e diversidade cultural . Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. p. 498-506.

MONÇÃO, Jane Lessa. **O conceito assunto na arquivística**: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento-I Soggetti e Altri Apparati Di Indicizzazione In Archivistica: Ipotesi Di Lavoro. Dissertação (Mestrado) -Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquisa, Marília, SP, 2006.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística em los tiempos posmodernos**: conceptos, princípios y normas. Marília: Oficina Universirtária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LOPES, Luiz Carlos. **A nova Arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. rev., 2009.

LYTLE, R.H. Intellectual access to archives .1. provenance and content indexing methods of subject retrieval **American Archivist**, v. 43 , n.1, p. 64-75, 1980.

_____. Intellectual access to archives .2. report of an experiment comparing provenance and content indexing methods of subject retrieval. **American Archivist**, v. 43, n. 2, p. 191-307, 1980.

MACNEIL, H. Subject access to archival fonds: balancing provenance and pertinence. **Fontes Artis Musicae,** v**.** 43, n. 3, p. 242-258, 1996.

MAIMONE, Giovana Deliberali; KOBASHI, Nair Yumiko; MOTA, Denyson. Indexação: teoria e métodos. *In:* SILVA, João Fernando Modesto; PALLETA, Francisco Carlo (Orgs.). **Tópicos para o ensino da Biblioteconomia.** São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 73-85.

MARKONI; Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTIN, Russell Lewis. **Archival indexing**: problems and issues. 1987. 88f. Dissertação (Master Archives Studies) - University of British Columbia Faculty of Arts, School of Library, Archival and Information Studies, 1987. Disponível em: https://open.library.ubc.ca/cIRcle/collections/ubctheses/831/items/1.0096790. Acesso em: 18 abr. 2018.

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça**. Indexação por assuntos:** princípios gerais e normas. Lisboa: Publicações A&B, 2002.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. **Overview of Classification Tools for Records Management,** 2003.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos Pessoais, Arquivos de Memória e o Processo de Indexação**. 2009. 162 f. Dissertação (Curso Profissionalizante em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, 2009a. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2708/CPDOC2009IsabelCristinaBorgesdeOliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009b.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **TransInformação,** Campinas, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./abr., 2008.

OSTROFF, Harriet. Subject access to archival and manuscripts material. **American Archivist,** v. 53, n. 1, p. 242-258, winter 1990.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 185 p.

PINTO MOLINA, María. **Análisis documental:** fundamentos y procedimientos. 2. ed. Madrid : EUDEMA, 1993. 270 p.

PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Clasificación y indización de registros y archivos de universidade*s. In:* CONGRESO

ISKO ESPAÑA, 12.; CONGRESO ISKO ESPANA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. **Anais eletrônicos [...].** Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia, 2015. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. Indexação em protocolos e arquivos correntes universitários: a representação e os usos da informação. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E CARIBE, 8., 2017, Coimbra. **Anais eletrônicos [...].** Coimbra, 2017. Disponível em: http://sci.uc.pt/eventos/index.php/EDICIC/2017. Acesso em: 26 abr. 2018

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ). Disponível em: http://www.reparq.arquivistica.org/. Acesso em: 18 nov. 2015.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica:a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras,** Porto, v. 1, n. 1, p. 97-110, 2002. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. **Indexação e controlo de autoridade em arquivos.** Porto: Câmara Municipal; Arquivo Histórico, 1996. Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. *In:* SOUSA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete Correia dos (Org.). **A linguagem e a informação documentária**: intermediações e ressignficações possíveis. Recife: Bagaço, 2011. p. 31-59.

_____. O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. *In:* CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL; 1., CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11., 2013, Porto. **Anais eletrônicos [**...]. Porto, 2013.

Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf . Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Subject indexing and authority control in archives: The need for subject indexing in archives and for an indexing policy using controlled language. **Journal of the Society of Archivists**, v. 17, n. 1, 1996.

_____. Subject indexing in archives: theoretical and pratical considerations. *In:* PIERULIVO, M. ; CERRI, R. (Orgs.). **I Soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica**: ipotesi di lavoro. San Miniato, 1998. p. 87-94.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de. La indización en la recuperación de la información. **Lligall**: Revista Catalana D'arxivística, n. 12, p.116-131, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SMIT, Johanna W. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p. 11-23, jan./abr., 2013. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2256/1875. Acesso em: 29 abr. 2016.

SCHMIDT, Clarissa Moreira; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. *In:* CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12.; CONGRESO ISKO ESPANA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. **Anais eletrônicos [**...]. Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia, 2015. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo. *In:* CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL; 1., CONGRESO ISKO ESPAÑA,

11., 2013, Porto. **Anais eletrônicos [**...]. Porto, 2013. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf . Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Edições Afrontamento, 2006, 178 p.

SILVA, Armando Malheiro da *et al*. **Arquivística:** teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, Édison Renato Pereira da. 2009. 148 f. **Métodos para revisão e mapeamento sistemático da literatura**. 2009.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Departamento de Engenharia Industrial, Rio de Janeiro, 2009.

SMIT, Johanna Wilhelmina (Org.). **Análise documentaria**: a análise de síntese. Brasília, DF: IBICT, 1987.

_____; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2001. (Projeto como fazer, 10).

_____; TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; KOBASHI, Nair Yumiko. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.1, fev. 2004.

SMIRAGLIA, Richard P. Subject access to archival materials using LCSH. **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 11, n. 3-4, p. 63-90, 1990.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. *In:* SANTOS, V. B. (Org.). **Arquivística:** temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Brasília : SENAC, 2007. p. 79-172.

_____. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. *In:* RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da**

Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003.

_____. A representação da informação: classificação e indexação automática de documentos de arquivo. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos [**...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

_____. Araújo Júnior, Rogério Henrique de. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística**. Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p.131-144 jan./abr., 2013.

TAYLOR, A. G. **The organization of the information**. 2. ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004. 417 p.

TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal'Evedove; DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariangela Spotti Lopes. Avaliação da consistência da indexação em bibliotecas universitárias federais da região nordeste do Brasil. **Anales de Documentación**, Espanha, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63549938004. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Elaboração de tesauro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. **Anais eletrônicos [**...]. João Pessoa, 2015. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2947/1016. Acesso em: 13 mar. 2017.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/7974. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____.; MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Elementos de indexação para arquivos permanentes: aproximações teóricas preliminares. *In:* CONGRRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 3; CONGRESSO ISKO ESPANHA, 7.,

2017, Coimbra. **Anais eletrônicos [**...]. Coimbra, 2017. Disponível em: https://purl.org/sci/atas/isko2017. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Ciencia de la Información y Archivística: un dialogo a partir del concepto de información registrada. **Ibersid:** Revista de Sistemas de Información y Documentación, Espanha, v. 24, n. 10, p. 131-136, 2010.

VAN SLYPE, Georges. **Los lenguajes de indización:** concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales. Traduzido por: Pedro Hípola e Félix Moya Anegón. Espanha: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Pirámide, 1991.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Tradução de M. C. G. Pirolla. Rio de Janeiro: BNG; Brasilart, 1980. 274 p.

VITAL, Luciane Paula. **Representação temática de documento arquivístico**: as contribuições do modelo conceitual FRSAD. 2017. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____; BRASCHER, Marisa. Modelo Conceitual na Descrição Arquivística: Uma Análise sobre a Representação Temática. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 4., 2017., Recife. **Anais eletrônicos [**...]. Recife, 2017. Disponível em: http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018

_____. Representação de assunto em documentos arquivísticos. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos [**...]. João Pessoa, 2015. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2833/1008. Acesso em: 23 abr. 2018

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, n. 3, p. 31-25, 2003.

APÊNDICE A – CRITÉRIOS DE EXTRAÇÃO DE DADOS

Nº	Critérios de análise
1	DADOS DOS TEXTOS
1.1	Autor (ano)
1.2	Título
1.3	Dados de publicação
1.4	Idioma
1.5	Tipo de texto
1.6	Objetivo
1.7	Contexto
2	DEFINIÇÕES
2.1	Termo ou expressão adotado
2.2	Definição/entendimento
2.3	Elementos
2.4	Relação com as funções
3	PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS
3.1	Princípios indexação arquivos
3.2	Idade do ciclo de vida
3.3	Níveis/Profundidade
3.4	Instrumentos
4	ETAPAS, NORMAS E PADRÕES
4.1	Etapas, metodologias
4.2	Normas e Padrões
5	LACUNAS OU GAPS DE PESQUISA

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B – BUSCAS NAS FONTES DE INFORMAÇÃO

1 BASES DE DADOS

Fonte	Tipo	Detalhamento	Rec.	Pré-selec.	Obs.
Web of Science *Opção 1*	Básica	a) Topic: Subject indexing AND Topic: Archives - Somente na Coleção Principal da Web of Science - Tempo estipulado: todos os anos; - Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI. Resultado: 165 b) Refinamento: Web of Science Categories: information Science Library Science Document Types: Article Total: 30 (após o refinamento)	165	5	Apesar da busca ter sido definida como "básica", foi possível combinar operadores booleanos, escolher os campos de busca e limitar alguns elementos, tais como o ano, as coleções, os índices, dentre outros.
Web of Science *Opção 2*	Básica	a) Topic: Subject indexing AND Topic: Archival Science - Somente na Coleção Principal da Web of Science - Tempo estipulado: todos os anos; - Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI.	11	1	Não foi necessário refinar a busca.
Web of Science *Opção 3*	Básica	Topic: Thesauri AND Topic: Archives - Somente na Coleção Principal da Web of Science - Tempo estipulado: todos os anos; - Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI. Resultado: 53 b) Refinamento: Web of Science Categories: Information Science Library Science Document Types: Article Resultado: 22	53	1	----

Web of Science *Opção 4*	Básica	Topic: Indexing languages AND Topic: Archives - Somente na Coleção Principal da Web of Science - Tempo estipulado: todos os anos; - Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI. Resultado: 77 b) Refinamento: Web of Science Categories: Information Science Library Science Document Types:Article Resultado: 17	77	0	----
Scopus *Opção 1*	Document	(TITLE-ABS-KEY (indexing) AND TITLE-ABS-KEY (archives)) AND DOCTYPE (ar) Resultado: 300 Refinamentos: Subject area: Social sciences (LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOCI")) Resultado: 103	300	3	----
Scopus *Opção 2*	Document	(TITLE-ABS-KEY (indexing) AND TITLE-ABS-KEY ("archival science")) AND DOCTYPE (ar)	1	0	----
Scopus *Opção 3*	Document	(TITLE-ABS-KEY ("Subject indexing") AND TITLE-ABS-KEY ("archives")) AND DOCTYPE (ar)	10	0	----
Scopus *Opção 4*	Document	(TITLE-ABS-KEY ("Subject indexing") AND TITLE-ABS-KEY ("archival")) AND DOCTYPE (ar)	2	1	----
Scopus	Document	(TITLE-ABS-KEY ("Indexing languages") AND TITLE-ABS-	1	0	

Opção 5		KEY ("archives")) AND DOC TYPE (ar)			
Scopus *Opção 6*		(TITLE-ABS- KEY ("thesauri") AND TITLE-ABS- KEY ("archives")) AND DOC TYPE (ar) Total = 68 Refinamento: (LIMIT- TO (SUBJAREA , "SOCI")) Total: 50	68	1	----
Library and Information Science Abstracts (LISA) *Opção 1*	Av	MAINSUBJECT.EXACT("Subject indexing") AND MAINSUBJECT.EXACT("Archives & records") Additional limits: Source type: Scholarly Journals	1	0	Na primeira tentativa utilizaram-se os termos indicados no tesauro. Como não se obteve resultados úteis para a pesquisa, optou-se por inserir as expressões previamente combinadas.
LISA *Opção 2*	Av	MAINSUBJECT.EXACT("Subject indexing") AND MAINUBJECT.EXACT(Archives)	101	6	A expressão "subject indexing" foi utilizada com base no tesauro, enquanto "archives" foi um termo inserido livremente em substituição à "Archives & Records", que consta no tesauros.
LISA *Opção 3*	Av	MAINSUBJECT.EXACT ("indexing") AND MAINSUBJECT.EXACT(Archives)	14	1	"MAINSUBJECT" é o local onde as palavras-chave foram procuradas
LISA *Opção 4*	Av	Indexing AND Archives No campo "Subject", somente	191	3	----

		“periódicos acadêmicos” e somente”artigos”.			
LISA *Opção 5*	Av	"indexing languages" AND archives Additional limits: Source type: Scholarly Journals	38	0	----
LISA *Opção 6*	Av	"indexing" AND "archival science"	118	2	----
Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA) *Opção 1*	Av	(DE "INDEXING") AND (DE "ARCHIVES") Busca com os termos do Thesaurus da Lista	40	1	O tesauro da base não possui o termo “subject indexing”, apenas “indexing”, com a seguinte nota de escopo: “Here are entered works on the process of creating a catalog of reference points indicating the contents of a larger entity, such as a text. Use only if a narrower term does not apply (e.g., “Subject cataloging” or "Subject headings").”
LISTA *Opção 2*	Av	((DE "INDEXING") AND (DE "ARCHIVAL processing")) AND (DE "ARCHIVAL processing")	1	0	No Thesaurus da LISTA, o termo “Archival processing” possui a seguinte nota de escopo: “Here are entered works on preparing archival materials for storage and retrieval”.
LISTA	Av	(DE "CONTENT analysis")	8	0	No Theusarus, a nota de escopo

Opção 3		AND (DE "ARCHIVES")			para "CONTENT analysis" é a seguinte: "Here are entered works dealing with the methods of interpreting and summarizing the essential points of any kind of communication, oral, written, or printed. Works dealing with such summaries in individual subject fields are entered under the subject, e.g., a content analysis of American periodicals under "American periodicals". O temo é usado para (used for) "SUBJECT analysis"
LISTA *Opção 4*	Av	(DE "THESAURI") AND (DE "ARCHIVES")	2	0	No tesauro da LISTA procurou-se por "Thesauri": a) THESAURI used for INDEXING vocabularies Nota de escopo "Here are entered works on collections of selected words or concepts. Thesauri often include synonyms, antonyms, and

					related and contrasting words. Subject-specific "thesauri" are often designed to create specialized vocabularies for specific fields of interest". b) THESAURI (Controlled vocabularies)Use SUBJECT headings.
LISTA *Opção 5*	Av	Indexing AND archival science	9	1	Resolveu-se buscar também com as expressões previamente estabelecidas, pois não se encontrou no tesauro um termo satisfatório para "archival science".
Base de dados referencial de artigos de periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) *Opção 1*	Sim	Indexação AND Arquivos Em "todos os campos"	18	5	Foram desconsideradas dos artigos da revista Arquivo & Administração e do ENANCIB, que foram buscados diretamente nas respectivas fontes de informação.
BRAPCI *Opção 2*	Sim	Indexação AND Arquivística Em "todos os campos"	11	1	Foram desconsideradas dos artigos da revista

					Arquivo & Administraçã o e do ENANCIB, que foram buscados diretamente nas respectivas fontes de informação.
BRAPCI *Opção 3*	Sim	Tratamento temático da informação AND arquivos Em "todos os campos"	4	2	Foram desconsidera dos artigos da revista Arquivo & Administraçã o e do ENANCIB, que foram buscados diretamente nas respectivas fontes de informação.
BRAPCI *Opção 4*	Sim	Linguagem documentária AND arquivos Em "todos os campos"	1	0	A busca retornou apenas um resultado, que era do ENANCIB e, portanto, foi desconsiderado
BRAPCI *Opção 5*	Sim	Assunto AND arquivos Em "todos os campos"	27	0	Apesar do uso de operadores booleanos, a base só possui busca simples.

2 PERIÓDICOS NÃO INDEXADOS

Fonte	Tipo	Detalhamento	Rec.	Pré-Selec.
Revista Acervo	Nav	Foram 30 volumes publicados, cada um com 2 números cada (com exceção do nº 24, que possui 3 volumes). Foram apenas dois artigos selecionados.	---	2
	Nav	A revista disponibiliza as edições	---	6

Revista Arquivo & Administração		digitalizadas (1973 à 2014).		
Informação Arquivística	Nav	Edições de 2012 à v. 6, n. 1 de 2017.	---	0

Obs.: Os textos pré-selecionados correspondem aos textos selecionados inicialmente, mas que foram submetidos à avaliação da qualidade para definir os textos que fazem parte da análise.

3 ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS

Como as buscas por eventos foram feitas por navegação, apresenta-se o quadro com os seguintes elementos: nome do evento, links do evento/edições, número de textos pré-selecionados.

Evento	Links do evento/edições	Pré-Selec.	Obs.
ISKO Internacional 2018	http://www.iskoiberico.org/about-isko-porto-2018/	2	----
ISKO Internacional 2016	http://isko-brasil.org.br/?page_id=711	1	Programa do evento disponível online.
ISKO Internacional 2014	http://www.isko2014.confer.uj.edu.pl/en_GB/-start	1	A lista de trabalhos aprovados está disponível no site, mas os anais são pagos.
ISKO Internacional 2012	http://www.isibang.ac.in/~isko/	2	----
ISKO Internacional 2010 (Roma, Itália)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/rome-italy-2010/ http://mate.unipv.it/biblio/isko/ocs/index.php/int/rome2010	1	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO	http://www.iskoiberico.org/conferencias-	0	Anais são

Internacional 2008 (Canadá)	internacionales/montreal-canada-2008/ http://www.ebsi.umontreal.ca/recherche/colloques-congres-journees-d-etude/isko2008/		pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 2006 (Viena)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/vienna-austria-2006/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 2004 (Londres)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/london-england-2004/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 2002 (Granada)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/granada-spain-2002/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 2000 (Toronto, Canadá)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/toronto-canada-2000/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 1998 (Lille, France)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/lille-france-1998/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 1996 (Washington, DC)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/washington-eua-1996/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 1994 (Dinamarca)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/copenhagen-denmark-1994/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.
ISKO Internacional 1992	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/madras-india-1992/	0	Anais são pagos, mas foram acessados.

(Madras, Índia)			
ISKO internacional 1990 (Alemanha)	http://www.iskoiberico.org/conferencias-internacionales/darmstadt-germany-1990/	1	Anais são pagos, mas foram acessados.
NASKO 2017	http://www.iskocus.org/nasko2017-cfp.php http://www.iskocus.org/nasko2017-proceedings.php	0	Anais disponíveis online
NASKO 2015	http://www.iskocus.org/nasko2015-program.php http://www.iskocus.org/nasko2015-proceedings.php	0	Anais disponíveis online
NASKO 2013	http://www.iskocus.org/nasko2013-proceedings.php	2	Anais disponíveis online
NASKO 2011	http://www.iskocus.org/nasko2011-proceedings.php	0	Anais disponíveis online
NASKO 2009	http://iskocus.org/nasko2009-proceedings.php	0	Anais disponíveis online
NASKO 2007	http://iskocus.org/nasko2007-proceedings.php	0	Anais não disponíveis no site
ISKO-France 2017	http://www.isko-france.asso.fr/home/index.php/fr/ http://www.isko-france.asso.fr/colloque2017/fr/page-daccueil/ http://www.isko-france.asso.fr/colloque2017/wp-content/uploads/2017/02/Programme-sans-debord.pdf	0	Somente a programação disponível. Anais não disponíveis.
ISKO-France 2015	http://www.isko-france.asso.fr/isko2015/ http://isko-france.asso.fr/isko2015/fr/Programme	0	Anais não disponíveis, apenas programação (lista de trabalhos) e slides das apresentações

ISKO-France 2013 (Paris)	http://www.archivesaudiovisuelles.fr/FR/Migration.asp?id=2242 https://www.canal-u.tv/producteurs/fmsh/colloques_par_date/2013/contextes_langues_et_cultures_dans_l_organisation_des_connaissances_ixe_colloque_isko_france_2013	0	Disponível vídeos com algumas apresentações. Não foram localizados o programa e os anais.
ISKO-France 2011 (Lille)	http://www.isko-france.asso.fr/isko2011/en/index.htm	0	Somente o programa disponível online.
ISKO-France 2009 (Lyon)	http://isko-france.asso.fr/pdf/isko2009/index.html	0	Anais disponíveis online.
ISKO-France 2007 (Touluse)	http://isko-france.asso.fr/pdf/isko2007/index.html	0	Anais disponíveis online.
ISKO-France 2005	http://iskofrance2005.loria.fr	0	Site fora do ar.
ISKO-France 2003 (Grenoble)	http://isko2003.iut2.upmf-grenoble.fr/	0	Site não indicado na página da ISKO.
ISKO-France 2001 (Paris)	-------	0	Site não indicado na página da ISKO.
ISKO-France 1999 (Lyon)	-------	0	Site não indicado na página da ISKO.
ISKO-France 1998 (Lille)	-------	0	Site indicado na página da ISKO não remete para o evento de 1998 (http://www.isko-

			france.asso.fr/home/index.php/fr/).
ISKO-Italia 2017	http://www.iskoi.org/doc/bologna17.htm	0	Apenas lista de textos e slides disponíveis.
ISKO-Italia 2015	http://www.iskoi.org/doc/bologna15.htm http://www.aib.it/aib/sezioni/emr/bibtime/num-xviii-2/	0	Anais disponíveis online . Publicados em periódico.
ISKO-Italia 2013	http://www.iskoi.org/doc/firenze13.htm	0	Apenas a lista de textos e os slides disponíveis. Duas apresentações possuem a temática da tese, porém somente os slides estavam disponíveis.
ISKO-Italia 2011	http://www.iskoi.org/doc/venezia11.htm	0	Apenas lista de textos e slides disponíveis.
ISKO-Italia 2009	http://www.iskoi.org/doc/torino09.htm	0	----
ISKO-Italia 2007	http://www.iskoi.org/doc/milano07.htm	0	Foi localizado um texto com a temática da tese, o qual foi desconsiderado por estar

			disponível apenas um pequeno texto em HTML.
ISKO-Italia 2006	http://www.iskoi.org/doc/milano06.htm	0	----
ISKO-Italia 2005	http://www.iskoi.org/doc/milano05.htm	0	----
ISKO Espanha-Portugal 2017 (Coimbra)	http://www.iskoiberico.org/congresos/coimbra-2017/ http://sci.uc.pt/eventos/index.php/ISKO/ISKO2017	5	----
ISKO Espanha-Portugal 2015 (Múrcia)	http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf	4	----
ISKO Espanha-Portugal 2013 (Porto)	http://www.iskoiberico.org/congresos/oporto-2013/ http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf	4	----
ISKO Espanha-Portugal 2011 (Ferrol)	http://www.iskoiberico.org/congresos/ferrol-2011/	0	----
ISKO Espanha-Portugal 2009 (Valência)	http://www.iskoiberico.org/congresos/valencia-2009/	1	----
ISKO Espanha-Portugal 2007 (León)	http://www.iskoiberico.org/congresos/leon-2007/	0	----
ISKO Espanha-Portugal 2005 (Barcelona)	http://www.iskoiberico.org/congresos/barcelona-2005/	0	----
ISKO Espanha-Portugal	http://www.iskoiberico.org/congresos/salamanca-2003/	0	----

2003 (Salamanca)			
ISKO Espanha-Portugal 2001 (Alcalá de Henares)	http://www.iskoiberico.org/congresos/alcala-de-henares-2001/	0	----
ISKO Espanha-Portugal 1999 (Granada)	http://www.iskoiberico.org/congresos/granada/	1	----
ISKO Espanha-Portugal 1997 (Getafe)	http://www.iskoiberico.org/congresos/getafe/	0	Foi identificado um texto que trata da organização do conhecimento em arquivos, mas foi desconsiderado pois não enfatiza a indexação de assuntos.
ISKO Espanha-Portugal 1995 (Getafe)	http://www.iskoiberico.org/congresos/getafe-1995/	0	----
ISKO Espanha-Portugal 1993 (Madrid)	http://www.iskoiberico.org/congresos/madrid-1993/	1	----
ISKO UK 2017	http://iskouk.org/events http://www.iskouk.org/content/isko-uk-conference-2017-knowledge-organization-whats-story	0	Somente a programação estava disponível.
ISKO UK 2015	http://www.iskouk.org/content/isko-uk-conference-2015-knowledge-organization-making-difference#posters	0	Somente a programação estava

	http://www.iskouk.org/content/isko-uk-conference-2015-knowledge-organization-making-difference?page=1		disponível.
ISKO UK 2013	http://www.iskouk.org/content/isko-uk-conference-2013-knowledge-organization-pushing-boundaries	0	----
ISKO UK 2011	http://www.iskouk.org/content/isko-uk-conference-2011-facets-knowledge-organization-tribute-professor-brian-vickery-1918	0	----
ISKO UK 2009	http://www.iskouk.org/content/isko-uk-conference-content-architecture-exploiting-and-managing-diverse-resources https://www.emeraldinsight.com/toc/ap/62/4%2F5	0	Os anais desta edição aparecem no link abaixo, localizado página da ISKO (https://www.emeraldinsight.com/toc/ap/62/4%2F5), porém o acesso aos textos é pago.
ISKO BRASIL 2017 (Recife)	http://isko-brasil.org.br/?page_id=1147 http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf	3	
ISKO Brasil 2015 (Marília)	http://isko-brasil.org.br/?page_id=21 http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Organiza%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o-do-Conhecimento-e-Diversidade-Cultural-ISKO-BRASIL-2015.pdf	4	----
ISKO Brasil 2013 (Rio de Janeiro)	http://isko-brasil.org.br/?page_id=402 http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avan%C3%83%C2%A7ados-2-1.pdf	0	----
ISKO Brasil 2011 (Brasília)	http://isko-brasil.org.br/?page_id=33 http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Livro-finalizado_correcoes-feitas_pronto-para-	0	----

	publicar-07_02_2013.pdf		
ENANCIB 2017 (Marília)	http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/schedConf/presentations	1	----
ENANCIB 2016 (Bahia)	http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016 https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg_cwHajMW9ZV0xFZHBhTnc/view http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016	2	----
ENANCIB 2015 (João Pessoa, PB)	http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015 http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/schedConf/presentations	2	----
XV ENANCIB 2014 (Minas Gerais)	http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt2	1	----
XIV ENANCIB 2013 (Florianópolis, UFSC)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/schedConf/presentations	2	----
XIII ENANCIB 2012 (Rio de Janeiro)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/schedConf/presentations	0	----
XII ENANCIB 2011 (Brasília, UNB)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/enancibXII/schedConf/presentations	0	----
XI ENANCIB 2010 (Rio de Janeiro)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/schedConf/presentations	0	----
X	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/x	0	----

ENANCIB 2009 (João Pessoa, PB)	enancib/schedConf/presentations		
IX ENANCIB 2008 (São Paulo, SP)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/schedConf/presentations	1	----
VIII ENANCIB 2007 (Salvador)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/schedConf/presentations	0	----
VII ENANCIB 2006 (Marília)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viienancib/schedConf/presentations	0	----
VI ENANCIB 2005 (Florianópolis)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/schedConf/presentations	0	----
V ENANCIB 2003 (Belo Horizonte)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/schedConf/presentations	0	----
IV ENANCIB 2000 (Brasília)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ivenancib/schedConf/presentations	0	----
III ENANCIB 1997 (Rio de Janeiro)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/iienancib/schedConf/presentations	0	----
II ENANCIB 1995 (Valinhos)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/iienancib/schedConf/presentations	0	----
I ENANCIB 1994 (Belo Horizonte)	http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ienancib/schedConf/presentations	0	----
Annual Conference ICA 2017 https://www.ica.org/en/annual-	http://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2017/11/ala-icaF2baja.pdf http://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2017/11/27NOVEng.pdf	0	----

conference -2017	http://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2017/11/28NOVIng.pdf 29Nov. http://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2017/11/29NOVEng.pdf		
Annual Conferenc e ICA 2016	https://www.ica.org/en/international-congress-2016 https://www.ica.org/en/ica-international-congress-programme-5-10-september-2016-monday-5-september	0	Disponível somente a programação. Anais não disponíveis.
ICA Annual Conferenc e 2015	https://www.ica.org/en/annual-conference-2015 https://www.stefna.is/is/vefur-i-vinnslu?utm_source=www.ica2015.is&utm_medium=redirect&utm_campaign=vefur-i-vinnslu	0	----
ICA Annual Conferenc e 2014 (Girona)	https://www.ica.org/en/annual-conference-2014 http://www.girona.cat/web/ica2014/eng/comunicacions.php	0	----
ICA Annual Conferenc e 2013 (Brussels)	https://www.ica.org/en/brussels-23-24-november-2013 Programa https://www.ica.org/en/15130/about-the-annual-conference-2013/programme-of-the-conference-2013.html (Link não acessível na data da pesquisa)	0	----
BAD 2015	N. 12 (2015): Ligar. Transformar. Criar Valor Évora - Úniversidade de Évora, 21, 22 e 23 de Outubro de 2015 https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad	0	Anais disponíveis online, com arquivos disponibilizados em PDF.
BAD 2012	N. 11 (2012) Integração, Acesso e Valor Social Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012 https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/10	0	Anais disponíveis online, com arquivos disponibilizados em PDF.
BAD 2010	N. 10 (2010): Políticas de Informação na Sociedade em Rede Guimarães, 7, 8 e 9 de Abril de 2010 https://www.bad.pt/publicacoes/index.php	0	Anais disponíveis online, com arquivos

	/congressosbad/issue/view/11		disponibilizados em PDF.
BAD 2007	N. 9 (2007): Bibliotecas e Arquivos - informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação Ponte Delgada, 28, 29 e 30 de Março de 2007 https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/12	0	Anais disponíveis online, com arquivos disponibilizados em PDF.
BAD 2004	N. 8 (2004): Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura - (Re)inventar a Profissão Estoril, 12, 13 e 14 de Maio de 2004 https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/13	0	Anais disponíveis online, com arquivos disponibilizados em PDF.
BAD 2001	N. 7 (2001): Informação - o desafio do futuro Porto, 23, 24 e 25 de Maio de 2001 https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/14	0	Anais disponíveis online, com arquivos disponibilizados em PDF.
EDICIC 2016	X EDICIC - 2016 - Belo Horizonte/MG – Brasil http://edicic2016.eci.ufmg.br/anais/ http://edicic2016.eci.ufmg.br/anais/files/Anais_Edicic_2016.pdf	0	Anais em PDF.
EDICIC 2011	IX EDICIC / 2011 UNESP, MARÍLIA, SP http://www.edicic.org/portugues/encontros/ix-edicic/	0	Anais não disponíveis na página do evento.
EDICIC 2008	VIII EDIBCIC - 2008 - Ciudad México – México http://edicic.org/data/documents/Actas_VIII_EDIBCIC_1.pdf	0	Anais disponíveis em PDF.
EDICIC 2006	VII EDIBCIC - 2006 - Marília/SP - Brasil http://edicic.org/data/documents/Actas_VII_EDIBCIC.pdf	0	Anais disponíveis em PDF.
EDICIC 2004	VI EDIBCIC - 2004 - Mar del Plata - Argentina http://edicic.org/data/documents/VI_Encuentro_Agenda.pdf	0	Anais não disponíveis.
EDICIC 2003	Reunión EDIBCIC - 2003 - Heredia - Costa Rica http://edicic.org/data/documents/Reunion_EDIBCIC_Heredia.pdf	0	Anais não disponíveis.
EDICIC	Reunión EDIBCIC - 2002 - La Habana –	0	Anais não

2002	Cuba http://edicic.org/data/documents/Reunion_EDIBCIC_Cuba.pdf		disponíveis.
EDICIC 2000	V EDIBCIC - 2000 - Granada - España http://edicic.org/data/documents/VEncuentroEDIBCIC.pdf	0	Anais não disponíveis, apenas lista de textos.
EDICIC 1998	IV EDIBCIC - 1998 - Maracaibo - Venezuela http://edicic.org/data/documents/IVEncuentroEDIBCIC.pdf	0	Anais não disponíveis, apenas lista de textos.
EDICIC 1996	III EDIBCIC - 1996 - San Juan - Puerto Rico	0	Link do evento anais não disponíveis.
EDICIC 1995	II EDIBCIC - 1995 - México D.F. – México http://edicic.org/data/documents/IIEncuentroEDIBCIC.pdf	0	Anais não disponíveis, apenas lista de textos.
EDICIC 1993	I EDIBCIC - 1993 - San Juan - Puerto Rico	0	Lista de textos e anais não disponíveis.
EDICIC Ibérico 2017	EDICIC 2017 COIMBRA, PORTUGAL http://sci.uc.pt/eventos/index.php/EDICIC/2017 http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf	2	----
EDICIC Ibérico 2015	VII EDICIC Ibérico - 2015 - Madrid – España http://edicic2015.org.es/ucmdocs/actas/portada-editorial.pdf http://edicic2015.org.es/ucmdocs/actas/tema-titulo.html (Conferências por tema e autores)	1	----
EDICIC Ibérico 2013	VI EDICIC Ibérico - 2013 - Porto – Portugal http://www.youblisher.com/p/745142-VI-Encontro-Iberico-EDICIC-2013-Globalizacao-Ciencia-Informacao/ https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69671/2/armandomalheiroformacao000211996.pdf	0	Anais disponíveis em PDF.
EDICIC Ibérico	V EDICIC Ibérico 2011, 17-19 novembro, Badajoz, Extremadura, Espanha	0	Anais não estão

2011	https://www.eweb.unex.es/eweb/edicic2011/		disponíveis, apenas lista de textos.
EDICIC Ibérico 2009	IV EDIBCIC Ibérico 2009, 18-20 novembro, Coimbra, Portugal http://www.uc.pt/fluc/iciab http://www.edicic.org/portugues/encontros/iv-edibcic-iberico/ v.1: https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=398064#volumen51529 v.2 ttps://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=398064#volumen51541	0	Anais não estão disponíveis na página do evento. O link indicado para o evento (http://www.eventos-iuc.com/ocs/index.php/edibcic2009/EDIBCIC/schedConf/cfp) não estava disponível. Na página da Dialnet estão disponíveis os dois volumes com a lista de textos, porém os textos completos também não estão disponíveis. O leitor é remetido para a página inicial do evento.
EDICIC Ibérico 2008	III EDIBCIC Ibérico - 2008 – Salamanca – España http://edicic.org/data/documents/IIIEncuentro_Iberico_Indice_Actas.pdf	0	Disponível apenas a lista de textos (sumário de textos aprovados)
CAM 2017	XII CAM 2017 Argentina. http://www.xiicam.congresos.unc.edu.ar/ponencias/ http://redarchiveroscordoba.com/editorial/xii-cam/	0	Anais disponíveis em PDF no site do evento, divididos em 4 tomos.

CAM 2015	XI CAM 2015 SÃO PAULO SP. http://www.xicam.arqsp.org.br/	0	Anais não disponíveis na página do evento. Ao buscar no Google, entretanto, localizou-se o livro com as "conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul"
CAM 2014	X CAM: Santa Cruz de La Serra, Bolívia (2014). de 12 a 14 de março de 2014 http://www.xcam.org.bo/	0	Site do evento não disponível.
CAM 2011	IX CAM: San Lorenzo, Paraguai (2011). http://www.pol.una.py/ix-cam.html	0	Site do evento não disponível.
CAM 2009	VIII CAM: Montevidéu, Uruguai (2009). http://www.agn.gub.uy/VIII.pdf (somente divulgação do evento)	0	Site e anais não encontrados.
CAM 2007	VII CAM: Viña del Mar, Chile (2007).	0	Site e anais não encontrados.
CAM 2005	VI CAM: Campos do Jordão, Brasil (2005). https://www.guiadecamposdojordao.com.br/campos-do-jordao-noticias/vi-congresso-de-arquivologia-do-mercosul-confira-a-programacao.html https://www.siarq.unicamp.br/siarq/normas-e-formularios.html?id=225 (SIARQ publicações)	0	Site a anais não encontrados. O primeiro Link mostra uma lista com os trabalhos do evento. O segundo link apresenta a lista de trabalhos publicados

			com temas do SIARQ, com os respectivos links para os Power Points das apresentações.
CAM 2003	V CAM: Huerta Grande, Argentina (2003).	0	Site e anais não encontrados.
CAM 2001	IV CAM: San Lorenzo, Paraguai (2001).	0	Site e anais não encontrados.
CAM 1999	II CAM: Montevidéu, Uruguai (1999).	0	Site e anais não encontrados.
CAM 1997	II CAM: Santa Maria, Brasil (1997).	0	Site e anais não encontrados.
CAM 1996	I CAM: Santa Fé-Paraná, Argentina (1996).	0	Site e anais não encontrados.
CNA 2016	VII CNA 2016 FORTALEZA http://www.arquivece.com.br/cna/ https://drive.google.com/file/d/0Bz2-N2zP4P4SR2RNeXpIaUEwdTA/view	2	Lista de trabalhos aprovados e anais disponíveis online.
CNA 2014	VI CNA 2014 RIO GRANDE DO SUL. http://www.aargs.com.br/cna/ https://www.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi-congresso-nacional-de-arquivologia-anais-do-vi-cna-2014	0	O site oficial do evento não estava disponível na data da pesquisa. Link com anais difícil de pesquisar.
CNA 2012	V CNA 2012 BAHIA http://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/ http://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/AnaisVCNA2012.pdf	0	Anais disponíveis em PDF.
CNA 2010	IV CNA 2010 VITÓRIA, ES http://www.aarqes.org.br/cna2010	0	Site não disponível.

CNA 2008	III CNA 2008 RIO DE JANEIRO http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf	1	Anais em PDF.
CNA 2006	II CNA 2006 PORTO ALEGRE http://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2006/	0	Anais não disponíveis, apenas títulos dos trabalhos.
CNA 2004	I CNA 2004 UNB https://www.siarq.unicamp.br/siarq/normas-e-formularios.html?id=204	0	Site do evento não disponível, apenas link com divulgação.
CBA 2012	CBA 2012 RIO DE JANEIRO http://www.aab.org.br/xviicba/	0	Site não disponível na data da pesquisa.
CBA 2008	CBA 2008 GOIÁS http://www.aag.org.br/anaisxvcba/	0	Anais disponíveis online na página do evento.
REPARQ 2017	V REPARQ 2017 http://vreparq.eci.ufmg.br/	0	Anais não disponíveis na página do evento.
REPARQ 2013	III REPARQ 2013 http://www.reparq2013.ici.ufba.br/ https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21127/3/Perfil-evolucao_RI.pdf	0	Anais foram publicados em forma de livro em 2015.
REPARQ 2011	II REPARQ 2011 http://www.reparq.arquivistica.org/ http://www.reparq.arquivistica.org/reparq2011/trabalhos/aprovados	0	Anais disponíveis.
REPARQ 2010	I REPARQ 2010 UNB http://www.reparq.arquivistica.org/reparq2010 https://sites.google.com/a/arquivistica.org/reparq/reparq2010	0	Anais não disponíveis online.

Obs.: Os textos pré-selecionados correspondem aos textos selecionados inicialmente, mas que foram submetidos à avaliação da qualidade para definir os textos que fazem parte da análise.

4 TESES E DISSERTAÇÕES

Fonte	Tipo	Detalhamento	Rec.	Pré-selec.
Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) (http://www.ndltd.org/) *Opção 1*	Av	Subject: "indexing" AND "archives"	27	1
Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) (http://www.ndltd.org/) *Opção 2*	Av	Subject: "indexing" AND "archive science" Ref.: Language Obs.: campo subject	26	2
Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) (http://www.ndltd.org/) *Opção 3*	Av	subject: "subject indexing" AND "archives" Ref.: Language Obs.: campo subject	899	0
Banco de teses da CAPES (http://bancodeteses.capes.gov.br) *Opção 1*	Av	Indexing AND archives	2	0
Banco de teses da CAPES (http://bancodeteses.capes.gov.br) *Opção 2*	Av	Indexação de assunto AND arquivos	20	0
Banco de teses da CAPES (http://bancodeteses.capes.gov.br)	Av	Indexação de assunto AND Arquivologia	5	2

Opção 3				
Banco de teses da CAPES (http://bancodeteses.capes.gov.br) *Opção 4*	Av	Indexing AND archive science	5	2
Banco de teses da CAPES (http://bancodeteses.capes.gov.br) *Opção 5*	Av	Linguagem de indexação AND Arquivologia	8	0
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (http://bdtd.ibict.br/vufind/) *Opção 1*	Av	Indexing AND Archives	55	0
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (http://bdtd.ibict.br/vufind/) *Opção 2*	Av	Indexing languagens AND Archives Somente no resumo em inglês.	15	0
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação IBICT-UFRJ (http://www.ppgci.ufrj.br/pt/)	Nav	Teses e dissertações de 1972 à 2017, que estavam disponíveis na página. Publicações antes de 2013 possuem somente referências disponíveis.	----	1
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UEL (http://www.uel.br/pos/ppgci/portal/)	Nav	Dissertações de 2014 e 2015.	----	0
Programa de Pós-Graduação em Ciência	Nav	Publicações de 2004 à 2016	----	0

da Informação da UFBA (https://ppgci.ufba.br/)		estavam com links e referências. De 2002 à 2011 estavam apenas com referências. Publicações antes dessa data não foram localizadas.		
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF (http://www.ci.uff.br/ppgci/)	Nav	Teses e dissertações de 2001 à 2016.	----	0
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG (http://ppgci.eci.ufmg.br/)	Nav	Dissertações de 1978 à 2017. Teses de 2000 à 2017.	----	2
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE (PPGCI) (http://ppgci.eci.ufmg.br/ http://ppgci.eci.ufmg.br/cursos/mestrado/dissertacoes http://ppgci.eci.ufmg.br/cursos/doutorado/teses)	Nav	61 dissertações.	----	0
Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (http://www.ufrgs.br/ppgcom/)	Nav	Teses e dissertações disponíveis de 2004 à 2018. Dissertações de mestrado acadêmico.	----	0
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB	Av	Indexação AND Arquivos	252	1

(http://tede.biblioteca.ufpb.br/) *Opção 1*				
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB (http://tede.biblioteca.ufpb.br/) http://www.ccsa.ufpb.br/ppgci/contents/paginas/ppgci-ufpb/teses-e-dissertacoes *Opção 2*	Av	indexing AND archives	27	0
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UNESP de Marília (http://www.marilia.unesp.br/#!/posci)	Nav	Teses de 2007 à 2018. Dissertações de 2001 à 2018.	----	1
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da USP (http://www3.eca.usp.br/pos/ppgci/teses)	Av	Indexing AND archives Somente no resumo.	2	0
Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (UDESC) (http://www.faed.udesc.br/?id=2121)	Nav	Dissertações de 2015 à 2017.	----	0
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC (http://pgcin.paginas.ufsc.br/)	Nav	Teses (2017) e dissertações (2005 à 2017).	----	0
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO (http://www.unirio.br/ppgb)	Nav	Dissertações de 2014 à 2017.	----	0

Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da UFRN (http://www.posgraduacao.ufrn.br/ppgic)	Nav	Dissertações de 2017.	----	0

Obs.: Os textos pré-selecionados correspondem aos textos selecionados inicialmente, mas que foram submetidos à avaliação da qualidade para definir os textos que fazem parte da análise.

5 SITES DE ARQUIVOS NACIONAIS

Fonte	Tipo	Detalhamento	Rec.	Pré-Selec	Obs.
EUA National Archives and Records Administration https://www.archives.gov/ *opção 1*	Sim	indexing AND archives	40*	1	*O site não especificou o número de registros retornados na busca, porém contabilizou-se duas páginas web com 20 registros cada.
National Archives and Records Administration https://www.archives.gov/ *opção 2*	Sim	Subject Indexing	0	0	O Site saiu do ar em diversos dias durante as buscas, dificultando a precisão das

					anotaçõ es sobre as mesmas.
Canadá Canadian Archival Information Network http://www.archivescanada.ca/	Nav	Navegou se pelas publicações, normas e grupos de trabalho, mas não foram encontrados textos ou links sobre a indexação em arquivos.	0	0	----
Canadá Bibliothèque et Archives Canada http://www.bac-lac.gc.ca/fra/Pages/accueil.aspx	Nav	No Link "Services and Programs" encontra-se "For the Government of Canada" e, neste, o Thesaurus (link ao lado)	----	1	----
QUEBEC Bibliothèque et Archives Nationales du Québec http://www.banq.qc.ca/accueil/ *Opção 1*	Sim	Por navegação não foram encontradas publicações úteis. Buscou-se, então, no campo de busca simples com a seguinte expressão: "Indexation Archivistique" O resultados foram classificados	220	1	----

		em 4 categorias, tais sejam: Portail Web : (1-5) Catalogue : 12 résultats Pistard : 1 résultat BAnQ numérique - Patrimoine québécois : 202 résultats Total: 202 resultados			
QUEBEC **Bibliothèque et Archives nationales du Québec** http://www.banq.qc.ca/accueil/ *Opção 2*	Sim	Indexation Archives Web portal : (1-5) Catalogue : 166 results Pistard : 1 Result (1-1) BAnQ numérique - Heritage collection : 1,316 results Total = BAnQ numérique - Heritage collection : 1,316 results	1,316	0	**----**
FRANÇA **Archives Nationales**	Sim	Por navegação	31	0	**----**

(France) http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/ *Opção 1*		não foram encontradas publicações úteis. Buscou-se, então, no campo de busca simples com a seguinte expressão: Indexation archivistique			
FRANÇA Archives Nationales (France) http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/ *Opção 2*	Sim	archivistique	269	0	
INGLATERRA The National Archives (United Kingdom) http://www.nationalarchives.gov.uk/ *Opção 1*	Nav	Buscou-se nos links disponíveis e no site e em: http://www.nationalarchives.gov.uk/information-management/	**----**	0	**----**
INGLATERRA The National Archives (United Kingdom) http://www.nationalarchives.gov.uk/ *Opção 2*	Sim	Indexing Archives	710	0	**----**
INGLATERRA The National Archives (United Kingdom) http://www.nationalarchives.gov.uk/	Sim	Subject Indexing Archives	155	0	**----**

Opção 3					
AUSTRÁLIA **National Archives of Australia** http://www.naa.gov.au/ *Opção 1*	Nav	Ao clicar em "Describing information" aparece o link "vocabularies and thesauruses", que remete, por sua vez, para o link: vocabularies and thesauruses: http://www.naa.gov.au/information-management/managing-information-and-records/describing/AGIFT/index.aspx	----	1	----
AUSTRÁLIA National Archives of Australia http://www.naa.gov.au/ *Opção 2*	Sim	Indexing Archives	2	0	----
PORTUGAL **Arquivo Nacional da Torre do Tombo** **http://antt.dglab.gov.pt/**	Nav/Sim	Navegou-se no site e buscou-se pelas expressões "indexing" e também por "indexing archives" – busca simples e sem aspas – porém não obteve-se resultados.	0	0	----

BRASIL **Arquivo Nacional do Brasil** http://www.arquivonacional.gov.br/br/	Nav/Sim	Navegou-se no site, buscou-se por: a) instruções técnicas e publicações b) busca simples por "indexação" (1 resultado) b) "indexação de arquivos" (4 resultados) busca simples e sem aspas. Nenhum resultado preencheu os requisitos.	5	0	----
COLÔMBIA **General National Archive (Colombia)** http://www.archivogeneral.gov.co/	Nav	----	----	0	----
VENEZUELA **Portal Archivo General de la Nación (Venezuela)** http://www.agn.gob.ve/	Nav/Sim	Navegou-se no site e buscou-se por "indización" (sem aspas e busca simples), obtendo-se 0 resultados.	----	0	----
CUBA **Archivo Nacional de la República de Cuba** http://www.arnac.cu/	Sim	Em http://www.arnac.cu/index.php/tecnicas-normativas Encontrou-se	----	0	----

		o “Manual de Indización para Archivos”			
U**RUGUAI** **Archivo General de la Nación** http://www.agn.gub.uy/	Nav	Buscou-se por navegação no site, mas não foram encontradas publicações sobre a temática da pesquisa.	----	0	----
MÉXICO **Archivo General de la Nación** https://www.gob.mx/agn	Nav/Sim	Por navegação e busca simples (Indexação e Indexação de arquivos), mas não obteve-se resultados.	----	0	
CHILE **Archivo Nacional de Chile** http://www.archivonacional.cl/sitio/	Nav	Buscou-se por navegação no site, mas não foram encontradas publicações sobre a temática da pesquisa.	----	0	----
ARGENTINA **Archivo General de la Nación** https://www.argentina.gob.ar/archivo-general-de-la-nacion	Nav	Buscou-se por navegação no site, mas não foram encontradas publicações sobre a temática da pesquisa.	----	1	----
PIAF http://www.piaf-archives.org	Sim	Indexation	95	8	Foi realizada busca

http://www.piaf-archives.org/wikindx4/index.php?action=list_QUICKSEARCH_CORE *Opção 1*					por “Indexation AND Archives” = 2640 resultados. Preferiu-se utilizar somente “indexation” que apresentou uma busca mais precisa, já que os termos “indexation and archivistique” também foram pesquisador (a seguir).
PIAF *Opção 2*	Nav/Sim	Indexation AND archivistique A pesquisa foi realizada dentro de “Bibliographie” (e não no site geral)	6	0	----

Obs.: Os textos pré-selecionados correspondem aos textos selecionados inicialmente, mas que foram submetidos à avaliação da qualidade para definir os textos que fazem parte da análise.

6 ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E CIENTÍFICAS DE ARQUIVOLOGIA

Fonte	Tipo	Detalhamento	Rec.	Pré-selec.	Obs.
Society of American Archivists (SAA) https://www2.archivists.org/	Nav	Publicam o periódico American Archivist http://americanarchivist.org/?code=SAME-site	----	----	----
Archives Association of British Columbia (AABC)	Nav	Navegação no link "indexing"	----	1	----
Association des archivistes du Québec (AAQ) https://archivistes.qc.ca/	Sim	Buscou-se por navegação no site, mas não foram encontradas publicações sobre a temática da pesquisa.	----	0	----
Association of Canadian Archivists (ACA) https://archivists.ca/	Sim	https://archivists.ca/content/aca-books-guides	----	0	----
Archives & Records Association (ARA) https://www.archives.gov/	Nav	Buscou-se por navegação no site, mas não foram encontradas publicações sobre a temática da pesquisa.	----	0	----
Asociación de Archiveros de Castilla y León http://www.acal.es/	Nav	http://www.acal.es/index.php/publicaciones http://acal.es/index.php/publicaciones-acal/monografias-y-manuales	----	0	As Revistas "Tabula" e "Archvamos", disponíveis na página possuem publicações pagas. Os manuais também são pagos,

					porém nenhum deles trata de indexação.
Associació d'Arxivers - Gestors de Documents de Catalunya https://arxivers.com	Nav	Publicam a Revista "Lligall" https://arxivers.com/index.php/documents/revista-lligall-1	----	1	----

Obs.: Os textos pré-selecionados correspondem aos textos selecionados inicialmente, mas que foram submetidos à avaliação da qualidade para definir os textos que fazem parte da análise.

APÊNDICE C – TEXTOS SELECIONADOS

Cód.	Referência	Tipo	Fonte de busca	Observaç ões
B2	DOOLEY, J, M. Subject indexing in context. **American Archivist,** v.55, n. 2, p. 344-354, 1992.	Artigo	Web of Science	----
B3	LYTLE, R.H. Intellectual access to archives .1. provenance and content indexing methods of subject retrieval **American Archivist**, v. 43 , n.1, p. 64-75, 1980.	Artigo	Web of Science	----
B4	LYTLE, R.H. Intellectual access to archives .2. report of an experiment comparing provenance and content indexing methods of subject retrieval. **American Archivist**, v. 43, n. 2, p. 191-307, 1980.	Artigo	Web of Science	----
B10	RIBEIRO, Fernanda. Subject indexing and authority control in archives: The need for subject indexing in archives and for an indexing policy using controlled language. **Journal of the Society of Archivists**, v. 17, n. 1, 1996.	Artigo	Scopus	O artigo é resultante da dissertaçã o da autora de 1996, que também foi localizada nas buscas.
B11	GARROD, P. Use of the UNESCO Thesaurus for archival subject indexing at UK NDAD. **Journal of the Society of Archivists,** v. 21, n. 1, p. 37-52, 2000.	Artigo	Scopus	Justifica-se que o texto sobre tesauro foi seleciona do por tratar do processo de indexação de assunto.

B13	LÉVESQUE, Michel. L'indexation: luxe ou necessite? **Archives (Quebec)**, v. 33, n. 1, p. 17-45, 2001-2002.	Artigo	LISA	----
B15	MACNEIL, H. Subject access to archival fonds: balancing provenance and pertinence. **Fontes Artis Musicae,** v**.** 43, n. 3, p. 242-258, 1996.	Artigo	LISA	----
B16	DRYDEN, Jean E. Subject headings: the PAASH experience. **Archivaria,** n. 24, p. 173-190, summer 1987.	Artigo	LISA	----
B17	OSTROFF, Harriet. Subject access to archival and manuscripts material. **American Archivist,** v. 53, n. 1, p. 242-258, winter 1990.	Artigo	LISA	----
B18	SMIRAGLIA, Richard P. Subject access to archival materials using LCSH. **Cataloging and Classification Quarterly**, v. 11, n. 3-4, p. 63-90, 1990.	Artigo	LISA	----
B19	GAGNON-ARGUIN, L**.** Analyse documentaire 2: problematiques actuelles relatives a l'analyse documentaire. **Archives (Quebec)** , v. 28, n. 3-4, p. 23-41, 1997.	Artigo	LISA	----
B22	HUDON, M. Indexation et langages documentaires dans les milieux archivistiques a l'ere des nouvelles technologies de l'information. **Archives (Quebec)**, v. 29, n. 1, p. 75-98, 1997-1998.	Artigo	LISA	----
B26	GUITARD, LAURE AMÉLIE. Indexation par sujet en archivistique et en bibliothéconomie : du pareil au même? **Documentation & Bibliotheques**, v. 59, n. 4, p. 201-212, 2013.	Artigo	LISTA	----

B28	BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016.	Artigo	BRAPCI	----
P1	AGUIAR, Francisco Lopes; TÁLAMO, Maria de Fatima Gonçalves Moreira. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, 2012.	Artigo	Revista Acervo	Apesar de indicar vocabulário controlado no título, contribuido ponto de vista teórico para a indexação.
P5	OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística. **Arquivo & Administração,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 21-45, 2009.	Artigo	Revista Arquivo & Administração	----
P8	CAMPOS, Maria Luiza de A. A indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2006.	Artigo	Revista Arquivo & Administração	----
E4	HENTTONEN, Pekka. Bibliographic subject headings as access points to archival sources. *In:* INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 13., 2014, Poland. BABIK, W. (Ed.). **Knowledge organization in the 21st century**: between historical patterns and future prospects: proceedings of the	Evento (artigo)	ISKO Internacional 2014	Auxilia na compreensão de "Subject headings".

	Thirteenth International ISKO Conference, 2014.			
E13	TOGNOLI, Natália Bolfarini; MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Elementos de indexação para arquivos permanentes: aproximações teóricas preliminares. *In:* CONGRRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 3; CONGRESSO ISKO ESPANHA, 7., 2017, Coimbra. **Anais eletrônicos** [...]. Coimbra, 2017. Disponível em: https://purl.org/sci/atas/isko2017. Acesso em: 30 abr. 2017.	Evento (artigo)	ISKO Espanha - Portugal 2017 (Coimbra)	----
E17	SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. *In:* CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12.; CONGRESO ISKO ESPANA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. **Anais eletrônicos** [...]**.**Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia, 2015. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.	Evento (artigo)	ISKO Espanha-Portugal 2015 (Múrcia)	Define contexto e conteúdo.
E19	PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Clasificación y indización de registros y archivos de universidades. *In:* CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12.; CONGRESO ISKO ESPANA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. **Anais eletrônicos** [...]. Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia:	Evento (artigo)	ISKO Espanha-Portugal 2015 (Múrcia)	----

	Universidad de Murcia, 2015. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.			
E21	SCHMIDT, Clarissa Moreira; SMIT, Johanna. Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo. *In:* CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL; 1., CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11., 2013, Porto. **Anais eletrônicos** [...]**.** Porto, 2013. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/porto13.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015.	Evento (artigo)	ISKO Espanha-Portugal 2013 (Porto)	Serve para elementos, inclusive substantivos
E26	ESTEBAN NAVARRO, M. A. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. *In:* ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA, 1., 1993, Madrid. **Anais eletrônicos** [...]. Madrid, 1993. Zaragoza: Universidad Librería General. 1995. p. 65-90. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/07/065-090_Esteban.pdf. Acesso em: 16 mar. 2016.	Evento (artigo)	ISKO Espanha-Portugal 1993 (Madrid)	----
E27	CÂNDIDO, Gilberto Gomes; BARROS, Thiago Henrique Bragato; REDIGOLO, Franciele Marques. Indexação e descrição arquivística: relações histórico-conceituais. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 4., 2017., Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife, 2017. Disponível em: http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf. Acesso em: 14	Evento (artigo)	ISKO BRASIL 2017 (Recife)	-------

	abr. 2018.			
E28	LINDEN, Leolíbia Luana, BARROS; Thiago Henrique Bragato, BRÄSCHER, Marisa. Conteúdo e Contexto em Normas de Descrição Arquivística: uma Análise Comparativa. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 4., 2017., Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife, 2017. Disponível em: http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.	Evento (artigo)	ISKO BRASIL 2017 (Recife)	-------
E29	VITAL, Luciane Paula; BRASCHER, Marisa. Modelo Conceitual na Descrição Arquivística: Uma Análise sobre a Representação Temática. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 4., 2017., Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife, 2017. Disponível em: http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.	Evento (artigo)	ISKO BRASIL 2017 (Recife)	Trabalho relacionado à tese da autora, também selecionado para a análise.
E33	MEDEIROS, Graziela Martins de; LINDEN, Leolibia Luana; VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. A representação de assunto no escopo da Arquivologia: uma análise de artigos científicos nacionais e internacionais. *In:* CONGRESSO ISKO-BRASIL, 3., 2015, Marília. **Anais eletrônicos [...].** GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. Organização do conhecimento e diversidade cultural. Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. p.498-506.	Evento (artigo)	ISKO Brasil 2015 (Marília)	----
E34	AMARAL, Cleia Marcia Gomes; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização da informação nos	Evento (artigo)	ENANCIB 2017 (Marília)	Autora possui tese com

	arquivos: indexação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos** [...]**.** Marília, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/576/1260. Acesso em: 23 abr. 2018.			mesmo tema selecionada para a análise. Neste caso, computou-se o trabalho devido à sua importância e considerou-se a análise da tese.
E36	LINDEN, Leolibia Luana; BRÄSCHER, Marisa. O tratamento temático da informação na norma brasileira de descrição arquivística. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]**.** Salvador, 2016. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4150/2389. Acesso em: 23 abr. 2018.	Evento (artigo)	ENANCIB 2016 (Bahia)	----
E37	VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. Representação de assunto em documentos arquivísticos. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa, 2015. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2833/1008. Acesso em: 23 abr. 2018	Evento (artigo)	ENANCIB 2015 (João Pessoa, PB)	Autora possui tese com mesmo tema selecionada para a análise. Neste caso, computou-se o trabalho devido à sua

				importância e considerou-se a análise da tese (com o mesmo conteúdo).
E39	SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A representação da informação: classificação e indexação automática de documentos de arquivo. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]**.** Belo Horizonte, 2014.	Evento (artigo)	XV ENANCIB 2014 (Minas Gerais)	Contribui ao tratar da automatização da indexação nos arquivos.
E43	ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e a integração das fontes de informação. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E CARIBE, 8., 2017, Coimbra, Portugal. **Anais eletrônicos** [...]. Coimbra, 2017. Disponível em: http://sci.uc.pt/eventos/index.php/EDICIC/2017. Acesso em: 23 abr. 2018.	Evento (artigo)	EDICIC Ibérico 2017 (Coimbra)	----
E44	PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Indexação em protocolos e arquivos correntes universitários: a representação e os usos da informação. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM	Evento (artigo)	EDICIC Ibérico 2017 (Coimbra)	Foi enfatizado o texto E19, das mesmas autoras.

	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E CARIBE, 8., 2017. Coimbra. **Anais eletrônicos** [...]. Coimbra, 2017. Disponível em: http://sci.uc.pt/eventos/index.php/EDICIC/2017. Acesso em: 26 abr. 2018.			
E45	PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. **A indexação como ferramenta da gestão de documentos nos arquivos**. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E CARIBE, 7., 2015. **Anais eletrônicos** [...]. Madrid, 2015.	Evento (artigo)	EDICIC Ibérico 2015	OK, porém foi analisado o E 19.
T2	AMARAL, Cleia Marcia Gomes. **Organização e tratamento da informação nos arquivos**: estudo crítico. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, USP. 2017. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-04082017-100339/pt-br.php. Acesso em: 16 abr. 2018.	Tese	NDLTD	Este trabalho gerou artigos em eventos que também foram selecionados para a tese.
T3	MARTIN, Russell Lewis. **Archival indexing**: problems and issues. 1987. 88f. Dissertação (Master Archives Studies) - University of British Columbia Faculty of Arts, School of Library, Archival and Information Studies, 1987. Disponível em: https://open.library.ubc.ca/cIRcle/collections/ubctheses/831/items/1.0096790. Acesso em: 18 abr. 2018.	Dissertação	NDLTD	----
T4	LINDEN, Leolibia Luana. O	Dissertação	Banco de	----

	tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística, 2017. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.		Teses da CAPES	
T5	VITAL, Luciane Paula. **Representação temática de documento arquivístico**: as contribuições do modelo conceitual FRSAD. 2017. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174305/345863.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 abr. 2018.	Tese	Banco de Teses da CAPES	----
T6	OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos Pessoais, Arquivos de Memória e o Processo de Indexação**. 2009. 162 f. Dissertação (Curso Profissionalizante em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2708/CPDOC2009IsabelCristinaBorgesdeOliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 abr. 2018.	Dissertação (Mestrado profissional)	Banco de Teses da CAPES	----
T10	MONÇÃO, Jane Lessa. **O conceito assunto na arquivística**: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento-I Soggetti e Altri Apparati Di Indicizzazione In Archivistica: Ipotesi Di Lavoro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquisa, Marília, SP,	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UNESP de Marília	----

	2006.			
T11	RIBEIRO, Fernanda. **Indexação e controlo de autoridade em arquivos**. Câmara Municipal do Porto: Arquivo Histórico, 1996.	Dissertação	----	----
AN3	BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. **Subject indexing for archives** : the report of the Subject Indexing Working Group Bureau Canadien des Archivistes, 1992. 144 p.	Livro	Site Bibliothèque et Archives nationales du Québec	----
AN5	ARCHIVO NACIONAL DE LA REPÚBLICA DE CUBA. **Manual de Indización para Archivos,** 2007.	Manual de indexação	Site Archivo Nacional de la República de Cuba.	----
PIAF 1	BELL, Lionel. L'indexation-matières à vocabulaire contrôlé dans les archives. *In:* WALNER, Peter (comp.). **Techniques modernes d'administration des archives et de gestion des documents** : recueil de textes. Paris, UNESCO, 1985, p. 315–329.	Artigo	PIAF	----
PIAF 7	MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel. La description et l'indexation. In : _____. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Sainte-Foy (Québec), Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 255–371.	Capítulo de livro	PIAF	A edição utilizada na análise é de 2008.
APC 3	SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de. La indización en la recuperación de la información. **Lligall**: Revista Catalana D'arxivística, n. 12, p. 116-131, 1998.	Artigo	Associació d'Arxivers - Gestors Documentals de Catalunya.	----
L1	RIBEIRO, Fernanda. Indexação em arquivos: pressupostos	Capítulo de livro	----	----

	teóricos gerais e especificidades. *In:* SOUSA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete Correia dos (Org.). **A linguagem e a informação documentária**: intermediações e ressignficações possíveis. Recife: Bagaço, 2011. p. 31-59.			
L2	RIBEIRO, Fernanda. Subject indexing in archives: theoretical and pratical considerations. *In:* PIERULIVO, M. ; CERRI, R. (Orgs.). **I Soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro**. San Miniato, 1998. P. 87-94.	Capítulo de livro	----	----
L3	HUTCHINSON, Tim. Archival access points: subjects and beyond. The North American experience. *In:* PIERULIVO, M. ; CERRI, R. (Orgs.). **I Soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro**. San Miniato, 1998. p. 95-106.	Capítulo de livro	----	----